



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIX Nº 146, TERÇA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2024



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2º - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
- 4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos
de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 125^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 2 DE SETEMBRO DE 2024

1.1 – ABERTURA	9
----------------------	---

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar os 45 anos de regulamentação da profissão de Biólogo, nos termos do Requerimento nº 197/2024, do Senador Hamilton Mourão e outros Senadores.	9
---	---

1.2.1 – Execução do Hino Nacional brasileiro	9
---	---

1.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Hamilton Mourão)	9
---	---

1.2.3 – Exibição de vídeo institucional	10
--	----

1.2.4 – Oradores

Sra. Inga Ludmila Veitenheimer Mendes, Coordenadora do Grupo de Trabalho para o evento dos 45 anos de regulamentação da profissão de Biólogo	10
--	----

Sra. Maria de Jesus Fernandes, Bastonária da Ordem dos Biólogos de Portugal	11
---	----

Sra. Alcione Ribeiro de Azevedo, Presidente do Conselho Federal de Biologia (CFBio)	13
---	----

1.2.5 – Entrega de homenagem do Conselho Federal de Biologia, pela Sra. Alcione Ribeiro de Azevedo, à Presidência	14
--	----

1.2.6 – Entrega de certificados	14
--	----

1.3 – ENCERRAMENTO	15
--------------------------	----

2 – ATA DA 126^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE SETEMBRO DE 2024

2.1 – ABERTURA	17
----------------------	----

2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE



2.2.1 – Oradores

Senador Eduardo Girão – Críticas à atuação dos Ministros do STF por supostas decisões arbitrárias e abuso de poder, destacando a recente determinação do Ministro Alexandre de Moraes de bloqueio da rede social X, antigo Twitter.	17
Senador Jorge Kajuru – Exposição sobre o artigo do antropólogo Roberto DaMatta, publicado no jornal <i>O Globo</i> , sobre polarização e má-fé.	20
2.2.2 – Realização de 1 minuto de silêncio em razão do falecimento da ex-Senadora Maria do Carmo Alves	23

2.2.3 – Oradores (continuação)

Senador Paulo Paim – Comentários acerca da previsão do aumento do salário mínimo para 2025 e destaque para o Projeto de Lei nº 4434/2008, de autoria de S. Exa., que dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o índice de correção previdenciária. Satisfação com a realização, no Estado do Rio Grande do Sul, da 40ª Expointer. Registro sobre os prêmios recebidos por S. Exa. no 17º Prêmio Congresso em Foco.	23
Senador Confúcio Moura – Reflexão sobre o crescimento econômico brasileiro e os desafios para que ele se mostre sustentável de forma duradoura, diante da profunda desigualdade social do país e de outros fatores relevantes.	29
Senador Izalci Lucas – Indignação com a atuação supostamente arbitrária dos Ministros do STF, em especial o Ministro Alexandre de Moraes, com a alegada apatia da sociedade brasileira e preocupação com a preservação do Estado democrático de direito no país. Críticas às políticas fiscais do Governo Lula.	32
Senador Chico Rodrigues – Considerações sobre as decisões do Ministro do STF Alexandre de Moraes que determinaram o bloqueio temporário da rede social X, antigo Twitter, e das contas da empresa Starlink. Destaque para a importância da interconexão via satélite fornecida pela Starlink para as áreas mais remotas da Região Norte.	36
Senador Flávio Azevedo – Preocupação com as decisões do STF, em especial quanto ao bloqueio da rede social X, antigo Twitter, pelo Ministro Alexandre de Moraes, e aos possíveis danos à imagem do país e aos investimentos internacionais. Homenagem ao Sr. Jaime Tomaz de Aquino, destacado produtor de caju no Ceará.	39

2.2.4 – Convocação de Sessões

Convocação de sessão especial para 3 de setembro, às 10 horas, destinada a comemorar o Dia do Advogado.	42
Convocação de sessão deliberativa ordinária para 3 de setembro, às 14 horas.	42
2.3 – ENCERRAMENTO	42

3 – ATA DA 127ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 2 DE SETEMBRO DE 2024

3.1 – ABERTURA	44
3.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	

Destina a celebrar o centenário de Jaime Tomaz de Aquino, cearense que muito contribuiu para o desenvolvimento social e econômico do Estado do Ceará e do Brasil e se tornou o maior produtor de Caju do país, nos termos do Requerimento nº 562/2024, do Senador Eduardo Girão e outros Senadores.

44



3.2.1 – Execução do Hino Nacional brasileiro	45
3.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Eduardo Girão)	45
3.2.3 – Exibição de vídeo institucional	47
3.2.4 – Oradores	
Senador Flávio Azevedo	48
Sr. Amílcar Silveira, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Ceará (Faec)	50
Sr. Gustavo Adolfo Saavedra Pinto, Chefe-Geral da Embrapa Agroindústria Tropical	51
Sra. Liziane Dias Carneiro Aguiar, sobrinha do homenageado	53
Sr. Maurício Campos, Diretor do Instituto Caju Brasil	54
Sr. Aderson Gondim Carneiro, sobrinho do homenageado	56
Sr. Josenilto Lacerda Vasconcelos, membro da Câmara Temática do Caju do Estado do Piauí	58
Sra. Ana Cristina, Diretora do Instituto Caju Brasil	60
Sr. Luiz Eduardo Rodrigues, engenheiro agrônomo e amigo do homenageado	60
Sra. Angélica Gonçalves Lopes, advogada da Companhia Cearense Agro Industrial do Caju (Cicaju)	63
Sr. Delegado Paulo Bilynskyj, Deputado Federal	65
Senador Magno Malta	66
Senadora Damares Alves	72
Senador Beto Martins	74
Senador Izalci Lucas	75
Senador Flávio Azevedo	77
Sr. Evair Vieira de Melo, Deputado Federal	78
Sr. José Medeiros, Deputado Federal	79
Sr. Sargento Gonçalves, Deputado Federal	81
Sra. Bia Kicis, Deputada Federal	84
Sr. Gustavo Gayer, Deputado Federal	86
Sra. Adriana Ventura, Deputada Federal	90
Senador Flávio Azevedo	93
Sr. Rodrigo Valadares, Deputado Federal	95
Senador Cleitinho	96
Sr. Zucco, Deputado Federal	100



Sr. Sanderson, Deputado Federal	102
Sra. Julia Zanatta, Deputada Federal	106
Sr. Cabo Gilberto Silva, Deputado Federal	108
Sr. Marcel Van Hattem, Deputado Federal	110
3.3 – ENCERRAMENTO	114

PARTE II

4 – MATERIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 1725/2024, que <i>institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360; institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas –Desenrola Pequenos Negócios; cria linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi; altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.735, de 11 de setembro de 2003, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.606, de 9 de janeiro de 2018, 14.042, de 19 de agosto de 2020, 14.165, de 10 de junho de 2021, e 14.166, de 10 de junho de 2021; e dá outras providências.</i>	116
--	-----

Projeto de Lei nº 3159/2024, que <i>altera a Lei nº 12.777, de 28 de dezembro de 2012, para dispor sobre regras aplicáveis às vantagens pessoais nominalmente identificadas dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.</i>	170
--	-----

Projeto de Lei Complementar nº 141/2024 (nº 164/2012, na Câmara dos Deputados), que <i>altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para definir os casos em que os valores de parcerias ou de contratações firmadas pelo poder público não são considerados no cômputo dos limites de despesa com pessoal.</i>	176
---	-----

4.1.2 – Mensagem do Presidente da República

Nº 933/2024, na origem (Mensagem nº 42/2024, no Senado Federal), que <i>submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, combinado com art. 4º, caput, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o nome do Senhor GABRIEL MURICCA GALÍPOLO, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, na vaga decorrente do término do mandato de Roberto de Oliveira Campos Neto em 31 de dezembro de 2024.</i>	182
---	-----

4.1.3 – Projetos de Lei

Nº 3404/2024, do Senador Eduardo Girão, que <i>concede ao município de Fortaleza, no estado do Ceará, o título de Capital Nacional do Pão.</i>	200
--	-----



Nº 3411/2024, do Senador Astronauta Marcos Pontes, que *institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa*. 204

4.1.4 – Projeto de Resolução

Nº 30/2024, do Senador Laércio Oliveira, que *dá-se a denominação da “Procuradoria Especial da Mulher”, de “Procuradoria Especial da Mulher Senadora Maria do Carmo Alves”*. 211

4.1.5 – Requerimentos

Nº 615/2024, do Senador Alessandro Vieira, requer voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria do Carmo Alves. 216

Nº 616/2024, do Senador Chico Rodrigues, requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 76/2020 com o Projeto de Lei 5.178/2020. 220

PARTE III

5 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL. (**Suplemento “A”**)

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL. (**Suplemento “B”**)

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	222
7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	225
8 – LIDERANÇAS	226
9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	228
10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	237
11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	240
12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	284



Ata da 125^a Sessão, Especial,
em 2 de setembro de 2024

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência do Sr. Hamilton Mourão.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 3 minutos e encerra-se às 10 horas e 58 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 197, de 2024, de autoria desta Presidência e de outros Senadores e aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão destina-se a comemorar os 45 anos de regulamentação da profissão de Biólogo.

Convido para compor a mesa desta sessão especial os seguintes convidados: Sra. Alcione Ribeiro de Azevedo, Presidente do Conselho Federal de Biologia (*Palmas.*); Sra. Maria de Jesus Fernandes, Bastonária da Ordem dos Biólogos de Portugal (*Palmas.*); Sr. José Roberto Feitosa Silva, Vice-Presidente do Conselho Federal de Biologia (*Palmas.*); Sra. Andréa Graciano dos Santos Figueiredo, Conselheira Secretária do Conselho Federal de Biologia (*Palmas.*); Sr. Santiago Valentim de Souza, Conselheiro Tesoureiro do Conselho Federal de Biologia (*Palmas.*); e Sra. Inga Ludmila Veitenheimer Mendes, Coordenadora do Grupo de Trabalho para o evento dos 45 anos de regulamentação da profissão de Biólogo. (*Palmas.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discursar - Presidente.) – Senhoras e senhores, meu especial bom-dia a todos.

Hoje, eu tenho a insigne honra de presidir esta cerimônia em celebração a um marco significativo na história da Biologia no Brasil: os 45 anos de regulamentação da profissão de biólogo e a fundação do Conselho Federal de Biologia. Este é um momento de orgulho e reflexão sobre o papel essencial que os biólogos desempenham em nossa sociedade.

A Biologia, ciência que estuda a vida em todas as suas formas, é crucial para compreendermos o mundo ao nosso redor. Desde suas origens, nas práticas ancestrais de medicina e história natural, até o desenvolvimento científico moderno, a Biologia tem sido a chave para desvendar os mistérios da vida.

Os biólogos, profissionais que dedicam suas vidas ao estudo desta ciência, são os guardiões desse conhecimento, aplicando-o em áreas tão diversas como o meio ambiente, biodiversidade, saúde, biotecnologia, educação e produção industrial.

O termo “biologia” vem do grego *bios*, que significa vida, e *logos*, que significa estudo. Assim, a Biologia é, em sua essência, o estudo da vida. E é por meio desse estudo que os biólogos têm encontrado respostas para as questões fundamentais sobre a qualidade e a continuidade da vida, tanto humana como animal.

O impacto do trabalho das senhoras e senhores vai além dos laboratórios e salas de aula. E aqui eu me lembro do meu velho professor de Biologia no Colégio Militar de Porto Alegre, muita saudade, estando presente na preservação da biodiversidade, na sustentabilidade ambiental e na melhoria da qualidade de vida da população.

O Conselho Federal de Biologia, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, tem sido um pilar na normatização, orientação e fiscalização da profissão de biólogo. Composto por 10 conselhos regionais que atuam em todas as unidades federativas, o Conselho Federal tem garantido que os profissionais da área exerçam suas funções com ética, competência e responsabilidade.

Esses conselhos regionais, que se espalham por todo o Brasil, desde o meu Rio Grande do Sul até o Acre, são prova da abrangência e da importância da Biologia em nosso país. Um dos maiores legados está na área da saúde. Graças ao trabalho incansável dos biólogos, foi possível avançar no conhecimento sobre o poder curativo das plantas e fungos, compreender a genética por meio do uso das células-tronco e até mesmo determinar o sexo de um feto durante a gestação. Esses avanços não só melhoraram a Medicina,



mas também serviram para salvar um incontável número de vidas.

Por fim, é essencial reconhecer que as senhoras e senhores – representados pelo sistema Conselho Federal/Conselhos Regionais – são parte vital de um Brasil que cresce e se desenvolve com tecnologia e consciência ambiental; são os profissionais que diariamente buscam soluções para os desafios que enfrentamos em um mundo que vive uma transformação constante, sempre tendo como farol um futuro sustentável.

Como Senador da República, afianço ser um privilégio poder estar aqui neste dia, compartilhando com as senhoras e senhores esses 45 anos para reconhecer a dedicação e o compromisso do Conselho Federal de Biologia e de todos com a ciência e com o futuro do nosso país. Que continuemos a trilhar esse caminho de excelência em benefício da vida e do planeta. E na pessoa da Sra. Alcione Ribeiro de Azevedo, estendo minha cordial saudação e os melhores votos de pleno êxito no cumprimento dessa nobre missão a todos os biólogos e biólogas de nosso amado Brasil.

Parabéns e muito obrigado. (*Palmas.*)

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa a exibição de um vídeo institucional.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS)

– Neste momento, concedo a palavra à Sra. Inga Ludmila Veitenheimer Mendes, Coordenadora do grupo de trabalho para o evento dos 45 anos de regulamentação da profissão de biólogo, por até dez minutos.

A SRA. INGA LUDMILA VEITENHEIMER MENDES (Para discursar.) – Bom dia a todos! Tenho a grata satisfação de saudar o nosso Senador Hamilton Mourão e, na sua pessoa, cumprimento os demais membros da mesa.

Prezados colegas, acadêmicos de Ciências Biológicas e demais autoridades e convidados aqui presentes, inicialmente, gostaria de agradecer ao Sr. Mourão, nosso Senador, pela oportunidade de nos estar oferecendo esta Casa para podermos saudar os nossos biólogos. Muito obrigado.

Eu estou aqui representando a comissão organizadora dos 45 anos de regulamentação da profissão de biólogo e de todos os funcionários do CFBio e demais agregados que se empenharam dia e noite para a realização e o sucesso deste evento que hoje inicia.

Eu me considero uma privilegiada por estar presente nesta Casa, nesta mesma Casa onde há 45 anos estive buscando o reconhecimento da profissão de biólogo, junto com os demais colegas oriundos de todos os cantos deste país, ávidos pelo mesmo desejo. Alguns ainda aqui presentes, após esses 45 anos. Tempos difíceis aqueles, uma vez que tal anseio já há muito era buscado. Naqueles anos, percursores destes 45, os corredores desta Casa Legislativa, bem como os gabinetes dos Senadores e Deputados, se enchiam de acadêmicos e profissionais das Ciências Biológicas, buscando o convencimento e o apoio ao projeto de lei que tinha como escopo a regulamentação da nossa profissão.

O primeiro projeto de lei tinha como autor o Deputado catarinense Adhemar Ghisi; depois, o Senador Jarbas Passarinho foi seu Relator. Tal projeto envovia biólogos e biomédicos. Por conta disso, a celeuma era bastante intensa quanto à formulação dos artigos do referido projeto – difícil chegar a um entendimento e pontos comuns. Diante de tais incompatibilidades, o Senador Jarbas Passarinho reuniu o grupo e determinou: “Ou vocês se entendem ou não terei como dar andamento a este projeto”. Diante de tal ameaça, conseguimos harmonizar aquilo que até então parecia não ter fim. Finalmente, após muita luta e com o apoio dos Senadores e Deputados, no dia 3 de setembro de 1979, foi promulgada a Lei 6.684 pelo Presidente da República, regulamentando a profissão de biólogo e biomédico, criando o conselho federal e os conselhos regionais de biologia e biomedicina.

Posteriormente, em 1982, os conselhos de biologia e biomedicina foram desmembrados por lei, e,



em 1983, a profissão de biólogo é regulamentada por decreto. Assim, foi instalada em 1983 a primeira gestão do CFBio, constituída legalmente por 20 Conselheiros, representados por biólogos das diferentes regiões do Brasil, tendo sido eleito Presidente, na ocasião, o Conselheiro Biólogo Paulo Nogueira Neto, seu primeiro Presidente.

A pergunta, na ocasião, era: onde será instalada a sede do Conselho Federal, que obrigatoriamente deveria estar em Brasília? Infelizmente, naquela época em que o Conselho Federal era recém-instalado, ele não possuía recursos para adquirir ou alugar o espaço. Os conselhos profissionais, todos eles, apesar de serem autarquia federal, públicos, responsáveis pela fiscalização das suas profissões, não são contemplados pelo orçamento do Governo Federal. Mas como o Dr. Paulo Nogueira Neto, nosso primeiro Presidente, naquela época era Secretário da Secretaria Especial do Meio Ambiente, que havia sido criada em 1972, ele ofereceu um espaço naquela autarquia, abrigando, então, nossa primeira sede.

Imaginem o trabalho e a responsabilidade daquela primeira gestão, responsável por formular todos os detalhes da profissão, legislação específica, tal como o Código de Ética Profissional, o Regimento, entre outros, e ainda dar início ao registro dos biólogos brasileiros. Ressalto que não haviam sido ainda instalados conselhos regionais, sendo, portanto, os primeiros registros efetuados pelo federal. Acredito que o trabalho daquela primeira gestão tenha sido realmente hercúleo.

Para concluir, gostaria de compartilhar alguns registros que considero interessantes. A primeira ata de registro dos profissionais biólogos ocorreu em 1º de agosto de 1984. Naquele dia, foram registrados 275 biólogos, oriundos de diferentes estados do país, hoje considerados por nós os pioneiros. Em 1989, finalmente foram criados e instalados os primeiros cinco Conselhos Regionais de Biologia, que hoje já são dez conselhos. Com a implementação do sistema CFBio/CRBios, biólogas e biólogos ganharam representatividade, puderam finalmente alcançar espaços, definir suas áreas de atuação e respectivas atividades profissionais e buscar o desenvolvimento da ciência em defesa de todas as formas de vida.

As gestões do CFBio que se seguiram foram, cada uma delas, responsáveis por marcos da evolução da nossa profissão, graças a um trabalho de continuidade e naturalmente frente à realidade de cada época. Neste ano de 2024, teve início a 13ª gestão do Conselho Federal de Biologia, cuja Presidente é a nossa Bióloga Alcione Azevedo, em cujo planejamento, entre várias outras ações e atividades, foi colocada a comemoração desses 45 anos de regulamentação da profissão.

Desejo longa e profícua vida ao sistema federal e sistemas regionais de biologia e a todos os biólogos e biólogas deste Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Cumprimento a Sra. Inga pelas palavras, pelo histórico do projeto, pelo trabalho que deu para a aprovação – e, aí, há a pessoa de um líder que nós tivemos que foi o Senador Jarbas Passarinho, um grande brasileiro – e por todo o caminho que foi feito desde a presidência do Paulo Nogueira Neto até chegar aqui à presidência da Alcione.

Concedo a palavra à Sra. Maria de Jesus Fernandes, Bastonária da Ordem dos Biólogos de Portugal, por até dez minutos.

A SRA. MARIA DE JESUS FERNANDES (Para discursar.) – Muito bom dia.

As primeiras palavras são para o Exmo. Sr. Senador Hamilton Mourão – muito obrigada pelo convite, obrigada por me permitir estar aqui –; igualmente cumprimento a Sra. Presidente do Conselho Federal, Alcione Ribeiro; e, na pessoa dos dois, cumprimento toda a mesa e todos os convidados que estão nesta sala.

É para mim um imenso privilégio poder estar aqui, hoje, e poder participar e partilhar com vocês este momento tão importante para os biólogos brasileiros. Comemorar 25 anos, desculpem... (*Risos.*)



Comemorar 45 anos é de fato um marco muito relevante já, na vida da organização, das suas organizações federativa e regional. O meu lapso para os 25 anos é que a Ordem dos Biólogos de Portugal comemorou recentemente apenas 25 anos. Portanto, somos muito jovens em relação a vocês, que quase duplicam a idade que nós temos enquanto organização.

Como eu estava dizendo, é um imenso privilégio estar aqui. De fato, é um privilégio muito grande poder estar neste Senado, nesta sessão e poder representar a Ordem dos Biólogos de Portugal e, de alguma forma, representar o meu país neste evento, neste momento, que é para mim verdadeiramente simbólico, porque esperamos que ele seja o primeiro de um momento ou de um conjunto de momentos que celebrem aquilo que é a partilha de competências, de responsabilidades e de caminho na defesa e no progresso da nossa profissão, quer em Portugal, quer no Brasil. Agradeço por isso de fato, de forma muito sentida o convite, mas gostaria de falar aqui um pouco da principal razão que leva a minha presença hoje, aqui.

Nós vamos celebrar amanhã, vamos assinar amanhã um termo de reciprocidade entre a Ordem dos Biólogos portuguesa e os biólogos brasileiros, e o Conselho Federal de Biologia do Brasil.

Um termo de reciprocidade que pretende, de forma muito clara, mas também muito simples, facilitar a participação e a atividade profissional dos biólogos portugueses no Brasil e dos biólogos brasileiros em Portugal. É fundamentalmente isso que está em causa.

Redigimos um documento que pretende ser apenas um primeiro passo. Ele é um caminho que vamos percorrer em conjunto, não está fechado, não é em si mesmo um acordo já completamente blindado e concluído. Ele é, de fato, uma porta aberta para que possamos ter aqui uma reciprocidade real com a garantia de que as condições do exercício da profissão dos biólogos e biólogas portuguesas que venham ou que pretendam vir trabalhar no Brasil e o contrário, vice-versa, dos biólogos e biólogas brasileiras que estão em Portugal ou que pretendam ir para Portugal possam ser, de fato, recíprocas e para que possa haver aqui um tratamento homogêneo e claro para todos. Fundamentalmente, é clarificar as regras, permitir que os nossos concidadãos cá e lá saibam o que é que estamos a falar, o que é que precisam e quais são os caminhos que têm de trilhar para o exercício da profissão num lado e no outro, para que permitam conhecer melhor a legislação e as regras do exercício num país e outro.

De fato, a biologia é só uma. Aquilo que nos une, aquilo que nos move é a defesa da vida, é o conhecimento da vida, é a defesa do planeta, a defesa da própria vida humana, a biodiversidade, as alterações climáticas, os desafios todos que se têm colocado aos cidadãos, à comunidade internacional, mas aos biólogos de uma forma mais assertiva nos últimos anos.

Dizia-se, no século passado, que o século XXI era o século da biologia e, efetivamente, nós vemos grandes avanços científicos. Nós vemos grandes avanços tecnológicos. Nós temos de ser capazes de ir ainda mais longe enquanto cidadãos, enquanto biólogos e biólogas, enquanto pessoas muito preocupadas com a vida e com a sociedade, porque, senão, não estaríamos aqui.

Portanto, bem hajam. Eu só quero terminar agradecendo o convite, agradecendo o modo fantástico como fui acolhida ontem, como tenho estado a ser acolhida; saudar particularmente a Presidente Alcione pelo desafio que me fez há um ano para que pudéssemos concretizar esse termo de reciprocidade – não fora isso, não estaria aqui hoje –; e, no fundo, saudar o futuro. E um bem-haja para todas as biólogas e biólogos dos nossos dois países e do mundo.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Cumprimento a Sra. Maria Fernandes por suas palavras, principalmente abordando essa questão do termo de reciprocidade, tão importante para o intercâmbio entre os profissionais brasileiros e profissionais portugueses, sempre lembrando que Portugal faz parte indelével da história do nosso país, das nossas origens, voltando os olhos lá para o século XV, quando o Infante D. Henrique construiu a Escola de Sagres,



que, na minha visão, era a Nasa da época, porque tinha lá dentro os melhores navegadores, matemáticos, astrônomos, que se lançaram para enfrentar o mar tenebroso até chegarem ao nosso Brasil. Parabéns, D. Maria Fernandes!

Concedo a palavra à Sra. Alcione Ribeiro de Azevedo, Presidente do Conselho Federal de Biologia, por até dez minutos.

A SRA. ALCIONE RIBEIRO DE AZEVEDO (Para discursar.) – Cumprimento a Mesa na pessoa do Exmo. Sr. Senador General Hamilton Mourão.

Srs. Senadores, Srs. Presidentes federais – os Presidentes federais e os demais presidentes também eu vou cumprimentar em nome do nosso querido José de Ribamar, Presidente do Conselho Federal de Química –, cumprimento os nossos Presidentes dos conselhos regionais de biologia, nossos biólogos, demais autoridades, senhoras e senhores.

É com muita honra que me dirijo hoje a esta Casa em um momento de grande significado para todos nós biólogos e biólogas. Celebramos 45 anos de regulamentação da profissão de biólogo no Brasil, uma trajetória marcada por conquistas, desafios e, acima de tudo, compromisso inabalável com a ciência, com a tecnologia, com a preservação da vida e o desenvolvimento sustentável do nosso Brasil.

Desde a promulgação da nossa Lei 6.684, de 3 de setembro de 1979, testemunhamos um crescimento notável no reconhecimento e na valorização do trabalho de milhares de biólogos e biólogas, que diariamente dedicam suas vidas, trabalhando na saúde, na biotecnologia e produção industrial, no meio ambiente, na biodiversidade e na educação, dedicando-se ao desenvolvimento de tecnologias inovadoras e promoções da saúde pública.

A atuação dos biólogos se mostra essencial em diversas frentes. Os biólogos são também protagonistas em áreas como a preservação ambiental, a pesquisa genética, o combate às zoonoses, entre outros, que impactam diretamente a qualidade da nossa sociedade e a qualidade do nosso planeta Terra. Sem dúvidas, somos testemunhas de como o trabalho dos biólogos pode transformar realidades, impulsionar avanços científicos e garantir um futuro mais equilibrado e mais justo para as próximas gerações.

No entanto, a celebração deste marco não seria completa sem o reconhecimento de que ainda temos muito a fazer, muito a conquistar. A regulamentação da nossa profissão, há 45 anos, foi apenas o primeiro passo. Desde então, temos batalhado por melhores condições de trabalho, pelo reconhecimento dos nossos valores no mercado e pela garantia de que os biólogos possam exercer atividades com dignidade e respeito, senhores.

É preciso destacar que, além das contribuições científicas, os biólogos também têm um papel fundamental na construção da consciência ambiental, tão necessária nos dias atuais. Em um mundo que enfrenta crises climáticas, perda da biodiversidade e pandemias, os biólogos são vozes que clamam por um equilíbrio sustentável, por políticas que protejam o meio ambiente e por uma sociedade que reconheça a interdependência entre todos os seres vivos.

Hoje, ao celebrarmos este marco, reiteramos o nosso comprometimento com a ciência, com a ética e com a profissão que nós todos devemos honrar. Reafirmamos nossa luta por um piso salarial justo para todos os biólogos e biólogas do nosso Brasil, por condições dignas de trabalho e por políticas que reconheçam a importância da nossa profissão para o desenvolvimento do nosso país.

Em 45 anos, se fez e continuaremos a trilhar caminhos com determinação, com consciência de nossa responsabilidade e cientes de que o nosso trabalho fez e faz a diferença. Que os próximos anos sejam de mais conquistas ainda e que possamos continuar contribuindo para um Brasil que respeita e valoriza a sua biodiversidade e as suas riquezas naturais. Sempre com base na ciência e na ética.

Agradecemos a este Parlamento, a esta Casa, que nos prestigia, que reconhece a importância da nossa profissão de biólogo para o crescimento e o desenvolvimento da nação. O nosso muito obrigada,



General!

Agora, se o senhor me permite, Senador, eu vou quebrar o protocolo – como sempre, eu gosto de quebrar o protocolo, não é, quem me conhece já sabe –, porque nós vamos iniciar agora a homenagem aos nossos biólogos e a algumas autoridades. Então, nós vamos homenagear o nosso querido Senador Hamilton Mourão. (*Palmas.*)

(*Procede-se à homenagem.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS)

– Agradeço essa homenagem, singela, mas extremamente significativa.

Cumprimento a Sra. Alcione pelas palavras, e ela destacando, com ênfase, a participação que as senhoras e os senhores têm na questão do enfrentamento às mudanças climáticas e da preservação do nosso meio ambiente, num momento em que decisões têm que ser tomadas pelos mais altos escalões de diferentes países, no sentido de que todos compreendam esse momento da história da humanidade, e cerremos fileiras, ombro a ombro, para enfrentarmos isso, respeitando algo que eu considero fundamental na nossa civilização, que é o pacto de gerações. Passemos o bastão para nossos filhos e netos em melhores condições do que recebemos dos nossos pais e avós.

Obrigado por essa homenagem. (*Palmas.*)

A Sra. Alcione irá entregar um certificado, pela dedicação e contribuição significativas ao fortalecimento da biologia e ao desenvolvimento do sistema Conselho Federal de Biologia ao longo desses 45 anos da profissão, às seguintes personalidades: inicialmente, à Sra. Maria de Jesus Fernandes, Bastonária da Ordem dos Biólogos de Portugal. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega do certificado à Sra. Maria de Jesus Fernandes.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS)

– Próxima homenageada, Sra. Daniella Randazzo de Azevedo Braga, Fiscal do Conselho Regional de Biologia da 3ª Região. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega do certificado à Sra. Daniella Randazzo de Azevedo Braga.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS)

– Próximo homenageado, o Sr. Atenágoras Café Carvalhais Júnior, Assessor da Presidente do Conselho Federal de Biologia. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega do certificado ao Sr. Atenágoras Café Carvalhais Júnior.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS)

– A seguir, convidamos o Sr. Fernando Cesar de Sousa Santos Veríssimo Gamarros, Gerente-Executivo do Conselho Regional de Biologia da 3ª Região. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega do certificado ao Sr. Fernando Cesar de Sousa Santos Veríssimo Gamarros.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS)

– Próximo homenageado, o Sr. Pedro Humberto Ferrer de Moraes, ex-Presidente do Conselho Federal de Biologia, gestão 1987-1990. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega do certificado ao Sr. Pedro Humberto Ferrer de Moraes.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS)

– Próximo homenageado, o Sr. Jorge Pereira Ferreira da Silva, ex-Presidente do Conselho Federal de



Biologia, gestão 1990-1993. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega do certificado ao Sr. Jorge Pereira Ferreira da Silva.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS)

– Próxima homenageada, a Sra. Maria do Carmo Brandão Teixeira, ex-Presidente do Conselho Federal de Biologia, gestão 2007-2011. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega do certificado à Sra. Maria do Carmo Brandão Teixeira.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS)

– A seguir, convidamos o Sr. Wlademir João Tadei, ex-Presidente do Conselho Federal de Biologia, gestões 2011-2015 e 2015-2019. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega do certificado ao Sr. Wlademir João Tadei.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS)

– E, como última homenageada, a Sra. Maria Eduarda Lacerda de Larrazábal da Silva, ex-Presidente do Conselho Federal de Biologia, gestão 2020-2024. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega do certificado à Sra. Maria Eduarda Lacerda de Larrazábal da Silva.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS)

– Antes de encerrarmos a sessão, gostaria de, em nome do nosso Presidente, o Senador Rodrigo Pacheco, e de todas as Senadoras e Senadores que compõem esta Casa, desejar mais uma vez os parabéns pelos 45 anos da regulamentação da profissão de biólogo, que obviamente não é tão nova assim; ela se perde no tempo, acho que desde Tales de Mileto, que talvez seja considerado o primeiro biólogo do mundo.

É com satisfação que nós acolhemos a todos aqui. Esta é a Casa da Federação, todos os estados são aqui representados igualmente. E, consequentemente, cada uma das senhoras e dos senhores se sinta abraçada pelo Senado Federal.

Cumprida a finalidade desta sessão especial do Senado, agradeço às personalidades que nos honraram com sua participação.

Está encerrada a sessão. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 10 horas e 58 minutos.*)



**Ata da 126^a Sessão, Não Deliberativa,
em 2 de setembro de 2024**

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência dos Srs. Chico Rodrigues, Izalci Lucas e Flávio Azevedo.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 8 minutos e encerra-se às 16 horas e 21 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Sessão não deliberativa, dia 02/09/2024.

Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Passamos à lista dos oradores inscritos.

Como primeiro orador inscrito, passo a palavra ao Senador Eduardo Girão, do Novo-CE.

V. Exa. dispõe de 20 minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem, meu querido irmão Senador Chico Rodrigues.

Sras. Senadores, Srs. Senadores, funcionários desta Casa, assessores, brasileiras e brasileiros que estão nos ouvindo, nos assistindo, pelo trabalho muito correto e competente da equipe da TV Senado, da Rádio Senado e da Agência Senado, Sr. Presidente, quis o destino – a gente sempre fica se alternando aqui para ver quem marca primeiro, eu, o Senador Kajuru, o Senador Paulo Paim – que, nesta segunda-feira, eu fosse o primeiro Senador a falar.

Confesso que estou entalado, que está entalado tudo o que está acontecendo no Brasil e que eu jamais esperava que fosse vivenciar neste mandato de Senador da República. Como quinta-feira a sessão foi cancelada, sexta-feira não teve, quero lhe agradecer, Presidente, por ter aberto esta sessão porque se tem uma coisa para a qual a gente precisa dar voz é ao que a sociedade está sentindo, Senador Izalci.

Essa história de o Supremo Tribunal Federal, de um Ministro... Não vamos personificar porque ninguém faz nada sozinho. Ali, ele é ponta de lança, foi escalado, desde o ofício, quando o Toffoli passou, sem sorteio, para que ele fosse o Relator dos inquéritos do fim do mundo que estão destruindo o Brasil.

A escalada antidemocrática dessa turma não tem limite. Não acho que se acham deuses, eles têm certeza de que são. Não estão nem aí para o Senado Federal, não estão nem aí para a Câmara dos Deputados, não estão nem aí para o povo brasileiro. Agora, vou dizer uma coisa aqui para o Brasil: nós chegamos ao fundo do poço. Não dá mais.

Eu sou apenas um dos 81 Senadores desta Casa, com muita honra, mas eu não vim para cá para fazer figuração, para participar de um teatro. Desde que eu cheguei aqui denunciei isso, mas, agora, passaram de todos os limites os arbítrios e os abusos que nós estamos vendo no Brasil, a partir da Suprema Corte, e que têm colocado este país numa vergonha mundial, numa insegurança jurídica em que empreendedores do mundo inteiro estão dizendo que o Brasil não é seguro para investir.

Ministros do Supremo, vocês estão destruindo o Brasil, vocês estão destruindo a economia, vocês estão deixando os brasileiros sem oportunidades com as decisões esdrúxulas, irresponsáveis, que têm tomado. Agora, nada disso estaria acontecendo – nada, zero! – se esta Casa não fosse conivente. E é aí que entra o nosso papel, o meu papel de estar aqui representando o Estado do Ceará, com todas as limitações e imperfeições que eu sei que eu tenho, e são muitas.

Mas, Presidente, já deu, já deu! A paciência esgotou. E a gente tem que ser paciente, resiliente, mas é um desrespeito muito grande, justamente no Bicentenário, nos 200 anos desta Casa. Eu não vou fazer papel de figuração aqui. Eu já estou há muitas semanas falando todo os dias sobre esse assunto, mas nós vamos tomar medidas fortes, especialmente para que o Presidente desta Casa, Rodrigo Pacheco, se move, se move, porque furou a bolha, Senador Izalci, mas furou completamente a bolha com as matérias



da *Folha de S.Paulo* e com essa suspensão de uma plataforma mundial de rede social que faz com que as pessoas ganhem dinheiro, se comuniquem, se informem, tenham seu entretenimento.

Os caras tiveram a audácia de, para se protegerem de críticas – e aí vem a coincidência: no momento eleitoral, de novo! Veja quem é predominante nessa rede social. São Parlamentares de direita, conservadores, porque estão alinhados com os princípios e valores do povo brasileiro. Sabe o que é que eles fizeram? Tiraram a rede do ar. (*Risos.*)

É muita coincidência na véspera da eleição.

Olha, eu vou dizer uma coisa: está tudo tão claro como o sol – tão claro! – que nós não temos mais o direito de esperar.

Vai ter um pedido de *impeachment* daqui a uma semana. Convido os brasileiros de bem para que estejam com Senadores, Deputados, juristas daqui a sete dias, mais ou menos nesse horário – vai ser às 16h –, aqui, a 30 metros daqui, na Presidência do Senado Federal, onde nós vamos protocolar o maior pedido de *impeachment* da história deste país. Já tem vários, 60 engavetados, mas esse será o maior, não pelo número de assinaturas, que talvez não chegue aos 5 milhões que o Caio Coppolla fez e que eu entreguei com o Senador Kajuru... Senador Styvenson, o Senador Kajuru também já tinha feito um.

Eu acho que aquela quantidade de assinatura também passou, foram vários anos recolhendo assinatura. Esse agora, de poucos dias, já está chegando a 1,3 milhão. Mas não é pelo número de assinaturas, é pela quantidade de vilipêndios, de desrespeitos sucessivos, de um ano e meio para cá, quando não se teve mais pedido de *impeachment* do Ministro Moraes.

Até brasileiro morreu sob a tutela do Estado, até brasileiro. O que é que nós vamos dizer, quando olharmos nos olhos das filhas adolescentes do Cleriston Pereira da Cunha, que sempre estão aqui pelos corredores? A sua esposa... Você vê, pessoas de bem, trabalhadoras, que amam o Brasil, condenadas, sem direito à defesa, ao contraditório, sem os advogados terem acesso aos autos.

A PGR pedindo inconsistentemente, várias vezes, durante meses, para liberarem, porque ele tinha comorbidades. E o Ministro ignorou, o Ministro Alexandre de Moraes. Isso é crueldade, isso é tortura. O cara morreu, um brasileiro morreu. Quanto vale uma vida? Quanto vale o sonho das crianças dele, da esposa? Que desumanidade.

Como é que a gente consegue colocar a cabeça no travesseiro e dormir acontecendo isso no Brasil? Milhares de presos políticos nós temos hoje, como é que nós conseguimos lidar com a nossa consciência, neste momento de trevas, de sombra pelo que passa o nosso país? O projeto de poder pelo poder.

Esses tribunais – TSE, STF –, que, a princípio, são importantes para a democracia, pela Constituição, hoje são tribunais políticos. É só politicagem que tem ali dentro, é só politicagem.

E tem coincidências aqui gravíssimas.

Esse STF, que acabou de manter, por maioria, o bloqueio da plataforma X... Só Turcomenistão, Irã, Venezuela, China, Coreia do Norte, Cuba não permitem essa plataforma. E o Brasil entrou nesse rol desses países veneráveis. Ditadura consagrada. É o que a gente está vivendo aqui, só não vê quem não quer.

“Ah, mas, se você está falando aqui na tribuna, é porque não é ditadura”. Pare com isso. E os presos políticos, os milhares de brasileiros que tem lá? E o Senador aqui, e um colega nosso? Você quer mais sinal? Está faltando sinal? Um Senador da República com uma multa de R\$50 milhões, com o bloqueio dos seus bens – e trabalhou a vida inteira –, com as redes sociais bloqueadas.

Isso é para humilhar o Senado Federal. Eu não vou me submeter a essa humilhação, eu não estou aqui para isso, eu não preciso disso. Política é missão de vida, é chamado do alto – não é meio de vida, não é meio de vida.

Nós temos um dever com o cidadão de bem. E eu quero repetir, Presidente. Eu fiz um discurso aqui que não vai dar nem tempo de falar. Eu vou respeitar o tempo, porque nós vamos ter uma semana aqui, e



nós vamos ter que chegar a uma conclusão, nós vamos ter que chegar a uma definição. E esse sentimento tem aflorado nos Senadores, eu tenho percebido, graças a Deus, mas furou a bolha. Você deixar órfãos 22 milhões de brasileiros que usavam essa rede, essa plataforma, por uma questão de capricho pessoal, de proteção ou para beneficiar ideologia tal ou Y? Isso é uma vergonha! Isso não é democracia!

E eu quero dizer uma coisa: furou a bolha. Furou porque eu tenho visitado praças, ruas, mercados, feiras, especialmente na minha cidade, Fortaleza, e pessoas que nem gostam de política, Sr. Presidente – é o fenômeno que eu estou vendo agora, não sei se o senhor percebeu isso lá em Boa Vista –, que não são nem de esquerda, nem de direita, nem de centro – não estão nem aí para isso –, estão revoltadas com essa decisão de censura explícita, de perseguição política que um ministro do STF – com o apoio dos seus colegas e conosco, corresponsáveis aqui, porque estamos assistindo a tudo de camarote, como se nada tivesse acontecido nesta Casa bicentenária... É uma vergonha para todos nós, isso é uma vergonha!

As pessoas chegam para mim e dizem: “Eu nem gosto de política, viu, Senador? Nem gosto disso aqui, sempre deixei de lado, mas, rapaz, isso é um absurdo! Um homem mandar no Brasil todo, todo mundo baixar a cabeça, e vocês que são pagos por nós...”. É desse jeito. Pessoa até que gosta de mim, que acompanha sim, mas... “Vocês vão fazer o quê?”. E olha que eu me posiciono, eu me posiciono, sempre me posicionei, mas eles chegam para mim e dizem isso.

O descrédito em que caiu o Senado é um negócio estarrecedor, é estarrecedor o descrédito em que nós caímos perante a população. E eu não tiro o direito, o mérito, eu não tiro absolutamente a legitimidade de as pessoas pensarem isso, porque aqui não se reage. Este Senado está respirando por aparelhos, está no chão faz tempo!

Mas vai ter que se mexer agora. Vai ter que se mexer, Sr. Presidente. O ex-Presidente da República Bolsonaro foi dizer que tem que ter evento na Paulista. Discordo dele. Tem que ter evento no Brasil todo! Por que esse receio de fazer só na Paulista se as pessoas querem ter voz, se as pessoas humildes não têm dinheiro para ir para São Paulo, mas está esse clima, essa atmosfera de indignação justa dos brasileiros rodando em todos os quatro cantos do Brasil? Por que elas têm que ir para São Paulo apenas? São Paulo vai ser a maior, vai ser a maior manifestação, não tenho dúvida disso, mas vai ter em Fortaleza, sim, grupos da sociedade civil estão organizando em Fortaleza; soube que vai ter em Goiânia; soube que vai ter em Recife. Isso vai para o Brasil todo, não tem quem segure.

Agora, essa matéria aqui me chama muito a atenção, do Igor Gadelha, que é um cara muito bem-informado pelas autoridades: “Horas após banir o X, Moraes jantou com Pacheco e ministros de Lula”. Aí vem a matéria aqui, que está no *Metrópoles*. É brincadeira isso aqui! Isso aqui é brincadeira! A verdade está muito na cara.

Então, Sr. Presidente, nós chegamos no fundo do poço, no fundo do poço, e não tem mais para onde ir. Por uma questão pessoal, toda uma nação vai ter que se submeter... Sabe por quê? Os *trending topics* do X, durante todos esses meses, sabe quais eram? STF vergonha nacional, fora Alexandre de Moraes, *impeachment* Alexandre de Moraes, fora Pacheco. É só isso que a gente vê nos *trending topics*. Aí foram lá e tiraram. Isso é uma caçada implacável à liberdade de expressão. Qual é o político que não tolera crítica? Eu sou criticado todo dia, no meu estado, e isso é importante numa democracia. Se me atacam a moral, a questão da honra, com notícias inverídicas, chamadas *fake news*, eu entro... Já tenho vários processos entrando, pelo que está na lei, que eles não querem cumprir. A lei não é para ser para todos? Eu entro por calúnia, difamação, injúria. Por que eles não entram também? Mas não, vão lá e bloqueiam perfil.

A podridão que está saindo disso aqui – quero dar as boas-vindas para cada vez mais brasileiros que chegam aqui às galerias, visitando o Senado Federal, sejam sempre muito bem-vindos! –, a podridão que está saindo dessas entradas está fedendo muito, está podre, já está em estado de putrefação. Um sopro cai. Já deu! Para onde vocês estão querendo levar este país? Vocês estão querendo enganar a quem? A



quem? É ditadura da toga, é censura, é preso político. Que sinais mais querem? Que silêncio ensurdecedor é esse que a gente vê? Lá fora está uma comoção, está uma comoção. No avião, todo mundo parando; no aeroporto, todo mundo parando; e aqui parece uma ilha da fantasia, como se nada estivesse... Está tudo certo, o país tem democracia.

É muito grave, Sr. Presidente, o que está acontecendo com o nosso Brasil, mas pode ter certeza de que – a minha avó dizia: “Ou a gente aprende pelo amor, ou aprende pela dor” – essa dor, essas injustiças que estão acontecendo no Brasil, que chegam ao ponto de perseguir quem cumpre a lei... Hoje em dia...

Como diria aqui o Ruy Barbosa, um dia vai se ter vergonha de quem está fazendo o que é correto. Os justos vão ter vergonha...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... de ver triunfar. É uma frase dele.

Esse cara é um visionário, esse baiano, que é, não por acaso, o patrono do Senado Federal. Não por acaso, esse é o patrono. Está embaixo do Cristo, nosso grande mestre que está no comando de tudo. É por isso que eu tenho fé e esperança de que nós vamos mudar.

Ruy Barbosa, Sr. Presidente, disse o seguinte: a pior ditadura que existe é a ditadura do Judiciário, porque, depois dela, não se tem a quem recorrer. Não existe mais. É uma canetada, e acabou. Não adianta juiz, não adianta segunda instância.

Está errado. E o que está errado precisa ser combatido.

Nós vamos continuar neste assunto.

Que Deus abençoe esta nação!

E eu cumprí rigorosamente o tempo, Sr. Presidente. Muita paz.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Nobre Senador Eduardo Girão, V. Exa. está tratando de uma questão de extremo interesse da opinião pública nacional, obviamente sob a sua ótica – claro, cada um defendendo, com mais ou menos veemência, este tema.

Nós entendemos que V. Exa. fala em nome de milhares, por que não dizer milhões de brasileiros, que estão ouvindo V. Exa. através dos meios de comunicação do Senado.

É uma crítica até certo ponto justa, porque V. Exa., na verdade, sabe que as leis brasileiras têm que ser cumpridas, a nossa Constituição. Agora, tem que ser dado, obviamente, o direito de defesa. Logicamente, o Supremo extrapola esses limites e mergulha exatamente na escuridão da perplexidade das pessoas, da população brasileira, que, obviamente, se sente diretamente prejudicada.

No início da sua apresentação, do seu pronunciamento, V. Exa. falou exatamente do que geram hoje as redes sociais, a internet, enfim, para milhares, milhões de pessoas como, inclusive, meio de sobreviver, de renda.

Portanto, entendemos essa veemência e, obviamente, apesar de fazermos posteriormente uma crítica também, mas moderada, não poderíamos, de forma alguma, discordar de V. Exa.

Fazendo uma inversão nos oradores inscritos, por concordância do nobre Senador Paulo Paim, nós passaremos, agora, a palavra ao Senador Jorge Kajuru.

V. Exa. dispõe de 20 minutos.

Posteriormente, Senador Paulo Paim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discursar.) – Voz superatuante da nossa Roraima querida, Senador Chico Rodrigues, sempre pontual



quando preside as sessões.

Paim e eu não temos conta-corrente, graças a Deus. É uma amizade sincera e altamente respeitosa.

Aos brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências, aos jovens senhores e senhoras que estão aqui nas galerias, o meu desejo de Deus, saúde, alegrias e vitórias em suas vidas, de seus familiares e de seus amigos, neste 2024.

Eu ocupo esta tribuna hoje, 2 de setembro de 2024, para falar sobre o artigo escrito pelo antropólogo brasileiro Roberto DaMatta, publicado recentemente no jornal *O Globo*, em que discorre sobre polarização e má-fé. A meu ver, pátria amada, texto de leitura obrigatória, quase irretocável.

Permito-me a ousadia de apenas um reparo. Embora cite Hitler e Stalin, ideologicamente antagônicos, quando fala dos vivos, o antropólogo DaMatta nomina apenas políticos de um lado do espectro político, identificáveis como de esquerda. Por equidade, deveria fazer reparos também a posicionamentos de líderes atuantes de hoje situados à direita, muitos deles protagonistas no estímulo à polarização através das redes sociais.

No conjunto, porém, trata-se de uma aguda reflexão, costurada com a sofisticação de quem fez mestrado e doutorado na renomada Universidade de Harvard, Estados Unidos.

Vamos a trechos dela.

Temos corpos repartidos em esquerda e direita. Mão, pés, olhos, narinas, ouvidos, dedos, hemisférios cerebrais, tudo tem um outro polo que não é “reserva” ou “duplicata”, mas complemento. Somos constitucionalmente duplos, e nossa natureza bipolar facilita a automistificação.

Polarizar é parte de nossa natureza. Entretanto ela tem sido usada mais para dividir e condenar que para compreender. Os lados se complementam, mas, na politicagem, o conceito bloqueia a relativização. Passa a ser prova de certezas, quando o que está em jogo são circunstâncias e limites.

Continuando, Roberto DaMatta assinala que:

Polarização é uma palavra mais apropriada para uma enfermidade em que represento a verdade, enquanto você exprime erro e ignorância [embora a ignorância seja a maior multinacional do mundo]. Tudo o que digo traduz boa consciência do mundo e das coisas; ao passo em que você é a personificação da má-fé. Estamos afundados nessa dualidade não complementar e destrutiva já faz tempo.

Mais adiante em seu artigo, o antropólogo autor do celebrado livro *Carnavais, Malandros e Heróis* afirma:

A má consciência revela um autoritarismo rigoroso e, no limite, é o berço dos fascismos. O Diabo, que sempre desejou a morte de Deus e de suas incertezas, é fascista. Para ele, não pode haver outro lado além do seu. Eu tenho amor; você, ódio. A outra mão deve ser englobada em todas as situações. O aleijão resultante não é problema. Podemos viver sem um lado, como manda a lógica da má-fé e dos ficcionalismos modernos.

De acordo com o antropólogo, que acaba de completar 88 anos de idade:

A má consciência é madrinha dos particularismos [...]. [Assim, abro aspas] quando julgamos a esquerda subversiva e a direita reacionária, não contribuímos para a clareza. Pelo contrário, apagamos a luz do lado que consideramos inútil, malvado ou demoníaco.

Polarizar não é opor com objetivos de esclarecer ou enxergar melhor. É, como tristemente



testemunhamos, um modo de esvaziar o outro lado de razão.

No fundo, trata-se de mutilar o debate, o contraste, a identidade e a compreensão pela eliminação moral ou ideológica do outro, porque temos a bala de prata do certíssimo, do claríssimo e do crudelíssimo. Só nós contamos, porque estamos absolutamente certos de que ultrapassamos a eterna dúvida humana que faz parte de nosso caminhar [fecho aspas].

Segundo Roberto DaMatta, nos regimes democráticos é essencial a mudança periódica dos cargos públicos, fundada em direitos individuais que sustentam um acordo pela transitoriedade do poder. Ele enfatiza que, abro aspas:

Para realizar tal objetivo, regimes democráticos articulam eleições – competição eleitoral em que se submetem ao julgamento da população de cidadãos, aqueles que votam e elegem seus candidatos por um período delimitado. A regra eleitoral é um dos melhores exemplos de norma universalista, pois vale para todos os candidatos e todos os votantes. Trata-se de “jogo inclusivo” e, como sabemos, arriscado.

Para o antropólogo, nascido em Niterói, o jogo eleitoral, abro aspas:

Como um jogo de poder, ele desperta paixões espúrias e, em países cuja estrutura social se funda em valores aristocráticos e elitistas, existe permanente tentação de eliminar o opositor. O golpe nasce e cresce como malfadado projeto, justamente quando a polarização assegura certezas e armazena os argumentos das balas de prata que salvariam a sociedade. Trata-se de um pantanal ético de que – valha-me [meu] Deus! – ninguém escapa! [fecho aspas].

Concluo.

Tentar escapar das armadilhas da polarização nos tempos atuais é quase missão impossível; um desafio para lá de gigantesco que tem de ser encarado. Vejo a luta contra a polarização como um dever por parte de quem ambiciona ver um Brasil mais tolerante, com desenvolvimento econômico, mais fraternidade e justiça, menos concentração de riquezas, mais distribuição de renda e menos desigualdades sociais.

Fecho, Presidente Chico Rodrigues, Senador Paulo Paim e Senador Confúcio Moura, presentes, e aqueles que nos acompanham de outra forma e de seus gabinetes.

Eu tenho saudades dos tempos em que era jornalista em rede nacional de televisão, agora completando 50 anos de carreira também nacional. Eu era colunista da *Folha de S.Paulo*, trabalhava em todas as TVs abertas e fechadas e, quando eu via alguém perder a eleição, esse perdedor erguia a cabeça, chorava em casa, seguia a sua vida, e não havia conflitos familiares.

É muito triste ver hoje, entre os meus amigos de infância, que há alguns que não falam comigo mais por causa de opiniões em que não concordam comigo. Preferem a inimizade a uma amizade que eu tinha com eles, de 50 anos. Será que era amizade? Hoje eu vejo divórcios – divórcios! – de meus amigos de infância, de adultos. Hoje eu vejo – e vou falar até o nome dele aqui – o músico Ivan Lins, cujos irmãos e irmãs não falam mais com ele por causa de uma discussão política. Há irmão que rompeu com irmã – aqui dentro do Senado tem vários exemplos.

Eu sou feliz porque, toda terça-feira à noite, na minha casa, recebo para um jantar Senadores bolsonaristas, alguns radicais, mas nós convivemos bem, entre 14, 15, 16 – Izalci já esteve lá, Girão já esteve lá, Chico também. A gente conversa ideologicamente, porém, respeitando a opinião do outro, e nenhum desqualifica a opinião do outro. Ficamos até meia-noite, uma hora da manhã, toda semana. Poxa! Isso é bonito! E isso acontece aqui, nesta Casa maior, que, para mim... Eu faço aquela brincadeira, que não é de mau gosto, mas é o que os funcionários do Congresso falam: o Senado é o aeroporto e a Câmara



é a rodoviária, porque a Câmara tem um lado “chiqueiral”, ou seja, chiqueiro. Tem muita gente boa lá, que eu respeito, mas o nível não é o mesmo que nós temos aqui. Então, este nível que nós temos aqui vamos passar para o Brasil para que, de uma vez por todas, não haja essa polarização entre o amor e o ódio, porque todos nós...

Senador Chico Rodrigues, eu sei o tanto que você é do bem, o tanto que você é de paz, que você compreendeu perfeitamente este meu pronunciamento – agradecidíssimo.

E repito aos funcionários desta Casa, do tripé TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado: desejo uma ótima semana, iluminada e abençoada a todos, sem nenhuma exceção, aos funcionários e às funcionárias desta Casa, que são o nosso patrimônio maior.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Nobre Senador Jorge Kajuru, ao seu tempo, ao seu modo, V. Exa., sempre que ocupa a tribuna desta Casa, leva informações mil para a população brasileira. Como V. Exa. fala, tem aqueles que concordam e os que discordam. No entanto, é a manifestação livre, espontânea e, acima de tudo, independente, que V. Exa. tem e expressa, mostrando para o Brasil toda essa sua témpera, que é reconhecida por todos, principalmente por aqueles que veem sob o foco da área esportiva o seu valor, e, acima de tudo, as suas virtudes e o seu compromisso com o Brasil.

Cada um, aqui, dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, representa, no seu tempo, parte do eleitorado brasileiro. Ao se pronunciar aqui, nesta Casa, V. Exa. o faz com absoluta coragem e, acima de tudo, compreensão do Brasil em que nós vivemos hoje. Não precisa tergiversar para ir direto ao fato. V. Exa. sempre, de uma forma reta, vai aos fatos, assume os compromissos, as responsabilidades. Isso é muito bom, porque é uma fatia extremamente expressiva e importante da sociedade brasileira a que V. Exa. aqui representa.

Continuando a lista de oradores inscritos, eu passo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

V. Exa. dispõe de vinte minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Presidente Senador Chico Rodrigues, eu precisaria usar hoje, Senador Kajuru, Senador Girão, Senador Izalci, Senador Confúcio Moura, todos os meus 20 minutos, mas vou tomar a liberdade, antes que o Senador Kajuru saia, de pedir que a gente faça um minuto de silêncio pela morte da grande Senadora Maria do Carmo, ex-Senadora por Sergipe. Ela foi a primeira Senadora eleita, por aquele estado, para três mandatos de Senadora. Ela se sentava bem ali, atrás, onde eu me sento. Eu dialogava, quase todo dia, com ela. Ela, de uma gentileza, uma meiguice, um carinho muito grande com todos os Senadores e Senadoras!

Se V. Exa. permitir, nós faremos um minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Faremos um minuto de silêncio, homenageando a figura da nobre Senadora Maria do Carmo, que representou tão bem o Estado de Sergipe e que era uma colega de todas as horas, nas Comissões, no Plenário, nas transversalidades de conversas que eram importantes em todos os momentos. Assim, fica, na verdade, a sua lembrança, a sua história, mas, acima de tudo, cravada, aqui, nos *Anais do Senado Federal*, a sua passagem por esta Casa.

(Soa a campainha.)
(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente Chico Rodrigues, eu queria, como primeiro tema a tratar no dia de hoje, referir-me ao aumento do salário mínimo. É uma luta que eu venho travando desde que cheguei, aqui, na Constituinte. Em 1988, ele representava cerca de US\$60. Chegou a valer US\$100, graças a uma negociação que fizemos com



o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem eu teço aqui os meus elogios. Ele disse, quando terminou a negociação, até acho que já contei: “Está contente, agora, Paim? Cem, Paim”. Eu disse: “Como, Presidente?”. Ele: “Com US\$100! Você não queria tanto US\$100?”.

Enfim, com o valor estimado, que saiu, hoje, para 2025, o valor do salário mínimo vai para R\$1.509. Passará a representar, devido à política de inflação mais PIB, adotada pelo Presidente Lula e aprovada por esta Casa, US\$268. O aumento previsto é de 6,87% em relação ao atual valor de R\$1.412. Apesar do crescimento, ainda é muito pouco para cobrir a necessidade dos trabalhadores.

A atual regra de correção é determinada pela variação estimada pelo INPC nos últimos 12 meses, encerrada em novembro de 2024, acrescida de um aumento real decorrente do crescimento do Produto Interno Bruto de 2023. A elevação do salário mínimo se traduz no fortalecimento do mercado consumidor e avança na redução das desigualdades sociais.

Faço este registro porque eu viajei por inúmeras regiões do estado – dividimos o estado em oito regiões – para debater a construção de uma política definitiva. Naquela época, todo ano tinha um debate sobre o salário mínimo. Aí, construímos uma proposta, que eu, como Relator, apresentei: era a inflação e o dobro do PIB e a garantia aos aposentados. Depois de uma ampla negociação, os aposentados que ganhavam até um salário mínimo, claro, foram mantidos, mas aqueles que ganhavam mais não o foram, e, devido a isto, até hoje há um clamor dos aposentados e pensionistas. Eu até apresentei um projeto que aprovamos aqui no Senado, foi para a Câmara, para ter uma política de reposição também aos aposentados e pensionistas que ganham mais que um salário mínimo. Claro que ninguém ganha mais do que cinco. Quando eu falo em mais que um, eu estou falando do Regime Geral da Previdência, porque, hoje, a ampla maioria, 99%, ganha, no máximo, até cinco salários mínimos, e 80% ganham somente um salário mínimo.

Feito este registro, Sr. Presidente, eu queria também fazer outro registro, que é sobre a Expointer, no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente Chico Rodrigues, senhoras e senhores, ontem, dia 1º de setembro, foi encerrada, com muito sucesso, a 40ª Expointer, em Esteio, no Rio Grande do Sul, um dos maiores encontros agroindustriais da América Latina.

Quero, hoje, dar meus cumprimentos a todos os expositores, em especial ao Pavilhão da Agricultura Familiar, que festeja seus 25 anos de participação.

Foi um momento muito bonito que mostra o caminho da reconstrução do Rio Grande do Sul.

Presidente, eu quero que considere na íntegra também este pronunciamento.

Eu vou falar agora do meu pronunciamento de fundo.

Sr. Presidente Chico Rodrigues, senhoras e senhores, na noite da última quinta-feira, em Brasília, ocorreu a entrega do 17º Prêmio Congresso em Foco. Foi uma celebração da democracia e de todos aqueles que acreditam em um país mais solidário, fraterno e inclusivo, com direito a oportunidades iguais para todos e com respeito aos direitos humanos e à diversidade.

Estavam lá em torno de 400 pessoas. O nosso mandato... Eu, Presidente, participei todas as vezes. É a 17ª vez, e, desta vez, o nosso mandato foi agraciado com quatro prêmios, pelos quais aqui tenho que agradecer.

Recebi o primeiro lugar, pelo júri técnico especializado, pelo meu trabalho nas áreas em que atuo, segundo eles, e vou citar aqui as áreas em que eu mais atuo; mas quero dizer que embora tenha recebido também o título de Senador de destaque da Região Sul, recebi o quarto lugar, pelo voto popular na internet, entre os melhores Senadores, também fomos dos mais avaliados pelos jornalistas, ficando ali na quarta colocação. Eu recebi o primeiro lugar foi pelo júri técnico especializado, que fez uma análise do



nosso trabalho. Mas, enfim, eu estou resumindo ao máximo aqui.

Parabéns a todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, premiados ou não!

Quero saudar também a minha Bancada do Partido dos Trabalhadores, que teve seus Parlamentares contemplados.

Cumprimento também os outros partidos.

Nosso mandato faz da política não apenas um ato em si, mas uma convergência de boas lutas em defesa das grandes causas do povo brasileiro e do nosso país. Essas honrarias recebidas são dedicadas – elas são fruto de uma construção coletiva – aos trabalhadores, aposentados, idosos, jovens, estudantes ou não, servidores públicos, sindicalistas, negros e negras, brancos e brancas que lutam contra todo tipo de preconceito e discriminação, quilombolas, indígenas, mulheres, agricultores familiares, sem teto, sem terra, homens e mulheres do campo e da cidade, comunidade LGBTQI+, migrantes e refugiados, militantes do meio ambiente, vulneráveis e desempregados. Eles é que construíram esses prêmios que ora nós recebemos – mais uma vez, falo aqui –: os discriminados, os que sofrem preconceitos, àqueles que sentem na pele a desumanidade do ódio e do racismo, aos que têm fome e sede, aos que têm as mãos calejadas e o rosto marcado pelo sol, refletindo geografias de vida e tempo. São vocês que aqui citei que fazem o nosso mandato de Senador da República. Quando recebo esse prêmio, tenho certeza, Presidente Chico Rodrigues, de que isso não foi só porque é o Paulo, é o Paim ou porque é um Senador negro, mas porque os julgados refletiram sobre esse trabalho que nos levou a nível nacional, marcado por essas posições, defendendo principalmente as políticas humanitárias.

Enfim, são esses que citei que fazem o nosso mandato de Senador da República. São vocês que aqui citei que escreveram e continuam escrevendo a nossa história. São nossas vozes e nossos gritos. E dão-nos esse destaque devido à participação permanente na construção de políticas públicas aos mais vulneráveis. Vocês são os verdadeiros líderes das políticas humanitárias que muito tivemos a honra de, ao trabalhar ouvindo a população, transformar em leis.

Cheguei a Brasília, Presidente Chico Rodrigues, como Constituinte. Cheguei a Brasília na época da Constituinte, e, ao longo de todos esses anos, participamos de grandes embates em defesa de causas nobres e justas do povo brasileiro. Foram quatro mandatos de Deputado Federal, três de Senador.

Ajudei com orgulho a escrever a Constituição Cidadã, de 1988. Construímos leis que hoje são referências – e tive o apoio de todos os Senadores, Senadoras e Deputados também –, como, por exemplo, o Estatuto da Pessoa Idosa, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto dos Povos Ciganos, que aprovamos aqui, mas está na Câmara; o Estatuto da Juventude, que também é lei; a política nacional de valorização do salário mínimo, que já citei antes; a lei dos autistas... Foi um momento para mim emocionante e histórico quando, em torno de 30, 35 mães vieram à Comissão de Direitos Humanos e perguntaram para mim se eu poderia apresentar, dar o encaminhamento ao projeto de lei dos autistas. Era o nosso último apelo. E, felizmente, deu certo: existe hoje uma lei dos autistas em nível nacional. Cito também a Lei da Injúria, que foi fundamental, porque, quando se cometia um crime de preconceito e racismo, isso era pago com cesta básica. Mas construímos juntos – nós todos, não só eu – a Lei da Injúria, porque assim toda injúria hoje é crime de racismo inafiançável.

O 20 de novembro é feriado nacional, Zumbi e consciência negra. Neste próximo dia 20 de novembro será feriado nacional, em que vamos lembrar a luta do grande Zumbi, a luta da consciência negra e a luta de todos aqueles que peleiam, que fazem o bom combate contra todo tipo de racismo.

A luta dos lanceiros negros, Presidente, foi uma luta que travei desde a Constituinte. Heróis da pátria eles se tornaram, porque no Rio Grande do Sul, quando houve a revolução, foi prometido aos lanceiros negros que eles seriam libertos. Terminou a dita revolução contra o poder imperial do meu estado



e, infelizmente, a ordem foi: poupe os índios e mate os negros.

Então, eu consegui aprovar, com o apoio dos senhores e senhoras, para que os lanceiros negros passassem a ser heróis da pátria. Aprovamos também no Senado – na Câmara não foi aprovada ainda – a lei João Cândido, o almirante negro, para que ele ficasse também como herói da pátria.

Aprovamos aqui no Senado o projeto de abordagem policial, que é um projeto fundamental para combater o preconceito contra os mais pobres, os negros e negras.

Presidi pela quarta vez a Comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa e presidi também a Comissão Mista sobre Migrações e Refugiados. Presido, ainda hoje, a comissão do Senado, externa, a convite do Presidente Rodrigo Pacheco – os três Senadores gaúchos estão na Comissão de oito Senadores, eu fiquei como Presidente, o Luis Carlos Heinze ficou como Vice e o Senador Mourão ficou como Relator –, sobre a tragédia climática do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, estamos agindo e nos movimentando, somos oito Senadores. Tenho a honra de presidir este Colegiado com esses oito Senadores, nosso compromisso é com a melhoria da vida das pessoas, com o bem-estar e com a dignidade humana.

Por isso, seguimos em frente, pelas causas que nos unem, as nossas grandes e nobres causas – eu digo nossas porque são do povo brasileiro, não são só minhas –, nosso sonho, nossas canções, trilhando caminhos sobre o mar, caminhos que se fazem caminhando. Como diz o poeta, o caminho a gente faz caminhando.

O site Congresso em Foco, ao focar e trazer à tona a atuação do Congresso Nacional, dá uma significativa contribuição à democracia. A democracia é uma obra que precisa ser cuidada todos os dias, para que suas raízes se fortaleçam e bons frutos sejam colhidos.

A nós cabe seguir o exemplo dos trabalhadores das minas, que buscam as rochas mais distantes, as pedras mais difíceis, para lapidá-las e delas retirarem a tão aguardada sabedoria.

Democracia e esperança caminham lado a lado, perseguindo o mesmo horizonte. É com o verbo esperançar que fazemos a nossa caminhada, e quanto mais caminhamos, mais compreendemos que sozinhos não vamos a lugar nenhum.

Por isso, eu agradeço a todos que participaram junto conosco dessa longa caminhada, sempre na linha das políticas humanitárias. As políticas humanitárias são faróis, luzes que iluminam o nosso espaço nessa longa jornada em defesa da vida e de um mundo melhor para todos.

Parabéns ao site Congresso em Foco. Minha saudação aos jornalistas, ao júri técnico especializado e a todos os internautas, que foram milhares, que votaram.

Quero fazer aqui, ao concluir, Presidente, uma referência ao Diretor do Congresso em Foco, Sylvio Costa, e a toda a sua equipe. Gratidão. Os nossos cumprimentos e o nosso respeito.

De todos os anos do Congresso em Foco, eu já devo ter recebido em torno de 34 a 36 prêmios, nesses 17 anos, mas confesso, Presidente, que o deste ano foi diferente, foi especial, porque eu já tinha recebido três prêmios, estava tirando foto com a moçada e, quando eu vi, fui chamado ao palco e era o último prêmio, era o prêmio que dava um destaque, em nível nacional, para o Senador. E é claro que fiz uma fala lá – o tempo era pequeno, de dois minutos – com muita emoção e muito sentimento, e estou aqui dividindo na tribuna.

Este prêmio não é meu, o prêmio é de todos os brasileiros e brasileiras, é de todo o Congresso Nacional, porque eu não votaria um projeto, dos que citei, se não fosse o apoio dos senhores e das senhoras aqui no Parlamento e na Câmara dos Deputados.

Termino, se você me permitir, Presidente, só com isto. Eu já disse a todos que eu sou muito apaixonado por uma música de autoria de León Gieco, que compôs uma das canções mais importantes do mundo e de uma mensagem profunda de ternura, de amor, de consciência, de solidariedade, de fraternidade



e de uma capacidade enorme de resistência, e que foi imortalizada na canção cantada por Mercedes Sosa, com sua voz de canto humanitário, suas raízes de cheiro de terra da América Latina.

Com a devida licença de V. Exa., assim termino, com um pedacinho desta canção:

Eu só peço a Deus [pedimos a Deus]
 Que a dor não me seja indiferente
 Que a morte não [...] [nos] encontre um dia
 [...] [Solitários], sem [...] [termos] feito o que [...] [queríamos]
 Só peço a Deus
 Que a injustiça não [...] [nos] seja indiferente
 Pois não [...] [podemos] dar a outra face
 Se já [...] [fomos] [...] [machucados] brutalmente
 [...] [Pedimos] a Deus
 Que a guerra não [...] [nos] seja indiferente
 [pois] É um monstro grande e pisa forte
 [...] [sobre] a pobre inocência dessa gente
 [...] [Pedimos] a Deus
 Que [...] se um só traidor [...] [tiver] mais poder que um povo
 Que este povo não [o] esqueça facilmente.

A música não é minha, a letra não é minha, eu apenas fiz uma adaptação dentro daquilo que é permitido, Presidente, porque entendo que a solidariedade, o amor, a fraternidade, o carinho e o respeito a todos é fundamental.

Por isso que eu dedico estes prêmios, principalmente o prêmio principal, que foi em nível nacional, a todos, a todo o povo brasileiro...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... porque eu apenas fui um instrumento aqui dessas políticas públicas que eu tive a alegria de dividir com vocês – e vocês me apoiaram. Se não fossem vocês, isto aqui não teria acontecido.

Como eu digo, e tenho repetido – alguns não gostam que eu diga, mas eu vou dizer de novo –: é muito bom, na hora em que a gente sente que é hora de voltar para casa, receber uma homenagem como esta do Congresso em Foco, que eu entendo que é uma homenagem a todo o povo brasileiro.

Obrigado, grande Senador Chico Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu ouvi atentamente mais um pronunciamento de V. Exa. dessa tribuna, que na verdade, já faz parte deste cenáculo do Senado Federal, onde V. Exa. se pronuncia todas as semanas e em praticamente todas as sessões, com uma precisão cirúrgica da sua presença, mostrando, em cada pronunciamento, o conhecimento, a dedicação ao mandato, a dedicação às causas que defende.

E só uma rápida pincelada. Na realização da Expointer, eu diria que o Rio Grande se levanta. Na verdade, esse grande gigante, que foi submetido a um acontecimento fortuito aí do destino, mas a sua população tem uma grandiosidade invejável, não é? Nós verificamos que, na última Expainter, foram mais de R\$8 bilhões que foram comercializados, inclusive dando destaque para áreas antes não muito acompanhadas e reconhecidas. Apenas a agricultura familiar comercializou mais de R\$10 milhões, beneficiando aquele pequeno produtor rural gaúcho, lá do campo, que, com a sua família, teima em sobreviver para criar sua família e viver com dignidade. E essa Expainter mostrou exatamente esse



reconhecimento, comercializando um valor tão expressivo com a agricultura familiar.

O setor automobilístico também comercializou mais de R\$600 milhões, mais de R\$600 milhões, assim como máquinas e equipamentos com mais de R\$3,3 bilhões, perfazendo um total de R\$8,1 bilhões. Isso demonstra exatamente a gente da sua terra, que tem esse poder de reconstituição, de renascimento, de crença, de confiança em Deus gigantesco, mostrado depois de poucos meses de uma grande tragédia, se recompor.

E não poderia deixar, meu caro Senador, de aqui comentar rapidamente essa sua honraria que recebeu do Congresso em Foco, que, em boa hora, numa interpretação muito cuidadosa por parte dos jornalistas, por parte do júri técnico, que obviamente fizeram uma análise transversal de toda a participação, atividades, atuações etc., de todos os agraciados, comandados pelo grande jornalista Silvio Costa, que preside o Congresso em Foco, não poderia ser diferente no mérito, quando o escolheram, por quatro vezes, como um dos agraciados mais brilhantes, inclusive também recebendo essa honraria em nível nacional.

Isso aí, na verdade, sinceramente, meu caro Senador Paulo Paim, nós que já nos conhecemos há mais de 30 anos, desde a Câmara dos Deputados, em 1991, até hoje, aqui no Senado, acho que ainda é pouco pela sua dedicação. Sem usar o querer bem, a amizade, a admiração que temos por V. Exa., eu diria que é a dedicação permanente, é o debruçar sobre as grandes questões nacionais que fazem com que essas honrarias sejam reconhecidas. E mais do que serem reconhecidas pelos jornalistas, e tão importante quanto, o são pela população do seu estado, que, desde 1986, o coloca aqui, neste Congresso Nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Lembrou a data exata!

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – É. Eu lembro a data, eu tenho uma memória admirável – graças a Deus – e os fatos importantes ficam tatuados na nossa memória. E eu vejo exatamente a alegria de V. Exa., a expressão de gratidão àqueles que, na verdade, reconheceram este valor, ao lhe concederem tantas honrarias.

Digo, de uma forma extremamente segura, que V. Exa. representa aqui, no Senado da República, hoje – por que não dizer no Congresso Nacional? –, a expressão, na verdade, de um Parlamentar que foca no coração dos brasileiros, foca nas demandas dos brasileiros, foca exatamente naquilo que o seu saber, o seu trabalho cotidiano pode levar de melhor para cada um dos brasileiros.

V. Exa. falava também – eu já me recordo – antes, e já nesse pronunciamento, também sobre a questão do salário mínimo. Quantos e quantos aqui já lutaram pelo salário mínimo? Mas, inquestionavelmente, V. Exa. talvez tenha sido o mais dedicado, até hoje, de todos os Parlamentares, na Câmara e no Senado, que tiveram uma verdadeira relação de teimosia, mas teimosia sagrada, reconhecendo a necessidade, que cada cidadão brasileiro precisava ter a dignidade de receber um salário, naquela época, de U\$100 – quando éramos Deputados Federais, a época, inclusive, do Fernando Henrique Cardoso –, e, hoje, de quase U\$300, U\$270.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aproxima-se...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Já se aproxima de quase três vezes o valor daquela época.

Portanto, eu não poderia deixar de fazer esse registro, porque, como o conheço, como eu sei parte da sua história, acho que o Congresso em Foco merece, na verdade, o nosso aplauso, o nosso elogio e o nosso reconhecimento pelo trabalho que realiza para estimular os Parlamentares. Há aqueles que, na verdade, buscam também essas conquistas, mas há o conjunto dos Deputados e Senadores no reconhecimento do



Congresso em Foco, que reflete diretamente, na sua base política, e – por que não dizer? – no nosso país.

Portanto, parabéns a V. Exa., por tão grandes e merecidas honrarias recebidas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço, Presidente Chico Rodrigues.

V. Exa. é sempre muito gentil e faz uma fala – depois da fala de cada Senador, e não só da minha – sempre com uma forma de acolhimento. Independentemente da posição política de cada um, V. Exa., com muita diplomacia, acolhe a todos. Isso é um sinal daqueles que fazem o bem sem olhar a quem.

Um abraço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado, Senador.

Continuando a lista de oradores inscritos, convido o nobre Senador Confúcio Moura para fazer o seu pronunciamento. V. Exa. dispõe de 20 minutos.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discursar.) – Presidente Chico Rodrigues, meus cumprimentos, a todos os funcionários da Casa que estão aqui nesta tarde de segunda-feira, muito obrigado. Cumprimento todos os telespectadores.

O meu discurso desta tarde, Sr. Presidente... Até botei um título nele: A vida real e o futuro que não chega. Esse é o tema do meu discurso.

O meu comentário, Sr. Presidente, é sobre economia. Este ano, a previsão para o Brasil, até o final do ano, é a de que a gente atinja R\$2,4 trilhões aproximadamente de PIB líquido, fora essa parte de dívida, de juros, que somados chegam a quase R\$12 trilhões, o valor da arrecadação brasileira bruta. Mesmo com esse recurso, nós vamos ultrapassar o PIB da Itália. Passaremos a ser, até dezembro, a oitava economia do mundo. Isso é extremamente importante: a oitava economia do mundo. Significa que o Brasil é um país consistente, que é um país que tem recursos, que é um país que tem reservas.

A gente fica observando por que esse PIB – essa oitava economia – não repercute na vida das pessoas. Por que nós temos uma pobreza tão grande que depende de Bolsa Família, que depende também do BPC (Benefício de Prestação Continuada)? Tem uma quantidade de pessoas... No início do Governo do Presidente Lula, nós tínhamos cerca de 30 milhões de brasileiros passando fome. Reduziu-se, é lógico, com esses investimentos, com essas transferências de recursos, a fome no Brasil, mas um país que tem fome é um país, ainda, que vive em um estado deplorável, que tem parte de sua população passando necessidades, sem o mínimo essencial como alimentação. Então, essa riqueza do Brasil, esse PIB, a oitava economia do mundo, a gente fica observando. Qual é o fator que tem contribuído, ao longo dos últimos 40 anos, aproximadamente, assim num chute, pode ser até mais, para que o Brasil não cresça de uma maneira sustentável? Esse crescimento sustentável seria o seguinte: seria a riqueza, a participação das pessoas no bolo do dinheiro brasileiro.

Praticamente, o crescimento do PIB anual, no Brasil, chega a 2%. A gente comemora muito quando chega a 2,5%. Outra hora, de repente, despenca a menos de 1%. Então, fica nesse vai e volta permanente, o que não dá uma estabilidade ao crescimento. Eu fico imaginando qual é o fator que contribui, que puxa o Brasil para que não consiga decolar, em 40 anos, para um crescimento garantido, sustentado, assim realmente bonito, como tem experimentado, por exemplo, a Índia, recentemente. Até países mais pobres, como Bangladesh, têm experimentado crescimentos substanciais, importantes, embora a gente esteja vendo aqui que a economia, depois da pandemia no mundo, mudou muito. Países como os Estados Unidos nunca tiveram juros tão altos e crescimento baixo, e outros países europeus também padecendo da mesma situação. Mas, agora, eles arrancam, e foi o fator pandemia que puxou realmente essa economia mundial para baixo.

Mas no Brasil tem alguns fatores, algumas incógnitas, alguns pesos específicos no cálculo matemático



da economia que não permitem que o Brasil cresça. Eu fico pensando: qual é esse fator? O que atrapalha esse crescimento? O que faz com que a gente não consiga atingir um crescimento de 4%, 5%, repetido por dez anos, por cinco anos? Qual é o fator? Eu fico imaginando: será que é a desigualdade social? Será que é a imensa distância entre pobres e ricos? Será que é a educação de má qualidade? O que é? Será que é, por exemplo, o contrabando, a ilegalidade, o crime? Quais são os fatores que realmente conspiram para que o país não consiga ter um crescimento definido, crescente, animador?

Então, são questões que eu acho que os economistas ficam debruçados sobre esses fatores e cada um... Eu leio quase todo dia os jornais, vou em cima dos artigos econômicos, e não vejo esses comentários. Qual é o fator? Eu acho que é um conjunto sistêmico de fatores que realmente atrapalha esse crescimento nacional e, com isso, ameaça a democracia.

E vocês estão vendo o mundo todo... Agora, por último, eu estava até comentando ali, a Alemanha caminhando na possibilidade de a direita ganhar as eleições, depois do nazismo. Então, termina que a população vai se cansando disso, cansando dos modelos atuais de democracia do mundo e fica se aventurando por outras possibilidades, dando margem ao populismo, porque não existe milagre. E termina que a população, cansada, exaustivamente cansada da democracia que não responde, que não dá resultado prático à vida das pessoas, pensa: "Vamos experimentar este candidato nessa eleição?".

Nós estamos vendo aí os debates em alguns estados, os debates políticos, que são vexatórios, são ataques grosseiros, um ao outro, parece que eles estão digladiando numa luta, como se fosse uma luta de boxe, em vez de colocar pensamento, ideias, "o que é que eu vou fazer, o que é que eu não vou fazer". Ficam atacando a honra das pessoas, com baixarias, dando a entender que a população gosta da baixaria. Isso não é bom para nós todos.

Então, essa ameaça entre democracia estável e economia tem um paralelo que a gente precisa estudar com mais detalhes, porque tem livros – até o Esperidião sempre cita alguns livros sobre ameaças à democracia no mundo – já escritos, divulgados e amplamente lidos, que realmente são esses fatores que conspiram para baixo, para que a democracia, que a gente sabe que é a melhor forma de governar, a melhor maneira, esteja tão ameaçada.

Muito bem, Sr. Presidente, então, diante de toda essa exposição que eu faço, eu vejo assim que há uma fadiga, um certo cansaço da população por essas promessas não cumpridas, com as expectativas, como eu falei no início, a vida real e o futuro que não chega para uma grande parte da população.

Então, existem, na realidade, dois tipos de economia: a economia que é visível, que nós estamos vendendo na rua, no dia a dia; e a economia subterrânea, a economia que você não vê.

Essa economia subterrânea significa a economia dos informais, dos pobres, essa economia da sobrevivência, daquela mãe de família que se vira para criar três, quatro, cinco filhos sozinha, sai vendendo coisinhas na rua, fazendo pastelzinho, fazendo isso e aquilo outro, com os filhos vendendo pirulito aqui e acolá, para ter um dinheirinho para a sobrevivência.

Essa é a economia informal, essa é a economia que a gente conhece dos camelôs, dos vendedores ambulantes, de um modo geral, dos prestadores de serviços, das manicures, dos cabeleireiros, enfim, de todo esse pessoal que realmente trabalha na rua. Eles se expõem, eles vão para a frente, para a guerra, para sobreviver.

Então, esse efeito que nós temos já caiu, esse meu dado aqui é mais antigo, 40 milhões de informais no Brasil. Até foi comemorada, na semana passada, a grande quantidade de pessoas ocupadas no Brasil, é muito grande; passou de 110 milhões de brasileiros ocupados. Isso é muito bom, mas vem descontando esses trabalhadores informais, que não têm carteira assinada, que não pagam previdência. Eles são pessoas vulneráveis para o futuro.

Muito bem, mas nós estamos vendo a reação das comunidades. Nós estamos vendo, por exemplo,



essa Central Única das Favelas, que é a chamada Cufa. É uma instituição não governamental, nascida nas favelas do Rio de Janeiro, que se esparramou pelo Brasil inteiro e presta um serviço de alta confiança.

Inclusive, nas doações para o Rio Grande do Sul, nas doações para os desabrigados em qualquer calamidade, todo mundo recomenda: “Passe esse dinheiro para a Cufa (Central Única das Favela)”, porque todo mundo acredita que ela realmente aplica o dinheiro em cestas básicas, alimentação e faz a distribuição. É uma instituição acreditada, que veio das favelas e que está organizando. A Cufa já está organizando a economia das favelas, o PIB das favelas.

Lá em Paraisópolis, São Paulo, também as associações têm feito o possível e o impossível para organizar aquelas comunidades de Paraisópolis. Na época da pandemia, foi um *show*. O que eles fizeram lá em São Paulo foi algo admirável, não é?

Por exemplo, uma ambulância não subia o morro para dar apoio às pessoas com covid. O desemprego foi gigantesco, porque as pessoas que trabalham lá embaixo e que fazem os serviços braçais – as domésticas, as trabalhadoras no comércio, nas farmácias são lá de Paraisópolis – descem o morro para trabalhar e foram todas desempregadas na época da pandemia. Eles tiveram que montar cozinhas, montaram organizações... São realmente fascinantes essas organizações da própria sociedade civil.

Então, Sr. Presidente, esses exemplos de que nós estamos falando aqui, hoje, nós devemos perseguir, para que o Brasil tenha um crescimento distributivo e inclusivo, porque não há economia, não há possibilidade de se viver realmente uma economia estável com a falta da inclusão produtiva, a inclusão democrática, a inclusão econômica. Isso é indispensável.

E eu também atribuo à educação profissional... Na educação profissional – que eu sei que o Presidente Lula está fazendo e o Ministro Camilo está trabalhando –, já aprovamos nas duas Casas a reforma do ensino médio, pela qual vai entrar educação profissional para valer. Só que o estado... a educação profissional é executada pelos estados. Mas isso não é tão simples assim. O estado, para ter a educação profissional dentro de uma escola pública, tem que adaptar equipamentos, tem que ampliar salas, tem que contratar professores técnicos para poder ensinar essa juventude. Então, ainda vai rolar para frente muita coisa para se ajustar no decorrer do tempo, e eu espero que seja o mais rápido possível.

Então, esses são nossos problemas reais, e eu espero, assim, que a gente consiga resolver isso, que a gente possa colocar na mão dos economistas esse fator, essa incógnita do crescimento econômico sustentável no Brasil. A gente precisa saber identificar qual é ele para facilitar o nosso crescimento de maneira duradoura. Do contrário, Sr. Presidente, a gente vai ficar nesse marca passo eterno, nesse marche-marche. Quem serviu no Exército ou na polícia militar sabe o que é marche-marche: é você marchar no mesmo lugar, ficar ali sapateando sem sair nem para frente nem para trás. Então, assim não dá.

Então, esse é o meu desejo. Gostaria muito de estar contribuindo, e nós estamos contribuindo com a economia. Nós queremos aprovar a regulamentação da reforma tributária. Nós queremos aprovar todos os projetos de lei que tramitam sobre energia, sobre as alternativas de energias limpas; nós precisamos aprovar rapidamente... Aqui já foi aprovado o projeto da nossa Senadora Leila – já está lá na Câmara – sobre o crédito de carbono. Nós precisamos dessas leis todas aprovadas, colocadas à disposição.

Nós precisamos abrir a economia brasileira, nós precisamos facilitar, tornar mais leve este país, para que o empresariado possa investir. Nós temos que demonstrar segurança jurídica para que os investimentos estrangeiros venham para o nosso Brasil, para garantir ferrovias, por exemplo, concessões de saneamento. Nós temos um compromisso com o povo brasileiro, deixado aqui pelo Tasso Jereissati, nosso Senador brilhante – um amigo e ex-Senador –, que é o marco do saneamento básico. Até 2033, nós devemos ter 100% de água tratada para todos os brasileiros e 91% de esgoto sanitário. Mas, eu pergunto: com que dinheiro nós vamos fazer tudo isso?

Então, a gente precisa abrir a nossa confiabilidade internacional para a captação desses recursos,



para esses investimentos em água, esgoto e em outras obras de infraestrutura para o nosso país.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Nobre Senador Confúcio Moura, sempre que V. Exa. ocupa essa tribuna, traz temas extremamente relevantes, demonstrando, inclusive, preocupação com a economia deste país.

V. Exa. é do Estado de Rondônia, estado da Região Norte que teve a honra de tê-lo como Governador por duas vezes e que sabe exatamente da sua preocupação com a economia, e, é lógico, não apenas de Rondônia, mas de todo o país, quando faz essa análise transversal de dados, de números, de alternativas, de possibilidades que o Brasil vive e dos motivos pelos quais o país não dá um verdadeiro salto no desenvolvimento econômico, o que se reflete diretamente na área social. Todos nós na vida pública, política ou não, queremos exatamente ver é o bem-estar de toda a população brasileira. A gente sabe que é bom, porque tem essa dedicação, de um certo modo focal, procurando encontrar explicações para todas essas questões, que são fundamentais, até porque a população brasileira cobra dos seus representantes, e V. Exa., com esse jeito jeitoso, com esse cuidado, demonstra essa dedicação.

Temos certeza absoluta, nobre Senador Confúcio Moura, de que o Brasil, de uma forma ou de outra, está no seu caminho e passará a ser já a oitava economia do planeta. Eu estou falando a oitava economia do planeta, com todas as dificuldades inerentes que nós vivemos dos governos anteriores, do atual Governo. Mas o Brasil é um gigante. Como dizia um Professor meu, na Itália, quando eu estudei na FAO, Amintore Fanfani, o Brasil era um país fadado ao desenvolvimento, porque tinha as grandes demandas de que o mundo precisa: água doce em abundância, biodiversidade em abundância e os minerais estratégicos mais importantes do planeta.

Portanto, a sua preocupação é também a nossa preocupação – é claro, V. Exa. mais debruçado, mais dedicado, etc. Mas eu sou um daqueles, na verdade, muito teimoso. Eu acho que o Brasil é maior do que todas as suas crises. Um país deste, enfim, é invejável no cenário dos grandes países do mundo. Dos 203 países que estão registrados na ONU – são 203 países deste planeta Terra os registrados na ONU –, nós somos abençoados por Deus.

Portanto, parabéns pela sua preocupação, que nos dá motivo a fazer alguns comentários que às vezes até ultrapassam o limite de tempo aqui na nossa Presidência. Então, parabéns a V. Exa.

Continuando a lista dos oradores inscritos, eu passo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

V. Exa. dispõe de 20 minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a democracia roubada: quando os guardiões se tornam algozes. A conivência da sociedade com o arbítrio judicial é a maior traição à democracia e à liberdade.

Em tempos de crise institucional, a sociedade brasileira se vê em uma encruzilhada perigosa, em que aqueles que deveriam proteger a Constituição se revelam seus principais sabotadores.

O que resta de uma democracia quando os seus guardiões se transformam em algozes?

Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e outros, que deveriam ser baluartes da legalidade e da justiça, optam por trilhar o caminho do autoritarismo, concentrando em suas mãos um poder que não deveria ser exercido por nenhum indivíduo, em uma sociedade verdadeiramente democrática.

No epicentro dessa derrocada, está a transformação do Judiciário num instrumento de censura e repressão. A toga, símbolo da imparcialidade, tornou-se a capa de uma nova forma de ditadura em que ministros agem como soberanos absolutos, decidindo quem pode falar e o que pode ser dito.

O vazamento das mensagens entre assessores do Ministro Alexandre de Moraes escancarou a podridão de um sistema que se perdeu em sua própria arrogância. Manipulação de provas, criação de narrativas falsas, perseguição a adversários políticos, tudo isso em nome de uma moralidade fictícia, que serve apenas



para justificar o abuso de poder.

Esse abuso de poder não seria tão devastador se não fosse a conivência da sociedade. A verdadeira tragédia não é apenas o que os ministros fazem, mas a forma como a população tolera o intolerável.

A aceitação gradual da censura, o silêncio diante da perseguição política e a apatia frente à supressão de direitos fundamentais revelam o quanto nos distanciamos dos valores democráticos. Como uma sociedade que se acostumou à repressão, nos tornamos cúmplices do desmantelamento das nossas liberdades.

A tolerância ao abuso de poder é, em última análise, a maior traição que uma sociedade pode cometer contra si mesma. A situação torna-se ainda mais crítica quando consideramos a centralização extrema de poder na mão de figuras como Alexandre de Moraes. O Ministro, que deveria ser o guardião da Constituição, age como um soberano autoproclamado, acima das leis e dos princípios básicos do devido processo legal.

A ironia dessa situação é clara: aquele que deveria ser o defensor implacável do Estado democrático de direito se torna o principal agente de sua subversão. Ao transformar um simples vazamento de informações numa cruzada contra uma suposta conspiração, Moraes desvia o foco de seus próprios métodos questionáveis e alimenta a narrativa perigosa de que qualquer crítica a ele é um ataque à democracia em si. A narrativa que Moraes constrói é, em si, uma ameaça à democracia. Ao pintar seus críticos como inimigos do Estado, ele mina as próprias instituições que afirma proteger.

A democracia não é enfraquecida por críticas legítimas ou questionamentos saudáveis. Ao contrário, é fortalecida por eles.

O verdadeiro perigo surge quando o poder se concentra em uma única figura que se considera acima do bem e do mal. Essa centralização do poder não apenas desafia o princípio da imparcialidade judicial, mas também levanta sérias dúvidas sobre o compromisso de Moraes com os fundamentos republicanos.

O inquérito das *fake news*, uma criação de Dias Toffoli, é um exemplo claro desse cavalo de Troia judicial. Sob o manto da legalidade, o Supremo Tribunal Federal acumulou um poder sem precedentes, que permitiu a Alexandre de Moraes se autoproclamar investigador, acusador e juiz em um único processo. Esse inquérito não é apenas uma ofensa ao devido processo legal; é uma abominação jurídica que compromete a integridade do sistema judiciário brasileiro. Ao manipular os processos para garantir que tudo continue sob sua jurisdição, Moraes demonstra uma habilidade inquietante de manter o controle absoluto, desrespeitando os princípios mais básicos da justiça.

A verdadeira tragédia dessa situação é a conivência do restante da sociedade.

A apatia diante dessas aberrações jurídicas, a aceitação passiva de uma censura cada vez mais agressiva e o silêncio frente à perseguição política são sintomas de uma democracia que está morrendo. Quando a imprensa, que deveria ser o bastião da verdade, se rende ao conformismo; quando as escolas, que deveriam promover o pensamento crítico, se tornam centros de doutrinação; e quando as empresas, temerosas, se curvam diante do autoritarismo identitário, percebemos o quão longe estamos do ideal democrático.

O caminho que estamos trilhando é suicida. A destruição de uma democracia não ocorre de uma vez só, mas através de uma série de concessões e silêncios. Quando percebermos, o que restará será apenas o vazio de uma liberdade perdida, uma sociedade imbecilizada que não reconhece mais os valores pelos quais lutou. Se os verdadeiros democratas não se levantarem para defender as liberdades que ainda restam, logo será tarde demais. A democracia será apenas uma lembrança distante, destruída não por um golpe militar ou por uma revolução violenta, mas pela apatia e conivência de um povo que não soube defender a sua própria liberdade.

A centralização extrema de poder, a manipulação dos processos judiciais e a censura institucionalizada são os sintomas mais visíveis de um Judiciário que se perdeu em sua própria arrogância. Mas o verdadeiro



perigo para a democracia brasileira está na aceitação passiva dessas aberrações. Quando a sociedade tolera o intolerável, quando aceita que a concentração de poder é uma defesa da democracia, ela se torna cúmplice da sua própria destruição. Se continuarmos nesse caminho, criaremos uma geração que considerará normal a censura, o cancelamento e a repressão estatal.

A democracia brasileira, outrora vibrante, agora se encontra em uma encruzilhada perigosa. O que vemos hoje não é a preservação do Estado democrático de direito, mas a sua gradual erosão, promovida por aqueles que deveriam ser os maiores defensores. Se não agirmos agora, se não levantarmos nossas vozes contra esse arbítrio, em breve descobriremos que a liberdade, tão arduamente conquistada, se transformou em uma sombra do que um dia foi. E, quando isso acontecer, não poderemos culpar apenas os Ministros que traíram o seu juramento; teremos que nos culpar também, por nossa própria conivência e silêncio.

A destruição do Estado de direito.

A suspensão do X é apenas a ponta do *iceberg* de um problema muito maior: a destruição sistemática do Estado de direito no Brasil. O Estado de direito pressupõe que todos, incluindo os governantes, estão sujeitos às leis, que devem ser aplicadas de maneira justa e equitativa. No entanto, o que vemos hoje é um sistema em que a lei é distorcida para servir os interesses de uma elite judicial que se vê como a última linha de defesa contra ameaças reais ou imaginárias à democracia.

A decisão de Moraes de bloquear os bens da Starlink, uma empresa distinta do X, para forçar o cumprimento de suas ordens, é um exemplo gritante dessa distorção. A confusão deliberada entre as personalidades jurídicas dessas empresas revela um desprezo total pela segurança jurídica e pelos direitos de propriedade, pilares fundamentais de qualquer economia de mercado. A mensagem enviada aos investidores internacionais é clara: no Brasil, seus ativos estão à mercê dos caprichos de uma judicatura que não hesita em atropelar a legalidade para alcançar os seus objetivos.

Esse tipo de comportamento judicial não apenas mina a confiança no sistema jurídico brasileiro, mas também desencoraja os investimentos estrangeiros, essenciais para o desenvolvimento econômico do país. Se as empresas não podem confiar que seus direitos serão protegidos pelo sistema legal, elas simplesmente levarão seus negócios para outro lugar onde a segurança jurídica é respeitada.

Um chamado à reflexão.

O Brasil se encontra em um ponto de inflexão. A decisão de suspender o X é um sintoma de uma doença muito mais profunda que está corroendo as bases da nossa democracia. Se não agirmos agora, corremos o risco de não apenas perder os nossos direitos e liberdades, mas também a própria essência de quem somos como nação. O STF, em vez de ser o guardião da Constituição, está se tornando o seu coveiro. É hora de reverter essa tendência e restaurar a fé no Estado de direito. O futuro da nossa democracia depende disso, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, mais um assunto relevante que votamos, inclusive, semana passada, foi a questão da oneração, que conseguimos que fosse aprovada sem aumento de impostos – mais uma ação inesperada do Governo Federal.

O estrangulamento inexorável do setor produtivo brasileiro.

A proposta do Governo de aumentar os tributos sobre as empresas e os seus acionistas não é apenas um tiro no pé; é uma autossabotagem anunciada. A elevação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e do Imposto de Renda sobre os Juros do Capital Próprio revela um Governo desesperado por receitas imediatas, incapaz de enxergar as consequências desastrosas dessa política míope a longo prazo. Enquanto o Governo finge que está equilibrando as contas públicas, o setor produtivo é jogado às feras. Aumentar a carga tributária em um país já sufocado por impostos exorbitantes é como tentar curar uma ferida com sal. O impacto será devastador, especialmente para os bancos e para o setor financeiro, que, embora frequentemente demonizados, são pilares essenciais para o funcionamento da economia. Com uma elevação



da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para 22% nos bancos, o que se pode esperar é uma cascata de efeitos adversos: repasse de custos aos consumidores, redução no crédito disponível e, inevitavelmente, uma desaceleração econômica.

No entanto, o Governo parece ignorar esses fatos, em sua ânsia de arrecadar R\$21 bilhões para tapar buracos fiscais. E, como se isso não fosse suficiente, a alteração permanente na atribuição do Juro de Capital Próprio – um mecanismo vital para atrair investidores – é um claro sinal de que o Governo não tem um plano real para o crescimento econômico sustentável. Em vez disso, opta por medidas paliativas que vão apenas agravar a situação já precária das empresas, especialmente aquelas de capital aberto, que são responsáveis por grande parte do PIB brasileiro. Os empresários, com toda razão, já demonstraram sua insatisfação. E não é para menos. Com uma das maiores cargas tributárias do mundo e sem uma contrapartida eficaz em serviços públicos, o setor privado vê suas margens de lucro cada vez mais corroídas.

O Brasil está caminhando a passos largos para se tornar o maior exemplo de como estrangular uma economia através de políticas fiscais desastrosas. É lamentável que, em vez de promover reformas estruturais que realmente impulsionam a economia – como a reforma administrativa ou a revisão dos gastos públicos obrigatórios –, o Governo escolhe o caminho mais fácil e, ao mesmo tempo, o mais destrutivo: o aumento de impostos.

As sugestões da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) para evitar esse descalabro são sensatas e devem ser consideradas seriamente. Medidas como a ampliação das transações tributárias e o combate ao devedor contumaz são exemplos de políticas que poderiam gerar receitas sem sufocar o poder, o setor produtivo. Porém, o que vemos é uma resistência teimosa do Governo em seguir pelo caminho correto. Prefere continuar jogando gasolina na fogueira, ignorando as consequências a médio e a longo prazo para o país. Se o objetivo é atingir um déficit zero, isso não pode ser feito à custa da destruição das bases produtivas do país. É necessário ter uma visão de futuro, uma estratégia que vá além do mero aumento de impostos. O que se desenha, portanto, é um cenário desastroso para a economia brasileira, em que as empresas, já asfixiadas por uma das maiores cargas tributárias do mundo, serão empurradas, ainda mais, para a margem. E, no fim das contas, o que o Governo vai descobrir é que não há arrecadação suficiente que compense a perda do dinamismo econômico, a fuga do investimento, o aumento do desemprego e um aumento de impostos que ignora o impacto devastador sobre a economia e sacrifica o futuro em nome de soluções imediatas.

Era essa, Presidente, a nossa mensagem de hoje. São dois pontos importantíssimos e fundamentais. Primeiro, o exagero que está ocorrendo no Supremo Tribunal Federal, que não mede as consequências de bloquear recursos de empresas com CNPJs diferentes, com ações diferentes, o que vai prejudicar as Forças Armadas e atividades também na área de saúde, porque todas dependem, realmente, dos programas da Starlink, inclusive para controle das fronteiras. Se o Governo quer, ainda mais, incentivar os traficantes – mais droga para o país –, é exatamente o que está fazendo. Bloquear a Starlink ou rescindir os contratos é, exatamente, favorecer o contrabando de drogas em todo o território nacional.

Com relação ao aumento de impostos, é triste... Nós aprovamos, aqui, semana passada, a desoneração da folha, quando nós conseguimos justificar que as medidas que o Governo poderia tomar seriam suficientes para evitar qualquer aumento de impostos. Agora, depois de aprovada, depois de feito um acordo, aqui, no Plenário, somos surpreendidos por mais medidas de aumento de impostos, seja da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, seja, exatamente, do aumento da carga tributária dos Juros sobre Capital Próprio. Realmente, é muito triste este Congresso não ser respeitado em matéria que foi aprovada agora, da mesma forma que aconteceu no ano passado, quando nós aprovamos aqui o Perse, por unanimidade, e, na sequência, o Governo encaminha uma medida provisória. É triste o momento que vivemos, aqui, neste



Congresso Nacional, em especial, no Senado Federal, que é omisso, e que precisa, realmente, reagir, para não perdermos todas as nossas prerrogativas, e já perdemos várias, com a intromissão do Supremo Tribunal Federal e do próprio Executivo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Sr. Senador Izalci Lucas, assistimos aqui, atentamente, à sua manifestação e reconhecemos, exatamente, que há uma preocupação, quase coletiva, do conjunto dos Senadores e, obviamente, da sociedade como um todo. Portanto, eu gostaria de deixar aqui este registro, ao tempo em que convido V. Exa. para presidir esta sessão, enquanto fazemos o nosso pronunciamento.

(O Sr. Chico Rodrigues, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Com a palavra, o nosso querido Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discursar.) – Caro Senador Izalci Lucas, agradeço a V. Exa. por ter assumido a Presidência desta sessão neste momento, ao tempo em que faço um pronunciamento que considero extremamente relevante pela importância do tema e, acima de tudo, pela expectativa que tem sido criada na sociedade brasileira.

Primeiro, quero dizer que estamos vivendo tempos em que o papel das redes sociais na vida pública se torna cada vez mais central. Plataformas como X, anteriormente conhecida como Twitter, se consolidaram como espaços de expressão, comunicação e debate para milhões de brasileiros. No entanto, esse mesmo poder de influência das redes sociais traz, inherentemente, maior necessidade de combater a desinformação, o discurso de ódio e a incitação à violência, temas que têm sido alvo de crescente preocupação nas esferas judicial e política.

A recente decisão do Supremo Tribunal Federal que determinou o bloqueio temporário da rede social X no Brasil gerou intensos debates e controvérsias tanto no âmbito jurídico quanto no âmbito público. Críticos da decisão apontam o impacto sobre a liberdade de expressão argumentando que tal bloqueio poderia configurar uma forma de censura. Por outro lado, a legislação brasileira exige que plataformas de internet e de redes sociais que atuem no Brasil tenham representantes legais no país, e essa determinação não foi cumprida pelo X.

É importante lembrar que, em um Estado democrático de direito, as decisões judiciais devem ser respeitadas mesmo que se discorde delas. A rede social X, portanto, tem o dever legal de cumprir a determinação do STF. E esse cumprimento não implica uma aceitação passiva e inquestionável, mas, sim, o respeito às leis e ao processo legal em andamento. Se a empresa considera a decisão equivocada, o caminho apropriado é recorrer. O ordenamento jurídico brasileiro oferece mecanismos para que as decisões judiciais sejam revisadas, de modo que a justiça possa ser feita com base em análises profundas e ponderadas. A rede social X deve, portanto, utilizar os recursos cabíveis, respeitando o Poder Judiciário e a legislação brasileira, demonstrando seus argumentos dentro das regras estabelecidas pela Constituição e pelas leis do nosso país.

Ao mesmo tempo, é crucial ressaltar que o STF, como guardião da Constituição, tem o dever de assegurar que o contraditório e a ampla defesa sejam plenamente garantidos a todas as partes envolvidas. Não se pode admitir que decisões judiciais, ainda que motivadas por preocupações legítimas, sejam tomadas sem que todos os direitos processuais sejam respeitados. A transparência do julgamento e a possibilidade de defesa são pilares fundamentais para a credibilidade das instituições e para a confiança da população.



no Judiciário.

Nesse sentido, a decisão do Sr. Ministro Alexandre de Moraes, que bloqueou as contas da empresa Starlink no Brasil, traz à tona questões fundamentais que envolvem não apenas a liberdade econômica e a segurança jurídica, mas também o respeito ao Estado democrático de direito e ao devido processo legal.

Diversos juristas apontaram um ponto preocupante na decisão do Ministro Alexandre de Moraes: a confusão entre entidades jurídicas distintas e a generalização do bloqueio de bens de uma empresa como forma de coação em relação a outra.

A decisão do Ministro está vinculada ao pagamento de multas aplicadas à rede social X pelo descumprimento de decisões judiciais brasileiras. Entretanto, a Starlink, embora seja de propriedade do empresário Elon Musk, é uma empresa completamente distinta, com objetivos, estrutura, sócios e atuação próprios. Starlink e X são pessoas jurídicas independentes, com personalidades e responsabilidades separadas perante a lei.

A legislação brasileira até permite a responsabilização de empresas do mesmo grupo econômico, mas diante da comprovação de fraude ou desvio de finalidade, além de exigir procedimentos legais para isso e a garantia do direito da defesa. Sem a observância das hipóteses legais e do devido processo legal, não se pode desconsiderar a personalidade jurídica de uma parte do processo e atingir outra pessoa jurídica que não integra aquele processo. Portanto, qualquer medida restritiva imposta por uma autoridade pública deve ser estritamente dentro dos limites da lei.

O respeito à personalidade jurídica é essencial para a segurança das relações econômicas e comerciais. Punir uma empresa pelos atos de outra, ainda que sob o controle do mesmo proprietário e fora das hipóteses legais, cria um precedente perigoso, que gera insegurança jurídica e compromete o ambiente de negócios no Brasil. A segurança jurídica é essencial para a manutenção da confiança dos investidores, tanto nacionais quanto internacionais.

Decisões abruptas e sem a devida transparência afetam negativamente a imagem do país como um ambiente seguro para negócios. O Estado precisa atuar de forma previsível e estável, garantindo que as regras sejam claras e aplicadas de maneira equitativa a todos e, sobretudo, sem retrocessos na busca por inovação, inclusão social, investimentos estrangeiros e desenvolvimento social e tecnológico.

O princípio da proporcionalidade deve sempre ser observado em decisões que envolvam restrições de direitos e impacto social. O bloqueio das contas de uma empresa sem que todos os requisitos processuais sejam devidamente respeitados pode ser considerado uma medida excessiva e desproporcional.

Finalmente, cabe ressaltar que o direito à liberdade de expressão e comunicação também poderia ser impactado por decisões que limitam a atuação de empresas de telecomunicações. A Starlink tem como missão expandir o acesso à internet em áreas remotas e subdesenvolvidas, como é o caso da Região Norte do Brasil. Ao impedir a operação de uma empresa que pode trazer melhorias significativas para a inclusão digital no Brasil, corremos o risco de prejudicar o direito da população ao acesso à informação e conectividade, infringindo direitos fundamentais e direitos humanos.

Destaco que a ONU consagrou o acesso à internet como direito humano, e esse grave impacto social só foi dissipado porque a Starlink – consciente de sua função social e reconhecendo que muitas escolas e até hospitais em áreas remotas, como é o caso da Região Norte, dependem da conexão oferecida pela empresa, comprometeu-se a continuar oferecendo a conexão à internet, mesmo sob o impasse de não poder cobrar pelo serviço diante do bloqueio de suas contas.

Não é razoável que questões de tamanha relevância para a economia e para o desenvolvimento social do país sejam decididas de forma monocrática, sem a participação colegiada dos demais integrantes do Supremo Tribunal Federal. Penso que decisões com tamanho impacto social e com o potencial de agravar desigualdades sociais e regionais deveriam se submeter ao princípio da colegialidade, com base em debates



amplos e no consenso dos Srs. Ministros.

É por isso que, por mais sensível e controversa que seja a questão, o devido processo legal deve prevalecer, guiado pelos princípios constitucionais que nos regem. Somente assim, com respeito às leis e aos direitos de todos, poderemos fortalecer nossa democracia e garantir um ambiente em que as liberdades fundamentais coexistam com a responsabilidade social.

Portanto, Sr. Presidente, eu, sobre um tema que está em voga nos dias de hoje na sociedade brasileira e que tem afligido a todos, indistintamente a todos os brasileiros, que, obviamente, está sob a decisão do Sr. Ministro Alexandre de Moraes e que deve ser submetida ao Colegiado... nós entendemos que o X, o antigo Twitter, bem como esse braço do satélite que dá o poder de comunicação para as populações mais remotas, nas condições mais adversas possíveis, onde não há possibilidade de retransmissão de sinais, causam uma perplexidade enorme e, ao mesmo tempo, uma preocupação gigantesca.

O Exército e a Marinha do Brasil, que têm acordos com a Starlink, sabem, e o Brasil inteiro sabe, e as autoridades nacionais sabem, e os próprios Srs. Ministros do STF sabem: é fundamental a interconexão via satélite com esse sistema para que se possa ter a comunicação em tempo real, porque, senão, ficar-se-á à deriva, sem nenhuma comunicação, dificultando todas as atividades de ordem técnica para que se possa garantir a segurança do nosso país, daquelas embarcações e daqueles equipamentos militares que utilizam, em tempo real, esse sistema.

Sem falar, também, de nós que vivemos na Amazônia. Hoje, praticamente, a Starlink é um sistema que faz com que nós nos comuniquemos com o mundo, com o mundo real, 24 horas por dia, em qualquer lugar que estejamos, seja no meio da floresta, seja nos rios, seja nas áreas de serra, seja nas comunidades indígenas distantes; através da Starlink nós temos a única forma de comunicação em tempo real.

E, apesar dos pesares, apesar das decisões tomadas recentemente, que no mérito cabem apenas ao Supremo, nós entendemos que nós não podemos hoje, na era cibernetica, na era da tecnologia avançada, na era das comunicações, obviamente, ficar sem esse instrumento poderosíssimo que nos dá, na verdade, o direito de, em tempo real, nos comunicarmos com o mundo.

Portanto, imaginem o desastre que não será para todo o país, mas especialmente para a Amazônia, onde as distâncias são gigantescas, onde as dificuldades de comunicação são enormes, onde nem sempre as torres com as antenas de comunicação de satélites estão disponíveis. Starlink, basta você instalar um equipamento de menos de 1kg de peso, pode ser instalado numa viatura, pode ser instalado em um barco, pode ser instalado em uma comunidade indígena, em uma escola que seja, em um hospital. E nós ficarmos, na verdade, sem essa possibilidade de uso.

Portanto, nós acreditamos que haverá um consenso, que haverá um entendimento. É necessário que haja unidade no essencial, que é exatamente esse entendimento entre empresa e o Poder Judiciário brasileiro, para que, na verdade, instrumentos tão importantes como o Twitter também e a Starlink possam ficar em funcionamento, para ajudar toda a população brasileira.

Portanto, é um momento de extrema preocupação. Deixo aqui este registro. Conclamo as autoridades brasileiras, o Presidente da República, o Presidente do Supremo, o Presidente do Congresso Nacional, em uma verdadeira parceria e entendimento, porque, como já disse, é necessário que haja um entendimento e que haja uma convergência. Afinal de contas, para que vale o peso e a energia que se gasta com uma briga? É a mesma energia que se gasta com o entendimento.

Então nós acreditamos que para o bem do Brasil, é necessário que a população brasileira não fique 24 horas sobressaltada com essas decisões. Conclamamos os dois lados para chegarem a um entendimento, e podermos normalmente voltar à normalidade com o sistema de comunicação através do Twitter e através da Starlink.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



(Durante o discurso do Sr. Chico Rodrigues, o Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Azevedo.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Azevedo. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Obrigado a V. Exa. pelo brilhante discurso proferido.

E o tema é um tema que preocupa hoje a todos nós. Todos nós brasileiros, todos nós empresários, todos os empregados.

Parabéns pelo belo discurso.

Por favor, eu retorno a Presidência a V. Exa.

(O Sr. Flávio Azevedo deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Chico Rodrigues, Terceiro-Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra, o nobre Senador Flávio Azevedo, do PL do Rio Grande do Norte.

O SR. FLÁVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discursar.) – Cumprimento V. Exa., Senador Chico Rodrigues, demais Senadoras, Senadores que eventualmente estejam online, na plataforma do Senado.

O meu motivo de vir aqui era um motivo simplíssimo. E quase perde o motivo se eu não encontro aqui o Senador Izalci. Como hoje a palavra está fácil de ser dada, e eu ia dar os parabéns pelo belíssimo discurso que o Senador Izalci pronunciou, aqui nesta tribuna, quarta-feira passada. Foi um discurso abrangente sobre a situação nacional, mas, sobretudo, foi um discurso muito firme, muito firme, como poucos, que no pouco tempo que eu estou aqui nesta Casa, eu vi e ouvi. Mas, como o Senador tinha que sair, eu dei os parabéns a ele, enquanto estava aí na Presidência. Então, esse era um dos motivos.

O segundo motivo é externar uma preocupação – eu não vou me estender muito, porque eu pretendo fazer um pronunciamento amanhã, nesta Casa, sobre esse tema, um pronunciamento também mais abrangente e mais objetivo – a propósito do que V. Exa. aqui falou: do risco que o país está correndo vendo decisões jurídicas equivocadas partindo do supremo poder jurídico do país.

É um fato. Quero relatar só um fato: eu tenho um neto que foi convidado pela Universidade de Harvard, dos Estados Unidos, a participar de um curso de pós-graduação – o meu orgulho é que ele foi convidado. Ele sequer se inscreveu, mas a Harvard procurou, em alguns países em desenvolvimento, pessoas que se destacassem – ele trabalha na nossa empresa, é o nosso diretor financeiro –, e ele foi escolhido, foi convidado, e foi. Viajou antes de ontem à noite... Desculpem-me, na quinta-feira à noite, ele viajou.

Na sexta-feira à noite, Senador Chico Rodrigues, ele me telefona para dizer da preocupação dele, porque, quando chegou, identificou-se que era um brasileiro, um empresário brasileiro. E ali, durante o intervalo, ele foi abordado por dois indianos, dois empresários indianos, que, em tom quase que jocoso, como a Índia faz parte do Brics, disseram: “Acabamos de receber uma grande notícia que nos tira um concorrente em termos de investimentos internacionais – o Brasil –, pois recebemos a notícia do que se passou com relação ao ato cometido contra o X.”, o X, o antigo Twitter.

Embora isso tenha sido dito em tom jocoso, ele compreendeu perfeitamente que aquilo não era uma brincadeira, que aquilo realmente é a preocupação dos empresários estrangeiros em fazer investimentos no país hoje, um país onde um indivíduo, que nunca foi juiz – nunca, isso é o que mais me impressiona: um Ministro do Supremo Tribunal Federal que sequer foi juiz de primeira instância –, tomar uma decisão da responsabilidade que tomou; do alto de sua responsabilidade, tomar a decisão de propriamente fechar o



país para investidores, que não acreditam mais na segurança jurídica no Brasil.

Então, eram esses os dois os dois registros.

Como eu disse, vou ser breve, porque eu pretendo me estender um pouco mais amanhã, mas imaginem como está a imagem do nosso país: que imagem terrível e que comprometimento nós temos a enfrentar no futuro – não é para nós, que já temos uma idade um pouco mais avançada; mas o exemplo é esse, do que meu neto passou antes de ontem –, para os nossos filhos e para os nossos netos, diante da absoluta e total irresponsabilidade de decisões que veem só o momento, mas deixam de ver o contexto, deixam de ver o futuro e deixam de ver as enormes potencialidades que tem o nosso país, necessitando, para tornar essas potencialidades reais, de investimentos elevadíssimos que vêm, normalmente, de fora.

Então, essa era a minha preocupação e quero dar meus cumprimentos ao Senador Izalci. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Se me permite, meu querido irmão, um aparte.

O Senador Flavio Azevedo tem feito um grande trabalho no Senado Federal, desde que chegou, com muita coragem, com muito compromisso, com um povo trabalhador, que é o potiguar, povo vizinho da gente. Eu sou do Ceará e tenho uma admiração muito grande pelo seu povo.

Quero dizer que concordo em gênero, número e grau, com o que o senhor falou aí. Nós estamos em um momento dramático, não tem outra palavra. Você vê que a atmosfera aqui está pesada.

Daqui a pouco, a gente vai ter uma sessão em homenagem ao Rei do Caju. O seu estado é grande produtor na cajucultura, o meu também e o Piauí. Nós vamos, daqui a pouco – o senhor está convidado –, fazer uma sessão solene em homenagem a Jaime Aquino, que foi um grande visionário, chegou a ser o maior produtor de fruta do mundo, a partir do Ceará. Eu, pequenininho, ia para Cione, que era a indústria dele ali na Bezerra de Menezes com a Mister Hull, em Fortaleza, fazer... Hoje em dia, tem carne de hambúrguer de caju, que a JBS está comprando e exportando e aí você sabe: licor, cajuína, doce de caju, *brownie* de caju. Nós vamos ter agora uma justa homenagem a ele.

Senador Flavio, o senhor está manifestando – há pouco tempo também o Senado Chico Rodrigues e outros colegas aqui – uma indignação que é legítima do povo brasileiro. E aqui não tem mais outro jeito para nós. Desde 2019, eu estou aqui – desde 2019 – denunciando isso. Só que chega um momento em que não adianta denunciar, falar, a gente vai ter que agir. Este Senado não tem mais condição de ficar omisso, não tem mais condição. Nós chegamos ao limite. O Presidente da Casa vai ter que se mover porque furou a bolha, a coisa furou. Não são só os de direita, o pessoal conservador – a perseguição é em cima desses –, mas ele prejudicou 22 milhões de brasileiros, muita gente que trabalha, muita gente cujo entretenimento é estar numa rede social como o X. É uma rede social, Senado Chico Rodrigues, que, diferente das outras, não tem um algoritmo para proteger os poderosos. O algoritmo, que é uma jogada interna – e a gente fica preocupado com até que ponto o TSE e o STF têm esse tipo de parceria com essas outras empresas –, quando você vai criticar Ministro do Supremo, que faz parte de uma democracia, uma decisão, alguma coisa, não entrega as mensagens para os seus seguidores, não flui aquela crítica. O X era o único que mantinha a liberdade de expressão 100%. É por isso que eles estão tirando, porque não aceitam ser criticados.

Outra coisa, nós estamos no período eleitoral. O senhor sabe quem é que mais usa o X?

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sei.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O pessoal que está sendo perseguido implacavelmente, no Brasil, os conservadores, o pessoal de direita, nós. Era a minha principal



rede, por exemplo. Então, isso é uma violência. Eu estou me sentindo violentado como cidadão, como Senador. Então, é uma série de abusos.

Nós vamos entregar o pedido de *impeachment* no dia 9 de setembro, dois dias após a grande manifestação que vai tomar conta do Brasil, não só na Paulista. Lá em Fortaleza já se confirmou; Goiânia, Recife... Eu vou ficar com o meu povo lá em Fortaleza, e acredito que nós temos que estar juntos aqui, entregando esse pedido na Presidência do Senado, às 16h do dia 9 de setembro. E não tem como, não vejo... “Ah, mas...” A gente percebe aí um discurso de que “não vamos levar para frente porque vai perder se for votar; vai desmoralizar o Senado”. Para com isso. Desmoralizado o Senado já está, e não é de hoje; agora é que chegou o momento de xeque-mate. Mas o Senado já está, pela sua inércia, desmoralizado perante a população.

E nós, que somos Senadores, que sempre defendemos a liberdade, que sempre questionamos esses abusos de alguns Ministros, de um poder que esmaga o nosso – a gente sempre denunciou – e, mesmo assim, a população já começa a se voltar. “Pô, vocês só fazem falar, cadê a ação?”. Então, acho que nós chegamos ao fundo do poço. Eu não vejo mais, eu não vejo mais esta Casa... ou pega, fecha, entrega a chave, mas ficar ganhando salário, vendo esta Casa acabar com a democracia do Brasil... Porque nós somos responsáveis, não são só eles, não; não são só os Ministros poderosos, não. Inclusive, o Presidente da Casa teve uma reunião com o Ministro Moraes, com Ministros do Lula, antes de tomar a decisão. Então, está tudo às claras, às entradas. Nós vamos ter que ter atitude aqui; não tem como segurar mais. Já foi ao limite.

Então, eu quero parabenizá-lo e que Jesus abençoe este Plenário, abençoe todos os Senadores, para que a gente possa tomar uma posição. É muito claro: ou é pela população brasileira, que muita gente nem gosta de política, mas está revoltada, furou a bolha, ou fica do lado dos poderosos que abusam da nossa Constituição. É só isso. Obrigado.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Obrigado pela sua referência ao meu nome, Senador. E eu quero dizer que concordo inteiramente com suas palavras, e que Deus nos ilumine.

E agora, eu quero acrescentar o seguinte: por que eu vim tão cedo aqui? É sobre o Jaime Aquino. Jaime Aquino é um norte-rio-grandense cearense. Ele nasceu na fronteira ali entre o Ceará e o Rio Grande do Norte. Ele é primo de minha sogra; pertenço à mesma família. Eu tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente em vida e eu acho que Deus... Ele foi um homem tão bom, tratou com tanta responsabilidade socioeconômica. Você sabe que Jaime tem uma verdadeira cidade, ele fez uma verdadeira cidade dentro da fazenda dele, Presidente, com igreja, supermercado, escolas. Foi um visionário, realmente um visionário.

Eu tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente, tanto lá em Natal, em Pau dos Ferros, que é o berço da família lá na fronteira com o Ceará... E passei dois dias na casa dele, na serra, em... Qual o nome da serra? Aquela que faz frio lá em cima, lá no Ceará?

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Guaramiranga.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Guaramiranga... Ele tinha uma casa belíssima em Guaramiranga.

Então, eu estou aqui, vim para cá para presenciar esta homenagem ao grande Aquino, um empresário que realmente revolucionou o Ceará com suas ideias, muitas vezes incompreendidas.

Ele, quando comprou um avião para poder fazer pulverização nas fazendas dele, foi chamado de louco. Você imagine isto há 40 anos, ter um avião para pulverizar uma plantação de caju. Isso foi tido como obra de um maluco.

Parabéns pela sua iniciativa, Senador. Ele mais que merece, e está lá em cima, vendo o que vai ser feito com ele hoje aqui, e, felizmente, não vendo, não enxergando o que está sendo feito hoje com a nossa



nação.

Presidente, obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para amanhã, terça-feira: sessão especial, às 10h, destinada a comemorar o Dia do Advogado; e sessão deliberativa ordinária, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 21 minutos.)



Ata da 127^a Sessão, Especial,
em 2 de setembro de 2024

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência do Sr. Eduardo Girão.

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 35 minutos e encerra-se às 22 horas e 15 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Paz e bem.

Eu declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 562, de 2024, de autoria desta Presidência e de outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão especial – uma sessão, vamos dizer assim, considerada solene – é destinada a celebrar o centenário de Jaime Tomaz de Aquino, muito conhecido como Jaime Aquino, cearense que muito contribuiu para o desenvolvimento social e econômico do Estado do Ceará e do Brasil e se tornou o maior produtor de caju do país. Em determinado momento da sua vida – ele faleceu há pouco tempo –, já foi o maior produtor de fruta – não é isso, Amilcar? O Amilcar aqui conhece bem a história – do Brasil.

Compõem a mesa desta sessão especial os seguintes convidados.

Aqui do meu lado, o Sr. Amilcar Silveira, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (Faec), que estou comigo no Santo Inácio. Estudamos juntos. Quem estudava conosco também era o Edmo Júnior, sobrinho do Jaime Aquino. Tivemos a alegria de desfrutarmos da amizade, de estudarmos juntos e também de visitarmos a Cione, que era uma das empresas de ponta de lâmina do Jaime Aquino, que gerou milhares de empregos e deu muitas alegrias para o Estado do Ceará e para o Brasil, na cajucultura.

O Sr. Gustavo Adolfo Saavedra Pinto, Chefe-Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Agroindústria Tropical, conhecedor profundo não apenas da cajucultura, mas de outras culturas ligadas ao agro. Ele é um estudioso e uma pessoa entusiasmada com a produção no Brasil.

Dou as boas-vindas ao Sr. Maurício Campos, que está à mesa conosco. Ele é Diretor do Instituto Caju Brasil e foi uma inspiração. Fez uma visita ao nosso gabinete lá em Fortaleza, um pedacinho do Senado lá, falando, trazendo dados do quanto o Brasil perdeu de mercado mundial. A gente já foi o maior produtor. E nós fomos perdendo. O Vietnã passou, a Índia. Ele é paulista, mas está radicado lá no Ceará. Aliás, os pais dele são de Pernambuco. Não é isso?

O SR. MAURÍCIO CAMPOS (*Fora do microfone.*) – Meu pai é de Assaré; e minha mãe, de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O pai é de Assaré, no Ceará, da terra do Patativa, do grande Patativa do Assaré; e a mãe, de Pernambuco.

O Maurício, hoje, está à frente do Instituto Caju Brasil, que reúne muitos produtores, querendo resgatar a retomada, que eu acho que é um dever nosso, principalmente porque as raízes do Ceará, do Nordeste estão muito ligadas à cajucultura.

Numa sessão mais cedo, lá na Comissão de Agricultura, que durou quase quatro horas, nós pudemos ouvir especialistas, o Governo Federal, produtores. Foi uma sessão muito interativa, a população perguntando.

Já traçamos ali, para outubro, nos reunirmos num plano estratégico, que vai ser feito não apenas lá em Fortaleza, na federação comandada aqui pelo Amilcar Silveira, mas também o pessoal do Piauí vai ser convidado, o pessoal do Rio Grande do Norte, que são outros produtores também, e quem tiver interesse em participar desse planejamento estratégico, para ver o que pode ser feito para resgatarmos isso.

Quero informar, antes de dizer os próximos nomes, que, aqui no “cafezinho”, no chamado “cafezinho” do Senado Federal, uma sala que fica anexa aqui, onde os Senadores se reúnem antes das votações, durante, trocam ideias, o famoso “cafezinho”, está tendo uma degustação. E muita gente acha que é só castanha-de-caju, mas tem muito mais coisas. Tem mel de caju, tem refrigerante de caju, tem a cajuína, que foi até música do Caetano Veloso, “A cajuína cristalina em Teresina”, também tem doce de caju,



brownie de caju, licor, vinho.

Aprendi hoje: achava que o maior cajueiro do mundo estava lá no Rio Grande do Norte, que é uma das maiores visitações que nós temos no Nordeste – quem vai para Natal tem que passar lá, é atração turística, é impressionante –, mas não! Hoje eu aprendi que o maior cajueiro, o do *Guinness*, está na cidade de Cajueiro da Praia, lá no Piauí. Que interessante isso! Bacana.

Vamos lá! Esse Brasil é fantástico.

Quero também agradecer a presença do Sr. Aderson Gondim Carneiro, que é sobrinho do Jaime Aquino, e está aqui presente conosco – muito obrigado pela sua presença! –, veio de Fortaleza para esta homenagem, para esta sessão solene do Senado, que eu agradeço ao Presidente da Casa por ter colocado em pauta, o Presidente Rodrigo Pacheco. Agradeço também à Sra. Liziane Dias Carneiro Aguiar, que é sobrinha, também, do nosso querido Jaime Aquino.

O Senador Flávio Azevedo, que é do Rio Grande do Norte, daqui a pouco ele volta, estava aqui discursando há pouco tempo e me disse que teve a oportunidade de desfrutar da amizade, de conhecer o Jaime Aquino. Ele é suplente do Líder da Oposição, Senador Rogério Marinho, está ocupando o período de licença do Senador Rogério Marinho e tem sido um grande combatente, no Brasil, aqui, das boas causas. Ele falou do Jaime Aquino. Disse que chegou mais cedo – geralmente os Senadores chegam hoje à noite ou amanhã de manhã, aqui, para a semana, mas ele fez questão de vir mais cedo – para participar. Estará, daqui a pouco, aqui.

Quero também celebrar a presença do Sr. Josenilto Lacerda Vasconcelos, membro da Câmara Temática do Caju do Estado do Piauí.

Muito obrigado pela sua participação.

Vai participar de forma remota o Sr. José Olimar Carneiro Filho, que é sobrinho do homenageado.

Está lá, direto de Fortaleza, é isso? Olhem aí que beleza!

Convido a todos para, numa posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional Brasileiro – saudando os nossos visitantes que estão aqui, brasileiros, que têm sempre vindo aqui, à Casa revisora da República, conhecer a história, os museus que temos. Hoje é um dia em que se pode transitar sem nenhum problema. Daqui a pouco eu vou dizer como você que está em casa pode se cadastrar para vir visitar, como esses brasileiros que aqui estão. Sejam bem-vindos todos vocês!

Vamos ao Hino Nacional Brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar - Presidente.) – Muito bem. Que hino lindo, hein? É isso aí!

Vou aqui, antes de passar a palavra para os nossos palestrantes, fazer um breve pronunciamento, porque é com grande emoção que nos reunimos hoje no Plenário do Senado Federal – o Plenário bicentenário! O Senado está completando 200 anos em 2024, e nós estamos celebrando aqui o centenário de Jaime Aquino, um notável cearense, que se destacou não apenas por seu empreendedorismo, mas também pelo seu profundo compromisso com o desenvolvimento social e econômico da nossa querida Terra da Luz.

Nascido em 26 de março de 1924, no Município de Jaguaribe, Ceará, Jaime Tomaz de Aquino teve uma infância marcada por adversidades. Órfão de pai e mãe aos 15 anos de idade, ele foi criado por D. José Terceiro de Sousa, vigário de Pereiro, que é uma cidade no Ceará – uma cidade cearense, um município –, que lhe proporcionou apoio moral e educacional, fundamentais para a construção do seu caráter resiliente e empreendedor. Essa fase inicial de sua vida moldou um homem de coragem e determinação, que, apesar das dificuldades, sempre acreditou no trabalho como meio de transformação social.

Jaime é um verdadeiro reflexo do espírito cearense, nordestino. Assim como o nosso povo, o nosso



conterrâneo cearense mostrou que a força, a resiliência e a capacidade de enfrentar as adversidades são as maiores virtudes que alguém pode ter. Os cearenses, conhecidos por sua garra e determinação, são como o Jaime, assim como também os piauienses, o potiguar, ou seja – o nosso povo, o povo brasileiro tem essa marca também –, são incansáveis na luta por seus sonhos, inovadores em suas ações e sempre dispostos a transformarem dificuldades em oportunidades. É um povo que, com muita coragem, enfrenta os desafios impostos pelo clima e pelas circunstâncias, transformando o Semiárido em um campo fértil de oportunidades, assim como o Jaime transformou o caju em uma fonte de riqueza e progresso para o Brasil.

Jaime Aquino iniciou sua carreira como caminhoneiro, transportando mercadorias pelo Nordeste do Brasil. Foi nesse período que ele descobriu o potencial econômico da castanha de caju, uma fruta muito abundante na região. Observando a necessidade de expandir o mercado para o produto, Jaime começou a vender sacas de castanha em São Paulo, estabelecendo uma clientela fiel em confeitarias e fábricas de chocolates. Esse foi o início de uma jornada que culminaria na fundação da Companhia Industrial de Óleos do Nordeste (Cione), em 1962 – dez anos antes de eu nascer.

Você? (*Pausa.*)

Em 1972 também.

A Cione, sob a liderança de Jaime Aquino, tornou-se a maior exportadora de caju, ou seja, de castanha de caju do Brasil.

Chegou aqui o Senador Flávio Azevedo, do qual eu falei há pouco, que desfrutou da amizade dele, o conheceu. Daqui a pouco ele vai nos dar um depoimento.

Muito obrigado pela sua honrosa presença. Eu já expliquei à família, aos admiradores, que o senhor fez questão de chegar mais cedo aqui hoje para prestigiar esta sessão especial. Então, olha só, Senador Flávio, a Cione, sob a liderança de Jaime Aquino, tornou-se a maior exportadora de castanha de caju do Brasil, com uma produção anual que atingia 35 mil toneladas. A empresa não só conquistou mercados nacionais, mas também expandiu suas exportações para os Estados Unidos, Canadá, Europa e Oriente Médio. Um visionário, como o senhor falou há pouco tempo aqui, lembrando que o Estado do Rio Grande do Norte é outro grande produtor da cajucultura, abraça essa cajucultura. A empresa não só conquistou mercados nacionais, mas também expandiu suas exportações para os Estados Unidos, como eu falei, Canadá, Europa e Oriente Médio. Com a visão clara de inovação, Jaime investiu constantemente na modernização de processos industriais e na qualificação de sua força de trabalho, estabelecendo padrões de excelência que colocaram o Brasil no mapa global da cajucultura.

Mas a visão de Jaime Aquino ia além do lucro. Ele acreditava que o sucesso empresarial devia estar intrinsecamente ligado ao bem-estar dos seus colaboradores e das comunidades ao redor. Em suas fazendas, no Ceará e no Piauí, ele criou verdadeiras vilas, com infraestrutura completa para os trabalhadores e suas famílias. As fazendas contavam com moradias dignas, escolas, creches, mercados, igrejas e serviços de saúde, tudo custeado pelo empresário. Essa abordagem humanista e inovadora transformou as fazendas em comunidades autossustentáveis, um exemplo de responsabilidade socioambiental muito antes de esses termos se tornarem populares.

Jaime também era um grande defensor do uso integral do caju como alimento e recurso sustentável. Ele via o caju não apenas como uma fonte de renda, mas como uma solução potencial para problemas sociais maiores, como a fome e a desnutrição. A partir do final dos anos 80, Jaime liderou campanhas para evitar o desperdício da polpa do caju e promover sua inclusão no Programa Fome Zero, do Governo Federal, em 2003. Ele organizou inúmeras recepções e eventos para divulgar o potencial nutritivo e culinário do caju, mostrando como a fruta poderia ser utilizada em uma variedade de pratos, desde pastéis e pizzas até risotos e estrogonofes com carne de caju, que, hoje, está sendo exportada, inclusive, a partir do hambúrguer



de caju. Com a questão do vegetarianismo, o sabor e a nutrição do caju têm se destacado. Eu aprendi hoje também que é uma fonte vitamina C fantástica.

Jaime Aquino não se limitou ao sucesso no setor empresarial. Ele também foi um promotor incansável da cultura e da história brasileira. Admirador de figuras como Juscelino Kubitschek, Santos Dumont e Tancredo Neves, Jaime organizou eventos e homenagens que destacavam as contribuições desses líderes para o país. Ele acreditava que celebrar o passado era essencial para construir um futuro melhor, e seu trabalho ajudou a preservar e promover o patrimônio cultural brasileiro.

Ao longo de sua carreira, Jaime recebeu inúmeras honrarias, incluindo a tradicionalíssima Sereia de Ouro, a Medalha da Abolição e a Medalha do Mérito Industrial, entre outros prêmios que reconhecem sua liderança e suas contribuições para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Sua visão não apenas transformou o setor da cajucultura, mas também criou um modelo de negócios que combinava sucesso econômico com responsabilidade social, um legado que continua a inspirar líderes empresariais e sociais até hoje.

Infelizmente, Jaime Aquino nos deixou em 2015, mas seu espírito empreendedor e seu compromisso com o desenvolvimento sustentável permanecem vivos em cada projeto que ele iniciou e em cada vida que ele tocou. Ele mostrou que é possível ser bem-sucedido no mundo dos negócios sem abrir mão de princípios éticos e de conduta responsável. Seu exemplo é uma inspiração para todos nós que buscamos um mundo mais justo e sustentável.

Hoje, enquanto celebramos o centenário de Jaime Aquino no Plenário do Senado Federal, aqui em Brasília, refletimos sobre o impacto de sua vida e obra. Seu exemplo nos ensina que com determinação, trabalho árduo e uma visão de futuro, podemos transformar vidas e comunidades inteiras.

Que esta sessão especial sirva não apenas para homenagear o nosso querido Jaime Aquino, mas também para renovar nosso compromisso com os valores que ele representou: inovação, responsabilidade social, amor ao trabalho e compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os que se juntam a nós hoje para celebrarmos esta ocasião especial. Que possamos, juntos, manter viva a memória e o exemplo de um homem que tanto fez pelo nosso Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Muito obrigado. Muitíssimo obrigado.

Aqui, passando algumas fotos dele aqui enquanto a gente... Algumas frases: “Só com o trabalho se consegue alguma coisa na vida. Jaime Aquino”. E a gente vai conhecer um pouco mais da história dele, contada por pessoas que conviveram com ele, que acompanham e vivenciam o impacto dos seus negócios, que transformaram a vida de milhares de pessoas, de milhares, se eu não estiver falando pouco, porque a cultura do caju atinge milhões de pessoas.

Então, eu quero... Primeiramente, o Senador Flávio já pede a palavra.

Eu só peço, Senador, que a gente possa só passar um videozinho institucional dele. Aí, depois, o senhor já vai... Se quiser falar daí ou da tribuna, fique à vontade. Está bem?

É um vídeo institucional. Eu peço a exibição.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Gente, que emocionante! Que emocionante, rapaz! Jaime Tomaz de Aquino.

Eu estava pesquisando aqui, Senador Flávio, já lhe passando a palavra, uma frase aqui do que a mãe... Como era o nome da mãe dele? Do Jaime Tomaz de Aquino? Você lembra, não? Daqui a pouco,



a gente pega aqui. Ela deu o nome de um santo para ele, não é? Deixou o nome Jaime, mas colocou o Tomaz de Aquino.

E o São Tomás de Aquino tem uma das frases que tem tudo a ver com este momento que a gente está vivendo agora, desse homem tão visionário, como Edson Queiroz também, que foi um grande cearense, visionário, que faleceu naquele acidente da Vasp, que parou o Brasil, na Serra de Aratuba, ali em Pacatuba. E tem uma frase dele aqui, do São Tomás de Aquino, que diz o seguinte: “Não se opor ao erro é aprová-lo. Não defender a verdade é negá-la”. Olha só que interessante aqui a origem desse grande cearense, lá de Pereiro.

E outra coisa, Pereiro também gerou um grande cearense, que é o que fez a Brisanet, que hoje é uma empresa fantástica também, dando um resultado muito bom para o Estado do Ceará, para o Brasil.

E só mais uma frase aqui, Senador Flávio Azevedo, do São Tomás de Aquino: “Se podes viver no meio da injustiça sem sentir repugnância, então és tão imoral como injusto”. Olha só, as frases do São Tomás de Aquino.

E a gente fica muito feliz em estar fazendo aqui. Eu mesmo não conhecia tanto da vida dele, e essas imagens... Esse filme é da década de 90, mais ou menos, começo ali, final da década de 90. Ainda existia a Cione, não é? Que... Angélica? Mas, ah, é 2000? 2005 já. Então, ele faleceu em 2015, foi dez anos depois, não é? E ele estava no sonho de chegar ao centenário, não é? No vídeo, ficou claro.

Mas é impressionante a transformação que esse homem fez, as alegrias que ele gerou, porque o emprego dignifica o homem, não é? Então, ele...

E o Senador Flávio, que vai agora finalmente falar, disse que ele é um pioneiro da pulverização, que na época, ninguém entendia, “esse cara tá louco”. Pulverização era ele.

E, coincidentemente, o Estado do Ceará hoje é o único do Brasil que proíbe, Senador Flávio Azevedo, o senhor que também é um homem da produção, um homem da... O Ceará, por uma questão ideológica, hoje proíbe a questão da pulverização. Olha que loucura!

Com a palavra, Senador Flávio Azevedo, do brilhante Estado – sensacional – do Rio Grande do Norte, ali vizinho do nosso Ceará.

Só o microfone aqui.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discursar.) – Peço a licença de V. Exa. para me pronunciar aqui do meu lugar, porque eu estou com um probleminha na perna e terei dificuldades em subir aí à tribuna.

Mas, antes de dizer alguma coisa sobre Jaime, eu devo ter despertado a curiosidade de todos vocês. É mais ou menos assim, no jeito do cearense falar: “Quem danado é Flávio Azevedo para falar sobre Jaime de Aquino?”. Eu sou casado com Maria Lúcia Aquino de Andrade, hoje, Maria Lúcia Andrade de Azevedo, que é minha esposa. Ela é irmã de Maria do Socorro, casada com Olavo Moreira e mora no Ceará. E foi em função desse parentesco da minha sogra, que era prima de Jaime; e de Socorro – Maria do Socorro, Socorrinho – ir morar no Ceará, que eu tive a oportunidade de conhecer pessoalmente Jaime. Com ele, eu tive algumas vezes... Ele tinha uma casa na Serra, e Olavo também tinha uma casa na Serra, e, quando eu ia lá, eu dizia: “Olavo, me leva lá em Jaime – porque conversar com Jaime era um prazer renovado; ele era realmente um visionário.

Agora vocês entenderam por que eu estou falando: eu sou agregado, faço parte de uma banda de uma parente do grande Jaime Aquino.

Então, eu fui àquela casa, e ali eu tive a explicação de parte – apenas parte – do sucesso de Jaime. Jaime era um perfeccionista, vocês sabem disso. Para ele não servia nada mais ou menos, tinha que ser sempre o melhor. Eu digo isso, não porque tive uma convivência diária com ele, é porque ele me dizia isso, nas poucas vezes – umas quatro vezes – em que eu estive lá na fazenda, com Olavo, Maria Lúcia e Socorro.



Lembro-me de Dona Wancy, minha sogra, prima dele. Uma vez cheguei lá, e ela disse: “Flavio, Jaime agora endoideceu de vez”. Eu disse: “O que houve, Dona Wancy?”, e ela disse: “Comprou um avião para jogar um pó em cima do cajueiro dele”. Ora, eu estou falando em pulverização ocorrida não menos do que 30 anos atrás. Não é verdade? Então, imaginem, naquela época, o sujeito comprar um avião para pulverizar uma plantação. Eu, começando lá na vida empresarial – já conhecia um pouco, porque eu, estando na nossa empresa, também tinha atividades na área da pecuária –, então disse para Dona Wancy: “Dona Wancy, ele não é louco não, ele é mais são do que todos nós aqui”,, e isso é uma demonstração... Eu entendi o que que ele queria fazer. Ele não podia, com a extensão das plantações dele, fazer diferente.

Mas quis a vida que os meus destinos cruzassem com o de Jaime além do parentesco da minha esposa. Eu era Presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte e era Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria – isso na década de... Em 2003... Entre 2008 e 2005, por aí, e tal.

Chegou lá ao Sesi um pedido de financiamento para a produção de um livro para distribuir, no âmbito do Sesi do Rio Grande do Norte. Que livro? Esse livro que apareceu aí no filme sobre Jaime. Aí eu liguei para ele: “Jaime, qual é o seu objetivo?” Ele disse exatamente isso aqui:

Eu estou jogando comida fora, Flavio, eu estou cometendo um crime. O Ceará comete o crime de ser o maior produtor de polpa de caju e de jogar fora uma quantidade enorme de comida com um povo que está morrendo de fome.

E aí ele me disse o seguinte, uma coisa interessante, que eu comprovei. O caju, a polpa do caju, quando você mistura com qualquer coisa, assume o gosto da comida com a qual foi misturado, principalmente em se tratando de frutos do mar. Está lá no livro dele, que o Sesi publicou e depois a Confederação Nacional, em nível nacional. Estava lá: uma moqueca de caju com arraia. A quantidade de arraia era mínima e a quantidade de caju era máxima. Quando você comia, não tinha absolutamente nenhuma diferença, como se aquilo tudo fosse arraia. Então, como é que o danado Jaime descobriu isso? Certamente através do cozinheiro dele. Mas por quê? Porque ele incentivava isso, aí é o grande mérito de Jaime. Ele era um apaixonado pela cultura, mas tinha um sentimento socioeconômico enorme, talvez porque – minha família pode provar – Jaime nasceu pobre, nos confins do Ceará, fronteira com o Rio Grande do Norte. Jaime não nasceu em berço de ouro.

Pois bem, então, houve esse encontro por conta do livro. Eu tenho, na minha casa, e guardo com muito carinho, um livro desse autografado por ele, com a dedicatória e autografado. E tenho muito orgulho disso. Nossas vidas se cruzaram assim pelo parentesco e, depois, por conta de nossas atividades profissionais.

Então, eu quero dizer que quando eu soube disso.... Eu soube por um acaso. Lendo qual era a programação do Senado, do Congresso, eu vi uma homenagem a Jaime Tomaz de Aquino. Eu disse: não acredito nisso! Deus me deu essa oportunidade de cumprimentar todos vocês e de dizer que Jaime não foi só um homem do Ceará, um grande homem do Ceará, Jaime foi, sobretudo, um grande brasileiro.

Parabéns a vocês da família. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Senador Flavio Azevedo, do Rio Grande do Norte.

Nada é por acaso na vida da gente. O senhor estar aqui com a gente hoje e relembrar isso aqui, poxa, abrillante este evento, este evento histórico de homenagem a esse grande ser humano.

E ele – você viu aí, né? – levou a D. Risoleta Neves, esposa de Tancredo Neves... Quem foi a de JK, do Juscelino Kubitschek?



(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Levou Sarah Kubitschek ao Ceará .

Rapaz, ele era admirador de João Paulo II, eu lembro. João Paulo II, quando foi lá ao Ceará, a gente foi com a família toda ver ali aquela passagem dele pela avenida; era uma coisa emocionante, nunca vou esquecer, e ele tinha uma devoção por João Paulo II. Acho que o maior papa da história, para mim. Estou muito feliz aqui com esse dia.

Então, olha, só para registrar a presença aqui: representando a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a Coordenadora de Relações Institucionais, no Senado Federal, da CNA, a Sra. Zoraide Soares Reis, muito obrigado pela presença; o Sr. Vice-Presidente da Associação Piauiense de Sementes e Mudas, Aurino Antônio Nunes Guimarães, que estava conosco lá mais cedo, na audiência pública que nós fizemos hoje também.

Quem quiser assistir, depois vai lá, porque, rapaz, o que foi apresentado de material pelos expositores é de arrepiar. E está tudo na página já da Comissão: um material rico, com gráficos, com alternativas interessantes para a cajucultura ser retomada com toda a força e vai ser, se Deus quiser.

Então, neste momento, eu passo a palavra ao Sr. Amilcar Silveira, que é Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Ceará (Faec), por até cinco minutos, com a tolerância da Casa. Se o senhor quiser ir à tribuna, sinta-se à vontade.

O SR. AMILCAR SILVEIRA (Para discursar.) – Boa tarde a todos. Cumprimento aqui o nosso Senador, Senador do Ceará, amigo de infância que faz um grande mandato. Eu me orgulho de ter votado em você, Eduardo Girão. Votei, sou eleitor lá do Quixadá. Infelizmente, não vou votar em você para Prefeito, porque sou eleitor de Quixadá, uma cidade no interior do Estado do Ceará, mas votei em você para Senador e me orgulho muito disso. Na sua pessoa, cumprimento todos à mesa.

Eu acho que o Sr. Jaime... o melhor do Ceará, de fato, é o cearense. O Ceará tem grandes cearenses, e o Sr. Jaime devia ser chamado Jaime do Caju. Esse homem é a legítima história do caju e da cajucultura do nosso estado. Mas, entre outros homens e grandes homens que o caju fez no Ceará, podemos falar de Edson Queiroz, Humberto Fontenele, grandes homens que fizeram muito pelo caju. Meu avô também foi um produtor de caju, chamado Amilcar Araújo, e esse meu avô foi sócio do Sr. Jaime numa fazenda e numa indústria chamada Kajunorte, em Marcos.

Eu conheci o Sr. Jaime quando menino que eu era na época da nossa convivência, e tem alguns fatos que eu poderia relatar que são interessantes. Sr. Jaime e a esposa dele tinham um cuidado danado. Geralmente, as festas do pessoal do caju eram sempre... Eu me lembro que houve uma festa lá do dono da Cajubraz, debaixo de uns cajueiros, e ele não podia ver um caju que ele colocava no bolso, e aquilo dava uma noda danada, mas o amor do Sr. Jaime era tão grande pelo caju que eu acho que a vida dele, de fato, era o caju.

Sr. Jaime era um camarada interessante, mas ele pregou uma peça na minha avó, sabe? Naquela época, linha telefônica era um negócio caro, não era um negócio simples, nem barato; existia gente que alugava linha telefônica. Pois bem, ele queria conversar com meu avô, mandou instalar uma linha telefônica na casa da minha avó - e só tinha um telefone naquela época -; mandou botar outro no quarto dele. Então, o Sr. Jaime ligava pela madrugada, duas, três horas da madrugada, para discutir o caju. Aí, minha avó só aguentou um mês e mandou tirar o telefone.

Ele era incansável, era um homem além do seu tempo, mas eu chegar aqui e me deparar com a história da pulverização, então eu acho que ele era além do que eu imaginava que ele seria.

Hoje, Senador, infelizmente, o Estado do Ceará é proibido de fazer pulverizações aéreas. E olhe só



o pior, não é com produto defensivo agrícola, não; até biodefensivo é proibido. A proibição do Ceará é para a utilização de transporte aéreo, que é pior ainda. E quem fez essa proibição foi um Senador hoje da República que, infelizmente, é agrônomo.

Nós pagamos literalmente esse pato lá no Ceará. E, se, porventura, tiver uma crise no Ceará, como cólera, que poderá ser aplicado qualquer... Inclusive os humanos, não é possível ainda também, o que é lamentável, mas a boa notícia é que o Governador Elmano tem um compromisso, ele é homem, até agora tem cumprido todos os compromissos com o nosso setor., e ainda este ano ele deverá mandar para a Assembleia para tirar esse que é um problema, como bem disse o Senador Eduardo Girão, ideológico, que muito fere o produtor rural.

Nós viemos falar aqui foi do Sr. Jaime. Eu queria, antes de mais nada, Senador Eduardo Girão, primeiro lhe agradecer por lembrar de grande cearense. O Ceará, como eu disse aí, é feito de grandes homens – e o Jaime Aquino é um desses homens. Acho que falta um pouco ao povo cearense a memória de poder sempre ter nas suas histórias os cearenses que construíram cada pedra que foi colocada com muito trabalho, que foi Sr. Jaime.

Eu ainda conheci um cidadão chamado Manuel, descendente de português, que era seu distribuidor em São Paulo. Quando eu estive lá algumas vezes, eu fui conhecer Sr. Manuel, que era seu distribuidor em São Paulo.

Jaime era um homem de bem, um homem que precisa ser guardado dos anais do Ceará. E Sr. Jaime, se você me permitir, Senador Eduardo Girão, gostaria de levar a incumbência para o Ceará. Eu acho que o Sr. Jaime pediu para fazer um livro sobre a castanha do caju, ou sobre a polpa de caju que ele fazia, mas nós esquecemos de escrever um livro e colocá-lo na história. Nós precisamos levar essa incumbência para o Ceará, para a gente escrever um livro sobre a história do Sr. Jaime, para que possa ser seguido por outros produtores e outros industriais. São homens assim que transformam as cidades, são homens assim que fazem o estado, e são homens como esse que fazem a nação.

Sr. Jaime será eternizado numa história que nós vamos escrever da vida dele.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Maravilha. Que iniciativa louvável, meu querido irmão Amilcar Silveira. Ele lembrou uma coisa aqui da infância, a noda do caju, lembra? A noda. Noda... Rapaz, dá uma noda danada mesmo ali na... Agora, tem um detalhe, tem até uma banda de forró com esse nome, Noda de Caju. Para você ver como a coisa..

Gente, vamos passar aqui...

Eu já concedo imediatamente a palavra ao Sr. Gustavo Adolfo Saavedra Pinto, que é Chefe-Geral da Embrapa Agroindústria Tropical. O senhor tem cinco minutos, com a tolerância da Casa. Se quiser ocupar a tribuna da direita ou da esquerda, fique à vontade. (*Pausa.*)

Registro aqui a presença do Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal, que chega aqui ao Plenário do Senado Federal, para prestigiar também o centenário do Jaime Aquino, o Rei do Caju.

O SR. GUSTAVO ADOLFO SAAVEDRA PINTO (Para discursar.) – Boa tarde a todos; boa tarde, Senador Eduardo Girão. De novo, muito obrigado pelo convite e quero parabenizá-lo por essa homenagem a esse grande cearense que é Jaime Aquino.

Eu defendo sempre que nós precisamos de ícones, nós precisamos de heróis. O Brasil é um tanto quanto carente disso. Uma vez, até assistindo a um programa sobre ciência, perguntou-se a um grande pesquisador europeu por que o Brasil não tem um Prêmio Nobel, e ele disse: “Porque o Brasil costuma destruir os seus heróis”. Então, isso é ruim para nós como nação.

Então, ter este momento, falar aqui de Jaime Aquino, que foi uma personalidade totalmente necessária para a construção da cadeia da cajucultura... Então, foi a visão dele que levou à construção da cadeia, ali,



nas décadas de 60 e 70. Depois – até se mostrou no vídeo –, na década de 90, ele teve outra brilhante ideia, que é o caju como alimento. Essa frase, que tem em todas as fazendas dele, o almoço na Cione... Eu encontrei com o Sr. Jaime duas vezes. Logo que eu cheguei a Fortaleza, fui trabalhar na área industrial da Embrapa. Eu era da equipe de alimentos. Então, de tempos em tempos, o Chefe-Geral na época, Dr. Férrer, pegava todos nós da área de alimentos e levava para alguma visita. Então, eu fui algumas vezes para campo – foi aí que eu me apaixonei pelo campo, pela cajucultura. Também foi aí que eu fui para Cione e conheci o Sr. Jaime num almoço.

Então, a ideia do almoço é fantástica. Realmente, do caju é possível construir uma base imensa de produtos a partir da fibra. O Senador Flávio Azevedo falou que uma pequena quantidade apenas de moqueca ou de arraia... Eu posso lhe dizer, Senador, que hoje nem uma pequena quantidade. Então, para produtos veganos, nós já conseguimos... O caju, a partir de óleo de dendê, de uma série de misturas, mimetiza moqueca. Então, já tem uma empresa – infelizmente, não lá no Nordeste, mas no Rio de Janeiro – que, a partir da fibra de caju, mimetiza uma moqueca. Nós servimos aqui no aniversário da Embrapa, é maravilhosa! Então, o senhor nunca diria que ali não tem algo animal. Então, nessa empresa hoje, a partir de tecnologia Embrapa, a gente conseguiu dar a textura.

Então, o que nós fizemos na Embrapa, até em cima desse livro que o Sr. Jaime publicou, foi que nós aplicamos tecnologia. Então, a partir da ideia de um visionário, nós aplicamos a tecnologia e conseguimos fazer produtos que hoje são extremamente competitivos. E outras empresas – de pequeno porte ou uma JBS, uma Seara, todas de proteína animal – querem fibra de caju para fazer alimentos veganos de proteína vegetal. A fibra de caju consegue não só mimetizar, mas dar estrutura.

Então, vejam, isso não foi uma ideia original Embrapa. Isso foi uma ideia original Jaime Aquino. E depois nós usamos, Senador Girão, a tecnologia, para fazer a coisa funcionar e realmente escalar. Então, é possível, como eu falei de manhã, o Brasil hoje produzir 120 mil toneladas de castanha, que se refletem em 24 mil toneladas de amêndoas e em 200 mil toneladas de babaçu, que podem virar 190 mil toneladas de fibra, que vão fazer uma diversidade imensa de produtos alimentares e não-alimentares, a partir da ideia de um visionário. Eu acho que é isto que nós temos que celebrar: as visões que mudaram o mundo. A visão de como crescer a cajucultura e como posicionar a cajucultura brasileira.

Nós já fomos o segundo maior produtor de caju, o segundo maior exportador de caju. Nosso mercado interno é imenso, o mercado sul-americano de caju é imenso. A gente tem que aproveitar isso. Hoje de manhã, alguém falou: “Ah, quando você viaja, sempre tem que levar castanha-de-caju”. Eu fiz esse teste. Nas férias, eu fui para a Argentina e saí distribuindo castanha-de-caju para as pessoas. É maravilhoso: todos abrem as portas.

Então, eu fico muito feliz de estar aqui para celebrar o Jaime Aquino, para celebrar esse grande homem que mudou uma indústria. E aí eu não estou falando, como disse de manhã, só da fábrica dele: ele mudou todo um setor industrial. Ele moldou um setor industrial ao que realmente ele acreditava e que está aí hoje. Ele também viu o futuro dessa indústria, o futuro integrando com o outro lado, não só com a indústria de castanha, mas com a indústria do pedúnculo. Sim, é um absurdo desperdiçarmos alimento não só no nosso país, mas num mundo que passa fome, num mundo que necessita de alimento, e nós podemos entregar esse alimento a partir do caju.

Então, meus parabéns, mais uma vez, Senador. Meus parabéns à família do Sr. Jaime Aquino por ter convivido com essa pessoa tão fantástica. E é isso aí. Em nome da Embrapa como um todo, temos orgulho de fazer parte desse legado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito



bem. Muito bem.

Agora, vamos aqui...

Eu quero ouvir alguém da família. Eu queria saber se a gente já poderia aqui ouvir a Sra. Liziane Dias Carneiro Aguiar, sobrinha do homenageado.

Podemos? (*Pausa.*)

Ótimo. A senhora escolhe a tribuna.

A SRA. LIZIANE DIAS CARNEIRO AGUIAR (*Fora do microfone.*) – Pode ser daqui?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Se quiser ser daqui, pode ser também. Sem problema nenhum.

É só apertar ali para ficar...

Isso.

Então, com a palavra a Sra. Liziane Dias Carneiro Aguiar, que é sobrinha do homenageado Jaime Aquino, por até cinco minutos, com a tolerância aqui da Presidência.

A SRA. LIZIANE DIAS CARNEIRO AGUIAR (*Para discursar.*) – Boa tarde a todos!

A minha passagem aqui na tribuna vai ser só mais de agradecimento, na pessoa do Senador Eduardo Girão. Só tenho a agradecer a você por esta homenagem, que eu considero muito justa.

Que esse exemplo que ele deixou possa ser seguido por todos nós que estamos vendo esse grande crescimento da cajucultura no nosso estado e, por que não dizer, no nosso país.

Eu fico só no agradecimento ao Sr. Senador Eduardo Girão.

Muito obrigada e uma boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Sra. Liziane Dias Carneiro Aguiar, que é sobrinha do homenageado.

A sua mãe é irmã dele?

A SRA. LIZIANE DIAS CARNEIRO AGUIAR (*Fora do microfone.*) – O meu pai é irmão da tia Ailame.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O seu pai é irmão da esposa dele. Então, você pode conviver um pouco com ele. Que bom.

Conta um pouquinho para a gente. Tem tempo.

A SRA. LIZIANE DIAS CARNEIRO AGUIAR – Antes de entrar, meu esposo até falou agora, lembrando, que o tio Jaime não falava inglês. Ele viajava sempre com um intérprete. Ele não gostava de estar sempre com alguém dando toda a instrução para ele. Ele era muito criativo.

Uma vez, em Nova York, ele desceu para falar com o recepcionista e, sem saber falar inglês, o intérprete estava dormindo, passou a mensagem. Ele falou para o recepcionista que ele teria que viajar às 5h da manhã, que o recepcionista o acordasse, porque ele ia pegar o avião. E a mensagem foi dada e cumprida, que é o mais interessante. Ele era muito interessante. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que bom, que maravilha. Muito bem.

Já passo a palavra, agora, ao Sr. Maurício Campos, Diretor do Instituto Caju Brasil.

Muito obrigado pela sua presença, pela ideia lançada.

E a gente conseguiu destinar esta segunda-feira aqui, já faz uns 20 dias que nós aprovamos esta sessão, praticamente tematizada. Esta semana, nós temos outra iniciativa nossa. A Senadora Jussara, lá do Piauí, fez um relatório para tornar – uma iniciativa do nosso mandato – Pacajus a Capital Nacional do Caju. Esperamos aprovar na quarta-feira. O nome está dizendo: Pacajus.

Eu acho que também vai incentivar, de uma certa forma, aquela cidade, na Região Metropolitana de



Fortaleza.

Maurício Campos, muito obrigado. Você tem cinco minutos, com a tolerância da Casa.

O SR. MAURÍCIO CAMPOS (Para discursar.) – Boa noite a todos.

Queria, mais uma vez, parabenizar o Senador Eduardo Girão pelo esforço, porque eu sei que foi um grande esforço de V. Exa. para esta solenidade acontecesse.

Parabenizo toda a família do Jaime Aquino, a Angélica, que, juntamente comigo, também se esforçou muito para que a gente pudesse fazer esse grande movimento.

Enfim, não poderia deixar de passar.

Lembro-me de que, quando a gente falou do centenário do Jaime Aquino com o Senador Girão, lá em Fortaleza, ainda lá no gabinete, automaticamente ele falou assim: “Precisamos fazer uma solenidade”. Ele foi unânime em afirmar isso. Eu falei: “Então, vamos”. E assumimos esse grande movimento.

O que falar do Jaime Aquino? Várias pessoas já passaram aqui e fizeram falas extremamente importantes. A família, mais do que ninguém, vai poder falar com propriedade, mas acho que a grande mensagem que o Jaime Aquino deixa para todos nós é a de sermos visionários, de abrirmos nossas cabeças em relação a muitos pontos de vista.

E o Instituto Caju Brasil, hoje, desenvolve muitos trabalhos que refletem um pouco dessa mensagem, dessa ideologia, desse pensamento do Jaime Aquino, porque, sem dúvida nenhuma, uma das coisas que é unânime é a questão de ser visionário, ou seja, de visualizar coisas que a maioria das pessoas não conseguem ver, o que às vezes é até dito, como o próprio Senador falou, como louco. Às vezes um louco fora do seu tempo.

Uma coisa que acho interessante, também, quando a gente fala sobre a cajucultura, é que todo mundo, principalmente quando a gente fala do Nordeste, sempre tem alguma relação, alguma história para contar sobre o caju. Particularmente, por ser filho de cearense, de Assaré, e a minha mãe de Triunfo, em Pernambuco, era muito comum... Na verdade, até tinha uma curiosidade, quando era novo, bem pequeno mesmo, porque eu vinha muitas vezes aqui para o Nordeste e via os meus tios queimando cajueiro para fazer plantio de outras culturas. E eu perguntava para eles por que eles faziam aquilo, porque eu não entendia. Eles falavam: “Porque eu vou produzir coisas mais rentáveis”, para a gente ver como a mentalidade, ao longo do tempo, mudou e como o Jaime Aquino já era visionário, muito à frente do seu tempo.

A gente tem algumas palavras que usamos hoje como referência – por exemplo, *foodtech*, que é essa tecnologia voltada para a alimentação –; e o Jaime Aquino já era visionário e já visualizava toda essa tecnologia. Quando a gente fala, por exemplo, do mercado de *wellness*, que é o mercado do bem-estar, o Jaime Aquino já visualizava isso. Quando a gente está falando da cajucultura inserida no veganismo, inserida na gastronomia, no setor de bares, de restaurantes, o Jaime Aquino já visualiza isso através das suas receitas, dos livros. Enfim, ele era um grande incentivador dessas culturas e desse desenvolvimento. Então, sem dúvida nenhuma, ele foi um grande visionário.

E um tema, uma abordagem que eu acho extremamente interessante... E a gente não poderia esquecer que, quando nós do Instituto Caju Brasil colocamos nas nossas redes sociais que a gente ia homenagear o Jaime Aquino, foi unânime o bombardeio de mensagem que a gente recebeu falando sobre a visão dele, falando principalmente sobre o grande homem que ele era, o coração grande que ele tinha – até no vídeo de homenagem ficou muito claro o quanto ele tinha, digamos, a visão em ESG, que hoje se fala muito do ponto de vista empresarial, de valorizar os seus profissionais, de valorizar toda a governança, enfim, toda estrutura em torno ali do setor.

Toda vez que a gente fala sobre pessoas grandiosas, fica difícil a gente definir em palavras. E tem uma frase, particularmente, que mudou a minha vida. Eu estava num período de estudos, eu estava com



algumas dúvidas relacionadas com alguns pensamentos ou decisões na minha vida e eu tive acesso a uma frase, que depois eu vim saber que era de um Presidente americano e que eu acho que representa muito do que o Jaime Aquino representou, que é a seguinte: “É preferível arriscar coisas grandiosas, alcançar triunfos e glórias, mesmo expondo-se a derrota...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURÍCIO CAMPOS – ... a formar fila com os pobres de espírito que [...] [não sofrem muito nem vivem] muito, porque vivem na penumbra cinzenta dos que não conhecem a vitória nem a derrota“.

Viva o caju! Viva a cajucultura!

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Maurício Campos, Diretor do Instituto Caju Brasil.

Quem estiver aqui no Congresso Nacional, no Plenário, e puder conhecer ali um pouco da degustação, puder degustar um pouco ali...

O que tem ali, Maurício? Tem cajuína. Tem o que mais?

Liga o microfone aí para o pessoal ter uma aguinha na boca.

O SR. MAURÍCIO CAMPOS – Ah, lá tem cajuína, tem brigadeiro de caju, tem doce em compota, tem castanha-de-caju, tem castanha-de-caju com chocolate branco, com chocolate, enfim, tem suco, tem muitas coisas. Se vocês quiserem provar lá no Cafetinho do Senado, estão todos convidados. Os produtores também vão estar lá para explicar para vocês os produtos, para vocês conhecerem um pouco mais. Se quiserem acompanhar também com biscoito, com pão, fiquem à vontade para dar uma passadinha lá depois.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Excelente.

Já passamos a palavra aqui para o Sr. Aderson Gondim Carneiro, que é sobrinho do homenageado, do Jaime Aquino.

Você tem a palavra. Se quiser fazer daí ou de alguma tribuna, dessa tribuna ou daquela, fique à vontade. É uma honra tê-lo aqui conosco, muito emocionante.

Enquanto o senhor toma lugar, eu vou registrar a presença aqui de mais brasileiros que vêm ao Plenário do Senado Federal conhecer o nosso Plenário bicentenário.

Muito obrigado pela presença. São de vários estados aqui? De vários estados? Vamos lá, podem dizer aí os estados.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – São Paulo, Santa Catarina.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Paraná.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Espírito Santo.

(Manifestação da plateia.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ceará!

Olha aí! Ceará! Que coisa boa!

Tem mais? Algum outro estado? (*Pausa.*)

Não. Está representado aí. Santa Catarina.

É porque aqui tem muito a ver com o Nordeste, com o Ceará, especialmente, porque nós estamos no centenário de Jaime Aquino, considerado o rei do caju, ele, que foi um dos maiores exportadores, durante muitos anos, da castanha-de-caju.

Inclusive, uma retificação: a nossa votação, quarta-feira, na Comissão de Agricultura, é para tornar Pacajus a capital nacional da castanha-de-caju.

Então, você que está nos assistindo, se quiser fazer como esses bravos brasileiros que vêm aqui conhecer um pouco da nossa história, os museus, visitar, basta acessar o site [www.congressonacional.leg.br/visite](http://www.congressonacional.leg.br/). Mais uma vez, www.congressonacional.leg.br/visite. E a visitação pode ser realizada em dias úteis, exceto terças e quartas, porque a gente tem as sessões aqui – é uma correria danada, várias sessões ao mesmo tempo e Plenário também –, mas pode ser realizada aos finais de semana e feriados das 9h às 17h.

Sejam bem-vindos! Aqui é uma sessão solene, especial, em homenagem ao centenário de Jaime Tomaz de Aquino.

Vamos agora ouvir o nosso querido, que já está posicionado, Aderson Gondim Carneiro, que é sobrinho do Jaime Aquino. O senhor tem cinco minutos, com a tolerância da Casa.

O SR. ADERSON GONDIM CARNEIRO (Para discursar.) – Cumprimento todos os presentes, cumprimento o Senador Eduardo Girão, todos os que compõem esta mesa, os meus familiares que estão aqui, os que estão vendo lá em Fortaleza, acompanhando pela internet.

Eu vou fazer uma rápida passagem aqui, dando uma informação: eu sou Aderson Gondim Carneiro, filho do Aderson Wellington Magalhães Carneiro, de saudosa memória, irmão da D. Maria Ailame Carneiro de Aquino. Meu pai, além de ser cunhado dele, era compadre também. E desse compadrio, a gente teve uma vida muito próxima dele.

Emocionou-me muito ver tudo isso que estava passando aqui agora há pouco, porque isso tudo fez parte da minha criação. O senhor disse que era de 1972. Se não me engano, eu sou de 1971. Todas essas coisas aqui, eu tive a honra e o privilégio de presenciar, como essa situação da D. Sara Kubitschek na inauguração do busto do Juscelino Kubitschek e outras circunstâncias aqui que eu não vou falar no momento.

O tio Jaime – eu vou falar assim: tio Jaime, mas, para os que não o chamavam de tio Jaime, ele era o Sr. Jaime – tinha uma maneira de tratar as pessoas que era cativante. Ele era uma pessoa que, apesar de não ter tido aquele estudo acadêmico, essa situação, tinha uma inteligência muito acima do que você vê na normalidade. Era um homem, como todos já falaram aqui repetidas vezes, visionário. Ele, para a época dele, fazia as coisas que a gente, à época, não entendia. É como se ele fizesse aquilo agora para que nós entendêssemos no futuro. Acho que é por isso que nós estamos aqui hoje comemorando o centenário dele.

Algumas palavras que ele fazia muito bem era a questão do amor ao próximo, do amor ao trabalho, do altruísmo, da preocupação que tinha com os colaboradores dele, a quem chamava de meus amigos. Ele tratava os funcionários dele como “meus amigos”.

Quando eu era acadêmico, eu fui acadêmico de Engenharia, sempre tinha aquela vontade de aprender as coisas com ele. Ele era uma pessoa que, a cada contato, era uma aula mesmo de tudo. Eu tive a oportunidade de trabalhar com ele por um pequeno período na Cione, eu era estagiário à época, e me chamou muito a atenção a maneira como ele conduzia aquela empresa. Ele, às vezes, não parecia o dono da empresa. Ele era uma engrenagem fundamental no funcionamento de tudo aquilo.

Todas estas coisas: a preocupação alimentar, essa visão que ele tinha de o cajueiro ser uma árvore



da vida, da qual se aproveitava tudo, desde o pseudofruto, a castanha, tudo, o olhar dele nunca foi focado no lucro. A maioria das pessoas enxerga os empresários como pessoas que são focadas em lucro. Ele era focado em satisfação, ele queria ver as pessoas satisfeitas, ele se sentia... Eu almoçava todo domingo na casa dele, porque o meu pai era compadre dele, minha tia chamava e a gente ia almoçar lá. Cada vez que eu ia para lá, era uma aula de vida, de inteligência, de coisas que faziam com que a admiração ficasse cada vez maior.

Ele conseguiu converter as adversidades em oportunidades. Eu tenho uma análise dele como sendo aquela pessoa que... Tem gente que, durante uma chuva, senta-se ao chão e espera a chuva passar. Tem gente que levanta e vai vender guarda-chuva. Era o caso dele, ou seja, ele era do segundo caso. Ele sempre teve esse foco de dizer assim: “Não tem adversidade que eu, com o trabalho, não consiga superar”. E é por isso que ele está sendo tão bem homenageado hoje, como está acontecendo aqui.

Para não me estender muito, eu vou contar uma pequena história. Foi assim: eu tinha 22 anos, era acadêmico de Engenharia, fazia o quarto ano, e fui trabalhar lá sem remuneração nenhuma. Eu estava de férias, e ele condicionou: “Eu não lhe dou remuneração nenhuma. Você quer vir de graça?”. Eu disse: “Eu vou de graça”. E fui. Fiquei de férias e fui para lá. Todo dia, de tarde, ia para lá. Certo dia, eu estava lá e fiquei muito amigo da moça que fazia o café. Eu estava sentado tomando café, muito tranquilo, e, de repente, percebi a chegada de um caminhão, um caminhão de chapas, de chapas de metal. Tranquilo. Estou aqui parado. Daqui a pouco, eu vejo o Sr. Jaime andando para um lado e para o outro, assim, meio aperreado. Eu, lá no café, olhando aquela cena sem entender muito bem – eu era jovem, com vinte e poucos anos. Depois, eu estou sentado, quando levo aquela mãozada no ombro, aqui, sabe?, aquela mão bem delicada, de caminhoneiro, bateu aqui. Ele olhou para mim e disse assim: “Vamos ali comigo, engenheirinho” – ele me chamava de engenheirinho, brincando. Aí, eu fiquei, assim, meio espantado: “Vamos!”. Levantei e fui. A missão que ele me chamou para fazer digam qual foi. Tinha que carregar as chapas, não tinha quem carregasse, sabem quem carregou as chapas? Dois funcionários, o Sr. Jaime e eu carregamos chapa no braço. Aquilo ali me deixou revoltado, sabem? Quando eu cheguei em casa, fui falar com o meu pai, desabafar: “Papai, hoje o tio Jaime se superou em coisas imprevisíveis”. Relatei, e ele disse assim: “Você teve a oportunidade de ter uma lição presencial do que é a verdadeira humildade”.

Ele era um homem de uma humildade admirável. Era exatamente por isso que ele cativava todos que trabalhavam com ele, que prestavam serviço a ele. Quem sabe a pessoa que ele era, como nós todos aqui – pelo visto, todos o conheciam muito bem –, eu não vejo quem consiga falar mal dele.

Por último, eu vou apenas relatar outra situação. De vez em quando... Vocês sabem que a Cione é ali no bairro Antônio Bezerra. Quem conhece Fortaleza sabe que tem esse bairro lá, onde fica situada a Cione, na Mister Hull. Algumas vezes, eu vou fazer alguns serviços e, por acaso, não me identifico, fico calado. Aí, eu estou falando, e a própria pessoa cita: “Ah, é a Cione”. Eu digo: “O senhor conhece a Cione de onde?”. A pessoa, sem eu pedir nada, diz assim: “Olhe, eu sou filho de duas pessoas que trabalharam na Cione”. Ele é uma pessoa que é admirada não só por aqueles a quem ele deu trabalho; ele é admirado pelos filhos daqueles a quem ele deu trabalho. Então, é notório que ele é uma unanimidade em relação a isso aí.

Eu fico muito feliz de estar aqui hoje. Agradeço a Deus, demais, por essa oportunidade de estar aqui, homenageando o meu tio. Agradeço demais a oportunidade que a Dra. Angélica me proporcionou.

Eu espero que todos esses projetos que estão aqui, que foram citados, sejam continuados e que se concretizem.

Eu agradeço a oportunidade e desejo uma boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Maravilha!



Muito bem!

Aderson Gondim Carneiro, sobrinho do Jaime Aquino.

Que privilégio conviver com ele!

O Aderson é torcedor também do Tricolor de Aço, do Pici, não é isso?

O SR. ADERSON GONDIM CARNEIRO (*Fora do microfone.*) – Ah, eu esqueci de falar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Fale ali no microfone. É importante, porque eu ia perguntar qual era o clube com o qual ele simpatizava. Não sei se ele gostava de futebol. É bom a gente saber um pouco da vida dele.

O SR. ADERSON GONDIM CARNEIRO – Eu vou falar só mais uma coisa em relação ao tio Jaime. O tio Jaime tinha o toque de Midas, igual ao senhor, que também teve, com o nosso Fortaleza! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado!

Mas ele gostava de futebol ou não?

O SR. ADERSON GONDIM CARNEIRO (*Fora do microfone.*) – Não. Ele gostava de trabalhar!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Gostava de trabalhar! Mas, no final de semana, ele...

O SR. ADERSON GONDIM CARNEIRO (*Fora do microfone.*) – Não tinha sábado e domingo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não tinha esse negócio de final de semana, não...

O SR. ADERSON GONDIM CARNEIRO (*Fora do microfone.*) – Era para descansar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Era para descansar com a família... Era muito família...

O SR. ADERSON GONDIM CARNEIRO (*Fora do microfone.*) – Quando não estava viajando, estava descansando...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que bacana! Que maravilha! É muito bom conhecer a personalidade desse grande homem.

Obrigado, Aderson Gondim Carneiro.

Eu concedo a palavra ao Sr. Josenildo Lacerda Vasconcelos, que é membro da Câmara Temática do Caju do Piauí.

A gente sabe que o trabalho do Jaime Aquino – nós estamos celebrando o seu centenário – foi para o mundo todo, mas o Ceará e o Piauí foram terras, ali, em que, diretamente, ele tinha fazendas. Era nesses dois estados que ele tinha fazendas, não é isso? Ceará e Piauí.

Então, com a palavra, Josenildo Lacerda Vasconcelos. Muito obrigado pela sua presença. Você tem cinco minutos, com a tolerância da Casa.

O SR. JOSENILTO LACERDA VASCONCELOS (Para discursar.) – Boa tarde a todos.

Mais uma vez, agradeço, aqui, ao Senador Eduardo Girão a oportunidade de a gente estar se manifestando nesta tão importante sessão solene.

Quero dizer que o Sr. Jaime também tem uma importância muito grande na minha vida. Eu estou aqui para falar sobre ele por acaso, porque, na verdade, quem falaria era o Eduardo Banzeiro, que está ali, que não viria para cá porque não tinha condições de vir, mas fez um esforço enorme para estar aqui presente. Se for possível, depois, eu queria que ele tivesse um espaço aqui para se manifestar, porque ele



tem uma história muito bonita para contar sobre o Sr. Jaime, em relação à família dele.

Minha relação com a cajucultura tem uma influência grande do Sr. Jaime porque, quando eu ainda era adolescente, estudante do Técnico Agrícola, eu vi várias matérias em revistas sobre o Sr. Jaime, sobre a Cione, inclusive na Globo Rural, em jornais que a gente lia, e eu tive a sorte de, recém-formado, ainda trabalhando lá em Recife, na Assocene, conduzir uma missão de cajucultores da África para a Cione. Eu fui lá para... Eu tive essa oportunidade, esse privilégio de ir até a Cione com esse grupo de africanos. Eu não conhecia a Cione, não conhecia o Sr. Jaime, só a história. E Sr. Jaime era meio teatral. A gente ficou lá, e ele explicando a história dele em seu escritório. Eu estava perguntando aqui para a D. Elisiane... Era a D. Rose que era a secretária dele. E ele sempre estava conversando com a gente. Daí a pouco ele chamava a D. Rose, e ficava naquela coisa, enfim, mas a gente ficava prestando atenção na história, na conversa dele. Até que, de repente, ele se levanta lá do gabinete dele e sai quase correndo lá para o pátio da empresa e encontra um cara, um funcionário transportando um carrinho de castanhas de um galpão para outro, e a gente só viu ele lá gesticulando, gesticulando e tal. Aí, ele voltou, voltou esbaforido, e foi contar a história. Por que ele tinha ido lá? Porque ele tinha visto que tinha derramado umas castanhas, um pouco de castanhas lá, saindo lá, e foi dar aquela bronca, mas uma bronca... Assim, ele não foi agressivo, mas foi meio que uma coisa educativa ali e tal. Aí, ele voltou, e foi quando ele voltou a contar a história dele, menino, catando castanhas na casa paroquial, juntando 2kg, 3kg, para poder vender e fazer dinheiro. Então, foi assim que eu conheci Sr. Jaime. Depois, a gente foi almoçar num restaurante, e foi quando eu conheci a história das 43 receitas e o livro, e foi bem emocionante.

Eu vi ali uma oportunidade no caju. É tanto, Gustavo, que, no ano seguinte, eu fui fazer um curso de dez dias, lá na Embrapa, sobre aproveitamento integral do caju, e foi a partir daí que eu saí lá da Paraíba para ir para o Piauí produzir caju e fazer cajuína, e estou lá até hoje.

Então, o Sr. Jaime tem essa importância. E há cerca de seis anos é que eu conheci uma fazenda dele. Eu não sabia dessa ação dele mais social, de fato, e fiquei impressionado com o que eu vi: uma fazenda totalmente estruturada, exatamente como está sendo mostrado aqui no vídeo, com casas de boa qualidade para os funcionários, pavimentadas, com templos religiosos e com essa admiração dos funcionários, dos colaboradores todos.

Lá em Parnaíba, ele também tinha um grande amigo que sempre mandava, duas ou três vezes por mês, uma corda de caranguejo, porque ele gostava de caranguejo também, o Sr. Rubinho Fontenele, de saudosa memória, que também morreu, há três anos, era muito amigo dele.

E ele também deixou, à frente de parte da empresa dele, o Bruno Pires, que é um parnaibano, que ficou, durante muito tempo, e com quem ele tinha toda essa atenção e também dava toda a condição de trabalho. Então, realmente é uma pessoa diferenciada, que merece todas as homenagens.

E é isso que eu tinha para dizer a respeito do Sr. Jaime – realmente muito impressionante.

Muito obrigado.

Então, era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Josenildo Lacerda Vasconcelos, membro da Câmara Temática do Caju do Piauí; ele, que também participou, hoje, mais cedo, da nossa sessão, uma audiência pública, na Comissão de Agricultura, vendo os desafios que a gente vai ter para a retomada da cajucultura.

Eu passo a palavra à Sra. Ana Cristina, Diretora do Instituto Caju Brasil. Muito obrigado pela sua presença. Ela, que também foi, junto com o Maurício, nos visitar no gabinete em Fortaleza, onde a gente conseguiu articular esta semana temática, começando por este dia aqui no Senado Federal, com audiência pública e sessão solene ligadas à questão da cajucultura. E estamos aqui fazendo uma grande homenagem ao centenário, no Plenário do Senado Federal, para esse grande brasileiro, esse cearense de fibra, que é



Jaime Aquino, com a presença de dois familiares dele e os outros assistindo via remota. Um abraço para o meu amigo Edmo Júnior.

Já passo a palavra à Ana Cristina.

Muito obrigado pela sua presença e pela dica para a gente fazer esta homenagem.

A SRA. ANA CRISTINA (Para discursar.) – Nós do instituto agradecemos imensamente, Senador, por todo o seu acolhimento – não foi nem apoio, na realidade foi todo o acolhimento – ao nosso requerimento.

E aí o que acontece? Nós estamos aqui... A gente costuma brincar dizendo: “Você tem um minutinho para ouvir a palavra do caju?”. Hoje, a gente se reúne aqui para celebrar o centenário de um pioneiro da cajucultura, o Jaime Tomaz de Aquino, com uma dedicação incansável às práticas sustentáveis e ao aproveitamento do pedúnculo do caju que não só transformou a indústria, mas também inspirou muitos a seguirem os seus passos.

O Jaime sempre acreditou, quando nem se falava em ESG, em sustentabilidade e sempre acreditou que isso não era uma opção, mas uma necessidade. Ele viu, no pedúnculo do caju, muitas vezes descartado como resíduo, uma oportunidade de ouro. Com uma visão inovadora, Jaime desenvolveu métodos de transformar esse subproduto em uma fonte valiosa de nutrientes e energia. O trabalho não só reduziu o desperdício, mas também criou novas oportunidades para um setor tão judiado como era o das comunidades locais de cajucultura. Através das ações, ele mostrou que é possível alinhar o desenvolvimento econômico com a responsabilidade ambiental. Ele nos mostrou que cada parte da natureza tem seu valor e que, com criatividade e determinação, podemos encontrar soluções que beneficiem tanto o meio ambiente quanto a sociedade.

Nós do instituto, hoje, não só celebramos as suas conquistas, mas levamos, junto com a gente, o legado que ele deixou. Que o exemplo continue a inspirar a buscar um futuro sustentável e a valorizar cada recurso que a natureza nos oferece.

Agradecemos ao Jaime Tomaz de Aquino por sua visão, dedicação e paixão. Seu impacto será sentido por muitas gerações.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Ana Cristina, Diretora do Instituto Caju Brasil.

Imediatamente, eu já passo a palavra aqui ao Luiz Eduardo Rodrigues, Engenheiro Agrônomo e amigo pessoal do homenageado.

Você estava hoje presente na nossa audiência pública lá na Comissão de Agricultura, onde pôde falar como produtor lá do Piauí, não é isso? Muito obrigado.

Você tem cinco minutos, com a tolerância da Casa.

O SR. LUIZ EDUARDO RODRIGUES (Para discursar.) – Exmo. Sr. Senador Eduardo Girão, mais uma vez, em nome de toda a comitiva lá do Estado do Piauí, a gente agradece a oportunidade, agradece por todo este dia especial do caju aqui no Senado Federal. Muito obrigado, mais uma vez, em nome do Estado do Piauí.

Se eu me emocionei lá na Comissão, como não me emocionar neste momento, aqui e agora? Primeiro, eu não sabia que ia ter essa oportunidade de estar aqui nesta Casa. E, para a gente, como patriota que somos e como amantes do Brasil que somos, estar aqui nesta Casa, de onde, sempre que tenho oportunidade, escuto vocês falando de casa, Deus me dar esta oportunidade de estar aqui hoje é muito gratificante para mim. Com muito respeito e gratidão, agradeço novamente a vocês por tudo isso, e a você, Maurício, do Instituto Caju Brasil, por ter proporcionado isso, por ter feito essa provação. Não podemos deixar de



agradecer.

Vou tentar ser breve aqui em alguns depoimentos, em alguns testemunhos, na verdade, sobre o Sr. Jaime Aquino.

Meu pai e meu avô, como falei na sessão lá na Comissão, foram pioneiros do plantio do caju no Piauí, ali na BR-020 – na BR-020 Piauí, que hoje é a Rodovia do Caju, como a gente chama –, onde futuramente o Sr. Jaime Aquino instalaria uma das fazendas. A gente é do Município de Francisco Santos, e ele, lá no extremo, comprou uma área de terras e instalou a Fazenda Planalto. E ele sempre, como curioso e como entusiasta que era, desceu mais à frente na BR, e lá na frente viu uns pezinhos de caju. E esses pezinhos de caju eram do meu avô. Ele desceu lá, cumprimentou, começou a contar a história dele, perguntar “por que que você planta?”. Ali começou uma relação de amizade. E, sempre que o Sr. Jaime vinha, ele ia lá até meu avô. Um lugar que não tinha nem energia – era um cara humilde –, e ele sempre ia lá.

E, nessas andanças com meu avô, ele se aproximou do meu pai. Meu avô, Luiz Banzeiro, *in memoriam*; meu pai, Chico Banzeiro; e eu, Eduardo Banzeiro. Éramos “os Banzeiros”. Era assim que ele nos conhecia na Cione. Sempre que a gente chegava lá: “Banzeiro! Banzeiro!”, era sempre assim que a gente era chamado, conhecido por ele, não é? “Vamos lá nos Banzeiros ver como é que está o caju.”

E era curioso. Havia uma coisa que sempre o Sr. Jaime fazia nas visitas. O que ele fazia? Ele sempre levava uma caixinha, um monobloco para trazer sabe o quê, lá da fazenda, da roça da gente? Caju. Tinha um pezinho de caju lá na frente da casa, era um cajuzinho azedo, pequeno. Sempre que o Sr. Jaime descia da Toyotinha, já ia lá: “Menino, tira os cajus dali, tira aqueles cajus daquele pé. Lá não tem, não, lá na fazenda. Vamos tirar aquele caju lá”. E ele sempre levava esse monobloquinho cheio.

E aí começou uma relação de amizade com meu pai, uma relação que se estreitou a tal ponto que, sempre que a gente ia a Fortaleza, a gente tinha a honra e a felicidade de ficar na casa do Sr. Jaime, em um quarto na casa dele.

Tivemos a honra de fazer as refeições ao lado dele e lá tivemos muitas conversas maravilhosas. Foi aí que eu fui me inspirando nessas andanças, olhando para o Sr. Jaime sempre com admiração, sempre como uma escola, como o professor que ele era – realmente um exímio professor, professor da vida, de tudo que a gente fazia.

E uma das principais coisas que ele fez na minha vida foi que meu pai se tornou fornecedor da Cione, de castanhas, com o impulsionamento dele. Ele: “Banzeiro, compre a castanha da região, você precisa trabalhar, a gente incentiva você, a gente coloca você... além de você plantar caju, compre toda a castanha da região que a Cione recebe de você”.

A gente foi criando um vínculo, a tal ponto de chegar um dia e ele perguntar para o meu pai: “Banzeiro e seus filhos, como é que estão? Como é que está o Banzeirinho?” E era assim que eu era chamado por ele, Banzeirinho; quando eu chegava à Cione, ele dizia: “Ô Banzeiro, hoje você trouxe o Banzeirinho, rapaz? O Banzeirinho anda com vocês sempre?” – eu não perdia a oportunidade de estar na Cione.

E aí, ele disse: “Banzeiro, como é que estão os seus filhos?”, e ele: “Estamos lá, Sr. Jaime, na luta, com as dificuldades, meninos pequenos estudando”, e ele disse: “Banzeiro, por que você não traz seus filhos para estudar em Fortaleza? Aqui é que é o lugar, Banzeiro, aqui vai ter mais oportunidades para eles, aqui as escolas são melhores, Banzeiro”, e meu pai: “O que é isso, Sr. Jaime? Eu não tenho condição para isso, não; eu não posso trazer meus filhos para cá, não, é muita despesa, é muito dispendioso”, e o Sr. Jaime disse: “O que é que falta, Banzeiro? O que é que está faltando?”, e ele: “Sr. Jaime, eu não tenho nem onde deixá-los”, ele: “Você precisa de um apartamento, Banzeiro? Eu te disponibilizo agora um apartamento, tenho essa, essa e essa opção para você; qual desses serve para você? Vá lá olhar e, se algum desses servir, você traga sua família e bote seus filhos para estudar, você não vai pagar nada por



isso, vá lá!".

E hoje, graças a Deus, eu sou formado, sou engenheiro agrônomo, e grande parte da minha educação e do que eu tive foi estudando em Fortaleza, graças ao apoio, à ajuda e ao incentivo de Sr. Jaime Tomaz de Aquino, a quem eu sou eternamente grato. Eu e toda a minha família somos gratos por isso, por todo o apoio que ele deu. Eu e a minha irmã estudamos lá, graças a ele, então a gente é muito grato por isso.

Foram grandes aprendizados os que o Sr. Jaime deixou para a gente. Sempre que a gente andava nos campos, quando ele vinha à Fazenda Planalto, a gente tinha oportunidade de acompanhá-lo, e quando ele via uma castanha no meio, que às vezes uma raposa carregava, ele a botava no bolso: "Isso é uma moeda, isso aqui não é uma castanha. A gente tem que olhar para isso como uma moeda, isso é uma moeda, a gente não pode perder uma única moeda: temos que catar todas as moedas" – mais uma lição de empreendedorismo, mais uma lição de que a gente não comece de cima, a gente comece de baixo.

Muitas vezes, ele ensinava a gente até a se vestir. Tenho mais um depoimento aqui, está acabando o meu tempo, mas...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ EDUARDO RODRIGUES – ... mais um depoimento.

Uma vez eu estava na Cione... não foi comigo, mas chegou um senhor para falar com ele, era até Sr. Gerson o nome dele, também amigo dele, pessoa que ficava muito... e ele chegou com o botão da camisa meio desabotoado, e ele chegou a ele, abotoou o botão da camisa e disse: "Olha, não se deixe andar assim, você diga a sua mulher para ter mais preocupação com você. O homem tem que andar sempre bem alinhado, com a barba feita, porque a visão, a aparência conta muito nas negociações, então, você tenha cuidado, chegue ao lugar sempre bem arrumado, bem-vestido, para você se apresentar. Diga a sua mulher que tenha mais uma atençãozinha com você".

Isso foi uma das coisas que ele me disse sempre no intuito disso... ele disse que eu estive presente neste momento, o que me deixou bem atento e, a partir daí, eu sempre tive cuidado com como eu saía de casa. A partir dessa fala, eu sempre tive cuidado na hora de me vestir, na hora de me trajar, por causa desse conhecimento dele.

Então, quero agradecer... O caju, à paixão pelo caju...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ EDUARDO RODRIGUES – Só para finalizar, a minha empresa, o nome é Banzeirinho. Banzeirinho, o nome da nossa empresa. E todo mundo que pergunta, por que Banzeirinho? E eu digo: Banzeirinho porque, quando eu ia visitar a Cione, o Sr. Jaime sempre me dizia: "Então, Banzeiro, você trouxe o Banzeirinho?" Então era assim que eu era conhecido e era chamado por ele.

E as frases que sempre tinha nos carros. Todos os carros da fazenda, todos os carros do grupo tinham na porta: "Adote um cajueiro". Adote um cajueiro.

E a partir daí, a gente está aqui tentando impulsionar sempre a cajucultura, sempre carregando o nome dele como exemplo de empreendedorismo, de pessoa que impulsionou a cajucultura. Em cima desse exemplo, em cima desse sonho que ele foi tendo, estamos aqui hoje para homenageá-lo.

Muito obrigado, Senador. Muito obrigado pela oportunidade a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado ao Sr. Luiz Eduardo Rodrigues. É Luís com "s" ou Luiz com "z"?

O SR. LUIZ EDUARDO RODRIGUES (*Fora do microfone.*) – Com "z".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É com "z". O meu é com "s", mas o nosso nome é o mais bonito que existe: Luís Eduardo. Ele que é produtor e



foi inspirado também por esse grande cearense, Jaime Tomaz de Aquino, que o Senado Federal está aqui celebrando o seu centenário.

Alguns Deputados e Senadores estão aqui, e eu vou conceder a palavra. Eu só queria perguntar ao primeiro inscrito, que é o Deputado Bilynskyj, Paulo Bilynskyj, que vai ter um voo daqui a pouco, não é isso? Recebi aqui a informação. Se a gente pode ouvir só a última, a nossa última palestrante aqui, que é a Angélica Gonçalves Lopes. Eu agradeço, porque ela é advogada da Companhia Cearense Agroindustrial do Caju (Sicaju). E ela foi a responsável, eu quero deixar isso claro, por conseguir formatar essa questão aí do espólio dele e unir toda a família. É um trabalho muito bonito esse que ela fez. E nós não estamos aqui por acaso. Tem todo esse trabalho de base, de diálogo, porque o Sr. Jaime Aquino faleceu em 2015 e não tinha filhos. Então, tem sobrinhos e tudo, e foi feita toda uma construção, de forma muito harmônica, e a Angélica merece todas as nossas considerações, porque ela foi a responsável e está sendo a responsável, como advogada, por essa construção.

Então, a senhora tem cinco minutos, com a tolerância da Casa. Daqui a pouco eu passo a palavra para a Senadora Damares, para os Deputados aqui, Marcel Van Hattem, o Deputado Gustavo Gayer, Deputado Eduardo Bolsonaro. Nós estamos aqui. Deputado Valadares, Deputado... Olha aí, uma turma boa aqui, rapaz. Que coisa boa! Vou falar o nome de todos vocês já já, porque senão... Bacana.

Vamos lá. Estou passando a palavra agora para a Angélica Gonçalves Lopes, que é a última palestrante.

A SRA. ANGÉLICA GONÇALVES LOPEZ (Para discursar.) – Obrigada, Senador Eduardo Girão. Agradeço a todos os presentes.

É uma honra hoje estar aqui homenageando o Sr. Jaime. Eu não tive o prazer de conhecê-lo pessoalmente, mas eu tenho o prazer diário de conhecer suas histórias. Conheço muitos dos seus familiares, conheço muitos dos seus admiradores, que não são poucos, conheço e conheci muitos dos seus funcionários.

Tem histórias lindas. É um homem visionário, como tanto foi falado, um homem muito além do seu tempo. Ele é um homem que merece ser lembrado e merece ser homenageado por quem foi, e não só por quem foi, pelo que é, porque seus ideais e suas ideias continuam.

Hoje nós estamos comemorando o centenário do Sr. Jaime, mas nós estamos comemorando também todo o ideal de vida que ele nos trouxe: a cajucultura, a luta por seus objetivos, o desejo de crescer, o desejo de incentivar o nosso Estado do Ceará.

O Sr. Jaime representou, para nós cearenses, o que foi de melhor, o que há de melhor: é a nossa capacidade diária de se reinventar. O Sr. Jaime é admirado e ele era admirável.

Eu tive a oportunidade de conhecer muitas de suas fazendas, talvez não nos tempos áureos, infelizmente – eu gostaria de ter conhecido em outros momentos – mas eu conheci funcionários que, ao falar do Sr. Jaime, se emocionavam. Quando eu vi o vídeo... Esse vídeo foi ainda da época em que o Sr. Jaime obviamente estava vivo, em 2005 mais ou menos, mas ele contou a história da década de 90 até mais ou menos 2003. E esse vídeo sintetizou, de uma forma plena, tudo que ele desejava.

Ele focou muito nos seus trabalhadores. Com a honra que ele tinha de dar essa dignidade e o empreendedorismo social dele, ele soube se reinventar quando não se falava nisso. Na década de 60, na história, houve muitos momentos sociais críticos, e ele soube se reinventar. Nas fazendas, na Fazenda Pimenteiras, em Beberibe, eu cheguei a conhecer uma funcionária que quando falou dele se emocionou, tinha lágrimas nos olhos. Então, era realmente algo em que você via que a admiração por ele sempre vai prevalecer. É lindo saber disso!

Hoje eu estou aqui falando, a família já falou. Apesar de conhecer todos – reitero que os que não estão presentes gostariam de estar – hoje eu vou falar pelos seus funcionários. Aquela emoção da pessoa



que eu tive o prazer de conhecer também, repercutiu quando eu visitei a Fazenda Planalto, no Pio IX. No Pio IX, vou homenagear todos os trabalhadores na pessoa de um funcionário já falecido: Sr. Zenóbio. Zenóbio Valentim de Alencar: foi uma honra ter essa pessoa como funcionário, uma pessoa que, até os seus últimos dias, honrou o nome do Sr. Jaime.

Foram várias as oportunidades que nós tivemos de homenageá-lo, mas eu quero agradecer ao Senado por a gente poder resgatar uma história. Uma história dessas não pode ser esquecida – ela tem que ser lembrada, ela tem que ser cultivada, ela precisa ser propagada. O Sr. Jaime era um homem muito além do seu tempo. E, hoje, nós estamos aqui, tendo a oportunidade de conhecer um pouco dessa história. Eu espero que isso se desenvolva para que conheçam mais de quem foi o Sr. Jaime.

Também quero deixar aqui um agradecimento especial e um registro por um funcionário que partiu na semana passada, infelizmente: Manoel Oderno do Nascimento, que, até o último dos seus dias, nos possibilitou saber o que é a decência, conhecer um pouco disso, e lutar também pelo Sr. Jaime.

A história precisa ser contada como de fato foi. O passado precisa voltar, para que nos sirva de exemplo. Muito se falou que nós precisamos de heróis – não só de heróis, precisamos de muitos e muitos exemplos a serem celebrados, e é isso que era o Sr. Jaime.

Agradeço muito e finalizo dizendo que hoje lembramos de sua vida e obra, e não podemos deixar de exaltar sua incansável luta por um Brasil mais justo, onde a riqueza não se mede apenas em números, mas em oportunidades criadas para todos.

Jaime Tomaz de Aquino nos ensinou que com coragem, visão e compromisso social é possível transcender vidas e deixar um legado que transcende o tempo. Embora não esteja mais entre nós, seu espírito empreendedor e sua paixão pela cajucultura permanecem vivos em todos aqueles que tiveram a honra de trabalhar ao seu lado e aprender com ele. Seu centenário...

(Soa a campainha.)

A SRA. ANGÉLICA GONÇALVES LOPES – ... é uma ocasião para reafirmarmos o compromisso com os valores que ele tanto prezou: o trabalho, a inovação e o cuidado com as pessoas.

Essas são as palavras que eu quero deixar pelos trabalhadores: que eles sejam sempre realmente incentivados ao seu melhor.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem! Muito bem, Angélica Gonçalves Lopes, advogada da Companhia Cearense Agro Industrial do Caju (Cicaju).

Você vê que é uma pessoa extremamente especial, que fala com um brilho nos olhos sem conhecer o nosso homenageado, de quem estamos celebrando o centenário, Jaime Tomaz de Aquino.

Eu estava lembrando há pouco, com o Senador Flávio Azevedo, São Tomás de Aquino. Eu acho que a mãe e o seu pai deram esse nome a ele. Não é por acaso esta sessão.

Quero dizer, Angélica, que não existe coincidência. Você está fazendo esse trabalho de construção, de pacificação, junto à família tão especial desse grande cearense porque tem uma história com isso tudo e, um dia, vai descobrir.

Vou passar a palavra agora... Quero agradecer a todos os que estão aqui. Se quiserem permanecer, vou abrir a palavra a Deputados e Senadores. Está aqui o Senador Magno Malta, a Senadora Damares, o Senador Izalci Lucas.

O Paulo Bilynskyj é o primeiro. Vai ter voo, não é? Então, vou abrir a palavra ao Deputado Paulo



Bilynskyj, lá de São Paulo. O senhor tem a palavra no Senado Federal. Podemos colocar 10 minutos?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (Para discursar.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Em primeiro lugar, eu quero aqui saudar a família do nosso homenageado de hoje, Jaime Aquino, o Rei do Caju. Agradeço a presença de vocês e os parabenizo pela linda homenagem.

Mas, infelizmente, Sr. Presidente, o motivo de ocupar, pela primeira vez na minha vida, aqui, a tribuna do Senado Federal é absurdo. O Brasil, hoje, vive uma ditadura, nós temos que ter em mente um elemento muito importante: para que o mal prevaleça, basta que os homens de bem permaneçam calados. Não é possível que a ditadura passe desapercebida pelo Congresso Nacional, pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

Eu ocupo hoje, aqui, o Senado Federal para trazer uma palavra em nome de todos os brasileiros, em nome das pessoas de bem que não conseguem permanecer caladas visualizando e sentindo o que está acontecendo. O direito à liberdade de imprensa, o direito à liberdade de expressão estão tolhidos.

Eu convoco todos os brasileiros, no dia 7 de setembro, para participarem da maior manifestação pelo *impeachment* de um Ministro do Supremo Tribunal Federal do Brasil, uma manifestação ímpar que nunca aconteceu. Nunca houve *impeachment* de Ministro do Supremo e agora vai acontecer.

No 7 de setembro, essa será a nossa pauta, e eu tenho um pedido para todos vocês: participem, venham para a luta, porque nós vamos pedir a responsabilidade de cada um dos Senadores. No Estado de São Paulo, nós sabemos os seus nomes, nós sabemos quem vocês são, nós vamos cobrar um posicionamento.

E eu vou dar um exemplo muito bonito aqui, Sr. Presidente, o exemplo de Santa Catarina, que fechou questão. A bancada do Senado de Santa Catarina fechou questão. São três Senadores apoiando o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes. É disso que nós precisamos. (*Palmas.*)

Nós precisamos do apoio de todos os Senadores. O processo de *impeachment* é simples. No dia 9 de setembro será protocolado. Na sequência, o Pacheco tem que ler esse pedido de *impeachment*. A partir daí, é instalada uma Comissão; essa Comissão faz o julgamento e traz para o Plenário.

O que nós precisamos agora é mobilizar os Senadores. Sra. Mara Gabrilli, Sr. Giordano Bruno, os senhores são os Senadores pelo Estado de São Paulo; os senhores devem à população brasileira e à população do Estado de São Paulo um posicionamento firme neste momento.

Sr. Presidente, muito obrigado por essa oportunidade de ouro de estarmos aqui hoje, no Senado Federal, falando a verdade. A ditadura está instalada no Brasil, e nós não podemos nos calar. Deputados, Senadores e o povo brasileiro, nós vamos à rua no 7 de setembro e vamos nos manifestar de forma definitiva.

Muito obrigado, foi um prazer estar aqui, senhor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Deputado Federal Paulo Bilynskyj, de São Paulo, que traz uma mensagem deste momento muito forte, em que os olhos estão voltados, pela conjuntura do Brasil, para esta Casa revisora da República.

Esta sessão especial não tem a ver com esse assunto, mas eu vou abrir a palavra, sim, aos Senadores e aos Deputados aqui. Quero deixar muito à vontade os familiares, porque eu sei que transcende quem trabalha com a cultura do caju, a cajucultura. Esse assunto é um assunto que transcende; não é exatamente o que norteia, muito pelo contrário, é produção, mas é legítimo aqui. Os Parlamentares, nós estamos no Senado Federal e temos aqui a presença de Senadores e Deputados e nós vamos, antes de encerrar a sessão, conceder a palavra para que possam se manifestar.

Mas, pelo que eu entendi, não vai ser a respeito, a partir de agora, da questão da sessão de homenagem a Jaime Tomaz de Aquino, centenário dele, que é um cearense. Foi aprovada esta sessão há 20 dias, mais



ou menos, e foi uma coincidência estar acontecendo exatamente hoje o que ninguém imaginava que fosse acontecer nesse último final de semana: o cúmulo do bloqueio de uma plataforma que deixa órfãos 22 milhões de brasileiros.

Isso aí, qualquer brasileiro... Furou completamente a bolha. Estão indignados – pessoas que trabalham, pessoas que têm o seu único entretenimento, pessoas que querem se manifestar. Então, eu estou nas ruas, lá em Fortaleza, nas praças, nos mercados, e estou sentindo que furou completamente a bolha. Pessoas que nem sequer gostam de política têm dito que é um absurdo e que o Congresso Nacional, principalmente esta Casa revisora da República, tem que dar uma resposta.

O Senador Magno Malta – para quem eu vou passar a palavra agora, que sempre foi, desde a primeira hora, desde o primeiro momento, antes até de chegar aqui, de voltar a esta Casa – sempre combateu um bom combate, alertou para abusos, para arbítrios que estão vindo do nosso Supremo Tribunal Federal, cada vez mais avassaladores.

Eu vou passar a palavra para ele, porque ele também tem sentido isso. E ele está à disposição para fazer o uso da palavra. Senador Magno Malta, o senhor tem a palavra concedida pela Presidência da Casa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discursar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputados, quero parabenizá-lo por esta sessão em que homenageia o Rei do Caju, o Sr. Tomaz de Aquino, tão bem representado, e por ele ter a vida detalhada pela sua luta, ideais e tudo o que produziu.

A coisa mais importante: esse homem gerou empregos, e quem gera emprego gera honra. Então, concluo minha palavra sobre ele dizendo que quem gera honra gera dignidade, porque a honra de um homem é o seu trabalho, e um homem sem trabalho é um homem sem honra.

Por isso, todos aqueles nordestinos que vieram a esta sessão solene para homenagear, a própria família que aqui está, membros da família, eu gostaria de abraçá-los, têm todo o meu respeito e todo o meu agradecimento enquanto brasileiro, até porque sou nordestino também.

Sr. Presidente, eu teria muito a falar, mas espero que esse muito a falar, embora seja muito importante, gostaria que V. Exa. considerasse, enquanto Presidente, sentado na cadeira de Presidente, que eu estivesse na tribuna, e não estou em função do meu quadro, da minha cirurgia, mas para que a TV Senado e os veículos pudessem reproduzir a minha fala como se eu estivesse na tribuna.

Eu tenho muito para falar, mas poderia falar para a cadeira vazia. V. Exa. não é o Presidente desta Casa, mas o que eu tenho para falar é para o Presidente Pacheco, mas eu quero falar olhando para ele, como eu tenho feito aqui, sem qualquer tipo de covardia, sem conversa de gabinete.

Há uma indignação de uma nação que se sente órfã desta Casa. Dos três Poderes, diz a Constituição que são harmônicos entre si, embora não haja harmonia, porque não tem três Poderes, só existe uma, uma ditadura instalada neste país, em que um homem só é o CEO de alguns outros que se juntaram – e ele representa o Ministro Alexandre de Moraes.

Eu quero perguntar amanhã para o Senador Pacheco. Depois da tal reunião, em que eles saíram pousados, que a *Folha de S.Paulo* postou, o *Estadão* postou, as redes sociais postaram, aquela reunião em que a imprensa entrou para fotografar com essas máquinas assim que pegam todo mundo, com aquelas lentes maravilhosas, e lá estava o Presidente desta Casa.

Ele participou, ele é Presidente de um Poder, foi convidado - até aí nada demais; até aí nada demais.

Em seguida, ele deu uma entrevista e disse que é preciso ter muito cuidado, as questões constitucionais... Ele é um advogado preparado e tal, mas o discurso dele é meio conversa de bêbado para delegado.



Ele tem obrigação conosco, ele é Presidente desta Casa, ele tinha que chamar esta Casa para dizer: “Olha, gente, eu estive lá, representando o Senado, e foi tratado esse, esse e esse assunto”. Eu exijo – eu exijo –, como Senador, o respeito do Presidente desta Casa, porque ele não fala no meu nome.

O que ele falou naquela reunião? Certamente, falou no meu nome, no nome de V. Exa., no nome de Izalci, no nome de Damares, no nome de tantos outros, e nem sabemos o que ele falou, qual foi a posição dele, o que ele acordou naquilo lá.

É triste saber que, depois que o ditador da toga, Alexandre de Moraes, vai lá e dá uma canetada nessa situação que envolve o Brasil e que prejudica milhões de pessoas, ele chama para si problemas – o Ministro Alexandre de Moraes –, e são problemas pessoais, Sr. Presidente. Ele fica inimigo de alguém, ele é inimigo de Elon Musk, ele é desafeto de Elon Musk. Então, ele acha que, sendo desafeto de Elon Musk, pode prejudicar mais de 200 milhões de brasileiros na atitude que ele tomou. E não foi calculado que afetaria a indústria, o comércio, as pessoas que usam o X, o antigo Twitter? O prejuízo, a nocividade disso? Porque ele manda no Brasil e daqui a pouco vai mandar no mundo.

Mas a mídia deu, os recortes deram, está tudo por aí, que estava na reunião com ele – e eu lamento – Michel Temer, que é uma pessoa por quem eu sempre tive muito respeito e continuo respeitando. Fui Deputado Federal quando ele era Presidente daquela Casa, e eu presidi a CPI do Narcotráfico com apoio dele. Michel é uma pessoa por quem sempre tive muito respeito e vou continuar respeitando. Mas estavam na reunião ele, o Pacheco, Presidente desta Casa, e o Alckmin. Em seguida, o ditador bania o X do Brasil.

Ora, se ele não quer respeitar a mim, que sou oposição, que pelo menos respeite quem votou nele, mas ele é Presidente desta Casa, não é Presidente só de quem votou nele. Eu quero amanhã ouvir, eu quero perguntar, eu quero que ele responda com relação a *impeachment*, cujo rito é outro. Nós estaremos, sim, em 7 de setembro, na Paulista; nós estaremos, sim; o povo brasileiro, sim.

Alguém diz: “Ah, mas Pacheco é rede”...

Sr. Presidente, eu só queria que pedisse um pouquinho de silêncio, porque eu estou sem retorno e não estou conseguindo me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quero pedir só, por favor, ao Plenário. Nós estamos ouvindo o Senador Magno Malta. Agradeço o silêncio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, Ulysses dizia, só o povo pode ajudar o povo. Quando da promulgação da Constituição de 1988 – que ele chamou de Constituição Cidadã –, ele disse: o povo pode ajudar o povo. Essa frase que eu não me canso de falar.

Certamente nós estaremos lá.

“Ah, mas não adianta cobrar do Pacheco, porque o Pacheco não está nem aí para rede social. O Pacheco se faz de morto”. Não, ninguém é tão insensível assim. Presidente Pacheco, eu sei que sua assessoria vai lhe passar o meu discurso. Vou me dirigir a você, mesmo você não estando aqui. Os seus filhos vão crescer neste país, nessa ditadura que vocês acham que é para atingir a nós, que não comungamos com esse espectro político comunista, que se instalou no país.

Eu quero fazer uma ressalva, Sr. Presidente.

Antes mesmo, desde 2016, se instalou uma perseguição da velha e grande mídia, que agora está pagando o preço – eu sou até solidário à *Folha de S.Paulo* neste momento, porque eles estão sendo perseguidos por colocar ali 6,1GB de conversa dos assessores de Alexandre de Moraes, extremamente grave. Imagine se fosse alguém ligado a alguém de nós? Mas há uma perseguição pessoal do Ministro Alexandre de Moraes ao ex-Presidente da República Jair Bolsonaro. Imagine se isso fosse com alguém ligado a nós?



Que inferno isso já não teria se tornado?

Sr. Presidente, eu vou me furtar de falar a verdade? Eu não posso! O povo do Espírito Santo me mandou aqui e, neste momento, o povo do Espírito Santo exige de mim e de todos os outros que nós falemos a verdade. Jamais, Senadora Damares, eu vou desacatar o Ministro Alexandre de Moraes, jamais vou desacatar o Gilmar Mendes, jamais vou desacatar o Barroso, mas eu tenho aqui nesse telefone a sabatina de Moraes. Eu nunca vi ninguém falar sobre liberdade, como esse cidadão falou, mas falou, montou tudo isso, para ser aprovado, Moraes. E tem outra coisa, Moraes, que eu quero falar para você: naquele dia, eu o recebi no meu gabinete a pedido do Temer. Olha lá. O Temer até hoje é chamado de golpista, e você foi Ministro da Justiça por um golpe do Temer. Essa esquerda, que você protege hoje e que está dentro do Supremo Tribunal Federal, dizia o discurso mais duro e sujo que já ouvi sobre V. Exa., e foi feito por Randolfe Rodrigues, naquela tribuna ali. E eu vejo que tudo aquilo que Randolfe Rodrigues disse era verdade, porque hoje é seu amigo, ele não foi para o inquérito do fim do mundo, ele não foi para o estômago do elefante. Ele não foi. Ele não foi. Ele não foi.

Eu quero dizer isso tudo amanhã por isso e por tantas outras coisas: por 17 anos de cadeia, por 14 anos de cadeia para inocentes; pela morte do Clezão. Clezão vive! Nós vamos para a rua, sim, Ministro, sem medo, sem medo do seu autoritarismo. E no seu autoritarismo você não está só. Aliás, quero relembrar aqui o Ministro Gilmar Mendes, que disse: “Sem o Supremo não haveria Lula”. Sem o Supremo não haveria alguns agentes que estão aí com os seus mandatos. Há uma cleptocracia no Brasil. Foi o Nikolas que chamou Lula de ladrão pela primeira vez? Não, foi Gilmar Mendes. Nikolas devia arrolar Gilmar Mendes como testemunha dele, porque o cleptocrata está no poder.

Sr. Presidente, Deputada Bia Kicis, Srs. Deputados, Srs. Senadores, é preciso que todos os Senadores desta Casa começem a dialogar, a fazer o debate com o Senador Pacheco. Senador Izalci, nós não podemos fazer qualquer tipo mais. A sociedade não aceita. Encerrou esse papo de água com açúcar. Pela ordem, Sr. Presidente, embora tenha muito carinho por V. Exa., muito respeito por V. Exa., eu gostaria de dizer que... Não, não, não, não, não, não, acabou! É Presidente de uma Casa, é Presidente desta Casa e deve satisfação à Casa.

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Deve satisfação ao povo do meu estado, que me colocou aqui.

Agora vai lá, participa, está todo mundo junto... O cara está fazendo palestra até para o Exército agora!

Então, é o seguinte. Cada um... Um dia Josué disse para o povo: “escolhei hoje a quem sirvais, [...] [porque] eu e a minha casa decidimos servir ao Senhor”. E, quando alguém estava tão revoltado, tão entristecido: o que vamos fazer? Jesus, caminhando para o calvário, disse: “Não choreis por mim, chorai antes mesmo por vós e por vossos filhos”. Nossos filhos, nossa pátria! Nossos filhos, nossos netos! O futuro da nação brasileira! Quando eles estavam tristes, Jesus disse: escolham o lado de vocês. Eu tenho o lado. O meu lado é esse. Eu vou com ele até o final.

Agora, se o Presidente da Casa tem lado, isso não o impede de dar satisfação a 80 Senadores – com ele, 81 –, porque ele é o Presidente desta Casa.

Sr. Presidente, muita coisa para falar. Meu coração muito entristecido quando me lembro das pessoas que estão com tornozeleira, que estão presas, que estão sem liberdade, e de Parlamentares... E aí o Parlamentar desta Casa aqui, que está cerceado nos seus direitos, eu seria a última pessoa a defender, porque não tenho qualquer relacionamento e amizade com o Senador Marcos do Val, mas é responsabilidade



de V. Exa.

Lembro-me de Renan Calheiros quando era Presidente desta Casa. Mesmo tendo seus problemas, me lembro de que um dia ele foi para aquele microfone onde está a nossa Silvia Waiãpi, levantou o microfone e disse: “Ontem eu fui para dentro do Supremo para impedir que o marido de uma Senadora e ela fossem indiciados”. Foi para dentro! Pediram a prisão dele, de Renan, e depois tiveram que desfazer o pedido de prisão, porque nessa Presidência ele não arregava, em nome do cargo, independentemente de quem goste dele ou deixe de querer.

Então, o que nós temos que fazer neste momento, Senador Girão, é cobrar de todos os Senadores, eles têm que se posicionar se são a favor dessa ditadura ou se são contra. Ninguém pode ficar em cima do muro.

Nós temos que cobrar do Presidente desta Casa. E eu vou fazer isso de forma intensa. Não vou fazer de forma covarde, em corredor; não vou fazer... Vou fazer olhando para ele. Também não vou fazer dentro de gabinete, para fazer acordo com nada. Vou fazer olhando para ele, Sr. Presidente. Vou fazer olhando para ele.

Sr. Presidente, obrigado por ter me cedido a palavra, nesta sessão tão importante.

Desculpe-me ter ultrapassado o tempo. Aliás, eu sou viciado em ultrapassar tempo. Para mim, não tem problema nenhum, mas é que dói muito dentro de mim e, se me deixar, eu vou falar a noite toda, porque eu estou disposto a qualquer coisa. O país chegou num momento em que ou nós nos revestimos desse sentimento nativista, desse sentimento pátrio a esse chão onde nós nascemos, para poder defendê-lo, ou então é melhor tirar o broche, como disse o Senador, jogar em cima da mesa e ir embora, porque, sentados aqui para receber salário, nós não valemos nada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Senador Magno, peço atenção aqui do Plenário.

Fui informado aqui pela Secretaria-Geral da Mesa, como é muito claro no Regimento, para a gente tentar ficar dentro do assunto do centenário.

Eu entendo e concordo, inclusive, com cada palavra que o senhor falou, mas estou presidindo uma sessão aqui, que foi aprovada pelos colegas, para celebrar o centenário de Jaime Tomaz de Aquino.

O que eu queria propor aqui? Amanhã vai ter sessão, inclusive, deliberativa, e nós vamos poder colocar tudo isso novamente. Eu queria propor que a gente possa ouvir os Senadores aqui, todos os Senadores. Vamos definir no máximo, se puder, cinco minutos. Eu vou citar o nome de cada Deputado aqui que pediu a palavra, mas eu queria pedir para vocês, assim, a compreensão de que nós temos um Regimento Interno. É uma sessão especial para celebrar o centenário, mas eu acredito que a gente deve ter outros momentos.

Está aqui Deputado Zucco, que eu não tinha citado ainda, o Senador Beto Martins, que daqui a pouco vai falar, o Deputado Derrite, o Deputado Sanderson, lá do Rio Grande do Sul, o Deputado Marcel van Hattem, a Deputada Adriana Ventura, a Deputada Bia Kicis, a Deputada Silvia Waiãpi, a Deputada Carla Zambelli, o Deputado Sargento Gonçalves. Se eu tiver me esquecido de algum... A Deputada Adriana Ventura – falei –, o Deputado Valadares, lá de Sergipe.

Nós vamos conceder a palavra. Eu peço desculpas. Realmente, essa questão do Regimento... A família está aqui; inclusive, está tendo degustação ali. Eu convido os Deputados e Senadores, porque nós estamos tendo ali, oferecido pelo Instituto Caju... Hoje nós estamos celebrando o centenário do Jaime Tomaz de Aquino, que é o Rei do Caju, e a família está oferecendo ali, com os produtores de caju, a



degustação, cajuína, doce de caju, uma série de produtos, não é?

Então, vamos ouvir os Senadores – a Senadora Damares. Se puder, Senadora Damares.

O SR. MARCEL VAN HATTEM – Sr. Presidente, só pela ordem, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá, eu vou passar... A Senadora Damares vai falar, mas, rapidamente, só peço a compreensão dos senhores.

Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (Pela ordem.) – Eu não estou acostumado aqui com o Senado. Espero que eu me acostume até 2027. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, eu queria aqui apenas dizer a V. Exa.: primeiro, parabenizo pela propositura desta sessão solene, já estendendo essa parabenização também aos homenageados em particular, pela importância do caju no Brasil, e obviamente também a todos os familiares de Jaime Tomaz de Aquino, inclusive alguns aqui presentes.

Eu queria apenas dizer a V. Exa. que, reciprocamente, na Câmara dos Deputados, nós, em sessão solene, recebemos os Senadores, e todos os Senadores têm a palavra franqueada, podem falar na tribuna, inclusive sobre o tema da sessão solene e eventualmente temas correlatos com ela.

Nós estamos aqui, porque, neste dia de segunda-feira, me parecia que, além desta importante solenidade, era importante que o Senado tratasse do tema mais importante para o Brasil agora, que está fazendo os brasileiros todos chorarem, os que defendem a democracia, a justiça e a liberdade, que é o *impeachment* do Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes.

Então, o fato – e aqui eu tenho o maior respeito por V. Exa., e não é por ser do meu partido, ou por ser até meu amigo pessoal, ou por ser um amigo que eu fiz neste mandato – de V. Exa. receber um telefonema – pelo que me foi informado – do Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para cercear a palavra dos Deputados, demonstra, com todo o respeito aos demais Senadores aqui, na Casa da República Alta, que o Senador Rodrigo Pacheco não teve nem a decência de vir aqui, então, e tomar essa atitude, e sentar nessa cadeira, e fazer o que está pedindo a V. Exa., tão descortesemente, fazer com os Deputados e Senadores. (*Palmas.*)

Então, fica aqui o meu desabafo.

Eu acho que hoje era um dia – além de por esta sessão solene importante – de todos os Senadores da República estarem aqui em Brasília, de todos os Senadores da República estarem aqui pressionando pelo *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes, assim como nós Deputados estamos tratando, com o Deputado Arthur Lira, da CPI do abuso de autoridade e o chamado para o Sete de Setembro.

Eu queria fazer um apelo a V. Exa., Senador Eduardo Girão: que permitisse que os Deputados e os Senadores falassem até a hora que quisessem. Como é franqueada a palavra aqui, o Regimento tem as suas limitações, mas, obviamente, todos estão falando da questão da sessão solene, se, porventura, V. Exa. não se sentir confortável com a decisão, que chame o Senador Rodrigo Pacheco e que ele tenha, então, a decência de fazer o que pede para o senhor fazer com os demais presentes aqui... (*Palmas.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM – ... que se sente nessa cadeira e não deixe essa bucha na sua mão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Deputado Marcel Van Hattem, eu queria fazer só uma ponderação aqui importante. Hoje nós tivemos uma sessão não deliberativa na Casa – às 14h, pontualmente, começou – e vários Senadores, inclusive eu, fizemos um discurso duro sobre a questão do *impeachment* do Ministro Moraes, sobre a necessidade de a população brasileira ir para as ruas não apenas na Paulista, mas em todo o país. Nós colocamos uma série de abusos que estão ocorrendo na sessão não deliberativa que nós tivemos hoje. Amanhã teremos uma sessão



deliberativa na Casa e eu tenho certeza de que esse assunto deve predominar. Eu só queria pedir assim... Eu pedi aqui o Regimento para a gente ver o que está escrito, porque realmente o senhor tem razão. Quando a gente vai à Câmara dos Deputados... Eu fui à Câmara dos Deputados algumas vezes, inclusive para sessões especiais, e tive a minha palavra franqueada, mas eu estou aqui com o Secretário-Geral da Mesa e a gente vai avaliar.

Eu queria ouvir primeiro a Senadora Damares. Depois nós voltamos.

Muito obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Está bloqueado?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Izalci, é pela ordem?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Sim, é pela ordem, Sr. Presidente.

Bem, eu tive a oportunidade de falar, na sessão ordinária, exatamente sobre esse assunto, principalmente, das consequências de o povo realmente não tomar nenhuma atitude e ficar aguardando realmente algumas pessoas tomarem essas atitudes. Falei claramente sobre isso, que o momento é difícil, mas eu não poderia deixar, porque eu estive... Aliás, eu estou sempre na Câmara, em todas as sessões solenes, na Câmara Federal, tenho participado e tenho falado em todas elas, inclusive, até, quando participo, nos dão a prioridade da fala. Então, eu não sei como é o Regimento da Câmara, não me lembro mais, faz algum tempo que eu saí de lá, mas é uma des cortesia muito grande deixar sem fala os Parlamentares, os Deputados, até porque não foi encerrada a sessão solene. Eles podem muito bem falar sobre a questão do caju, mas também manifestar aquilo que quiserem, como a gente faz na Câmara. Eu não sei... É deselegante, é muito ruim essa posição do Presidente de querer realmente cercear. Já chega o Supremo! Agora, o Presidente também cercear aqui os Parlamentares... É uma questão que não é nem regimental, mesmo que esteja no Regimento, não é? Eu acho que nunca houve, na história deste país, um Presidente, presidindo uma sessão, cerceando a palavra de Deputados, que sempre falam aqui, também, em várias sessões solenes, porque eu participei de várias. Vários Deputados falaram, mesmo não estando previsto no Regimento.

Então, acho que é uma decisão de V. Exa., que está presidindo. Coloco-me, inteiramente... Sou solidário à decisão de V. Exa., mas, se V. Exa. preside, a decisão é de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Izalci. (*Palmas.*)

Eu estou aqui, vendo o Regimento, com a Secretaria-Geral da Mesa, mas vou passar a palavra agora para a Senadora Damares. A Senadora Damares já está na tribuna há algum tempo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Meu querido Senador Magno Malta, não tem pela ordem. Eu lhe peço só...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vamos só ouvir a Damares...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Para questão de ordem é que eu preciso apresentar o artigo do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É porque



sessão especial não tem questão de ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senadora Damares, a senhora permite?

Então, eu passo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – O meu microfone está desligado.

Agora, voltou.

Sr. Presidente, eu acho que seria uma questão de cortesia e respeito.

Aqui, nesta Casa, eu já falei, algumas vezes, que há momentos, na vida, em que a graça é maior do que a lei. Quando é para beneficiar, as pessoas atendem a graça. Isso é maior do que a lei.

Uma questão de respeito a V. Exa... Ora, em uma Casa onde nós já tivemos até José Dirceu, aqui, na tribuna, depois de tudo o que aconteceu, cercear os Deputados de falarem? Qual o problema?

E aí a outra questão é que, se o Secretário, que é muito competente, que é o titular, é um jovem Secretário – cristão, aliás, nosso irmão –, veio, por que o Presidente não veio? Porque é uma descortesia com V. Exa... (*Palmas.*) É uma descortesia com V. Exa. Mesmo com o Regimento dizendo, será ruim como se fará o encerramento, não é?, embora nós tenhamos o direito. Bem, quantas vezes esse Regimento foi violado? Quantas vezes esse Regimento deixou de existir? Quantos interstícios foram quebrados aqui, nesta Casa, conforme o sabor do Governo ou o sabor daqueles que têm maioria nesta Casa?

Para tanto, eu apelo ao próprio Presidente Rodrigo Pacheco que, de onde ele estiver, ou acione um dos seus Vice-Presidentes, para que assuma o lugar de V. Exa., porque, assim, não é uma coisa bonita, não é? Imagino que a sociedade brasileira que está assistindo – está assistindo, sim, muito ávida, em função de tudo o que está acontecendo...

Então, eu faço a V. Exa. esse apelo. Há momentos na vida em que a graça é maior do que a lei. Se a lei não existe no país, nós temos que apelar para a graça, e graça é um favor imerecido – é um favor imerecido! É tipo: “Eu preciso, neste momento, embora você ache que eu não mereça”. Isso é a graça, que é muito maior do que a lei! A lei não existe, mas a graça existe.

Então, eu apelo para o próprio Presidente, se estiver nos ouvindo, para a sua assessoria, que assuma, no lugar de V. Exa., para que os Deputados tenham condição de falar e se expressar. São cidadãos. E ele é Presidente deles também, porque eles fazem parte do Congresso Nacional. Do Congresso Nacional, o Presidente é o Presidente desta Casa. Embora o Regimento aqui não seja omissivo com relação a essa questão, são Deputados, não são pessoas alheias... Eles fazem parte do Congresso Nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quero passar a palavra à Senadora Damares Alves por cinco minutos.

Eu peço que, se puder, fique dentro desse prazo, que é o prazo que a gente tinha combinado com todos os palestrantes.

Eu lhe agradeço.

Senadora Damares, com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Obrigada.

Eu só quero lhe pedir permissão para ficar na tribuna acompanhada pelas Deputadas Federais que estão no Plenário. Todas as Deputadas que estão aqui são mães, e eu também quero colocar aqui uma



preocupação com as crianças.

Quero iniciar, Presidente, parabenizando-o por esta sessão especial. Hoje, o nosso Senado cheira a caju, tem gosto de castanha, o dia inteiro. Quero cumprimentá-lo pela audiência de hoje, pela manhã. Acompanhei à distância, não pude estar presente, mas eu acho que hoje o Senado trouxe para a discussão a produção do caju no Brasil e algumas preocupações, e agora, à tarde, a gente faz esta homenagem linda ao Jaime Tomaz de Aquino. Extremamente necessária, oportuna e merecida esta homenagem.

Mas, como mãe, Presidente, eu quero manifestar minha preocupação com os filhos dos castanheiros e das castanheiras. Eu sou nordestina, passei parte da minha vida no Nordeste, e conheço aquelas mulheres que estão lá quebrando a castanha-do-caju, que estão ali tirando a castanha e que, às vezes, ganham centavos para a castanha chegar tão cara aqui para nós.

E qual é a minha preocupação com as crianças? Essas crianças, especialmente as de lá do Nordeste, agora estavam tendo acesso à internet, Presidente, por meio da Starlink, que veio para o Brasil, inclusive para ser um instrumento de proteção à criança. E agora, Presidente, nós temos uma decisão do Ministro Alexandre de Moraes que vai impedir que o avanço da internet, por meio da Starlink, aconteça no país.

Eu precisava falar isto com as mães do Brasil, eu quero chamar a atenção das mães do Brasil para este fato: quando nós tivemos, no Governo passado, Presidente, o advento do 5G, uma das preocupações do homem mais incrível que governou esta nação, que se chama Jair Bolsonaro, uma das preocupações dele era: “o 5G vem, mas nós vamos começar tudo pela Amazônia”.

Está aqui a Deputada Federal Silvia Waiápi, que também é mãe e que também está preocupada. Por que começamos pela Amazônia? Porque a Starlink levaria para Amazônia, Srs. Deputados que estão aqui – que alegria têm aqui no Plenário! –, a Starlink estaria levando para a Amazônia a telessaúde, proteção para as crianças.

Eu quero lembrar do arquipélago do Marajó, todos os problemas que acontecem no arquipélago do Marajó. Aí vem todo mundo e pergunta: “Por que que eles não ligam no Disque 100?”, “Por que não denunciam o tráfico de criança?”, “Por que não denunciam o abuso de criança?”. Porque não tem como ligar, famílias brasileiras! Não tem energia elétrica! Não tem internet! Aí, o Presidente Bolsonaro leva energia elétrica para aquela região, leva internet, pensando nas crianças, e agora a gente tem um Ministro da Suprema Corte que dá uma decisão que vai, neste exato momento, ter como vítimas, lá na ponta, as crianças da Região Norte.

A Deputada Silvia está aqui. E estamos aqui como Parlamentares e como mães para fazer um chamamento ao Brasil. A decisão do Ministro Alexandre não é uma decisão de direita e esquerda; é uma decisão que colocou em risco vidas humanas no Brasil. E nós precisamos estar atentos a este fato: não é uma decisão de um ministro contra um grande empresário americano; é uma decisão que está colocando em risco também, Presidente, a soberania nacional, a segurança nacional. As Forças Armadas já se manifestaram dizendo que a decisão dele com relação à Starlink vai, inclusive, impedir operações das Forças Armadas na Região Norte.

Por tantos anos as fronteiras brasileiras foram abandonadas pelos governos anteriores! Vem um Presidente como Bolsonaro, com preocupação com fronteiras, traz a Starlink, e agora um Ministro da Suprema Corte, que tenho certeza de que nunca foi ao Marajó, nunca esteve numa região ribeirinha, traz uma decisão que vai colocar em risco a soberania nacional, a segurança nacional e a vida das crianças ribeirinhas.

Como mães, estamos aqui para dizer para o Brasil: se vocês não querem entrar numa briga de direita e esquerda, eu quero convocar o Brasil para vir para uma briga pelas crianças do Brasil. Sete de Setembro, todo mundo nas ruas! Quem não puder ir, Presidente, para São Paulo – você aí do interior do Nordeste, do Norte – coloque uma Bandeira Nacional na porta da sua casa, coloque uma faixa verde e



amarela. (*Palmas.*) Você, que não tem condições de ir para paulista com a gente, faça uma manifestação na porta da sua casa, mas o Brasil precisa mandar um recado para o Ministro que pensa que é um Deus. E o recado é: nós não toleramos mais. Chega, Presidente!

Eu, inclusive, Presidente, no meu primeiro ano de mandato, subi nesta tribuna com muito pudor, com muita leveza, tentando trazer um debate para a infância. E assim o fiz. Poucas vezes me referi ao Ministro Alexandre de Moraes. Mas, no momento em que esse Ministro colocou em risco a vida de crianças, e de crianças indígenas, eu vou subir todo dia nesta tribuna e vou lembrá-lo de que a vida dessas crianças agora está na mão dele. Está aqui.

Nós queremos falar, inclusive, Presidente, que, já que ele é tão bom – ele cala uma rede –, eu quero ver se ele é bom mesmo indo para a *deep web* e pegando os pedófilos lá na *deep web*. É isso que eu quero ver o Ministro Alexandre fazer. (*Palmas.*)

Essa é a minha manifestação, Presidente.

Silvia Waiãpi, sei da sua preocupação com as comunidades indígenas, agora sem internet, mas nós vamos estar aqui. E o Brasil vai estar com você, Silvia; com você, Bia; com você, Carla Zambelli; com as mães Parlamentares. O que está tendo aqui é um manifesto de mães Parlamentares, preocupadas com uma decisão infeliz e injusta de um Ministro que pensa que é um Deus.

Obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senadora Damares Alves, pelo Distrito Federal.

Inclusive, há uma frase – olhe as coincidências da vida, não é? – de São Tomás de Aquino, que com certeza foi o nome do nosso homenageado aqui, Jaime Tomaz de Aquino – os seus genitores devem ter se espelhado no São Tomás de Aquino –, uma frase que tem muito a ver com essa etapa aqui da sessão, que é a seguinte: “Se podes viver no meio da injustiça sem sentir repugnância, então és tão imoral como injusto” – São Tomás de Aquino.

Eu peço aos Senadores... e a Senadora Damares mostrou o impacto que isso tem até na cultura do caju, essa questão da censura.

Lembro que, por exemplo, na minha cidade, a manifestação do 7 de setembro vai ser em Fortaleza, às 16h, na Praça Portugal. Fui chamado por várias entidades, lá, da sociedade civil organizada. Eu estarei em Fortaleza com o meu povo.

Eu quero passar a palavra ao Senador Beto Martins, de Santa Catarina, que pediu a palavra para fazer aqui a sua exposição sobre o tema.

Muito obrigado.

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Girão, primeiro eu queria parabenizá-lo pela condução e, desde já, demonstrar também minha compreensão e minha solidariedade ao que o senhor está vivendo e passando agora na condução dos trabalhos.

Queria, evidentemente, parabenizar toda a família do Sr. Jaime Tomaz de Aquino. É sempre muito importante quando esta Casa presta homenagem a pessoas que ajudaram a construir a história deste país, que tiveram uma presença relevante na construção dos aspectos culturais deste país. Então, fica aqui o meu respeito e a minha homenagem.

É bastante difícil para mim falar muito sobre caju, porque eu venho de Santa Catarina; nós gostamos muito dessa fruta e nós temos que importá-la para poder usufruir.

Eu queria só dizer o seguinte, como durante a sessão foi dada a palavra para alguns Deputados, eu queria lembrar ao senhor que eu fui citado numa dessas oratórias que falava sobre a bancada de Santa Catarina, e eu entendo que seja justo e correto que eu possa aqui, em cima do que foi dito pelo Deputado



Bilynskyj, falar o que a bancada de Santa Catarina tem a dizer sobre isso.

Ele citou o nosso posicionamento, e eu quero lembrar que esse posicionamento não se deu, Senador Girão, agora, depois de todos os movimentos e todas as pressões. Esse movimento se deu no mesmo dia em que nós estávamos aqui em Plenário, numa sessão deliberativa, e as notícias da *Folha de S.Paulo* vieram à tona, com extensa materialidade.

Então, já naquele dia, eu gostaria que o senhor me permitisse, a bancada de Santa Catarina emitiu a seguinte nota:

A bancada de Santa Catarina no Senado Federal reforça seu compromisso com a transparência e a justiça, lutará pela plena apuração de todas as denúncias apresentadas, especialmente aquelas de caráter grave e que estejam fundamentadas por provas materiais. Diante dos fatos divulgados recentemente pela imprensa nacional, que apontam para questões extremamente sérias envolvendo a fundamental instituição, o Judiciário. Reafirmamos nosso posicionamento firme em favor das investigações necessárias, e entendemos que é papel legítimo do Senado Federal conduzir as apurações cabíveis, sempre em defesa da verdade e da justiça, pilares fundamentais da nossa democracia.

E eu só queria dizer ao Deputado Bilynskyj, ao Senador Girão e aos demais Senadores que estão aqui que esse posicionamento não se deu para agradar aqueles que hoje lutam pelo movimento. Não foi apenas para seguir um direcionamento de bancada, mas, fundamentalmente, respeitar o voto que nos colocou aqui. O voto que nos colocou aqui, no meu caso, o nosso titular, o nosso hoje Governador Jorginho Mello, mais de 1,5 milhão de votos, foi para defender liberdade, foi para defender democracia, foi para defender lei para todos.

Eu venho de um estado que é forjado pelo trabalho, pela resiliência e que exige dos políticos que o representam que eles sigam os seus valores e princípios.

Por isso, eu venho aqui hoje dizer que tenho convicção de que tanto eu como o Senador Seif e o Senador Esperidião Amin estamos respeitando a vontade da esmagadora maioria do povo catarinense. Se nós não nos posicionássemos assim, em Santa Catarina, Deputada, eu tenho certeza de que nós pagariámos um preço muito alto.

Então eu só finalizo fazendo um pedido ao Presidente Pacheco, apesar de eu estar aqui há tão pouco tempo, mas vou tomar a liberdade de fazer esse pedido a ele. Queria pedir ao Presidente Pacheco que tirasse dos ombros dele essa decisão. Por que é que ele vai trazer para ele sozinho essa decisão? Por que esse peso tão duro, esse peso tão grande em relação a um tema tão importante?

E a forma melhor de fazer isso é oportunizar que os 81 Senadores se posicionem, que cada um possa dizer qual é a sua posição neste momento. Se nós não dermos ao Brasil e aos brasileiros a condição de saber o que cada um dos Senadores da República pensa a esse respeito, nós cometeríamos uma grande falha com o Brasil e com o povo trabalhador e sofrido deste país.

Faço, de novo, um apelo ao Presidente Pacheco: deixe o Brasil saber, desnude o Senado da República sobre o que pensa cada um dos Senadores a respeito desse fato tão grave, que hoje mexe com a alma e o coração dos brasileiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu passo a palavra agora ao Senador Izalci Lucas, aqui do Distrito Federal. Depois, Senador Flávio Azevedo.

Senador Izalci Lucas, o senhor tem a palavra. Agradeço-lhe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa desta sessão especial celebrando aqui o



centenário do Jaime Tomaz de Aquino. Tive o privilégio de participar um pouco da sessão.

Mas agora, dizer o que eu vou falar aqui e proibir de falar é uma coisa fora do comum. Então não vai ser o Presidente do Senado que vai dizer o que eu posso e o que não posso falar aqui no Plenário do Senado Federal.

Então, primeiro quero, mais uma vez, registrar a minha indignação. Essa retaliação com os meus colegas Parlamentares, Deputados. Eu, que fui Deputado por três mandatos, fico muito constrangido aqui de ver todos aqui cerceados de falar, coisa que nós sempre falamos. Toda vez que eu vou à Câmara, eu falo, nas sessões solenes, sem nenhum problema.

E eu fico chateado pelos meus colegas, porque todos nós somos Parlamentares, nós fazemos parte do Congresso Nacional. Então, esse cerceamento aqui é muito ruim.

Eu já disse hoje, mas quero reforçar aqui um ponto importante, que disse hoje, na sessão extraordinária, com relação a essa questão do que está acontecendo no Brasil, com essas decisões inconstitucionais que acontecem no Supremo Tribunal Federal. A verdadeira tragédia dessa situação é a conivência do restante da sociedade. A apatia diante dessas aberrações jurídicas, a aceitação passiva de uma censura cada vez mais agressiva e o silêncio frente à perseguição política são sintomas de uma democracia que está morrendo.

Quando a imprensa, que deveria ser bastião da verdade, se rende ao conformismo; quando as escolas, que deveriam promover o pensamento crítico, se tornam centros de doutrinação; e quando as empresas, temerosas, se curvam diante da autoridade identitária, percebemos o quanto longe estamos do ideal democrático.

O caminho que estamos trilhando é suicida. A destruição de uma democracia não ocorre de uma só vez, mas através de uma série de concessões e silêncios. Quando percebermos o que restará, será apenas o vazio de uma liberdade perdida, uma sociedade imbecilizada que não reconhece mais os valores pelos quais lutou.

Se os verdadeiros democratas não se levantarem para defender a liberdade que ainda resta, logo será tarde demais. A democracia será apenas uma lembrança distante, destruída, não por um golpe militar ou por uma revolução violenta, mas pela apatia e a conivência de um povo que não soube defender a sua própria liberdade.

Diante disso, resta-nos defender a mobilização da sociedade. Então, vamos convocar aqui todos aqueles que puderem a estar em São Paulo, no dia 7 de setembro, na Avenida Paulista, às 14h, para que a gente possa manifestar realmente a nossa indignação com essas questões que estão acontecendo no Supremo Tribunal Federal.

Eu vi, inclusive, declarações do Vice-Presidente dizendo que o Alexandre estaria correto em função de que as empresas e as pessoas não estão acima da lei. Mas a lei é a Constituição. Quem não está cumprindo a Constituição é o próprio Supremo, que deveria estar defendendo essa nossa Carta Magna. Portanto, eu não vejo nenhum sentido no que está acontecendo hoje.

Eu vi, recentemente, um promotor do Paraná falando 14 pontos. Juiz pode abrir inquérito? Não, exceto o Supremo. Pode conduzir? Está aqui a Bia – que é nossa Procuradora aqui do DF, já foi procuradora –, a nossa Deputada sabe quantos itens o Supremo está fazendo fora daquilo que está previsto na Constituição e nos processos penal e civil. Então, todos nós... Ninguém está acima da lei, nem mesmo os Ministros do Supremo.

Portanto, essa colocação que a minha querida Senadora Damares colocou, da Starlink, é também um outro absurdo, porque as Forças Armadas dependem... A não ser que os Ministros estejam defendendo que as fronteiras sejam abertas para o tráfico que já existe, para as drogas entrarem no país.

Talvez seja complemento das decisões das drogas no Supremo Tribunal Federal, porque na medida



em que não tenha internet funcionando nas fronteiras, vai facilitar realmente o tráfico de drogas. Se é essa a defesa, eu até posso entender, mas fora disso não dá para entender, porque as próprias escolas estão sendo beneficiadas por essa empresa gratuitamente. São milhares de escolas que receberam da Starlink condições de ter internet, coisas que não tem em vários estados, em vários municípios.

Então, Senador Girão, agradeço por esta sessão especial. Realmente, é a oportunidade que nós temos de mobilizar a sociedade para que a gente dê um basta no que está acontecendo hoje no nosso país. Então, 7 de setembro, às 14h, na Avenida Paulista.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Izalci Lucas.

Eu passo a palavra ao Senador Flávio Azevedo, meu vizinho de estado, do Estado do Rio Grande do Norte. Ele que é o suplente do Senador Rogerio Marinho, Líder da Oposição.

O Senador Flávio tem feito um grande trabalho aqui. Fez um depoimento, há pouco tempo, emocionante. Ele conheceu, teve a oportunidade de conhecer o Sr. Jaime Aquino, de quem nós estamos celebrando aqui o centenário. Ele conhece a importância do mercado, da questão da cajucultura, do potencial dela, porque os estados produtores são Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, os maiores produtores do Brasil.

Eu lhe concedo a palavra, Senador Flávio Azevedo.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, caros Deputados e Deputadas Federais aqui presentes, eu queria dizer que, hoje à tarde, eu tive o prazer de ver aqui um número expressivo de parentes do Jaime Aquino e de funcionários de Jaime Aquino. E os funcionários, todos eles, ao discursarem de onde agora estou, falavam da importância que o Jaime dava ao desenvolvimento paralelo entre economia e o social.

Eu tive a oportunidade de conversar com o Jaime. O Jaime tinha mais de 100 mil hectares plantados de caju e cada fazenda ele transformou numa pequena cidade independente, com escola, com igreja e, interessante, igreja tanto católica quanto evangélica. Ele acreditava, realmente, no estado laico. O Jaime citava sempre, Presidente, uma frase que atribuía a Thomas Jefferson, embora haja alguma discussão sobre o assunto. A frase era a seguinte: quando a injustiça se torna lei, é nosso dever nos opor a ela. Ele dizia isso por quê? Os anos que eu convivi com o Jaime foram os anos da chamada revolução. Ele era indignado com o AI-5, por exemplo, porque acreditava numa coisa chamada liberdade. Por incrível que pareça, se hoje vivo ele fosse, repetiria essa frase nas atuais circunstâncias!

Vivemos hoje um processo muito semelhante ao que as pessoas que acompanham e apoiam a posição do Supremo viveram no passado, condenando o que eles chamavam de ditadura. Hoje, nós vivemos uma situação semelhante e, com certeza, o Jaime estaria repetindo para eles as palavras que ele, no passado, costumava dizer contra, por exemplo... Vocês são jovens, eu já tenho 78 anos, mas alguém aqui deve se lembrar da Lei Falcão, condenada pelo país inteiro, condenada pela classe política, indignada contra a Lei Falcão. Hoje, vivemos uma situação semelhante, e Jaime, com certeza, estaria também recordando isso.

Então, em mais uma homenagem que eu faço ao meu saudoso Jaime Aquino – minha sogra era prima dele, a família toda estava aqui –, em homenagem a esse grande cearense, povo irmão dos potiguares, Jaime nasceu na fronteira do Ceará com o Rio Grande do Norte, então, em nome de Jaime Aquino, eu vou repetir a frase que ele sempre disse e transformar essa frase na minha forma de caminhar daqui para frente, enquanto eu estiver nessa posição momentânea de substituição ao Senador Rogerio Marinho: quando a injustiça se torna a lei, nós temos o dever de nos opor a ela.

Muito obrigado, Srs. Senadores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado,



Senador Flávio Azevedo, do Estado do Rio Grande do Norte. Eu imediatamente passo a palavra para o Deputado Evair de Melo, ele que foi Relator da lei que beneficiou a questão da cultura do caju. O senhor tem a palavra. Eu lhe agradeço pela sua presença aqui, muito obrigado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Para discursar.) – Sr. Presidente, meu caro colega Senador Girão, meus caros colegas Parlamentares, o caju nos une nessa noite de segunda-feira e, naturalmente, seguindo a orientação de V. Exa., quero me ater ao tema e, por ele, navegar, se assim me permite, na pessoa de Jaime Tomaz de Aquino, que, segundo o relato de V. Exa., teria sido seu nome inspirado em São Tomás de Aquino. E, daí, me permita tratar do tema atual. São Tomás de Aquino, que foi um teólogo e um filósofo muito importante na Idade Média, e a sua inspiração filosófica, meu caro Marcel Van Hattem, foi em Aristóteles, aquele aluno inquieto de Platão. E, naturalmente, inspirado em Aristóteles, São Tomás de Aquino também tratou da sua inquietação. Há duas contribuições extremamente importantes de Aristóteles para São Tomás de Aquino, inspiradas aqui no nosso Jaime Tomaz de Aquino, em que Aristóteles trata da ética e Aristóteles trata da política – olha o que o caju nos está proporcionando! Na ética, Aristóteles destaca que ela é extremamente importante, porque nela há a importância do meio-termo, do justo meio, que é o equilíbrio entre os extremos de comportamento.

Aristóteles avança um pouco mais quando ele trata de política. Ele analisa diferentes formas de Governo e ele argumenta que a melhor forma do Governo é aquela que promove o bem comum. Ele também faz observações sobre cidadania, sobre justiça e sobre organização social.

Naturalmente, eu poderia aqui continuar navegando nos ensinamentos de São Tomás de Aquino, ou nos de nosso Aristóteles, mas eu quero aqui, colegas Deputados, voltar ao caju.

E o senhor, como um torcedor, e que ensinou a amar o Fortaleza, que está orgulhando o futebol brasileiro...

Lá no nosso Ceará, no nosso Rio Grande do Norte, Piauí, tem uma expressão popular, muito usada, Deputado Marcel van Hattem, e talvez não tenha no Rio Grande do Sul, que é a expressão “mais fora do que semente de caju.” É uma expressão popular usada principalmente no Nordeste. Ela é utilizada para indicar que algo ou alguém está completamente fora do contexto, fora do lugar, ou muito distante de onde deveria estar.

Isso avança, por exemplo, num comentário que se faça e que não tem nada a ver. Ou você pode dizer que “essa pessoa está mais fora que semente de caju”, é uma expressão bem-humorada, usada em tom de brincadeira para dizer que algo está completamente deslocado do seu contexto.

E aí eu já caminho para o encerramento da minha fala para dizer que, olhando para a realidade dos brasileiros, olhando para a realidade da nossa economia, olhando para os produtores de caju, olhando para a agricultura do meu Brasil, o STF, neste momento, é uma verdadeira semente de caju. O STF está mais fora da realidade do brasileiro do que a semente de caju. Eles estão completamente fora do seu contexto, sustentados pela filosofia de Aristóteles, inspirado em São Tomás de Aquino, que é a homenagem aqui ao nosso Jaime Tomaz de Aquino. Eles estão completamente desconectados da realidade. Esses senhores e essas senhoras que lá estão dizendo seguir alguma coisa que é tudo, menos a Constituição. Estão completamente fora da sua obrigação, ou do seu papel até constitucional, da razão da sua própria existência.

Portanto, eu quero agradecer ao caju por essa frase extraordinária, e para deixar claro para o Brasil, os Ministros Supremo... E o pior é que um é uma expressão máxima da semente de caju, fora do contexto, e a manada o segue, que é o pior ainda, porque caberia aos outros fazerem as correções.

Até as tribos fazem isso. Quando um filho perde, esquece os princípios, a ética, inclusive, com que Aristóteles trabalha, quando um filho perde a ética, quando um filho perde a moral, quando o dissidente da tribo envergonha a sua tribo, cabe aos outros buscá-lo, recuperá-lo, Damares, trazê-lo para dentro da



tribo novamente para que ele possa reviver os princípios, os valores em que ele foi formado pelos seus pais, pelos seus antepassados, para que ele possa fazer uma correção moral e ética, para que ele possa ser devolvido para a sociedade.

E, infelizmente, o nosso Supremo hoje é essa ponta fora da curva, é essa vergonha. Eu fico imaginando aqui os juízes de carreira; eu fico imaginando aqui os professores de Direito Constitucional; eu fico imaginando os homens e as mulheres deste país que se pautaram pela ética, que se pautaram pela boa política, pelo bem comum; e é fundamentado aqui, na nossa fala, pela cidadania, na essência da cidadania, naturalmente, na essência da Justiça e da organização social, é tudo o que o nosso Supremo não está fazendo.

Não está cumprindo o papel da cidadania, não está... Que Justiça é essa que ninguém sabe onde está e, naturalmente, cumpre um papel terrível, que é essa desorganização social?

Portanto, eu quero aqui, nesta sessão de homenagem ao Jaime Tomaz de Aquino, inspirado em São Tomás de Aquino, fundamentado pelos princípios de Aristóteles, no caju, que nos une na cultura brasileira, para poder deixar a afirmação de que eu nunca imaginei usar a tribuna do Senado para poder dizer que o nosso Supremo Tribunal Federal e os nossos juízes do Supremo estão mais fora da nossa realidade do que semente de caju.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Deputado Evair de Melo. O senhor foi o Relator – não é isso? – do PL 2.677, de 2015, que beneficiou exatamente os produtores de caju no Brasil.

Eu passo a palavra, agora, para o ex-Senador aqui desta Casa, hoje Deputado Federal, Senador José Medeiros.

Seja bem-vindo e peço que, se possível, fiquemos dentro do tema, tá?

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Para discursar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar a todos que estão nos assistindo neste momento. Honra-me muito poder participar desta audiência em homenagem a Jaime Tomaz de Aquino e a essa fruta tão maravilhosa. Ela é muito proeminente principalmente no estado onde eu nasci, o Rio Grande do Norte. Aliás, o maior cajueiro de que se tem notícia no mundo fica no Estado do Rio Grande do Norte.

Então, para não cair na tentação de sair fora do tema, eu até escrevi algumas coisas aqui que vou fazer questão de ler.

O caju, assim como o povo brasileiro, precisa de espaço para crescer e florescer. Se limitarmos o seu acesso ao sol, ao ar e à água, ele murcha e deixa de produzir seus frutos mais doces. Esta nação... cada estado, Senador Girão, tem uma característica diferente, mas tem uma coisa comum que une todos os brasileiros tal como essa fruta tão maravilhosa, que está do Oiapoque até a Cabeça do Cachorro, lá em Roraima: é essa ânsia do brasileiro pela liberdade, por se desenvolver, por crescer. E se o sol não raiar sobre este país assim como se o sol não raiar num pé de caju, ele não tem como florescer, não tem como produzir seus frutos.

E, neste momento em que nós estamos aqui falando sobre essa fruta tão extraordinária, que, mesmo num solo árido, num solo em que, muitas vezes, custa a chegar água, mesmo assim essa planta alimenta o sertanejo, alimenta aquele vaqueiro que corre no meio da Caatinga, desde que não lhe falte sol, desde que não lhe falte espaço, desde que não lhe falte liberdade para crescer.

O Brasil, da mesma forma, precisa desses mesmos atributos. O Brasil é um país que, infelizmente... Eu era pequeno quando se dizia que era o país do futuro, e hoje já estou indo para a velhice – aliás, já



cheguei – e continuo dizendo que o Brasil é um país do futuro. E por quê?

Está faltando alguma coisa aqui neste país, e, neste momento, muito mais, porque nós precisamos desse sol raiando, mas, infelizmente, o que estamos vendo é um céu escuro, tenebroso, com muita dificuldade.

E aí, ao lembrar aqui sobre o caju, o que ocorre? Eu estive olhando, dando uma pesquisada, e eu não sei se todos já repararam nisso, mas nós temos na nossa sociedade uma infinidade de nomes e sobrenomes de árvores: você tem Jurema, você tem Pereira, Oliveira e por aí vai. E, entre esses também, nós temos o Caju. Quem não já ouviu falar de Paulo Cézar Caju? Os mais velhos se lembram, foi um grande jogador.

E tem uma história interessante sobre o porquê desses sobrenomes de árvore. Se é uma lenda ou se é uma história, não sei, mas a grande verdade é que, segundo dizem, chegou um momento em que o rei da Espanha passou uma informação para o rei de Portugal dizendo que era para banir de Portugal – e a Espanha estava dominando o pedaço, ninguém tinha como se insurgir contra aquele império... Chegou uma ordem, aliás, para o rei do Portugal, dizendo que quem não fosse cristão era para ser banido de Portugal. E aí o rei ficou numa situação difícil, porque a parte do “faz-me rir”, a parte do PIB de Portugal era totalmente de judeus, e o rei falou: “Como é que eu vou expulsar em torno de 100 mil judeus?” - aquilo era o PIB. E ele falou: “Como é que eu vou sair com esse povo daqui?”. E ele ficou pensando. Aí alguém deu uma ideia para ele e falou: “Faz o seguinte: chama esse povo todo, fala que vai ter que mandá-los embora e mande-os para o porto. Traga os navios e mande-os embora”. E o rei falou: “Mas eu não posso”. E ele falou: “Não tem problema. Quando eles estiverem lá, não vai chegar o navio. Você chama o bispo e batiza todo mundo. Pronto, todo mundo é cristão daí para frente”. Foi feito. Dizem que daí que vem aquele negócio de “a ver navios”, porque eles ficaram lá, aquele monte de gente, a ver navios.

E o que tem isso a ver com o caju? É que, naquela época em que tinha a Santa Inquisição, o que ocorreu? Não bastava você se converter ao cristianismo, você tinha que ter um nome cristão. Aí o sujeito chegava lá e perguntava: “Qual é o seu nome?”, e respondiam: “Zé Heisenberg”, “Não, não serve para cristão. Seu nome é judeu”, “Então, vamos fazer o quê? Então, meu nome agora vai ser Zé Pereira, Zé Oliveira, Zé Caju” e por aí ia. Daí tantos sobrenomes de árvores. E por que isso? Porque, naquele momento, eles não tinham liberdade nenhuma, nem para ser judeu eles tinham liberdade, nem usar o nome eles podiam, e, até nessa hora, o caju foi importante.

E aí eu encerro, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: naqueles dias, eles ensinaram os filhos a jamais dizerem o nome, a falarem realmente o nome. E eles criaram uma tabela de correspondência. Isso provavelmente se perdeu no tempo.

Eu escutei essa história de um nordestino da cidade de Venha-Ver. Nos umbrais das portas, lá nesse município, ainda você consegue encontrar a Estrela de Davi ou algumas coisas que fazem referência, mas muitas pessoas, muitos brasileiros que são judeus não têm a mínima ideia de que são judeus, embora muitos costumes, no Rio Grande do Norte e ali um pouco no Ceará e no Maranhão também, sejam tipicamente judeus. Mas por que eles não puderam exercer isso na plenitude? Por causa disto: por causa da Santa Inquisição, na época, que os buscavam por uma palavra mal colocada, poderiam ser presos. E por aí vai.

Então, fica aqui, neste momento, encerrando a minha homenagem a Jaime Tomaz de Aquino, essa magnífica homenagem a esse magnífico cultivo dessa árvore muito importante para o Nordeste que é o caju, que serviu inclusive para a proteção e para a segurança de muitos brasileiros com origem judaica que foram perseguidos por suas crenças, por suas opiniões e por não serem do jeito que algumas pessoas queriam que eles fossem.

Encerro aqui dizendo que tal situação está muito próxima e eu não sei se a gente vai ter que usar



mais um bocado de árvore aí, para poder mudar até de nome.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, ex-Senador desta Casa José Medeiros, hoje Deputado Federal pelo Estado de Mato Grosso.

Eu chamo o Sargento Gonçalves, Deputado Federal, que é lá do Rio Grande do Norte.

Há controvérsias – viu, Sargento Gonçalves? – sobre se o maior cajueiro do mundo é o da sua terra ou é o de uma cidade lá do Piauí, que parece que bateu o *Guinness Book* e que foi citado aqui mais recentemente por um colega nosso.

O senhor tem a palavra. Agradeço a sua presença.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (Para discursar.) – Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente.

Como bom bairrista que sou, continuarei defendendo, Senador Flávio Azevedo, o nosso maior cajueiro do mundo, lá em Pirangi, no nosso Rio Grande do Norte. Para mim é uma satisfação estar nesta sessão solene, festejando os cem anos de Jaime Tomaz de Aquino.

O caju também é uma fruta importante lá no Estado do Rio Grande do Norte para a economia do nosso estado, assim como para todo o Nordeste, Senadora Damares. É uma fruta gostosa, que está na mesa, sobretudo do nordestino. Lá no sítio de vovô, tem um bocado de pé de caju. A gente foi criado naqueles pés de caju, não é? E com o caju a gente aprende muita coisa também, Senador Magno Malta. Como eu disse, sobretudo, é árvore resistente, nobre Presidente. É uma árvore resistente, que cresce em uma terra árida, com sol escaldante na cabeça, assim como todo nordestino ou como todo brasileiro, e, apesar das dificuldades, das lutas por que passamos, nós conseguimos. E é uma característica a resiliência.

Eu tenho certeza de que iremos permanecer, diante de tudo por que temos passado, dessas dificuldades que temos enfrentado, como o pé de caju enfrenta para crescer. Assim é o povo brasileiro: não desiste, mesmo diante das lutas, mesmo diante das aflições, das dificuldades que tem passado.

E neste dia tão importante, Gustavo Gayer, de estarmos aqui... Não foi à toa que viajamos, percorremos durante a madrugada, para estarmos aqui, porque, como bons soldados, somos convocados e não podemos faltar à convocação, Deputada Bia Kicis. E quero aproveitar qualquer oportunidade de homenagear o caju.

E como poderíamos perder uma oportunidade dessa, Senador Girão?

Assim como nos ensina o apóstolo Paulo, como se diz lá na Segunda Timóteo: “Deus não nos concedeu espírito de covardia, mas de coragem”. Coragem de lutar, de permanecer firme, de permanecer convictos, defendendo as nossas convicções. E não iremos desistir de crescer, de prosperar, enquanto nação. E não serão as dificuldades, não serão as características totalitárias que irão nos calar enquanto representante do povo brasileiro, enquanto representante daquele povo do Estado do Rio Grande do Norte, que depositou em nós essa esperança de ter alguém aqui no Congresso Nacional, na Câmara Federal que pudesse falar neste momento tão difícil, um momento que parece que está voltando àquela sombra do cálice – do cálice! Como é triste!

É triste, mas não podemos desistir, Senador, porque, ao sair de casa, de madrugada, eu deixei três crianças, os meus tesouros mais preciosos, lá em casa, assim como é a característica do caju, que trava – tem caju que trava a garganta. E trava a garganta, Gayer, como trava a garganta quando a gente tem o risco e o medo de perder a nossa liberdade, sobretudo... Não a minha, porque acredito que já cheguei, Marcel, na metade da vida e já se começa a descer... Já não me preocupo mais comigo, mas me preocupo com as minhas filhas, com as minhas três filhas. E qual é o futuro que nós queremos deixar para as



próximas gerações? Para a Liz, para a Melissa, para a Elisa, para os nossos filhos?

E, mesmo com a garganta travando, da forma como a gente costuma chupar o caju lá no Rio Grande do Norte, lá no Nordeste, e a garganta trava... É travar nesse momento de ver alguém, um homem, querer tirar a liberdade do nosso povo.

E não iremos permitir. Não iremos admitir, Sr. Presidente. Enquanto fôlego eu tiver, enquanto vida eu tiver, irei continuar cumprindo o juramento que eu fiz há 20 anos quando ingressei na atividade policial militar. Se preciso for, entregar nossa própria vida, em defesa da nossa tão valiosa – tão valiosa – liberdade. Liberdade é tão importante quanto a vida, porque o sujeito sem liberdade não vive plenamente.

Que Deus possa ter misericórdia da nossa nação. Que Deus possa conceder sabedoria e discernimento aos 513 Deputados Federais e aos 81 Senadores da República, para que nós possamos ter como meta defender, continuar honrando o juramento que fizemos – porque não fui só eu: foi cada Senador, cada Deputado –, ao ingressar nesta Casa, de proteger a Constituição, de proteger as leis do nosso país. Não é nada mais do que isso que estamos pedindo. Respeitem a nossa Constituição, respeitem a legislação do nosso país.

Durante 20 anos combatendo o crime, Senador Azevedo, defensor das leis, ensinei as minhas filhas a passar por uma guarnição de polícia e prestar continência. Jamais poderia ensinar elas a desrespeitar as leis do nosso país. Mas como é contraditório e difícil, de repente, a gente estar em casa assistindo e minha filha – a que já tem alguma consciência a mais, com seus 13 anos, 14 anos, uma adolescente – dizer: “Pai, como que aqueles que tinham a obrigação de defender as leis estão contrariando as leis?”.

E são essas contradições que nos causam indignação, mas eu tenho dito, Senador Magno Malta, que eu entendo que nós somos a geração Ester. A geração Ester, que, para este tempo, fomos constituídos. Não foi à toa que Deus tirou um sargento de polícia de uma guarnição de polícia.

Eu creio que eu não vim aqui para me acovardar, Senador, e é por isso que eu estou aqui. Pensei que iríamos acampar até o dia 7 aqui no Senado Federal e sair daqui direto para a Paulista, para defender o bem mais precioso desta nação. Ah, se nosso povo soubesse a importância da nossa liberdade! Importante tanto quanto a água que molha, que é necessária para que o caju cresça. (*Manifestação de emoção.*)

O que será do homem, sem liberdade? O que será de nós, sem a nossa valiosa liberdade? A liberdade de vir, a liberdade de expressão.

Eu, que sou militar, nasci dentro de um quartel, praticamente, e sei o que é não ter uma liberdade plena, porque o militar é castrado em muitos dos seus direitos constitucionais. Eu não quero que o povo brasileiro sinta o que é ser castrado em um direito tão importante, tão sagrado, que é o direito à liberdade.

Que Deus possa continuar nos concedendo essa coragem de lutar, de combater; que possamos abdicar das nossas vaidades, da vaidade deste cargo. Para que vai servir este cargo, Senador, se nós não tivermos a liberdade, as prerrogativas de um Deputado de poder defender?

Eu não vim para cá ganhar dinheiro. Dinheiro pouco me importa – dinheiro pouco me importa. Eu gostava mesmo era de estar numa guarnição de polícia, caçando bandido, e nunca precisei de dinheiro, de salário de um Parlamentar. Sobrevivia com menos de R\$5 mil, entregando o bem mais precioso, para trazer um pouco de paz para a sociedade potiguar. (*Manifestação de emoção.*)

E como eu poderia me acovardar neste momento, no qual eu vejo a liberdade do nosso povo se esvaindo, e ficar calado, e me calar diante de uma situação tão difícil que temos vivido? Eu choro, eu sou um homem chorão, mas sou um homem de coragem. E as minhas filhas não irão se envergonhar de mim.

Eu posso até morrer defendendo a nossa liberdade, antes do que ficar vivo e minhas filhas de repente terem a ideia de que têm um pai covarde, que não teve a coragem de lutar pela liberdade delas,



simplesmente com medo de perder um cargo que nada vale, se nós perdermos a nossa liberdade.

Deus salve a nação brasileira. Deus salve o nosso povo. Que nós não venhamos a nos acovardar.

Não é desrespeito com os Ministros do Supremo. Como eu disse, sempre fui respeitador das leis do nosso país, respeito as autoridades constituídas. Assim fui ensinado pelos meus pais, pelo meu pastor, na minha igreja, pela Bíblia Sagrada, na qual eu acredito, mas não poderia me acovardar, como Cristo não se acovardou, mesmo sabendo que iria enfrentar a cruz, uma morte de cruz; não se acovardou e morreu para que o homem tivesse liberdade – liberdade.

Nós somos livres. É uma característica sagrada, transcendental, a liberdade. Cristo nos concedeu a liberdade. Cristo morreu, para que o homem tivesse liberdade. E, se Cristo morreu na cruz para dar liberdade ao homem, o que seria eu, mero mortal, que não teria a coragem de combater e entregar meu bem mais precioso, se preciso for, para defender esse bem tão precioso também da nossa sociedade, que é a liberdade?

Mais uma vez, Deus abençoe a nação brasileira, nos conceda sabedoria, discernimento e dê coragem a cada Senador da República, a cada Deputado Federal, para que compreendam que milhões de brasileiros dependem de nós neste momento. Que nós possamos ter essa ousadia dada pelo Espírito Santo de Deus, para que nós possamos até o último instante defender esse bem tão precioso.

Deus abençoe o Jaime e a família de Jaime Tomaz de Aquino.

Parabéns por esta exceção solene, mas não poderia me eximir de tratar, como bom nordestino que sou, cabra da peste, de coragem, que não foge do combate, e estar aqui nesta tribuna para dizer: não vão atacar a nossa liberdade.

Até o último fôlego de vida, povo nordestino, povo potiguar, povo brasileiro, saibam que tem um sargento de polícia aqui disposto a combater até o último instante.

Sinto-me muito honrado de estar ao lado de Senadores, como é o caso do Senador Girão, do Magno Malta, de tantos outros aqui... Do Gustavo Gayer, Deputado Federal; do Marcel Van Hattem. Hoje eu me sinto orgulhoso e eu não tenho dúvida de que Deus nos constituiu para esse tempo, Adriana Ventura, para lutar, porque nenhuma matéria é tão importante nesta Casa quanto essa liberdade.

Eu agradeço a oportunidade.

Deus não nos concedeu espírito de covardia, lembrem-se disso, mas de coragem.

Operando Deus, quem impedirá?

A vitória virá do alto e esta nação ainda testemunhará o que Deus irá fazer.

Não desista, povo brasileiro.

No dia 7 de setembro, estaremos nas ruas dizendo “sim” à liberdade: “não” ao autoritarismo e “sim” à liberdade.

Deus os abençoe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Sargento Gonçalves.

É uma honra que o senhor esteja aqui.

O Senador Magno Malta pede a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Eu fui comunicado... Eu acho que o Senado é o melhor lugar para que eu possa fazer esse comunicado. Eu poderia fazer nas minhas redes sociais, mas é no Senado.

A Venezuela acaba de emitir o mandado de prisão de Edmundo González. O homem que foi eleito na oposição agora está com o mandado de prisão. Sabe o que isso quer dizer? O *modus operandi* é o mesmo, o método é o mesmo.

Amanhã sairá o mandado de prisão para mim, para V. Exa., não tem limite. Não tem como dialogar,



conversar, ultrapassar os limites, porque eles chegaram ao que eles queriam, à ditadura do proletariado que está no poder hoje, e não tem lei que vai impedi-los de fazer tudo isso. Vergonha, vergonha. É aqui dentro do Senado que eu comunico essa vergonha.

Nicolás Maduro, com a sua Suprema Corte, com seus juízes, emite um mandado de prisão de quem ganhou as eleições, como se o indivíduo fosse o criminoso da Venezuela, enquanto o ditador, o ditador... E algo que nós teremos.

Prestem atenção, se nada esta Casa fizer, nós não demoraremos tanto tempo para que mandados de prisão sejam emitidos contra Senadores, Deputados e todos aqueles que se opõem a esse sistema que se juntou e que governa o país. É vergonha.

Aqui está a nossa solidariedade à família dele e que Deus o guarde.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Eu passo imediatamente a palavra à Deputada Bia Kicis, aqui do Distrito Federal.

A SRA. BIA KICIS (Para discursar.) – Senador Eduardo Girão, a quem eu tenho a honra de chamar de meu amigo, esta é uma sessão especial para celebrar o centenário de Jaime Tomaz de Aquino, e V.Exa. nos concedeu a palavra para que a gente pudesse falar, com uma recomendação de que procurássemos ficar no tema do caju, tendo em vista que o homenageado foi uma pessoa que foi um grande produtor, o maior produtor de caju do país – hoje, aqui, homenageado.

Bom, eu quero lembrar, então, que o caju é, muitas vezes, tido como fruto do cajueiro, quando, na verdade, trata-se de um pseudofruto. O que entendemos, popularmente, como caju se constitui de duas partes: o fruto propriamente dito, que é a castanha, que nós tanto apreciamos, e o pedúnculo floral. O pseudofruto é aquele que nós pensamos tantas vezes ser o caju, do qual fazemos o suco. Então, nós estamos falando de um pseudofruto e estamos falando de uma pseudodemocracia, no Brasil, Sr. Presidente.

Também, agora, estamos lidando com uma situação que nos atormenta muito, mas, ao mesmo tempo, motiva a que a gente continue produzindo. Assim como o produtor de caju tem que enfrentar tantas adversidades, nós também temos que enfrentar, Senadora Damares, adversidades neste momento, para que a gente possa dar os nossos frutos, e os nossos frutos é bem representar os nossos eleitores, lutar por este país, sermos patriotas e não nos conformarmos, de forma alguma, não aceitarmos que tentem nos tirar a nossa liberdade.

Imaginemos, senhores, que, de repente, hipoteticamente, um juiz, um ditador baixasse uma ordem: que seria proibido – proibido! – plantação de caju. Ninguém mais ia poder produzir caju no Nordeste do país e todas aquelas pessoas que vivem dessa produção iriam perecer, morrer de fome, ficar à mingua, não iriam poder sustentar seus filhos, porque um juiz, de uma canetada, determinou, sem nenhuma lei votada neste Congresso Nacional, que estaria banida do país a plantação de caju. Essa lei deveria ser cumprida, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Srs. Senadores? Deveria ser cumprida? Essas pessoas seriam obrigadas a cumprir uma determinação que não é lei, portanto, é ilegal?

Eu fui Procuradora, eu sou uma profissional das leis, não só, agora, uma elaboradora de leis, como Parlamentar, como operadora de lei, como advogada, como Procuradora que fui, e aprendi, talvez na primeira aula, Deputado Gustavo Gayer, de Direito, que não existe... Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei! E, claro, esse princípio se refere à lei formal, à lei votada por este Congresso Nacional.

A função do juiz, para quem não sabe, chama-se subsunção. Subsunção significa aplicar a lei ao caso concreto. Portanto, o juiz está sempre obrigado a, em uma situação que lhe éposta, observar a lei que trata desse assunto. Se há, eu tenho que aplicar a lei, e não sair criando leis ou proibindo as pessoas



de plantarem caju sem uma lei que assim preveja.

Se uma lei houvesse, votada por este Parlamento, Deputada Damares, Senadora Damares – perdão! – que, simplesmente, proibisse a plantação de caju, seria essa uma lei constitucional? Seria essa uma lei moral? Estariam as pessoas obrigadas a segui-la?

Então, para responder a isso, eu acho que nós temos uma excelente lição dada por um homem que foi não só advogado, mas Ministro, foi não só também Parlamentar, mas Ministro do Supremo, e foi Presidente da OAB, Maurício Corrêa. Ele disse que ninguém é obrigado a cumprir ordem ilegal ou submeter-se a ela, ainda que emanada de autoridade judicial, mas é dever de cidadania opor-se à ordem ilegal; caso contrário, nega-se o Estado de direito.

Vejam, senhores, que isto foi feito no Supremo Tribunal Federal, uma decisão numa ADIn no Supremo Tribunal Federal, no ano de 1996, quando a Suprema Corte, onde eu quero dizer que atuei não só como assessora de ministro, do Ministro Célio Borja, que foi Senador nesta Casa, mas também como coordenadora dos tribunais superiores na Procuradoria, numa época em que a gente se orgulhava da nossa Suprema Corte, assim como eu tenho certeza de que os produtores de caju hoje aqui tanto se orgulham da sua produção de caju.

Agora, imagine um pé de caju que começa a dar um caju apodrecido, um caju que não é palatável, um caju que não se pode utilizar para fazer um suco, de que não se pode comer a castanha... O que você faz com um caju desse? Ninguém pode continuar semeando, cultivando um caju que não dá frutos ou que dá frutos podres. Então, assim como o produtor tem que cuidar da sua plantação e evitar as ervas daninhas, evitar tudo aquilo que pode prejudicar a sua produção, os Parlamentares, representantes do povo brasileiro, têm a obrigação, também, de zelar para que as instituições, Senador Eduardo Girão, cumpram o seu papel e respeitem a Constituição Federal.

Então, quando existe um homem sentado na cadeira de uma instituição tão importante para a democracia como o Supremo Tribunal Federal que deixa de cumprir a sua missão institucional, e ele passa, ao contrário, a agredir a Constituição... E aqui eu quero chamar uma lição do ex-decano do Supremo Tribunal Federal Ministro Celso de Mello, que disse que ao aplicador da lei não é permitido interpretar a Constituição ou interpretar a lei contra o texto expresso da lei ou da Constituição. Portanto, existem limites à interpretação da lei. A interpretação da lei é uma técnica. Ela não pode ser feita com o juiz, com o intérprete tirando da sua cabeça o seu entendimento sobre a lei. Existem técnicas de hermenêutica, de exegese. Mas uma coisa é certa e foi dita pelo ex-decano do Supremo Tribunal Federal: “Jamais ao intérprete é permitido interpretar a lei contra texto expresso da Constituição ou da lei”. E o que nós estamos vendo agora é o Supremo Tribunal Federal interpretando, contra o art. 220 da Constituição, se não me engano, que diz que é vedada a censura – é vedada a censura –, assim como vedado é o anonimato.

Então, a única regulamentação, Deputado Sanderson, que seria possível no caso das redes sociais, que tantas pessoas querem, a todo custo, regulamentar, e esta Casa tem resistido, é vedar o anonimato. Se alguém estiver se manifestando de forma anônima, então a lei tem realmente que punir e evitar. Agora, punir aquele que mostra a cara, põe o seu nome, tem o seu IP identificado? Isso não é possível. Não é possível censurar ou calar essas pessoas, porque isso vai contra texto expresso da Constituição, além de ir contra o marco civil da internet, que tem sido violado todos os dias com essas retiradas de publicações.

Então, Sr. Presidente, é por isso que eu quero deixar... Encerro aqui as minhas palavras, convocando o povo brasileiro para lutarmos pelos nossos direitos e garantias fundamentais, que estão previstos não só na Constituição, como nos tratados de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário. Nós temos que ir às ruas, no dia Sete de Setembro, lutar pela nossa liberdade, como quem luta a mais importante, talvez a derradeira luta da sua vida, antes que este país se torne um campo de cajus, um cajueiro totalmente



tomado pelas pragas, e não reste um caju para nos alimentar.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Deputada Bia Kicis, aqui do Distrito Federal.

Eu chamo o Deputado Gustavo Gayer, que é de Goiás, aqui pertinho, para fazer a sua fala.

O SR. GUSTAVO GAYER (Para discursar.) – Presidente, eu me sinto muito lisonjeado por neste momento estar falando na tribuna da mais Alta Casa do Parlamento brasileiro, por estar falando hoje no Plenário do Senado. Quem diria? Um Senado que foi criado há cerca de 2,2 mil anos, quando os membros que constituíam o Senado eram os mais sábios, os anciões, os anciãos, aqueles que tinham o poder de coroar e depor reis.

Hoje nós estamos numa sessão solene no Senado para homenagear uma pessoa que tem uma história muito bonita no nosso país, Jaime Tomaz de Aquino, que faleceu há quase dez anos, em 2015. Tomaz de Aquino, que, talvez felizmente, não pôde testemunhar o declínio ditatorial em que o Brasil se encontra agora, foi-se do nosso país depois de muito ter produzido para a nossa sociedade, para a nossa civilização, e por sorte foi-se antes de testemunhar a desfaçatez, a destruição em que se encontra o nosso estado e a nossa nação.

Presidente, o senhor sabe que eu tenho a mais alta estima pela sua pessoa. Eu o admiro. Talvez, dentro do Senado, a pessoa que eu mais veja como sendo uma pessoa aguerrida, guerreira, corajosa, o senhor sabe que é o senhor. E, por isso, eu fico muito indignado, Presidente, quando, no período de uma sessão solene, para a qual o senhor convida vários Deputados para vir aqui, e nos dá a palavra, como é feito quando os Senadores vão à Câmara dos Deputados; eu fico muito indignado ao ver uma pessoa da sua estatura, da sua honra receber uma ligação de intimidação para tentar censurar as pessoas que o senhor convidou para participar aqui.

Presidente Girão, o senhor sabe que eu gosto muito do senhor, mas uma das fraquezas que nós temos é que nós somos muito apegados a seguir todo e qualquer regimento, regra, e talvez por isto nós estamos testemunhando o que está acontecendo no Brasil, porque o lado de lá não segue regimentos, Presidente. O lado de lá não segue ordem, o lado de lá não segue a Constituição, mas nós somos obrigados a seguir o Regimento que diz que eu tenho que vir aqui e, se eu não falar de caju, Presidente, desculpe-me, nós perderemos a sessão e seremos censurados. Pois eu falo de caju então.

Desde que meus filhos são pequenos, nós temos uma mania de fazer algo que se chama aventura da guloseima. De madrugada, nas sextas e sábados, a gente sai, por volta de 1h ou 2h da manhã, para achar alguma loja de conveniência aberta, e lá eu levo meus filhos. A gente vai de pijama mesmo, a minha filha sempre usa um roupão de unicórnio. Ela sempre escolhe Fini e M&M, e eu sempre escolho Twix e castanha-de-caju salgada. E sempre o nosso ritual é voltar para casa e assistir a um seriado, maratoná-lo, assistir a um filme, comendo guloseima. Essa é a nossa aventura da guloseima.

Quando me falaram desta sessão do caju, eu me lembrei disso, por quê? É por isto que eu estou aqui hoje: por causa dos meus filhos. Eu virei um Deputado Federal quando eu vi que o caminho em que a nossa sociedade, em que o nosso país está indo, se nós não fizermos algo para resgatar a decência, a sanidade, o respeito à Constituição, serão os nossos filhos que vão sofrer as consequências.

Se houver consequência contra mim por eu não falar de caju agora, que venha contra mim, mas o que eu vou falar agora é para salvar os nossos filhos. Então, desculpe-me, Presidente, mas eu vou falar o que eu preciso falar aqui no Senado, porque eu estou numa Casa onde a maioria dos membros não fala o que precisa ser dito.

O Senado foi criado para dar estabilidade no país, para ir atrás daqueles que abusam do poder. Um Senado que foi criado para coroar e destituir reis hoje coroa um ditador, porque, pela não ação dos



membros deste Senado, hoje nós temos medo de participar de um grupo de WhatsApp e dar um joinha, de compartilhar uma coisa nas nossas redes sociais. Todas as vezes que o Senado deixou de agir, mais um tijolo foi colocado nesse império ditatorial que se consolida no Brasil.

Então se eu estou fazendo algo aqui hoje é chamando o povo brasileiro: olhe para os Senadores. Se nós estamos assim hoje, é porque a maioria desta Casa, dos membros desta Casa se acovardaram diante de uma pessoa que tem na mão uma caneta que pode colocá-los na prisão. Mas ter medo de prisão em um país em que nós já estamos presos? Se engana quem acha que está livre neste Brasil, Presidente. Não é porque você pode levar o seu corpo de um ponto A para um ponto B que não quer dizer que você não esteja preso. Nós estamos em um país prisão, perdendo a nossa voz, onde a Constituição não é respeitada, onde dia após dia irregularidades são cometidas e os Senadores que poderiam fazer alguma coisa nada fazem.

Nós Deputados Federais somos cobrados diariamente, mas a verdade – que o Brasil saiba disso – é que são os Senadores que têm o poder de trazer a estabilidade de volta ao Brasil, são os Senadores que podem devolver a nossa democracia.

Quando o STF censurou a imprensa por causa do amigo do amigo do meu pai, eram os Senadores que deveriam ter feito algo, e não fizeram – mais um tijolo foi colocado nessa ditadura. Quando o Moraes abriu inquéritos ilegais, mais um tijolo foi colocado, e os Senadores colocaram cimento para consolidar: nada fizeram.

Quando tem alguma votação, uma PEC ou um PL, e o STF interfere, e os Senadores não fazem nada, mais uma vez, a nossa ditadura está sendo, cada vez mais, consolidada.

Tem exceções? Sim, nós temos exceções, Presidente. Nós temos vários Senadores que são guerreiros, mas ainda não fazem a maioria da Casa, que precisam da nossa ajuda. E esses Senadores inclusive estão aqui agora, muitos deles. Mas eu sei que há Senadores, sim, que lutam pelo Brasil, mas infelizmente a maioria da Casa não coopera, Presidente.

Infelizmente, quando a gente percebe imagens de WhatsApp sendo vazadas, conversas mostrando que uma organização criminosa foi criada dentro do TSE e do STF, e os Senadores não fazem nada, o Pacheco não faz nada, mais um tijolo é consolidado nessa ditadura, Presidente.

Como eu poderia vir aqui e ficar em silêncio sobre isso, se esta é a Casa em que tudo pode ser resolvido?

Nós sabemos... Senador Magno Malta, Rogerio Marinho, tem vários outros, Damares, nós temos o Senador Girão, vários outros Senadores. O Brasil conhece os Senadores que estão do nosso lado. Mas infelizmente a maioria coopera para a consolidação dessa ditadura.

O povo brasileiro tem que focar agora em cobrar dos Senadores, para que prisões preventivas intermináveis não aconteçam novamente; o povo brasileiro tem que voltar a cobrar dos Senadores, para que as nossas redes sociais não sejam derrubadas ilegalmente. Nós chegamos em um nível em que nós não sabemos mais o que fazer, Van Hattem. O que mais nós podemos fazer? Que PEC, que PL, não adianta.

Se a gente propõe uma PEC, um PL, vai o ministro do STF ligar para Senador ameaçar, ligar para Deputado Federal ameaçar. Como é que a gente aprova alguma coisa? Ameaça de prisão. Nós não podemos legislar, Presidente. Nós somos eleitos para legislar. Quando a gente tenta criar uma lei para resgatar a decência, a democracia, lá vem ligação do STF, interferência direta nas nossas ações.

Um homem morreu na prisão, gente. Um prisioneiro político morreu na prisão. Uma família perdeu o marido, o pai, porque ele foi preso politicamente. Aí eu tenho que vir aqui e falar de caju? Vocês estão de brincadeira comigo?

Não só nós estamos numa situação em que um membro do STF é vítima, acusador, investigador e juiz, como nós tivemos, agora recentemente, o caso da família Montalvani, em que não só não era vítima,



o laudo pericial saiu agora, em que o filho dele deu um tapa na cara, deu um tapa na nuca do cidadão. O cidadão leva um tapa na nuca do filho do ministro do STF, e depois a família é investigada, Polícia Federal invade a casa, os bens são apreendidos, a vida é destruída! Então não é só vítima, acusador, investigador e juiz, não; é agressor, acusador, investigador e juiz!

Senadores, pelo amor de Deus, que legado nós vamos deixar para os nossos filhos? Eu posso até ser preso, mas eu garanto que minha filha e meu filho vão ter orgulho de mim até o último dia da vida deles. Isso poderá ser dito pelos filhos de todos os Senadores desta Casa? Isso poderia ser dito pelos filhos do Pacheco? Eu tenho certeza de que não.

Eu vim para cá esta semana, Presidente, deixando organizado, pelo menos a parte financeira para a educação dos meus filhos. Olha o nível em que a gente chegou. Olha o nível. Eu vim para cá deixando separado pelo menos o dinheiro para pagar as mensalidades da educação do meu filho e da minha filha, porque eu não sei se eu volto para a minha casa. Porque eu sabia que na hora em que eu subisse aqui, eu ia falar o que está entalado no meu coração. Só que o que está entalado no meu coração, que é viver numa democracia, com liberdade de expressão sendo respeitada, hoje é crime!

Presidente, e aí? Onde isso vai parar? O que mais? As pessoas estão perdendo a esperança até de ir para as ruas. A gente coloca milhões de pessoas nas ruas e o Pacheco finge que elas não existem. “Ah, tem que me sensibilizar”. Sensibilizar? Quando o seu filho ou sua filha, Pacheco, falar algo que o Moraes não gosta e for preso, aí você vai estar sensibilizado? Porque tem filhos de centenas e milhares de pessoas presos porque falaram, porque foram para uma manifestação, porque publicaram algo extremamente perigoso no celular.

Chega de tentar resolver essa questão com PEC ou com PL. Nós precisamos colocar milhões e milhões de pessoas nas ruas. E, na semana seguinte, apresentar o pedido de *impeachment* com o maior número de assinaturas de Deputados da história.

Nós já temos 145 Deputados que assinaram o pedido de *impeachment* do Alexandre de Moraes, somando os votos desses Deputados, são 17 milhões de pessoas. Cadê os outros Deputados para assinar esse pedido de *impeachment*? Todos têm que trabalhar agora.

Então, eu peço perdão, Presidente, porque estava entalado no meu coração há muito tempo. E aqui era o lugar em que eu tinha que falar isso. Esbravejar e falar, na Câmara dos Deputados eu já fiz tudo que eu podia: falar até minha garganta não aguentar. Mas é daqui que a solução do Brasil pode sair. E me desculpe se o fato de eu ter falado o que eu falei possa lhe causar alguma retaliação do Pacheco – provavelmente virá – mas todo o sacrifício que o senhor está fazendo, todo o sacrifício será pago. Será pago com a gratidão do povo, ao contrário da vida dele, que hoje não pode ir a uma padaria.

Não existe discurso de ódio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO GAYER – ... de pessoas que amam este país e só querem viver numa democracia. O que vocês escutam aqui é a voz de uma pessoa indignada, porque a gente está vendo a nossa Constituição sendo desrespeitada, pessoas inocentes sendo presas. Eu não posso me indignar mais?

Então, Presidente, para concluir: eu gosto de caju. Espero que falar isso impeça o senhor de ser penalizado pelo que está acontecendo, Presidente.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Deputado Marcel van Hattem. Você pode ter certeza de que...

(*Soa a campainha.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... se porventura...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Deputado Gustavo Gayer, perdão, perdão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu já lhe passo a palavra. Deixe-me só fazer uma complementação – só fazer uma complementação.

Eu gostaria de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Senador Flavio Azevedo também vai falar isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Eu não faço parte desse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está. O senhor vai falar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Eu não vou para a vala comum.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está. Deixe-me só fazer uma colocação para as pessoas que estão nos assistindo: nós estamos numa sessão um pouco tensa, uma sessão que tomou um outro rumo.

Eu não tenho – não tenho – absolutamente nenhuma vocação para cercear ninguém. Nós vamos ouvir as pessoas que estão aqui.

Posso ter me equivocado com relação ao Regimento de uma sessão especial. Se tiver que ser punido, cassado por isso, saio de cabeça erguida, porque estou cumprindo um dever num momento dramático do nosso país. (*Palmas.*)

Então, nós vamos ouvir.

Eu só queria fazer ponderações importantes: não é porque o outro lado não cumpre o Regimento – os fins não justificam os meios e um erro não justifica o outro – que a gente tem que fazer o mesmo que qualquer outro Parlamentar. Absolutamente.

Eu acredito que nós, o Senado tem a responsabilidade, sim, na questão do *impeachment* – isso está claro para todo mundo.

Em 200 anos desta Casa – no Bicentenário – nunca houve um Ministro do Supremo sequer investigado, em análise. Isso faz parte da democracia. Está na Constituição, é uma prerrogativa só do Senado. Nisso o Deputado Gayer tem razão.

Agora, muita coisa – e a gente tem que ser justo, tem que ser justo... É legítimo a população reclamar desta Casa – e deve reclamar – porque está falhando especialmente nesse ponto do *impeachment*, que tem desequilibrado os Poderes. Não existe equilíbrio entre os Poderes, existe um que esmaga. O Judiciário esmaga esta Casa. Está todo mundo sabendo disso.

Mas decisões importantes saíram desta Casa recentemente, já inclusive na Presidência do Rodrigo Pacheco. Foi, por exemplo, a PEC Antidrogas, que nós aprovamos aqui para barrar o ativismo escancarado do Supremo Tribunal Federal sobre algo que nós legislamos duas vezes, em menos de 20 anos, dizendo tolerância zero ao porte de drogas, e está parado na Câmara dos Deputados. Está parado na Câmara dos



Deputados.

Querem outro que está parado na Câmara dos Deputados e que eu acho que é a trava desse mecanismo, a gente tem que ser justo? Há seis anos, seis, o foro privilegiado foi votado aqui – não me perguntam como –, por unanimidade. O Senado cumpriu o seu dever para acabar com o foro privilegiado, que é a grande trava do mecanismo que faz com que a impunidade seja estimulada neste país. Que os processos de Senadores e Deputados fiquem nas mãos de Ministros do Supremo e que processos de Ministros do Supremo fiquem na mão de Senadores e fica um Poder protegendo o outro Poder. Esse é o grande guarda-chuva de todo o problema que a gente está vivendo. Está parado onde, há seis anos? Na Câmara dos Deputados. O Senado já fez a sua parte.

Querem mais um, para não irmos para outros? Eu tenho que defender um trabalho para o qual nós nos esforçamos, Senador Magno Malta, Senador Flávio Azevedo, Senador Rogerio Marinho, Senador Beto Martins, Senadora Damares, Senador Izalci e vários outros que votaram. Sabem pelo quê? Pela limitação das decisões monocráticas de Ministros do Supremo. O fim, praticamente, dessas decisões esdrúxulas em que a Câmara dos Deputados e o Senado votam, o Presidente sanciona e um Ministro do Supremo vai lá e, numa canetada – porque não foi eleito por ninguém –, desfaz a lei. Então, está parado na Câmara dos Deputados e a gente precisa, também, colocar os pingos nos “i”.

Com relação ao *impeachment*, que hoje é um grande clamor, furou a bolha, de fato furou a bolha, quem não entendeu tem algum problema, porque é aquela coisa de tapar o sol com a peneira. Gente que nem gosta de política já entendeu que existe um Poder que manda nos demais e que uma pessoa hoje – claro que ninguém faz nada sozinho, tem o apoio do colegiado – está desmandando e mandando no Brasil. E há insegurança jurídica, como foi falado aqui, inclusive fazendo uma analogia com a cultura do caju, porque é uma indústria também.

Existem milhares de empregos que vivem disso. Numa canetada, estão acontecendo coisas no Brasil em que a segurança jurídica foi para o espaço, e grandes investidores estão dizendo que o Brasil não é seguro para investir. E aí, o brasileiro, como é que fica nisso? Como é que ficam os empregos nisso? É uma nação democrática?

Então, Senador, eu chamo à tribuna a Deputada Adriana Ventura para dar sequência. Faltam, acho que, três ou quatro para falar, colegas aqui que estão inscritos. Nós vamos ouvir. Eu peço que a gente fique dentro do tempo para que a gente possa concluir, está? Muito obrigado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (Para discursar.) – Muito obrigada, Senador Girão. É um dia de extrema importância, e eu quero, na verdade – até porque as falas têm sido de uma sessão forte –, agradecer aqui a presença dos Senadores que estão aqui. Então, eu agradeço muito a você, Girão. Agradeço ao Senador Flávio Azevedo, ao Senador Beto Martins, ao Senador Magno Malta, ao Senador Izalci, à Senadora Damares. É muito importante esse suporte, porque a gente está na Casa de vocês; e vocês defendem a mesma coisa que nós defendemos. Então, eu agradeço muito esse apoio.

Nós estamos aqui, nesta sessão especial do caju, enaltecedo o Jaime Tomaz de Aquino. Mas é aqui, sim, que a gente tem que falar as coisas, e é aqui que a gente tem que enaltecer quem faz as coisas. A gente sabe que o Jaime Tomaz de Aquino era um empreendedor cearense. Se fosse nos dias de hoje, eu fico pensando o que o Jaime Tomaz de Aquino pensaria, Senador Girão; ele, que empreendeu tanto, com essa insegurança jurídica que se coloca.

E hoje, a Deputada Bia Kicis já falou aqui do caju, e ela falou que o caju é o pseudofruto. Eu acho que o ponto aqui é que nós não podemos ser pseudodeputados, pseudosenadores, pseudopresidentes. Eu acho que a grande questão aqui é que nós somos chamados a comparecer, a gente não pode ser pseudo e pela metade. A gente tem que fazer o que tem de fazer.

Hoje, 22 milhões de brasileiros foram censurados. Dezessete milhões de brasileiros, que nós repre-



sentamos aqui, querem ser ouvidos. Então, eu venho fazer um apelo; estou aqui para fazer um apelo, na verdade. Muito mais do que trazer aqui a minha indignação, eu quero fazer um apelo para esta Casa, como uma Deputada que está na Casa ao lado, que agradece aos Senadores que aqui estão, mas eu venho fazer um apelo para vocês, em nome de todos os brasileiros, de todos os Deputados: por favor, protejam a população brasileira.

O Senado agora é chamado à responsabilidade, o Senado agora é a Casa onde as coisas têm que acontecer. Então, eu enalteço cada Senador corajoso que fala, que também fica indignado, que questiona, porque esse é o papel de vocês. A Casa Alta tem que puxar o resto, a Casa Alta tem que manter o país em equilíbrio. E eu vim aqui fazer um apelo – apelo! – porque é desesperador esperar uma ação que só pode sair do Senado Federal, e que não sai do Senado Federal.

Assim, sufoca, a gente fica com a garganta entalada esperar uma decisão e uma indignação do Presidente Rodrigo Pacheco, que é Presidente desta Casa, e do Senado, ele foi eleito pelos Senadores; porque são decisões autoritárias, arbitrárias, indo contra milhões e milhões de brasileiros. A Senadora Damares subiu aqui e falou das mães.

Sobre essa decisão tomada com o fígado, contra o Elon Musk, danem-se, danem-se milhões de brasileiros, danem-se milhões de mães que só têm saúde por causa do satélite da Starlink, que só vai para a escola por causa do satélite, por causa da educação, a área remota só funciona via satélite. Acesso à saúde é só via satélite. Eu pergunto: e os milhões e milhões de brasileiros prejudicados com isso? O Ministro Alexandre de Moraes não pode fazer isso.

Então, eu estou fazendo um apelo para os Senadores, alguma coisa precisa ser feita, alguém precisa parar.

Também quero fazer um apelo aqui para todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Não, aqui não cabe mais conivência, aqui não cabe mais silêncio, não cabe mais covardia. A instituição Supremo Tribunal Federal precisa ser preservada, a democracia depende disso. Agora, vocês estão deixando a instituição ser destruída, assim como a nossa democracia. E isso é o que tem deixado milhões de brasileiros atônitos.

Então, eu, Deputada aqui, na homenagem do caju, venho pedir, por favor, venho fazer um apelo para vocês, Senadores, para você, Senado, para você, Presidente Rodrigo Pacheco: tome uma atitude. Precisamos ter coragem, coragem de confrontar. Nós temos um problema seriíssimo no nosso país, a gente não pode deixar capricho, arbitrariedade, egocentrismo, covardia, conivência ou benefício próprio destruir o nosso país. E é isso o que a gente está vendo acontecer.

Gostei muito da frase que o Senador Flávio utilizou, e eu vou plagiá-lo, porque eu achei muito forte o que o senhor falou, Senador, que, quando a justiça se torna lei, a gente tem o dever de nos opor a ela. Eu acho que, com toda ponderação, com toda educação, com todo equilíbrio, a gente precisa fazer isso. Em nome dos milhões e milhões de brasileiros que nos ouvem, a gente não pode deixar a nossa democracia ser destruída, como vem sendo, ser anulada. A gente não pode deixar a nossa Constituição ser rasgada diariamente com canetadas democráticas do Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

E a gente também não pode brincar de conta. Não há equilíbrio entre os Poderes, não há harmonia entre os Poderes. A PEC de que o Senador Girão falou, do foro privilegiado, está há seis anos engavetada. Eu já pedi inúmeras e centenas de vezes para colocar na Ordem do Dia, desde 2019, no primeiro ano de mandato.

Essa dependência, esse rabo preso, essa conivência têm que parar. A gente precisa equilibrar os Poderes e a gente depende do Senado para isso.

Quanto a essa PEC 333, ela é cobrada semanalmente, Senador Girão – semanalmente, a PEC



333. Fizemos várias campanhas para o Deputado Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados, pautá-la. Não há interesse, infelizmente, mas a gente precisa tirar essa dependência, que faz com que muitos Parlamentares não tomem atitude, seja por rabo preso, seja por medo, seja por conivência, ou seja, por outras razões.

Então, esse é meu apelo e eu agradeço bastante a você, Senador Girão, pela sua coragem.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA – Agradeço imensamente a todos os Senadores que estão aqui.

E agora é o momento em que nós brasileiros faremos... precisamos mostrar a nossa indignação com a censura, com o “cala boca” que foi feito para 22 milhões de brasileiros, e vamos todos para a Paulista, no dia 7 de setembro, pacificamente, mostrar que não queremos ser cerceados, que defendemos, sim, a nossa liberdade, que não seremos calados a canetadas, monocraticamente, por quem nunca teve nenhum voto.

Obrigada, Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Deputada Adriana Ventura. (*Palmas.*)

A frase que a senhora repetiu aí, inclusive, é de São Tomás de Aquino – eu acredito que o nome do Jaime, do nosso homenageado de hoje, grande produtor do caju, cearense, o maior mundo... a frase é muito forte e diz o seguinte – olha as coincidências –, de São Tomás de Aquino: “Não se opor ao erro é aprová-lo; não defender a verdade é negá-la”. Essa é uma frase de São Tomás de Aquino que inspira muita gente, inclusive a mim.

Eu passo a palavra imediatamente aqui – o Senador tinha pedido a palavra. Peço desculpas porque o senhor tinha pedido ainda antes da Deputada Adriana Ventura – ao senador Flávio Azevedo, que quer fazer uma ponderação, um esclarecimento. (*Pausa.*)

O Senador Magno Malta, enquanto o Senador Flávio sobe, está pedindo rapidamente.

Senador Magno, peço rapidamente...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Eu estou aqui no meu terceiro mandato. Desde o meio do meu segundo mandato, do meio do meu primeiro mandato, eu denuncio o ativismo judicial.

Do meio do meu primeiro mandato e do segundo, você não acha um discurso meu, sempre naquela tribuna ali – no tempo que eu fiquei fora foi feita essa rampa por conta da Senadora Mara Gabrilli... eu sempre bati no ativismo judicial, não é coisa nova na minha vida.

Eu o tive sempre na minha mira, durante todo o tempo do meu mandato e, com denodo, eu o cumpri, não só eu e os outros tantos, que tivemos para além do *impeachment* de Dilma, quando ainda só éramos três, quatro... eu enfrentei o ativismo judicial todo o tempo e todo o aparato de um Governo de esquerda.

E, neste momento em que o ativismo aumentou, com a vénia e o grande consórcio dessa aranha comunista, que colocou as patas no poder, nesse consórcio com o Poder Judiciário, eu tenho os meus processos. Em nenhum momento me acovardei. Como V. Exa., que, nos quatro anos que aqui não estive, V. Exa. foi uma voz, um arauto, como tantos outros que não estão aqui agora, como o Cleitinho e tantos outros que levantam a voz. Mas eu estou aqui, a Damares está aqui. Este Senador que, na tribuna está, chegou aqui substituindo o Marinho, já com um atrevimento peculiar de um cidadão brasileiro indignado com tudo o que está acontecendo, sem se preocupar com a investidura da imunidade parlamentar, para a



qual, aliás, eu votei. Ao deixar esta Casa, eu votei e nós aprovamos, por unanimidade, a queda e a morte da imunidade parlamentar, que dorme na Câmara dos Deputados em berço esplêndido. E, ao votar aqui as decisões monocráticas que estão lá, quando eu me dirijo a Pacheco, eu também tenho que me dirigir ao Lira, que são as duas Casas.

Então, por isso, Sr. Presidente, eu não tolero injustiça com ninguém; não tolero injustiça. Se tem coisa que mexe comigo é injustiça, mas também não posso tolerar comigo. Eu sempre estive ao lado do país nas grandes lutas dele. Não só eu, mas outros. Alguns tem vontade e se sentem representados na fala de V. Exa., na minha fala. A gente escuta aqui no ouvido, dentro do gabinete, caminhando para o Plenário, saindo do Plenário, de Senadores que... Quem sabe da sua própria constituição física e emocional? Alguns tem os seus problemas, e é problema de cada um. Mas há uma indignação.

E estas duas coisas que foram votadas aqui, – a decisão monocrática e a legalização das drogas – foi porque o Plenário começou a cobrar. Eu comecei a cobrar dessa tribuna. Dessa tribuna, eu li um artigo do Pacheco, com ele sentado aqui, e ali começaram essas duas PECs. Então, há essa indignação do Plenário. Por isso, Sr. Presidente, eu faço a intervenção. Fiz e volto a fazer. A gente não pode meter o dedo no olho de todo mundo. Você precisa fazer ressalvas. E a ressalva é a forma mais digna de se respeitar quando alguém está só, mas que, em nome do que crê, não se curva e não se entrega.

É verdade que nós somos minoria aqui e eu estou falando em nome da minoria. Então, quando a gente cita esta Casa e eu cito aquela Casa, que eu cito o Lira, eu faço questão de dizer que lá tem uma geração de calebes e josués – quantas vezes V. Exa. já me ouviu falar isso? –, que é essa geração nova, do próprio Deputado Gayer. A geração de Calebe e de Josué são aqueles que vão possuir a terra. E digo: eu sou geração Moisés, estou subindo a montanha para desaparecer. Mas essa geração que está lá na Câmara, daquilo que padece aqui, eles não têm poder de domínio sobre eles lá. Até no nosso partido, se alguns votam de forma errada e vão para a plataforma do Governo... Mas nessa geração que chegou agora, absolutamente patriota, de nascença, eles não vão juntos, eles verbalizam, eles falam. E eu faço questão de ressaltá-los, exatamente para que não os puxem para a vala comum. Eu não levo ninguém para a vala comum e também não quero ir para a vala comum.

Já fiz debates homéricos e históricos aqui, e ainda vou continuar fazendo, sem medo – sem medo –, mas é preciso dar incentivo, força e respeitar aqueles que estão gritando, homens e mulheres, na Câmara dos Deputados, exigindo do Lira, e alguns com a ousadia de olhar nos olhos, de chamar pelo nome, e ainda tomar uma reprimenda, o que não existe, o que não existe também com esta Casa. Tem homens e mulheres aqui que sabem que são minoria plena, minoria mesmo, mas falam tão alto, sem medo, reverberam tão alto e sem medo, que a sociedade consegue enxergar.

Então, penso que essa é uma necessidade que temos. Essa é uma necessidade, porque não existe exército de um homem só. O que tem existido no Brasil é um homem só, que está falando, escrevendo e “desescrevendo”, mas tenha certeza de que ele tem um grande suporte por trás de si.

Agradeço V. Exa. por me dar essa oportunidade porque é o seguinte: Quando eu estou engasgado, se eu não falo... Eu não corro o risco de infartar, não. Meu coração é muito forte. Mas até a hora de sair do engasgo, eu me inquieto, porque odeio injustiça.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Senador Magno Malta.

Passo a palavra, imediatamente, ao Senador Flávio Azevedo.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discursar.) – Eu disse hoje que tive a felicidade, antes da homenagem ao nosso querido Jaime, que tive poucas oportunidades, desculpem, de conversar com o Jaime, num ambiente tranquilo, na casa dele na Serra – ajude-me, Sr.



Presidente, o senhor que é cearense: Serra de.... Lá no Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Guaramiranga.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Guaramiranga.

Ele morava perto do meu cunhado.

E conversar com o Jaime sempre era um aprendizado. Nesse aprendizado, ele dizia aos funcionários dele que estavam todos no mesmo barco e que era preciso respeito mútuo, porque o barco era o mesmo. Se esse barco afundasse, se esse barco adernasse, iríamos todos juntos para o fundo.

E ele não só dizia isso, mas praticava. Também, como eu já disse aqui, as fazendas dele, cada uma, tinham vida própria. Ele investia, colocava lá igrejas, templos, mercados... Ele era um homem realmente diferente. Mas sempre pregando isso. É a união. É a união, é a força, porque senão iremos todos juntos para o fundo.

Então, permita-me, Deputado Gustavo Gayer, citá-lo pelo nome, acho que talvez motivado pelo seu entusiasmo e pela sua indignação, pela indignação que mora em todos nós, mas o senhor exagerou um pouco, o senhor foi genérico, debitando exclusivamente aos Senadores uma situação existente, porque nem todos pensam e agem assim.

A prova é essa. Somos poucos? Somos, mas não merecemos a generalização que, talvez, sem querer – talvez não, com certeza – a generalização feita no seu discurso.

Estou aqui há pouco tempo, sou o primeiro suplente de Rogerio Marinho. Nunca fui nem Vereador antes de ter assumido este Senado. Nunca fui político. Mas é com um enorme sentimento de revolta que todo dia me sento numa cadeira ali, quase no fundo. É “r” – não é? –, Rio Grande do Norte, ali no fundo.

O senhor fique certo de que tem pessoas que se indignam tanto quanto o senhor aqui neste Plenário. Eu tenho que fazer esta ressalva, principalmente em nome do Senador Magno Malta, que infelizmente se ausentou e que diariamente fala sobre essa situação esdrúxula e triste que nós vivemos.

Então, por um dever de justiça aos Senadores que estão aqui presentes, nós não somos maioria. E, se nós não tivermos cuidado na união pregada por Jaime de Aquino, este grupo pode se desfazer. Temos que ser tolerantes. Não precisa se perder a indignação para ser tolerante. Acho até que a tolerância faz parte da indignação, porque, senão, se perdem as estribeiras, não é?

Nós temos, sim, um problema, e eu vou deixar para dizer esse problema amanhã, porque eu não gosto de falar de pessoas ausentes nem condená-las. Amanhã, eu vou relembrar a quem deve ser relembrado aquelas palavras daquele busto, que está ali, acima da cadeira do Presidente. E eu vou ler, porque eu não decorei.

Ruy Barbosa: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”.

Eu peço desculpas ao Presidente por ter, talvez, até indevidamente, falado duas vezes – talvez não seja de bom tom –, mas perdoe; isso é ignorância do novato, e eu sou um novato aqui nesta Casa, mas não podia deixar de defender aqui as pessoas que também se indignam. E comprehendo as palavras, o entusiasmo do nobre Deputado, mas precisava fazer essa correção, principalmente em homenagem ao nosso Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito! Muitíssimo obrigado, Senador Flávio Azevedo, do Estado do Rio Grande do Norte.

Eu faço suas palavras as minhas também, porque a gente sabe que muitos colegas que, inclusive, não estão aqui, nesta minoria, têm combatido o bom combate nesse aspecto de entender realmente que existe um Poder se sobrepondo sobre outro Poder no Brasil e que o Senado Federal precisa se mover.



Chegou a hora de se mover. Não tem como não se mover mais, para o bem da democracia – para salvar a democracia do Brasil.

Eu passo a palavra, imediatamente aqui, para o nosso querido Rodrigo Valadares, que é Deputado Federal do Estado de Sergipe, nordestino, como a gente. A cidade dele é Aracaju, aí ele tem precedência sobre todos nós aqui.

O SR. RODRIGO VALADARES (Para discursar.) – Obrigado, meu querido amigo, Senador que tanto admiro, Senador Eduardo Girão.

Eu acho que Deus faz as coisas muitas vezes de forma que nós só entendemos depois, não é? Eu acho que eu estou na sessão certa, porque, se é para falar de caju, eu sou de Aracaju, que é a terra das araras e dos cajus.

É muito estranho a gente ter que falar sobre um tema anexo em que o Brasil pega fogo com uma outra discussão. Estou aqui neste Plenário do Senado, é a primeira vez que eu estou aqui falando. Toda honra e toda glória ao Senhor dos Exércitos, que nos proporciona isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO VALADARES – E eu recebo, irmão.

Tem uma passagem na Bíblia, Senador Eduardo Girão, que diz: “Uns confiam em carros, outros em cavalos, mas nós confiamos no nome do Senhor, o nosso Deus”.

Carros e cavalos, na linguagem bíblica, querem dizer a confiança na força humana, a confiança no recurso, a confiança no dinheiro, a confiança no número de combatentes, na força do poder, e é isso que os nossos adversários têm. Eles têm todos os mecanismos humanos para enfrentar essa guerra, mas nós temos o Senhor dos Exércitos. E eu preciso fazer uma justiça aqui.

Nós estamos falando aqui nesta tribuna, e a pílula não pode mais ser dourada. A minha fala que vai vir a seguir, com respeito à Casa e aos demais Senadores, não é uma fala genérica, não é uma fala em que eu quero levar os Senadores para a vala comum, pois isso ninguém fez aqui, muito menos o Deputado Gayer, com todo o respeito ao Senador Flávio e à sua trajetória, salvo diversas exceções, Senador Magno Malta, Senador Flávio, Senador Cleitinho, Senador Izalci, nosso nobre colega de Santa Catarina, Senador Eduardo Girão e muitos outros Senadores.

Estou falando isso – Senadora Damares, perdão, minha conterrânea sergipana – antes para que a nossa discussão não se torne dizer que os Deputados vieram aqui atacar todos os Senadores. Isso não pode ser a nossa discussão, a gente não pode começar a dividir o nosso pequeno grupo. Então, a fala do Deputado Gayer não foi genérica, como a minha fala também não o será.

V. Exas. que foram mencionados, como muitos outros Senadores, são um exemplo para esta Casa. Se todos os Senadores se comportassem dessa maneira, o Brasil não estava na situação em que está, o Brasil não estava entregue como está. E as pessoas nos cobram nas ruas. Claro, nós somos Deputados. Elas nos elegeram para que a gente lutasse, mas não existem mais mecanismos legais para a nossa luta. A força está aqui, no Senado da República. A força está nesta Casa, sobre esses Senadores, 81, e principalmente sobre esse Presidente Pacheco, que está sendo um covarde, um frófoco, que não está honrando as suas calças e nenhum mandato que o povo bom de Minas Gerais lhe deu. As pessoas estão desesperadas com a escalada autoritária em nosso país.

O fechamento do X não é por birra pessoal do ditador Alexandre de Moraes com Musk, é porque era lá no X que o bambu estava gemendo das denúncias do conluio do TSE e do STF, das arbitrariedades que estavam sendo cometidas. O rei ficou nu, os “nudes” estavam expostos e ele mandou fechar a plataforma.

Vocês estão ficando malucos? O cara dá um tapa em um cidadão, em Roma, e manda a Polícia Federal ir para casa dele! Nem os maiores tiranos da Idade Média ousavam passar por cima de todas as



instituições, como hoje passa, com a conivência, sim, da maioria do Senado!

A nossa função, aqui, como Deputado, está esgotada! Não tem PEC, não tem PL, não tem nada! Decisão monocrática, PEC das drogas... Com todo o respeito, com o maior respeito do mundo, Senador Girão, isso é jogo de cena! É o malandro que tira tudo de você e que, amanhã, lhe dá um prato de comida, para dizer que está cedendo! Não está cedendo nada! Isso é jogo de cena!

O Brasil, hoje, tem uma pauta única: *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes! (*Palmas.*) Ponto! Ponto!

Agora, a gente tem que fazer a nossa parte. Eu quero concluir a população brasileira para fazer, para nos ajudar, mais uma vez. Com que cara, Gayer, nós temos de pedir, Marcel van Hattem, para um povo que tanto lutou pelo nosso país? E a maioria desses covardes estão envergonhando o nosso povo! Nós vamos infernizar a vida dos Senadores do Brasil, não todos, mas a gente sabe quem está se omitindo! Nós vamos infernizar a vida de vocês nas praças, nas ruas, nas praias, nos aeroportos, nos restaurantes. Sr. Pacheco, a sua vida continua depois daqui. Que legado o senhor está deixando para os seus filhos?

Eu quero chamar a população brasileira. Todos nós já temos um alvo aqui. Quem não está aqui, para qualquer uma que seja das consequências, não merece estar aqui! Eu estou aqui para qualquer consequência e eu quero chamar você: 7 de setembro é pauta única, é o *impeachment* do ditador Moraes. E cobre o seu Senador! Cobre que o seu Senador se posicione! Quem resolve esse problema é esta Casa!

Eles têm os carros. Eles têm os cavalos. Mal nenhum dura para sempre. Nós temos o Senhor, o Senhor dos Exércitos, e ele vai agir.

Que Deus abençoe a nação brasileira. Que Deus abençoe o Senado Federal. Que Deus abençoe o Congresso Nacional. Que a gente possa vencer essa luta, para honra e glória do nome do Senhor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Deputado Rodrigo Valadares.

Eu já chamo, imediatamente, à tribuna o Senador Cleitinho, que chegou, há pouco tempo, na Casa e tem desempenhado um grande trabalho, aqui, em defesa da população sempre.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Para discursar.) – Pessoal, boa noite! Boa noite, Presidente, Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, servidores desta Casa e a população que acompanha a gente pela TV Senado, para celebrar o centenário de Jaime Tomaz de Aquino, produtor de caju.

Eu vendi caju a vida inteira, lá no varejão do meu pai, então fico muito honrado de poder estar, hoje, aqui, mas eu não vim falar só de caju, não. Vim falar aqui sobre essa situação do Ministro Alexandre de Moraes.

O que me chama atenção é que, em 2015, eu estava em frente à TV vendo o *impeachment* da ex-Presidente Dilma, eleita pelo povo. Você votando ou não, ela foi eleita pelo povo. Aí, ministros, que não são eleitos pelo povo, mas, pelo contrário, são indicados pelos políticos que são eleitos pelo povo, agora não tem Senador de peito para poder pedir *impeachment* desses caras. Pois eu tenho. Eu não tenho medo, como eu já me cansei de falar aqui. Eu entrei aqui pela porta da frente. Eu não fiz nada de errado durante a campanha, durante qualquer mandato meu. Então, eu estou aqui bem tranquilo para poder pedir *impeachment* de qualquer ministro que seja. Então, espero que os Senadores da República aqui também tomem a atitude de fazer isso. Como você disse, Presidente, eu cheguei aqui, eu sou novato e eu não tenho problema nenhum de dizer que eu não sou jurista, eu não tenho mestrado, eu não tenho doutorado, mas eu tenho coragem. Então, eu não conheço todo o Regimento Interno da Casa.

Aí, neste final de semana, o Pavinatto, que todo mundo aqui conhece, novamente, insiste em dizer que, com uma assinatura, um pedido de *impeachment* pode ser instaurado, sim, entra a Comissão. Então,



eu queria saber dos Senadores se eu posso fazer isso amanhã, se eu tenho apoio dos Senadores, porque eu não tenho problema com isso, não.

Pega telefone! Anda! Pega! Deixe-me ver aqui. É frescura demais esse telefone, é um monte de coisa. Aqui. Escuta aí!

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Presidente, foi bem resumido aqui. O vídeo dele é de nove minutos, mas acredito que todos os Parlamentares já devem ter ouvido essa fala do Pavinatto.

Amanhã, a gente tem uma reunião da oposição aqui, do Bloco Vanguarda, e eu estou aqui para todas as sugestões. Como eu disse, eu cheguei agora, eu não tenho conhecimento técnico do Regimento Interno, mas, se isso existe, cabe a nós fazer isso. É mais uma alternativa que a gente tem para que possa pedir o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes. E eu espero que o Pacheco seja democrático. Eu espero que o Presidente Pacheco seja democrático, que aceite, que não engavete, como já tem vários engavetados.

Eu não tenho vaidade nenhuma, Damares. Se, amanhã, algum Senador quiser protocolar, vai ter meu apoio. Se quiser que eu protocole, eu protocolo amanhã. Mas vamos lembrar para toda a população, porque eu não quero enganar ninguém aqui... A população não aguenta mais discurso, lero-lero, ela quer é na prática, ela quer solução, ela quer mesmo é que seja impitimado o Ministro Alexandre de Moraes. Então, a população tem que saber que, lá no final, precisa de 54 Senadores para que ele possa ser impitimado. Aí, eu faço uma pergunta aqui para V. Exas.: teremos 54 Senadores? Mas eu quero falar uma coisa aqui. Deus estava assim, lá na cruz, falou assim – aliás, Jesus, não é? –: “Pai, perdoa. Eles não sabem o que fazem”. Deus perdoa os ignorantes, mas Deus não perdoa quem sabe. O povo também não vai perdoar quem foi eleito pela direita, nas costas do Bolsonaro, na garupa do Bolsonaro, usando a direita e usando o Bolsonaro. Então, a gente precisa fazer uma análise aqui de quantos são os Senadores de direita que foram eleitos com a direita e pelo Bolsonaro: se chegar a 54, eu acredito que os 54 têm que ter a ombridade de assinar o *impeachment* do Alexandre de Moraes. Porque eu fui eleito pela direita, lá em Minas Gerais, na garupa do Bolsonaro, e o que eu mais escutei do povo foi esta fala: “Vá lá e seja homem. Não vá prevaricar. Não seja omissos”. Então, o povo não vai perdoar Senadores que forem omissos. Então, se tem 58, 54, 60, não interessa; quem foi eleito pela direita, nas costas do Bolsonaro, tem que honrar o povo dele, o estado dele. No mínimo tem que fazer isso aqui! Aí, a gente tem que fazer um estudo aqui para ver se a gente tem 54.

Mas o primeiro passo é pedir o *impeachment*, é fazer todo o regimento que precisa ser feito aqui, todo o protocolo que precisa ser feito. Então, amanhã, nessa reunião, a gente estude esse Regimento Interno. E essa sugestão que o Pavinatto deu aqui, que a gente possa colocá-la na prática. Se quiser que seja Damares, Girão, eu não tenho vaidade nenhuma, eu estou aqui pelo coletivo – até porque, para caçá-lo, a gente precisa de 54. Mas, se essa sugestão do Pavinatto aqui, dentro do Regimento Interno, pode na prática acontecer, então, que amanhã a gente a assine e protocole, para que na próxima sessão ela possa ser lida e o Presidente Pacheco instaure essa Comissão.

E eu espero que o Presidente Pacheco seja democrático, porque o que eu mais escuto, depois do dia 8, é falar de democracia dentro deste Senado aqui, dentro do Congresso Nacional. É “democracia” para lá e “democracia” para cá. Então, eu espero que o Presidente Pacheco seja democrático e aceite esse pedido, porque a gente tem que investigar. O que mais esse ministro faz hoje, desde o dia 8, é investigar Parlamentar, é investigar patriota. Por que ele não pode ser investigado? Quem não deve não teme!

E outra coisa também: tem a sua CPI, Marcel van Hattem. Eu já lhe falei isto: a gente pode fazer



uma CPMI – vamos fazer aqui no Senado também – sobre abuso de autoridade. Tudo o que a gente puder fazer vamos fazer aqui. O que não se pode, Senadores, é ter salário rigorosamente em dia, auxílio-moradia, auxílio-paletó, auxílio disso, auxílio daquilo, e não trabalhar para o povo! Isso aqui é a nossa função. Quem tem poder para impitimpar ministro são os Senadores. Como eu disse, se teve poder para impitimpar uma Presidente eleita pelo povo, que medo é esse de impitimpar ministros, que não foram eleitos pelo povo, que foram indicados pelos políticos? Se você indicou e não gostou, tire, mande embora! É assim que se joga o jogo.

E eu vou falar aqui para vocês, para os ministros: excelências, eu respeito cada um. Eu não saio de casa para prejudicar ninguém. Só que eu saio de casa para fazer o que a minha função me manda fazer e o que o meu povo me mandou fazer. Então, medo de vocês eu não tenho não, viu? É zero medo. E sabem por que eu não tenho medo? Porque eu não faço nada de errado. Podem botar a vida de cabeça para baixo aí. É até bom. Quem me dera se Deus descesse aqui na Terra agora e mostrasse os meus seis anos de mandato. Aí, iam ver que o que eu falo eu pratico, não é? Então, se quiserem, fiquem à vontade, fiquem escutando essa conversa, essa ladainha: “Ah, mas não pode, não, porque eles vão te perseguir”. Que medo eu estou de perseguição aqui dentro deste Senado, gente? Eu tenho medo é da consciência minha, é da mão de Deus que eu tenho medo. Eu tenho medo é do povo que votou em mim, que paga meu salário. Ministro nenhum paga salário meu, não! Partido nenhum paga salário meu.

Então, com todo o respeito aqui aos 81 Senadores e ao Presidente desta Casa, que foi eleito – ele sabe disso – para tirar a Dilma, porque a Dilma era candidata a Senadora... A direita inteira de Minas Gerais votou no Presidente Pacheco. A direita inteira votou no Presidente Pacheco – toda – para tirar a Dilma, porque a Dilma era candidata a Senadora. Então, o que eu espero do Presidente também é que ele seja democrático, porque o que eu mais escutei aqui, desde o dia 8 de janeiro do ano passado, foi “democracia” pra cá e “democracia” pra lá.

Então, que este Plenário aqui, este Senado, seja soberano e seja democrático, que aceite o pedido de *impeachment*, que traga investigação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – É.

A gente tem que fazer o que a nossa função manda fazer, a gente não pode prevaricar.

Então, espero que o Presidente Pacheco, de Minas Gerais, o Presidente desta Casa, possa escutar os Senadores da Oposição. Se existe democracia, a gente vai começar a usar na prática agora. E eu espero que os Senadores amanhã, da Oposição... Eu estou aqui, como eu disse, Presidente, com toda a humildade do mundo, eu não tenho mestrado, não tenho doutorado, eu tenho muito o que aprender com vocês, mas eu tenho muito para oferecer também. Então, se nenhum Senador amanhã quiser protocolar esse pedido, eu protocolo na hora, mas a gente precisa ter o apoio aqui de todos os Senadores.

Como eu disse aqui à população – eu não vou enganar ninguém –, para cassar um ministro aqui são 54 Senadores. Aí eu faço uma pergunta novamente para os Senadores e para a população brasileira: teremos 54? É isso que eu quero saber. Eu espero que tenhamos.

Um levantamento que a gente tem que fazer agora é este, dentro do respeito: quem foi eleito pela direita? Quem foi eleito com o Bolsonaro em 2018? Vamos lembrar quem foram os Senadores agora, em 2022. Vamos cobrar dentro do respeito, para que se possa fazer isso o mais rápido possível, porque supremo, gente, supremo é o povo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado,



Senador Cleitinho.

Antes de passar a palavra para o nosso querido Senador Beto Martins, que está pedindo ali para fazer um breve aparte, eu queria só esclarecer a quem está nos assistindo agora a questão do rito. As nossas assessorias, desde essas sugestões, interpretações sobre o Regimento, do rito de *impeachment*, do Senado Federal para Ministro do Supremo, que nunca se fez, diga-se de passagem, nunca houve, as nossas assessorias estão estudando, e nós vamos agir. Nós temos que agir de alguma forma, e não pode ser depois, tem que ser agora.

Só para relembrar, e isso já foi dito numa coletiva que nós fizemos aqui há duas semanas, esse superpedido de *impeachment*, que tem juristas que estão assinando, tem mais de 140 Deputados Federais que já assinaram e esse número não para de subir, já tem 1 milhão – quase 1,3 milhão, se eu não me engano já atingiu 1,3 milhão – de assinaturas virtuais no abaixo-assinado, com uma série de violações robustas, com documentação robusta desse um ano e meio em que não houve pedido de *impeachment* do Ministro Moraes, tudo foi catalogado, desde morte de brasileiro sob a tutela do Estado – Cleriston Pereira da Cunha – até essa suspensão absurda, essa suspensão não, esse banimento, que deixou 22 milhões de brasileiros órfãos por uma questão inexplicável, parece algo pessoal, e ficam 22 milhões de brasileiros prejudicados, coincidentemente no período da eleição, coincidentemente numa rede social que não tem marmota, como a gente diz, não tem marmota na questão dos algoritmos, ou seja, é a liberdade plena de expressão, é livre, diferente de outras que...

Nós fizemos uma sessão no Senado, ouvindo especialistas, ouvindo jornalistas censurados dentro do Brasil e fora do Brasil, que estão com os passaportes retidos, que estão com contas bloqueadas, e foi falado de algoritmos que, na hora em que você fala certas palavras, eu não sei se é um contrato que tem com o STF ou TSE, bloqueiam a mensagem sabe de quem? A mensagem de quem é de direita, de quem é conservador.

Então, a predominância no X é de Parlamentares, é de políticos. Você pode pegar os *trending topics* que dava, até antes do banimento, sexta-feira. Era tudo: “*impeachment Alexandre de Moraes*”; “acorda, Senado”; esse tipo de situação. A maioria dos Parlamentares são de direita e conservadores, os que utilizavam o X, e foi cortado. Será que é para autoproteção de críticas dos poderosos de plantão? Parece-me que sim.

Então, é isso que nós estamos vendo. E a população, prejudicada, 22 milhões de pessoas prejudicadas com isso, gente que ganha dinheiro ali, que usa o X para fazer seu trabalho, para ter entretenimento, para ter contato com as notícias. A gente está vendo isso no Brasil.

Só, repetindo, em Cuba, Venezuela, China, Irã, Rússia – e o Brasil agora entra nesse rol de países – o X foi banido. Então, tem alguma coisa errada nisso tudo.

Senador Beto Martins, o Senador Cleitinho fez uma provocação interessante: tem que ter 54, não é isso? Você perguntou se tem 54. Nós só vamos saber se colocarmos para votar. Nós só vamos saber se colocarmos, como o senhor falou, de forma democrática. Porque um argumento que se usa aqui é o seguinte: mas não tem, e aí vai ficar o Senado desmoralizado. O Senado infelizmente já está desmoralizado, não é? Então, é uma maneira de se resgatar, se colocar para votar e deixar claro. Quem não vota tem que respeitar quem vota, quem vota contra ou quem não vai se manifestar. Mas tem Senadores que querem ter o direito de votar, porque é questão de democracia.

Senador Beto Martins, com a palavra.

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Presidente, agora o.k. Eu só queria – eu tinha pedido um aparte ao querido Senador Cleitinho, mas estava sem microfone aqui, Senador – fazer uma justa explicação e justificativa. Antes de o Senador chegar, eu já havia me posicionado, Senador, e deixado claro uma coisa: os Senadores de Santa Catarina que estão



ausentes aqui podem ser representados por mim, porque a bancada do Senado, de Santa Catarina, muito antes dos calorosos e valorosos discursos, muito antes do movimento que vai acontecer dia 7 de setembro, muito antes de toda essa pressão popular que estamos sofrendo, eu quero dizer que, no primeiro dia, nós estávamos em Plenário, naquela sessão deliberativa, quando saiu a notícia da *Folha de S.Paulo*, com toda aquela materialidade sobre as irregularidades que estão sendo cometidas por um ministro do Supremo, naquele dia mesmo, a bancada de Santa Catarina emitiu uma nota à imprensa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO MARTINS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... deixando claro o posicionamento dos três Senadores de Santa Catarina. Então faço aqui a defesa do Senador Esperidião Amin e do Senador Jorge Seif, porque nós três nos posicionamos de maneira clara: somos rigorosamente favoráveis à investigação e que, aqui no Senado, se desnude a posição de todo mundo. A bancada de Santa Catarina está posicionada, Agora cabe aos outros estados também mostrar seu posicionamento. A nossa bancada já se posicionou.

Era só para fazer essa justificativa aqui, que entendo bastante plausível para este momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Beto Martins, do Estado de Santa Catarina.

Eu passo imediatamente a palavra ao Deputado Zucco.

Senador Cleitinho, quer fazer uma breve ponderação?

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem.) – Sobre essas palavras (*Fora do microfone.*), Sr. Presidente, de 54 Senadores, independentemente disso, o Presidente Pacheco tem que ser democrático e deixar o processo seguir. E se chegar a esse ponto de votar, pelo menos, para o meu eleitor, eu vou dar uma satisfação, que é: o que vocês pediram para eu fazer, eu fiz; eu votei. Então, cabe a cada Senador. Não tem que apontar o dedo para cada Senador – os 81 Senadores. Cada um faz com a sua consciência. Mas eu acho que é para a gente dar uma resposta para sociedade, porque eu acredito que Senadores e Deputados Federais aqui não aguentam mais o pessoal, a população mandar: “Vocês não vão fazer nada, não? Vocês não vão fazer nada mais, não? Vocês não vão fazer mais nada, não? Para que serve o Senado? Para que serve o Congresso Nacional?”. Então, eu acho que é uma atitude a gente mostrar, separar o joio do trigo, e pronto, acabou. Aí eu fico com a consciência tranquila. Igual a Pilatos, eu lavo as mãos: fiz a minha parte, vá cobrar de quem não fez.

É só isso, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Senador Cleitinho.

Passo imediatamente a palavra ao Deputado Zucco, do Rio Grande do Sul.

O SR. ZUCCO (Para discursar.) – Obrigado, Presidente.

Primeiramente, quero agradecer a V. Exa. por dar a palavra, por não cercear – algo que já estamos realizando, ou melhor, estamos vendo no nosso país, na realidade atual.

A gente sempre estudou que países como Cuba, Venezuela e Coreia do Norte eram muito distantes, mas, acreditam, chegou a vez de o Brasil tomar uma atitude para não se tornar também uma ditadura.

Eu gostaria, Presidente, antes demais nada, de celebrar o centenário de Jaime Tomaz de Aquino, cearense que muito contribuiu para o desenvolvimento social e econômico do Estado do Ceará e do Brasil e se tornou o maior produtor de caju do país. Logicamente, temos que prestar a nossa continência a essa



história linda do Sr. Jaime Tomaz de Aquino.

E quero relembrar também a todos os que estão nos assistindo: cheguei agora do meu querido estado do Rio Grande do Sul, que sofreu tanto, recentemente, mas tive que vir, para me juntar a bravos guerreiros aqui, Senadores e Deputados Federais que estão clamando por socorro.

Eu, que tenho um carinho muito grande pelo Senador Magno Malta, fui conversar com ele agora e ele falou assim: “Zucco, acabou. Ou a gente vai dar a nossa vida ou nós vamos fazer parte da história triste de quem se acovardou diante de uma ação de uma pessoa ou de um grupo, de um sistema”.

Quando se fala em *impeachment* de Alexandre de Moraes, se fala com responsabilidade. E foi dito aqui – pelo Senador Cleitinho, pelo Senador Girão, pela Senadora Damares, Rogerio Marinho e tantos outros bravos Senadores – que nós queremos a democracia plena. Coloca-se o processo de *impeachment* e cada Senador vai poder ter a possibilidade de, em cadeia nacional, se posicionar.

Estamos agora num período eleitoral, Senadora Damares, e fica muito ruim motivar um candidato a vir para a vida pública, alicerçando os princípios que eu acredito serem básicos de um político: seus princípios, seus valores e sua coragem – coragem!

Eu fico imaginando como deve ser o eleitor do Senador Rodrigo Pacheco – eleitor de direita, que se fala: um bolsonarista; que seja, bolsonarista – que votou nele e agora está decepcionado, porque ele não está respeitando a voz do povo, respeitando o desejo de Deputados Federais, de Senadores da República, de mais de 1 milhão de cidadãos.

Senador Rodrigo Pacheco, não é uma briga, uma disputa de espaço. Respeito o seu mandato, respeito a sua Presidência, mas o que é que o senhor está fazendo com a sua honra? Como é que o senhor vai olhar os seus amigos, os seus familiares? Tenha coragem, Senador, coragem moral!

As pessoas podem mudar, às vezes, de opinião, mas a sua conduta, as suas ações, as suas palavras determinam quem você é! Os nossos princípios, os nossos valores são inegociáveis. O senhor tem valor, o senhor não tem preço. Por isso, a gente precisa ter maturidade, neste momento, para vermos o Senador Magno Malta desesperado, com razão, como nós estamos. Tem gente presa, condenada a 17 anos, enquanto vagabundos, criminosos, assassinos estão sendo soltos, enquanto corruptos estão rindo na nossa cara!

Brasileiros, se nós não entendermos o que está acontecendo, se nós não nos levantarmos, se nós não levarmos a bandeira do Brasil, no 7 de setembro, clamando por justiça, este Congresso tem que fechar, porque ninguém está burlando o que é preceito. O pedido de *impeachment* é algo possível. Que se coloque e que os 81 Senadores eleitos pelo povo – porque o povo é supremo – decidam.

Eu fiz uma PEC, na Câmara de Vereadores – estava conversando com o Marcelo, com o Gayer –, para a Câmara também ter essa possibilidade. Já temos mais de 100 assinaturas, mas vai demorar, vai vir para cá, vão sentar em cima. Nós estamos apenas querendo que o povo decida. Os Senadores são o extrato do povo; os Deputados são o extrato do povo. Não pode uma pessoa decidir pelo destino da nação, não pode a família do Clezão chorar todos os dias, à noite, e não ter uma resposta da sociedade. Nós somos a sociedade civil organizada, nós, Deputados, Senadores. No momento da eleição, vários dos Senadores aqui, vários dos Deputados, vão pedir voto, vão exigir uma política séria? Tenham vergonha na cara, façam uma política decente, com princípios, valores, coragem.

Hoje, nós estamos com medo de sanções, de multas. Eu fico imaginando, Sanderson, eu que vim da minha querida instituição, do Exército, se eu tomar essas multas aí. Bom, deu uma semana e eu já vou pedir empréstimo e não sei mais para onde eu vou.

Então, fica aqui Presidente, a minha continência ao senhor pela sua coragem, por não cercear a nossa palavra, porque nenhum Senador na Câmara dos Deputados é cerceado.

Fica aqui, Senador Magno Malta, a minha admiração por V. Exa.: um homem de Deus, um homem de fé, um homem que, para mim, é um exemplo; ao Cleitinho, que, com o seu palavreado simples e humilde,



passa o que todos nós acreditamos: que estamos aqui de terno, mas nós não somos diferentes de ninguém; e quem está lá na rua está cobrando.

O Senador Girão falou uma grande verdade, e é triste falar isso: o Senado da República não tem mais credibilidade, mesmo tendo Senadores valentes, mesmo tendo Senadores aguerridos. Hoje, tu vais numa roda de amigos, tu vais numa entrevista, e sempre, infelizmente, há a generalização: “Cadê o Senado?”. Por isso, eu concito, Senadores: continuem lutando, levantem o seu semblante, enchem o peito e não desistam. Vocês podem ter certeza de que a gente vai aplaudir e vai estar lado a lado.

A Câmara dos Deputados Federais também tem sistema, também tem Deputados do toma lá dá cá, mas também tem bravos guerreiros que querem fazer a diferença. E eu espero que Deus, neste momento, ilumine cada um dos senhores e senhoras que estão nessas 81 cadeiras, e que a gente consiga, de forma muito clara, impitimar aquele que não respeita o próximo, que é um ditador e que faz mal à sociedade brasileira. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Deputado Zucco, do Estado do Rio Grande do Sul.

E eu já passo, imediatamente, a palavra também para o Deputado Sanderson, que é o Presidente da Comissão de Segurança Pública ainda, ou já mudou lá? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Foi no ano passado.

Deputado que fez grandes audiências públicas lá na Câmara – você está de parabéns – contra o sistema, e eu imagino o que o senhor passou. Parabéns pela sua coragem em dar voz aos presos políticos, às famílias. É uma honra receber o senhor aqui no Senado Federal. O senhor tem a palavra.

O SR. SANDERSON (Para discursar.) – A honra é – desculpe a voz – toda minha, toda nossa, aliás, de estarmos aqui no Senado Federal; um grupo de 15 a 20 Deputados Federais que viemos aqui render homenagens ao Senado Federal. Jamais viríamos aqui para atacar, pelo contrário. Se nós não prestigiarmos as nossas instituições, pode fechar tudo. Aí, nós vamos dar razão para arbitrários como Alexandre de Moraes, etc.

Então, mais uma vez, obrigado pela recepção do senhor e de todos os demais Senadores. Nossa Líder aqui, o Senador Magno Malta, a Senadora Damares, que, mais do que uma Senadora, é uma amiga. Ela, como Ministra, deixou, ainda hoje, mesmo com um Governo destrutivo e deletério, ensinamentos e marcas indeléveis para todo o Brasil.

Cumprimento a Senadora Damares; os demais Senadores; o Senador Izalci, que esteve lá nos visitando no Rio Grande do Sul – foi, inclusive, o único Senador de fora do Rio Grande do Sul que foi lá visitar o nosso Estado do Rio Grande do Sul –; o Deputado, meu amigo Luciano Zucco; o Deputado Marcel Van Hattem. Nós ainda estamos sofrendo demais com aquela tragédia que atingiu o Rio Grande do Sul, e hoje, quase cinco meses após, segue a tragédia, do mesmo jeito de quando o senhor foi lá, Senador Izalci; do mesmo jeito de quando o senhor foi lá, há três meses, continua agora.

Nada, nem um centímetro foi modificado; produto, claro, de um Governador do Rio Grande do Sul muito fraco, não tem capacidade nem coragem de enfrentar os problemas do Rio Grande do Sul e, claro, de um Governo Federal absolutamente irresponsável.

Mandaram um Deputado Federal para lá, criaram um ministério extraordinário, interventor, com anuência do Governador. Aí vai a nossa crítica, porque, se o Governo Federal quer ajudar, faz como fez o Governo Bolsonaro, com Damares, com Paulo Guedes, com tantos outros ministros, Tarécio, etc. Mandava o quê? Dinheiro. O Governo Federal tem dinheiro, o orçamento é de R\$8 trilhões, Deputada Adriana; e não mandaram um centavo.

Aí fizeram intervenção com Paulo Pimenta, imagine. E aí deu no que deu. Quatro meses, cinco



meses apóis, seguimos nós lá no Estado do Rio Grande do Sul, totalmente abandonado – a economia claudicando, pessoas que moravam debaixo das pontes continuam morando debaixo das pontes, entre aspas, ou na casa de parentes, enfim.

Então, nesse cenário tão complicado, cresce de tamanho a responsabilidade e a atribuição do Senado federal. Não que a Câmara não tenha responsabilidades, tem inúmeras responsabilidades, mas o Senado é que tem, segundo a Constituição, a capacidade de enfrentar abusos que tais.

Eu cito aqui os abusos de Alexandre de Moraes, mas tem também abusos de outros ministros, porque ele não faz nada sozinho, ele tem a anuência de outros ministros que o aplaudem.

Se nós estamos num Estado democrático de direito, e não sei se realmente estamos... Qualquer um que estudou Direito Constitucional vai ver que a primeira Constituição, Zucco, é de 1215, na Inglaterra, quando, mesmo num império, numa monarquia, a população se reuniu e disse: “Não, o senhor é o rei, mas nós vamos estabelecer uma Carta Magna, e o senhor só vai fazer [isso na Inglaterra, 1215, Gustavo Gayer] aquilo que a Constituição autoriza, mais nada.”

E, em 1215, o rei, imagine, disse: “Não, eu concordo, porque todo o poder emana do povo.”

E aí se criou essa tradição. No Brasil, a primeira Constituição nossa é de 1834, não, desculpe, 1824, a primeira Constituição, 1824, com o Dom Pedro I ainda, 1824.

Passamos todo o tempo do império com o Dom Pedro II, com a mesma Constituição. Depois, 1891, outra Constituição. Depois, 1934, 37, 64, em 67 uma emenda, e 88; ou seja, nós sempre, com todos os problemas que nós enfrentamos, nós sempre tivemos uma Constituição dando o norte.

Eu me formei em Direito. Entrei na Faculdade de Direito em 1989, Cabo Gilberto, em 89, primeiro ano na faculdade de Direito, com 18 anos. E era justamente o ano seguinte à Constituição, da nova Constituinte estabelecida, e Constituição, Senador Girão.

Então, já ingressei num regime jurídico e constitucional que é o que está aqui. E, nesses 35 anos, nós, sobretudo aqueles que atuam no Direito, nunca presenciamos um Estado constitucional tão vilipendiado quanto o atual, nunca. Não há registro, Julia Zanatta, não há um registro de abusos como os que têm sido cometidos por justamente quem tinha o dever de garantir as garantias.

É o primeiro a atacar... Alexandre de Moraes é o primeiro a atacar e rasgar a Constituição, porque Ministro do STF tem um grande poder, como Deputados também têm, Senador também tem, o Presidente da República tem um enorme poder, mas ninguém está acima da lei. Se a lei não autoriza abusos como os que estão sendo praticados agora – e não é esse atual o único, esse foi a gota d’água. A proibição, com a palavra que o senhor usou, Senador Girão, o banimento – o banimento – do Twitter, do X, que é a maior rede de relacionamentos do mundo, o banimento, a proibição foi a gota d’água.

Em seis anos que nós estamos aqui, minha amiga Bia, nesse mandato juntos, quando nós viemos para o Senado até esta hora, desde as quatro da tarde, para falar no Senado, que é o fórum competente? É a primeira vez. Então, é um momento muito especial, que exige coragem, como disse o Zucco, coragem para mudar o cenário.

Rodrigo Valadares, o teu discurso foi muito feliz! Coragem para mudar o cenário, porque o Cleitinho falou aqui de forma simples. Não adianta nós termos aqui grandes graduados, mestres, doutores, intelectualmente qualificados se nós tivermos covardes. E hoje, infelizmente, boa do Parlamento, Senado e Câmara, é formada por covardes, Senador Beto Martins. (*Palmas.*)

Covardes! Qual é a palavra que nós vamos usar? Porque o Senado – e cabe à Câmara também, sobretudo, à Câmara – aprovou, em 2017 – a Adriana Ventura comentou –, a Proposta de Emenda à Constituição dando fim ao foro privilegiado. Só o Brasil e mais quatro ou cinco países mundo afora, José Medeiros, têm o tal de foro privilegiado. O Brasil tem, é o país do sistema, o país do mecanismo, do



maquinismo, do tal de consórcio.

Em 2017, foi aprovada aqui no Senado; a Câmara está parada com essa PEC até hoje. Por que não votaram? Por que a Câmara dos Deputados, Sr. Presidente da Câmara, meu Presidente da Câmara, Arthur Lira, por que não votaram a PEC 333, de 2017, que está parada na Câmara ainda? Então, há responsabilidade para o Senado, Adriana Ventura, e há também para a Câmara, porque se nós terminarmos de uma vez por todas com esse famigerado foro privilegiado, boa parte dessas questões ou quase tudo vai por água abaixo, porque o STF não vai ficar subjugando Deputados e Senadores.

Eu falava hoje, Senador Girão, para encerrar: por que afinal de contas o STF está jurisdicionando nessa questão do Twitter? Onde está a atribuição constitucional para o Ministro do STF exarar uma decisão judicial sobre o Twitter? Não tem competência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SANDERSON – Não tem competência constitucional, nem no Código de Processo Penal, nem no Código do Processo Civil. Não pode. Só quem pode, nesse sistema vetusto, ultrapassado que nós usamos, o tal do foro privilegiado, são Deputados, Senadores, Presidente da República, PGR, Ministros de Estado, no âmbito federal, e o Vice-Presidente da República, como também os Ministros do STF, mais ninguém! Ninguém mais pode ser investigado, julgado pelo STF que não tenha a previsão constitucional.

Então, eles agem fora da lei, agem...

O Ministro Alexandre de Moraes age, inclusive, numa palavra nova, num juridiquês novo: fora do rito. E quem age fora do rito, no sistema jurídico brasileiro, é um fora da lei. E quem é fora da lei tem que ser julgado, condenado e ir para a cadeia. Não é só cassá-lo através de *impeachment*, é botar na cadeia! (*Palmas.*)

É botar na cadeia, porque comete crime. Eles não botaram aí – e nós acompanhamos de perto, Senador Magno Malta, visitando lá aqueles presos políticos na Papuda, na Colmeia – com 17 anos de cadeia, com 15 anos de cadeia. E o que fizeram? Nada. Gente que nem em Brasília estava levando 15, 16 anos, Senador Flávio. E não estavam nem em Brasília! E aí, Senado e Câmara, os dois, aplaudindo.

Chegou a hora. Nós não aguentamos mais entrar numa pizzaria ou num avião ou num campo de futebol e dizerem: E aí, Deputado, eu votei no senhor, para o senhor ser um covarde, como o senhor está sendo? Me perdoe a palavra, mas para o senhor ser...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SANDERSON – ... um bunda-mole, um cagão, que é a palavra que muitos têm usado. Desculpe aqui, mas acho que o momento é para indignação. É indignação o que o povo tem demonstrado com a letargia, a covardia e a omissão do Parlamento brasileiro. É hora de agir.

Pegando um gancho aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. SANDERSON – ... no Regimento do Senado, para homenagear e celebrar o centenário de Jaime Tomaz de Aquino. Cumprimentos a ele e à família dele, porque já há muito tempo ele tem essa história marcada lá no Estado do Ceará.

Mas, falando de Nordeste, eu quero terminar aqui com uma frase de Padre Antônio Vieira, um jesuíta nascido em Portugal, mas que veio criança para o Brasil. Ele morou no Nordeste, em Salvador, sendo padre, depois filósofo, escritor, foi acabar a sua carreira na diplomacia. Ele falava muito sobre a omissão na época, o que vale exatamente para hoje. Essa omissão da Câmara e do Senado precisa acabar, porque ninguém mais aguenta. E aí Padre Antônio Vieira dizia o quê? Que, por terem feito, muitos serão



condenados; por não terem feito, todos serão condenados. E hoje todos nós estamos sendo condenados. Cabo Gilberto, Zucco, Bia, Sargento Gonçalves, Gustavo Gayer, Valadares, Senador Izalci, Senadora Damares, Senador Flávio, Deputado José Guimarães, Senador Berto Martins, Senador Magno Malta, nós todos estamos sendo julgados quando entramos em qualquer lugar público. Adriana e Senador Girão, todos nós somos julgados, porque quem deveria agir prefere se omitir por uma série de razões. Se nós formos aqui explicar as razões dessas omissões, nós vamos ficar aqui talvez uma hora falando por que o Parlamento se omite. Aí tem um monte de razões que levam o Parlamento brasileiro, que representa o povo, ao invés de agir, a se omitir. E aí nós todos... O Senador Magno Malta até assinalou, dizendo:

(Soa a campainha.)

O SR. SANDERSON – “Olha, vamos dar o nome aos bois”, porque estamos todos cansados de levar processos, de ser ameaçados aqui no Congresso Nacional – e o senhor sabe do que estou falando lá na Câmara –, de não sermos prestigiados com posições de relatoria, porque somos da oposição e porque batemos nesse sistema bandido que aí está.

Julia Zanatta, opositora ferrenha, nunca vai ganhar uma relatoria de prestígio, porque está fora do rito. Então, vamos à luta! O momento não é de omissão, o momento é de coragem. A população brasileira está ávida por homens e mulheres corajosas, e por isso queremos a instauração do processo de *impeachment*.

E discordo agora da fala do Senador Cleitinho. Nós não precisamos de 54 Senadores. Para a instauração, precisamos apenas da anuência e assinatura do Presidente do Senado, que vai instaurar uma Comissão especial, formada de forma paritária, por integrantes de vários partidos, que vai emitir um parecer. Se o parecer for aprovado na Comissão, aí é que vem para o Plenário.

Então, só queremos a instauração, que nunca foi feita no Brasil, de um processo de *impeachment* contra o Ministro Alexandre de Moraes que, flagrantemente, abusa de seus poderes colocando em risco um país de 215 milhões de habitantes.

Obrigado.

Parabéns, meu amigo, Senador Girão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Deputado Sanderson.

Uma coisa que eu aprendi na vida, Deputado, é que não há mal que não venha para um bem maior. Nenhum mal. Então, tudo o que a gente está vendo, essa sucessão de injustiças crescendo no Brasil, fez o povo brasileiro, e aí vem a minha avó que diz que “ou a gente aprende pelo amor, ou pela dor” e muita gente sofrendo com tudo isso que está acontecendo no Brasil, entendendo – isso que é interessante, o brasileiro já entendeu, furou a bolha, furou aquela bolha de Direita, de conservador. Hoje todo mundo, eu percebo isso, pessoas que nem gostam de política estão se posicionando contra o que está acontecendo e cobrando. Então, acho que essa metralhadora que estava para um lado, agora já passou para outro.

Quem não usa o X por exemplo? Então, assim, é uma arbitrariedade, uma sucessão, que acordou o povo brasileiro. Então, não tem outra alternativa.

A pessoa diz: “Ah, mas esticou a corda!”. Esticou, já arrebentou, essa corda já arrebentou. Não tem clima. Você vê que a sociedade está tomada por uma indignação e eu acredito que, de forma democrática, de forma ordeira e respeitosa, as pessoas têm que ir para a rua mesmo, não é?

Lá em Fortaleza vai ter, na Praça Portugal, os cearenses estão...

Esta sessão é uma coincidência incrível, em homenagem a Jaime Tomaz de Aquino, o grande, o Rei do Caju... Ela foi marcada há 20 dias e ninguém imaginava que ia ter uma escalada antidemocrática tão grande no Brasil, ao ponto de acontecer isso, o banimento de uma rede social que abrigava 22 milhões de



brasileiros que interagiam com ela.

Então, olha que interessante! É o povo libertário, o povo cearense, não é? Não é à toa que é considerada a Terra da Luz, porque foi o primeiro lugar a libertar os escravos do Brasil, quatro anos antes da Lei Áurea. E não é por acaso que a gente está vivendo uma escravidão. Essa é a grande realidade que a gente está vivendo aqui: o silêncio, a Lei da Mordaça, a censura... E aqui está havendo uma catarse hoje.

Quem foi que usou isso? Essa palavra catarse, quem foi que usou? Nelson Jobim. Usou e, depois, no dia seguinte, desusou. Ali chamou a atenção.

Ele falou que foi uma catarse do dia 8 de janeiro, não é? E foi falado muito: preso político existe no Brasil hoje; isso é fato – isso é fato! Cadê os defensores dos direitos humanos, que sempre se arvoram e tal? Enfim, eu acho que a máscara está caindo.

Deputada Julia Zanatta é a penúltima a falar? Não, tem mais o Cabo Gilberto e o Deputado Marcel Van Hattem, para a gente encerrar a sessão.

Deputada Julia Zanatta, de Santa Catarina, muito obrigado aqui pela sua presença.

A SRA. JULIA ZANATTA (Para discursar.) – Obrigada, Senador Girão e todos os colegas aqui presentes.

Quero agradecer a Deus por ter esta oportunidade de falar aqui no Plenário do Senado Federal – eu, que sou Deputada. Para mim, é, ao mesmo tempo, uma alegria e uma tristeza.

Primeiro queria celebrar o centenário do Jaime Tomaz de Aquino, cearense que contribuiu com o desenvolvimento social e econômico do Estado do Ceará e do Brasil. E está ali a frase dele: “Só com o trabalho se consegue alguma coisa na vida”. O meu pai sempre falou isso para mim; a minha família sempre ensinou esses valores. Mas, como foi dito aqui por vários Parlamentares, hoje nós estamos vivendo uma insegurança jurídica muito grande no Brasil, que corrói todos os empreendedores, desde o pequeno até o grande; não aquele muito grande, que vive de amizades promíscuas, muitas vezes com pessoas poderosas deste país, com o Governo, e que tudo pode, não é? Os amigos do rei tudo podem, e o resto tem que se lascar.

Eu preciso falar aqui hoje, e foi por isso que eu saí correndo do meu Estado de Santa Catarina e vim para Brasília, quando eu soube, Senador Girão, que nós teríamos a oportunidade de falar aqui hoje e cobrar os Senadores omissos diretamente do Plenário do Senado Federal, porque nós estamos sendo cobrados nas ruas, e com razão. E aos Senadores que não são omissos, que estão aqui – e quero saudar aqui o Senador do meu estado, Beto Martins, que já chegou chegando, já chegou cobrando, já chegou tendo posicionamento –, eu quero dizer que não se sintam, Senadores, ofendidos, quando a gente cobra o Senado como um todo, porque eu não me sinto ofendida quando a classe política é chamada das mais variadas coisas pela população, porque eu não me incluo ali.

O povo está revoltado, e com razão. O povo já aturou muito. E esta Casa, se não agir, vai descredibilizar ainda mais a classe política e ainda mais todos os Senadores da República, mesmo os bons, aqueles que lutam.

Vejam só, o chefe da polícia secreta de Stalin, Beria, falava assim: “Mostre-me o homem e eu te darei o crime”. Eu tenho repetido isso, porque é exatamente o que aconteceu com os diálogos revelados dos juízes auxiliares de Alexandre de Moraes, o ditador da toga! Eles falavam entre eles assim: “Olhe, não tem nada sobre o fulano de tal, sobre a Revista Oeste”; e o Juiz respondia: “Use sua criatividade, porque a gente tem que perseguir”. Era praticamente isso que eles estavam falando: “A gente tem que perseguir, então use a sua criatividade”.

Então, todos aqueles que estão quietos neste momento, ou não cumprindo com os seus deveres, estão sendo coniventes com esse regime autoritário que estamos vivendo, porque chega de teatrinho da democracia, chega de falar em – como é? – democracia inabalável, inabalada, aquele teatrinho, com um



monte de gente ali, com palminhas e risinhos. São risinhos canalhas de pessoas que não foram como eu fui, como o Magno Malta foi, como o Marcel Van Hattem foi; como o Sanderson, que foi o primeiro a me levar ao presídio da Colmeia para visitar as mulheres, que não tinham nenhuma passagem pela polícia. Como o Deputado Sanderson falou, nem sequer estavam aqui, em Brasília, no dia, na hora do quebra-quebra que aconteceu, e ficaram presas. Pode ver, quem está preso até hoje? São pessoas que não têm nem dinheiro para se defender. Ainda são covardes, porque vão atrás dos mais fracos.

Eu não aguento mais isso que está acontecendo no Brasil, eu tenho vergonha, às vezes, de ser Deputada, por não conseguir fazer nada por essas pessoas. Eu tenho certeza de que tem Senadores aqui que também têm vergonha de verem injustiça atrás de injustiça acontecer. Como disse o Senador Cleitinho, “Ah, mas o salário nosso está na conta”, mas de que vale esse salário se a gente não pode fazer a diferença e mudar a realidade do Brasil?

Eu fico em casa, cuidando da minha filha, de quatro anos, que sente a falta da mãe. Eu poderia ter mais filhos, mas, não, eu estou aqui lutando pelo meu país, mas a gente precisa que mais pessoas...

Agora, um grande pedido de *impeachment* de Alexandre de Moraes, com 143 assinaturas, eu acho ridículo. Eu acho pígio, de 513 Deputados, nós termos somente 143 assinaturas, porque agora não é mais, Gustavo Gayer ou Rodrigo Valadares, “Ai, aquele negócio dos bolsonaristas”. Nós temos a prova, nós temos tudo divulgado. E vou falar uma coisa para vocês: se nada acontecer neste momento, todos que estão aqui serão presos, porque uma pessoa como Alexandre de Moraes não para. Ele vai avançar cada vez mais na opressão, na perseguição. Se fez isso com os caras poderosos da Starlink – porque ele esqueceu que o Elon Musk não é o acionista majoritário, tem mais gente envolvida –, se ele fez isso com os caras, imaginem com a gente? O que esse cara não é capaz de fazer?

Multa diária de R\$50 mil. Já não basta tudo de imposto que a gente tem que deixar todo mês?! Daqui a pouco vamos ter que trabalhar de graça ou então escravizados aqui? Porque esse cara não vai parar. E eu vou falar para vocês: eu não tenho prazer nenhum em ver as pessoas odiando o Supremo Tribunal Federal ou qualquer Ministro do STF. Eu gostaria que elas tivessem orgulho, como em outros tempos, em que pegavam livro do Ministro Barroso e queriam que ele assinasse. Hoje as pessoas não têm mais isso.

Diferentemente desses caras que andam em jatinho, em avião da FAB, nós temos que enfrentar o povo. E nós sabemos o que o povo quer e o que o povo pensa. O que o povo pensa é que não existe mais justiça no Brasil, que existem alguns protegidos, que podem falar, fazer tudo, e outros perseguidos. O povo percebe que nós estamos vivendo um regime, uma ditadura, que cresce. Cresceu, inclusive, quando Jair Bolsonaro era Presidente; ele conseguia barrar muita coisa, mas não deixaram nem o cara conseguir governar.

Agora que a harmonia entre os Poderes voltou, está tudo funcionando: aumento de impostos, os maiores absurdos acontecendo e uma perseguição jamais vista! Meus amigos, isso aconteceu também na Venezuela. Nós estamos no mesmo rumo. Também a Suprema Corte da Venezuela tomava decisões a favor do regime e contra os seus opositores a todo momento. Nós estamos em um rumo muito perigoso.

Não é fácil mudar! Eu não quero e não vou dar falsas esperanças para ninguém, sou muito realista e até, muitas vezes, pessimista. Eu acho que o ponto em que estamos é muito complicado, mas nós precisamos enfrentar. O primeiro passo é o *impeachment* de Alexandre de Moraes, e nós não podemos ter medo de ir para as ruas! (*Palmas.*)

Porque vai chegar o dia em que o único lugar com liberdade – uma vez eu li isso em um livro – vai ser dentro de uma cadeia. E hoje já é, porque, até para bloquear os celulares dos presidiários, eles cancelam, dizem que não pode, mas o cidadão comum não pode ter acesso ao Twitter, ao X, não pode, sei



lá, usar uma VPN, qualquer coisa que seja...

Então, isso é viver em liberdade? Eu tenho feito a minha parte, viajado para o exterior, falado dessas atrocidades – junto com o Deputado Eduardo Bolsonaro, com o Gustavo Gayer – que estão acontecendo no Brasil.

Agora, vamos olhar a parte boa. Quando é que nós pensamos que um cara, um bilionário, como Elon Musk, ia chegar, ia comprar o Twitter, ia expor tudo o que está expondo? As provas estão aí! Quando que a gente pensava que a *Folha de S.Paulo* e o editorial do *Estadão* iam falar o que estão falando sobre Alexandre de Moraes?

Então, assim como Alexandre de Moraes, que não para, que não retrocede, nós não podemos retroceder nem parar por um minuto! Nós precisamos seguir em frente, firmes e fortes, demonstrando coragem, porque eu sou da parte, aqui, do Congresso Nacional, e ninguém – ninguém – vai me chamar de bunda-mole ou de frouxa!

Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Deputada Julia Zanatta, de Santa Catarina.

O penúltimo a falar será o Deputado Cabo Gilberto, da Paraíba. O senhor tem a palavra, aqui, na tribuna do Senado Federal.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Para discursar.) – Srs. Parlamentares, boa noite a todos. Parabéns, Senador Girão, por permanecer, na sessão, até este horário, quase 10h da noite. Peço a V. Exa. só mais um tempo, por favor.

Agradeço a todos os Parlamentares e Senadores presentes e a todos os servidores da Casa do Senado Federal.

Esta Casa tem uma função constitucional tão relevante ao nosso país, pelo art. 52 e, em especial, pelos arts. 49 e 48, que dizem respeito ao sistema de freios e contrapesos que a Constituição determinou para o Congresso Nacional, e todos sabem que o Presidente do Congresso Nacional é o Senador eleito por V. Exas.

Srs. Parlamentares e população que está em casa nos assistindo, estamos num momento muito complicado, literalmente vivendo em uma ditadura, e iremos provar aqui o porquê.

Não adianta, Srs. Parlamentares, falarmos de aprovação de projetos de lei, de PECs, de decretos legislativos, de discussão do que acontece ou não no Parlamento para que possa sair uma lei que beneficie a sociedade dos 26 estados e mais o DF se a Alta Corte da Justiça brasileira, o Supremo Tribunal Federal, está rasgando a Constituição, literalmente.

Antes de entrar nesse tema, eu queria agradecer pela sessão especial para celebrar o centenário de Jaime Tomaz de Aquino, cearense que muito contribuiu para o desenvolvimento social e econômico do Estado do Ceará e do Brasil e se tornou o maior produtor de caju do país. A Paraíba também é uma grande produtora de caju, e não só de caju, mas também da castanha, que todos consomem, e o Rio Grande do Norte, estado do nosso querido Deputado Gonçalves, tem o maior cajueiro do mundo, que está lá no Estado do Rio Grande do Norte. Então, eu queria agradecer pela sessão especial para voltar a esse tema muito importante, Sr. Presidente.

Eu vou relatar aqui e provar, Sr. Presidente.

Supremo Tribunal Federal toma mais de 600 decisões contra o Congresso Nacional e aumenta o tensionamento, aponta estudo.

De 2005 para cá, o Supremo Tribunal Federal aumentou em 1.600% as ações que interferem diretamente no Congresso Nacional. Mas que ações são essas, Deputado? Eu vou lembrar aqui. Os senhores se lembram de quando aprovamos o voto impresso auditável, em 2015, que foi até uma emenda



do Presidente Bolsonaro? O Congresso aprovou, Dilma vetou, o Congresso derrubou e o Supremo Tribunal Federal, mais uma vez, fez valer a sua ânsia de interferir nos demais Poderes.

Vou lembrar aqui a V. Exas.: “STF suspende lei que prorrogou a desoneração da folha até 2027”. Os senhores se lembram de que aprovamos, Lula vetou, fomos lá, derrubamos o veto, e o Ministro Zanin, que é advogado de Lula, foi lá e derrubou?

É importante falar isto aqui para os senhores entenderem por que o Congresso Nacional não tem mais serventia, Deputado Marcel van Hattem, para a população hoje.

STF derruba a tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas. Aprovamos também esse tema no Congresso Nacional, e eles ficam discutindo, colocando, literalmente, o dedo nas funções administrativas e funções legislativas do Congresso Nacional.

Os senhores se lembram de quando o STF definiu 40g de maconha como critério para diferenciar usuário de traficante? Onde é que está dizendo, na Constituição Federal de 1988, Srs. Parlamentares, que a Suprema Corte pode legislar com relação a um tema caro como esse à sociedade?

Supremo Tribunal Federal suspende resolução que dificulta aborto em caso de estupro.

A última: “Flávio Dino suspende pagamento de emendas impositivas”. Ou seja, quatro emendas que foram aprovadas, desde o início, em 2015, para cá. Ele rasgou quatro emendas.

Fora isto, Sr. Presidente, para ser pontual, chegando ao fim, os senhores se lembram de quando, em 2019, o Presidente do Supremo Tribunal Federal era o Ministro Toffoli e ele, de canetada, de ofício, abriu inquérito sem a participação do Ministério Público, como preceitua o art. 129 da Constituição, e colocou o ditador da toga, Alexandre de Moraes, para ser o Relator dos inquéritos que até hoje estão em vigor? São inquéritos ilegais, inconstitucionais e imorais.

Deputado Sanderson, foi por conta desse inquérito que ele colocou Elon Musk, que não tem prerrogativa de foro.

Vejam só que gravidade no nosso país!

E, de lá para cá, foram só rasgando a Constituição: art. 5º, arts. 136 e 137, art. 129, art. 220, art. 53, quando se prenderam Parlamentares, por várias vezes, rasgando-se esse artigo, em que a Constituição é bastante clara.

Então, Srs. Parlamentares, com essas afirmações, o que estamos fazendo aqui? Porque, como os senhores falam e a Deputada Julia falou, a gente não tem jatinho da FAB para levar a gente para casa e voltar para Brasília. A gente encara o povo, a gente fala com o povo numa padaria, no supermercado, no shopping, nas comunidades. E o povo está lá cobrando: “O que é que vocês vão fazer? Votar em Senador e Deputado para quê, se vocês não estão cumprindo o seu papel constitucional?”. Porque, daqui que você venha a explicar que não temos maioria e que o Congresso funciona com maioria – 41 Senadores, 257 Deputados Federais –, a população não entende! Isso é muito ruim para a democracia. Hoje não temos democracia, Sr. Presidente, Senador Girão. Não temos, por conta dessas afirmações, e provamos aqui claramente. O Brasil hoje é uma ditadura da toga, comandada por um único homem, que tem a conivência, Sr. Presidente, dos seus pares. Os dez outros ministros são coniventes, porque nenhum fala o que está acontecendo e nenhum toma uma decisão contrária ao que o Ministro Alexandre de Moraes está fazendo, rasgando a Constituição.

Então, eu solicito a todos vocês união neste momento. Os poucos Senadores de coragem que tem nesta Casa, os vários Parlamentares que tem de coragem – 146 de 513 – são um número muito pífio ainda, precisamos avançar. Senadores temos 18 praticamente – para finalizar, Sr. Presidente – que assinaram outro processo de *impeachment* para que possamos pressionar mais os Parlamentares. Sabemos que não tem amparo legal, porque o art. 52 diz que só são os Senadores, mas que, no dia 9, com o processo de *impeachment* que V. Exa. vai apresentar, possamos ultrapassar esse número de 18 e chegar próximos a 41



para pressionar o Senador Rodrigo Pacheco a abrir, como bem falou o Senador Cleitinho, a colocar pelo menos em votação para tirarmos essa responsabilidade e a cobrança da população.

Impeachment de Alexandre de Moraes já! A população não aguenta mais.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Deputado Cabo Gilberto, da Paraíba.

E, para encerrar, como último orador, o Deputado Marcel van Hattem, do Rio Grande do Sul. (*Pausa.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Girão, eu, há algumas horas agora, porque esta sessão já chega às 10h da noite, tendo se iniciado às 5h, ou melhor, às 4h – são seis horas já –, há pouco mais de duas horas, tuitei, sim. Postei no X: “Assista à TV Senado agora e entenda o que o caju tem a ver com a sua liberdade”.

Senador Girão, aquele tuíte foi feito enquanto eu ouvia a manifestação dos meus colegas, manifestação ou manifestações, todas muito inteligentes, muito boas, solenes, honrando a história de Jaime Tomaz de Aquino e os cem anos do Rei do Caju. E, perdoe-me a ignorância, Sr. Presidente, é graças a homenagens como esta que nós passamos a conhecer brasileiros célebres e que realmente fizeram coisas produtivas para a nação. Que bom que o Senado tem espaço, assim como a Câmara dos Deputados, para sessões solenes como esta que está sendo realizada hoje, para homenagear Jaime Tomaz de Aquino, o Rei do Caju, e também a produção que passa pelas mãos de milhares, e milhares, e milhares de brasileiros ao longo de todos estes anos, neste século, e que tanta prosperidade trouxe para tanta gente.

Mas, quando fiz esse *post* no X, Sr. Presidente, eu, obviamente, lembrei, logo depois de fazê-lo, porque não pensei antes disso, que eu estava sujeito, fazendo aquele *post*, a uma multa de R\$50 mil diária, e lembrei também, Sr. Presidente, que essa é uma realidade, hoje, que não enfrento apenas eu, mas mais de 20 milhões de brasileiros que estão censurados.

Hoje, Senador Magno Malta, que não mede as palavras, apesar de ter mesura em todas elas... É um orador em quem eu, aliás, não apenas me inspiro, mas em quem eu vejo fonte de profunda motivação para continuar batalhando, porque eu o conheço da época passada dos *impeachments* que nós vivemos, anteriores, por exemplo, de Dilma Rousseff, em que V. Exa. foi um líder tão importante nesta Casa nobre da República, que é o Senado, que já foi mais nobre no passado.

Eu lembrei, Sr. Presidente, Senador Girão, que estive em missões oficiais – fora do país, portanto – e que, por exemplo, em Israel, em determinado momento, estava no meu Instagram, vi a manifestação, um *post* de Luciano Hang, celebrei, achando que não estava mais censurado, e lembrei: “Ah, não, eu estou fora do meu país, estou fora do Brasil, por isso eu vejo o *post* Luciano Hang”.

Ou quando eu fui a outra missão oficial para os Estados Unidos, em Washington, estava olhando no meu X uma postagem de Rodrigo Constantino. Será que deixou de ser censurado, Adriana Ventura? Tive que cair mais uma vez na realidade: não, eu estava vivendo num país livre.

Pois bem, Sr. Presidente, eu vou contar uma coisa que até este momento pouquíssima gente sabe. No sábado, meus caros colegas gaúchos Sanderson e Zucco, eu estava em Pelotas, no sul do Rio Grande do Sul. E, para nós gaúchos que estamos sem aeroporto, é difícil chegar em Brasília, ainda mais de última hora; não tem aeroporto em Porto Alegre e não tem passagem para vender saindo de outros aeroportos, porque está tudo cheio, Senador Izalci e Senadora Damares. Eu de Pelotas fui a Jaguarão, são duas horas, e de Jaguarão, com um ônibus, a Montevideu, no Uruguai, de onde vim nesta madrugada para Brasília, para chegar aqui a esta sessão solene.

E, no Uruguai, Sr. Presidente, assim como o Rodrigo Constantino, nos Estados Unidos, e em Israel, em que eu pude ver Luciano Hang, eu pude ver minhas próprias redes novamente no X; ali eu era um



homem livre outra vez. No nosso país vizinho, aqui do lado. Enquanto nós temos esse país livre aqui do lado, enquanto nós temos outros países livres aqui do lado, Senador Beto, nós temos a Venezuela.

E a notícia de hoje é que o regime de Maduro acaba de mandar, Senador Flávio Azevedo, prender o Edmundo González, o candidato da oposição. É para isso que nós estamos rumando. Aliás, é nisso que nós já estamos. É desesperador, Senador Girão.

É por isso que quando nós vemos uma sessão solene para homenagear, sim, um cidadão importante, mas importante muito mais para uma questão local, para o mandato que V. Exa. tão bem exerce, representando o povo do Ceará – assim como nós também realizamos sessões solenes, eu, às vezes, por uma personalidade gaúcha ou alguma personalidade mais vinculada a alguma área em que atuo –, quando vimos uma sessão solene sendo realizada aqui para tratar dos 100 anos do Rei do Caju, entendemos que deveríamos, sim, estar aqui para falar não apenas do Rei do Caju, mas principalmente daquilo que pouco, lamentavelmente, se tem falado no Senado da República nesta semana tão decisiva para o Brasil.

Espero que as coisas mudem a partir de amanhã, porque amanhã tem sessão deliberativa no Senado. E na minha opinião, este Senado tinha que parar. A Câmara também. Já deveríamos ter parado há muito tempo.

A CPI do abuso de autoridade está parada na mesa do Lira desde novembro do ano passado. Já poderia estar instalada, já poderia estar funcionando. E *impeachments* de ministros do Supremo, há vários já protocolados. E os crimes de responsabilidade abundam. Sobra motivo para fazer *impeachment*.

E quando eu ouço o Senador Cleitinho dizendo: “Eu não tenho medo, eu tenho coragem, aliás, podem revirar minha vida, não vão achar nada”, não, esse não é o ponto. Não é o ponto.

Sargento Gonçalves, V. Exa. foi tão emocionado aqui, emocionante para nós assisti-lo: “Não vão encontrar nada errado na nossa vida”, pelo menos, não sob o ponto de vista criminal, ninguém aqui é perfeito, não; quem tem ficha corrida, na verdade, são eles. Nós estamos sendo governados por bandidos vingativos, por pessoas imorais, por criminosos, imorais e por Moraes – Moraes com “e”.

Muito bem, Deputado José Medeiros, eu vejo aqui o Gustavo Gayer, que é, para mim também, fonte de admiração toda vez que eu o vejo falando, e com tanta veemência, ele e também o Rodrigo Valadares, aqui falando nesta tribuna do Senado, uma tribuna que nos deu hoje a oportunidade de sermos Senadores por um dia, eu lembro que nada vai acontecer neste país se o povo de fato não se mexer e for para as ruas. É esse o grande motivo da nossa presença aqui hoje, Deputada Bia Kicis. É este o grande motivo da nossa participação aqui no Senado da República: dizer, mais ainda, para o povo que está nos assistindo que é preciso ir para a rua no dia 7 de setembro. O Brasil só mudou quando o povo foi para a rua. O Brasil só se livrou de bandidos no poder quando o povo foi para a rua. E é isso que são.

Quando Elon Musk faz hoje um *post* no X dizendo que Lula vai perder o seu avião e vai ter que voar de voo comercial se ele for pedir para o Governo americano a mesma medida que tomou contra Nicolás Maduro, que hoje teve o seu avião apreendido, uma vez que a Starlink teve suas contas bloqueadas em virtude da perseguição que o X sofre, quando Elon Musk disse isso, eu respondi ao seu *tweet*, Senador Girão, dizendo que o que fizeram com a Starlink nada menos foi do que roubo. O que estão fazendo, aliás, com os brasileiros é roubo. E não é só roubar a dignidade e a esperança, que é algo seriíssimo, deixando as pessoas desalentadas, famílias destruídas, para não falar naquelas que perderam – por exemplo, a família do Clezão – um pai de família. Não! Eles estão roubando o dinheiro das pessoas: multas de R\$50 mil por usar o X, multas milionárias por terem supostamente invadido um prédio público, e, como disse bem o Deputado Sanderson, muitos sequer estavam aqui em Brasília. O que estão fazendo é muito sério. O que estão fazendo é coisa de bandido, é coisa de criminoso. As coisas estão invertidas e nós não podemos tolerar que isso continue.

É por isso, Sr. Senador Eduardo Girão, que na sua pessoa e de todos os Senadores aqui nesta Casa



da República, que já, durante tantos anos, foi motivo de nobreza para o país, de nobreza de espírito...

Zezinho! O Zezinho está aqui há 40 anos. Sempre que me recebe aqui – cearense também –, me recebe muito bem. Com todo o respeito aos outros servidores – aliás, tantos servidores aqui, supersimpáticos –, a forma como ele me recebe aqui, para me ajudar a trazer os visitantes – eu gosto de fazer esses *tours* no Senado, na Câmara – é realmente muito bonita. Muito obrigado! Mas, infelizmente, Sr. Zezinho, eu vejo que esta Casa virou, cada vez mais, um prédio bonito – nem tanto assim, alguns vão dizer –, mas não é mais uma Casa que realmente orgulha a nação brasileira. É hora de virar esse jogo.

E além do povo brasileiro, que precisa pressionar, a responsabilidade, a maior de todas, está nos Senadores. É por isso que Rodrigo Pacheco, aliás, quando chegamos aqui, não quis deixar os Deputados falarem. Porque os Senadores falarão e falaram a mesma coisa que nós falaríamos. Qual era o problema de os Deputados falarem, Magno? Era algo contra os Deputados, que, aliás, volta e meia estão aqui, em sessão solene, ou era contra aquilo que nós iríamos dizer? Não. Era, obviamente, contra aquilo que nós iríamos dizer.

E é por isso que estão censurando também o X, em plena época eleitoral. É um absurdo ver uma decisão de Alexandre de Moraes em que ele fala que há *periculum in mora* e deve ser bloqueado o X, por causa das eleições municipais. Ele diz, na decisão de bloqueio – perdoem-me a voz, inclusive perdi já um pouco dela nesses últimos dias –, e hoje vem a confirmação de que ele não está sozinho, a turma votou toda com ele, o Supremo todo, todos os outros dez Ministros lhe dão guarda. O PGR lhe dá guarda. E é por isso que é o Senado que precisa tomar atitude.

O caju... Eu estava lendo e tive que aprender bastante sobre o caju hoje, para poder ver se conseguia chegar à altura de discurso como, aliás, o de Evair de Melo, inspirado – inspirado. Faço até questão de repetir. Falou que “o Supremo está tão fora quanto a semente do caju, ou a castanha do caju”. O caju é 100% brasileiro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM – Disse, inclusive, João Ubaldo Ribeiro, saudoso, – numa coluna para o jornal *O Globo*, de 2007. Nós aqui, todos, não importa a origem, descendentes de imigrantes, talvez; originários daqui, dos povos silvícolas; nós todos somos 100% brasileiros. E nós todos iremos às ruas para que essa omissão, essa covardia de um Senado da República que precisa se levantar e se fazer respeitar perante a nação brasileira seja passado.

Que nós vejamos, daqui para frente, um Brasil realmente livre dessa tirania. Que o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes seja apenas o primeiro passo, porque os crimes que ele cometeu – e os demais Ministros, porque todos, na minha opinião, devem sofrer *impeachment* – dão não apenas *impeachment*, dão cadeia – dão cadeia! – e punições que precisam ser efetivadas para a efetiva pacificação do nosso país.

Muito obrigado, Senador Girão, pela oportunidade. Obrigado a todos.

E vamos em frente.

Dia 7 de setembro, o Brasil tem um encontro marcado nas ruas, em especial, na Avenida Paulista, onde eu também estarei. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Deputado Marcel van Hattem.

Uma coisa que a gente ouve muito – ouviu, Deputado? –, colegas Senadores aqui, Senadoras, quem está nos assistindo, é o seguinte: “Não adianta ir às ruas”. Já ouviu isso? “Não adianta! A gente já foi tantas vezes! Não adianta, não adianta!” É aí que está o detalhe: é o que eles querem. O que esse sistema quer que a gente pense é que não adianta, mas adianta sim.

Eu só estou há seis anos aqui, quase, no Senado Federal e posso dizer que se tem uma coisa que



qualquer Parlamentar, Senador Beto Martins, respeita é um povo organizado que sabe se manifestar de forma ordeira, pacífica, mas com firmeza.

Então, é um dever de todo brasileiro ir às ruas neste 7 de setembro – há manifestações marcadas no país inteiro – com a sua família. É um momento derradeiro do país, é uma hora derradeira. Eu tenho dito que vai ser o 7 de setembro mais importante da história da nossa nação, porque tem muita coincidência acontecendo. É o ano dos 200 anos do Senado Federal. Qual é a probabilidade de nós estarmos no bicentenário do Senado Federal e acontecer todo esse clamor?

O SR. SANDERSON (*Fora do microfone.*) – E os duzentos anos da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E eu vou dizer... E o quê?

O SR. SANDERSON (*Fora do microfone.*) – E os duzentos anos da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E os 200 anos da Constituição Federal, está lembrando aqui o Deputado Sanderson. Olhem só as coincidências!

E tem um detalhe: esse nosso homenageado de hoje, que muita gente pode achar que não tem nada a ver... Não existe nada na vida da gente que aconteça por acaso. Ah, mas os discursos aqui foram discursos de democracia, foram discursos cobrando Parlamentares, o Senado. Esse senhor que está aqui, esse cearense, que faleceu em 2015, sabem quem é que ele admirava demais, para quem chegou a fazer estátuas, chegou a fazer celebração? Risoleta Neves esteve em Fortaleza porque ele fez uma homenagem a Tancredo Neves. Isso foi mostrado aqui no começo da sessão, num vídeo. Sabem a qual outro ele fez homenagem? O meu amigo, Senador Flávio Azevedo, estava aqui nessa hora. Ele fez uma homenagem, o Jaime Aquino, para Juscelino Kubitschek. Foi lá a Sarah Kubitschek, a Fortaleza, atendendo a um convite dele. Olhem só as coincidências aí, e não existem coincidências, é “jesuscidência” ou “cristocidência”. Sabe a quem é que ele tinha verdadeira devoção? Ao Papa João Paulo II, grande Papa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... defensor da liberdade.

Então, eu estou vendo, mais do que nunca, que ter aberto aqui a palavra para os Parlamentares e nós ouvirmos a todos, em quase seis horas de sessão, foi necessário. (*Palmas.*) Eu acho que até, Deputado Rodrigo Valadares...

O SR. RODRIGO VALADARES (*Fora do microfone.*) – Se o Senador me permite?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Por favor...

O SR. RODRIGO VALADARES (Pela ordem.) – Um brevíssimo aparte. Não sei se está ligado.

Nós precisamos reconhecer a sua coragem, que mesmo ameaçado, intimidado, permaneceu com a sessão, sabendo que o que menos seria tratado aqui seria caju. (*Palmas.*)

Que o Brasil reconheça a sua coragem sempre e força para enfrentar quem quer que seja, os poderosos e os donos de tudo.

Parabéns, Senador Eduardo Girão!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu acho que... Muito obrigado, Deputado Rodrigo Valadares, mas eu acredito que muitos Parlamentares têm se posicionado, e são muitos, aqui nós temos uma pequena parte deles, mas tem muitos outros que não puderam chegar, Senadores, Deputados, que estão combatendo o bom combate neste momento.

Eu quero dizer uma coisa para o senhor: as pessoas chegam na rua – e acontece isso com o senhor



também, com todos nós – e dizem: “Não desista.” Já ouviu isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Já ouviu isto: “Não desista”? Todo dia, nas ruas, em qualquer lugar.

E eu vou dizer uma coisa: nós estamos aqui – para fechar a sessão mesmo agora – pelas orações dos brasileiros. Nós estamos em pé, fazendo a nossa parte, porque tem milhares, milhões de pessoas de joelhos, orando – seja evangélico, católico, espírita, de outras religiões –, nos dando força, orando pela nação, orando pelos Parlamentares, orando pelo Presidente da República, orando pelos ministros do Supremo, olhando pelos ministros de Estado, pelos Governadores, pelos Prefeitos, Vereadores, Senadores, Deputados, pelas autoridades.

E eu acredito muito na capacidade de bom senso, de reflexão de cada ser humano, de ver que talvez tenha ido longe demais, de ver que este país não merece, pela história dele, pelo povo dele, pacífico – a maior nação católica do mundo, a maior nação espírita do mundo, a segunda, evangélica, já chegando à primeira... Este país merece mais. Somos o coração do mundo, a pátria do evangelho. E Deus vai nos abençoar e nos guiar com muita serenidade nesses próximos dias.

Eu declaro encerrada a sessão, agradecendo a todos os participantes.

Uma ótima noite!

Muita paz!

(*Levanta-se a sessão às 22 horas e 15 minutos.*)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1725, DE 2024

Institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360; institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas –Desenrola Pequenos Negócios; cria linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi; altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.735, de 11 de setembro de 2003, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.606, de 9 de janeiro de 2018, 14.042, de 19 de agosto de 2020, 14.165, de 10 de junho de 2021, e 14.166, de 10 de junho de 2021; e dá outras providências.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=2421362&filename=PL-1725-2024



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1725/2024 [1 de 54]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Data do Documento: 02/09/2024

Institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360; institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas - Desenrola Pequenos Negócios; cria linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi; altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.735, de 11 de setembro de 2003, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.606, de 9 de janeiro de 2018, 14.042, de 19 de agosto de 2020, 14.165, de 10 de junho de 2021, e 14.166, de 10 de junho de 2021; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I
DO PROGRAMA ACREDITA NO PRIMEIRO PASSO

Seção I
Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituído o Programa Acredita no Primeiro Passo, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, com a finalidade de gerar oportunidades de inclusão produtiva, aumento da renda pelo trabalho, qualidade de vida e

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [2 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

participação social para as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Art. 2º O Programa Acredita no Primeiro Passo terá foco em territórios de alta vulnerabilidade socioeconômica e priorizará sua atuação com mulheres, jovens, negros e membros de populações tradicionais e ribeirinhas inscritos no CadÚnico.

§ 1º Ato do Poder Executivo federal disporá sobre os objetivos, os eixos estruturantes, as ações, a governança, a execução e a avaliação do Programa Acredita no Primeiro Passo.

§ 2º O Programa Acredita no Primeiro Passo deverá ter seus objetivos definidos de forma clara, objetiva e mensurável, com especificação de meta anual de inclusão produtiva, aumento de renda, qualidade de vida e participação social das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica inscritas no CadÚnico.

§ 3º Os objetivos do Programa Acredita no Primeiro Passo para o ano subsequente serão definidos e publicados até o dia 31 de dezembro de cada ano.

§ 4º No primeiro ano de vigência desta Lei, deverá ser publicado diagnóstico detalhado do problema, com utilização de indicadores numéricos que refletem a inclusão produtiva, a renda, a qualidade de vida e a participação social do público-alvo, explicitando a situação atual que servirá de base para a construção dos objetivos referidos no § 2º deste artigo.

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [3 de 54]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

§ 5º O diagnóstico previsto no § 4º deste artigo deverá incluir a metodologia utilizada para coleta de dados e cálculo dos indicadores, de forma a garantir a transparência do processo.

§ 6º Até o final de cada ano, será publicado o resultado da avaliação da política pública realizada no ano anterior, incluída, entre outros aspectos, análise de impacto econômico e social, de eficiência e de efetividade.

§ 7º A avaliação da política pública referida no § 6º deste artigo será realizada pelo Tribunal de Contas da União, e o seu resultado deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional.

§ 8º Deverão ser publicados, em página da internet de acesso público, os critérios objetivos de seleção dos beneficiários, incluídos as informações detalhadas sobre o processo de seleção e os requisitos necessários para participação no Programa Acredita no Primeiro Passo

Art. 3º Para a execução do Programa Acredita no Primeiro Passo, poderão ser firmados contratos, convênios, acordos de cooperação, termos de execução descentralizada, instrumentos de transferência fundo a fundo, ajustes ou outros instrumentos congêneres com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e os respectivos órgãos e entidades, inclusive consórcios públicos, e com instituições privadas, na forma estabelecida na legislação pertinente.

Art. 4º As eventuais despesas do Programa Acredita no Primeiro Passo serão de natureza discricionária e ficarão sujeitas à disponibilidade orçamentária e financeira.

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [4 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

4

§ 1º As despesas decorrentes da implementação e da execução do Programa Acredita no Primeiro Passo, nos termos desta Lei, serão custeadas por aporte da União nas dotações orçamentárias relacionadas, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

§ 2º O Programa Acredita no Primeiro Passo poderá ser custeado por outras fontes de recursos destinadas pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios ou por instituições privadas, inclusive por meio de captação de doações para essa finalidade.

§ 3º Fica a União autorizada a estabelecer mecanismos de mobilização de capital externo e proteção cambial nas captações de recursos pelas instituições financeiras destinadas a operações de microcrédito produtivo orientado no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo.

Seção II

Da Garantia a Operações de Crédito no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo

Art. 5º A garantia a operações de crédito no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo terá a finalidade de garantir, direta ou indiretamente, o risco de operações de crédito concedidas por instituições financeiras ou pelas entidades autorizadas a que se refere o art. 3º da Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, para os beneficiários do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), nos termos do § 1º do art. 1º da referida Lei, inscritos no CadÚnico.



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [5 de 54]

2472225



CÂMARA DOS DEPUTADOS

5

Art. 6º A garantia de operações de crédito no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo:

I - será operacionalizada por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO), de que trata a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, administrado pelo Banco do Brasil S.A.; e

II - incidirá sobre operações de financiamento de investimento e de capital de giro isolado e associado, observados os prazos das operações, as carências, os valores e as demais condições das operações no âmbito do PNMPO.

Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional poderá estabelecer outras linhas de crédito que poderão ser contempladas com garantia no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo.

Art. 7º Fica a União autorizada a aumentar sua participação no FGO, no limite de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), exclusivamente para cobertura das operações contratadas no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo.

§ 1º A integralização adicional de cotas pela União de que trata este artigo será realizada por ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

§ 2º A representação da União na assembleia de cotistas do FGO, inclusive quanto às cotas vinculadas ao Programa Acredita no Primeiro Passo, ocorrerá na forma estabelecida no inciso V do caput do art. 10 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.

§ 3º Nas operações de crédito concedidas no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo, o FGO:

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [6 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Data do Documento: 02/09/2024

I - responderá por suas obrigações até o limite do valor dos bens e direitos integrantes de seu patrimônio alocados para a finalidade no subprograma de garantia a operações de créditos no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo;

II - não contará com qualquer tipo de garantia ou aval por parte do poder público; e

III - deverá conter previsão para a participação de outros cotistas, pessoas físicas ou jurídicas, inclusive de direito público.

§ 4º Os cotistas do FGO ou seus agentes públicos não responderão por qualquer obrigação ou eventual prejuízo do Fundo, exceto o cotista pela integralização das cotas que subscrever.

§ 5º As cotas vinculadas ao Programa Acredita no Primeiro Passo poderão ser adquiridas, nos termos do estatuto do FGO, por pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, nacionais ou internacionais.

Art. 8º É autorizada a transferência para o FGO, nos termos da legislação, na modalidade do Programa Acredita no Primeiro Passo, com o resgate de cotas referente a valores não utilizados para garantia de operações com recursos do FGO a que se refere o *caput* do art. 10 da Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023, não se aplicando o disposto no § 2º do art. 10 da referida Lei.

Parágrafo único. Os recursos previstos no *caput* deste artigo não incluem os recursos:

I - comprometidos para honrar as operações de crédito de que trata a Lei nº 14.690, de 3 de outubro de



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [7 de 54]

2472225



CÂMARA DOS DEPUTADOS

7

2023, contratadas até a data de entrada em vigor da Medida Provisória nº 1.213, de 22 de abril de 2024; e

II - necessários para cobrir os custos de operacionalização do FGO Desenrola até o seu encerramento.

Art. 9º Poderão aderir ao Programa Acredita no Primeiro Passo e requerer a garantia do FGO as instituições financeiras e as entidades autorizadas a que se refere o art. 3º da Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018.

§ 1º As instituições financeiras e as entidades autorizadas a que se refere o caput deste artigo operarão com recursos próprios, ou por elas administrados, e poderão contar com garantia a ser prestada pelo FGO de até 100% (cem por cento) do valor de cada operação garantida, com cobertura pelo FGO da inadimplência limitada a 20% (vinte por cento) da carteira garantida de cada instituição financeira ou entidade autorizada, na forma estabelecida no estatuto do FGO.

§ 2º Nas operações de que trata o § 1º deste artigo, o limite global a ser resarcido às instituições financeiras e às entidades autorizadas fica limitado ao montante destinado pela União e pelos demais cotistas ao FGO para o atendimento dos objetivos do Programa Acredita no Primeiro Passo.

§ 3º O FGO somente prestará garantia a operações de crédito se, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das operações de que trata o § 1º deste artigo, no âmbito de cada instituição financeira ou entidade autorizada, forem contratadas por mulheres ou por empreendimentos individuais de mulheres.

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [8 de 54]


CÂMARA DOS DEPUTADOS

8

Art. 10. Para contar com a garantia do FGO, a contratação de operação de crédito no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo deverá ocorrer na modalidade de crédito orientado, conforme o disposto no § 3º do art. 1º da Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, respeitados os limites aprovados pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1º O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome poderá firmar instrumento jurídico com as instituições financeiras e as entidades autorizadas de que trata o art. 5º desta Lei para subvencionar a contratação de agentes estruturadores de negócio para atendimento do público do Programa Acredita no Primeiro Passo, de acordo com critérios a serem estabelecidos em ato do seu Ministro de Estado.

§ 2º O custeio das despesas de serviços de agente estruturador de negócio para o crédito orientado de que trata o § 1º deste artigo ocorrerá à conta do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do órgão.

Art. 11. Os contratantes das operações de crédito no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo serão isentos do pagamento de comissão pecuniária pela concessão da garantia do FGO.

Art. 12. Na hipótese de inadimplemento do contratante, as instituições financeiras e as entidades autorizadas de que trata o art. 5º desta Lei participantes do Programa Acredita no Primeiro Passo cobrarão a dívida em nome



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [9 de 54]

2472225



CÂMARA DOS DEPUTADOS

9

próprio e custearão as despesas necessárias para a recuperação dos créditos inadimplidos.

§ 1º Para fins de recuperação dos créditos no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo, as instituições financeiras e as entidades autorizadas de que trata o art. 5º desta Lei:

I - deverão, em conformidade com as suas políticas de crédito, envidar os melhores esforços e adotar os procedimentos necessários para a recuperação dos créditos, vedada a adoção de procedimento menos rigoroso do que aquele usualmente empregado para a recuperação de créditos próprios;

II - serão responsáveis pela veracidade das informações fornecidas e pela exatidão dos valores a serem eventualmente reembolsados; e

III - adotarão, após honrada a garantia pelo FGO, estratégia de renegociação semelhante à usualmente utilizada para créditos próprios, inclusive com a possibilidade de concessão de descontos, observados os limites estabelecidos no estatuto do Fundo.

§ 2º Os créditos não recuperados após a adoção dos procedimentos previstos no § 1º deste artigo serão:

I - leiloados pelas instituições financeiras ou pelas entidades autorizadas no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, contado da data em que honrada a garantia, observadas as condições estabelecidas no estatuto do FGO; e

II - quando não arrematados, oferecidos novamente em leilão, no prazo de até 12 (doze) meses, com a possibilidade de serem alienados àquele que oferecer o maior lance, independentemente do valor de avaliação.

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [10 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

10

§ 3º A parcela do crédito sub-rogada pelo FGO que eventualmente não seja alienada no leilão de que trata o inciso II do § 2º deste artigo poderá ser considerada extinta de pleno direito, nos termos estabelecidos no estatuto do Fundo.

§ 4º O estatuto do FGO estabelecerá os limites, as condições e os prazos para a realização de leilão dos créditos de que trata o § 2º deste artigo e os mecanismos de controle e de aferição de seus resultados.

Art. 13. Os valores não utilizados para garantia das operações contratadas no âmbito do disposto neste Capítulo e os valores recuperados pelas instituições financeiras e pelas entidades autorizadas de que trata o art. 5º desta Lei, na hipótese de inadimplência, serão destinados à garantia das operações de crédito do Programa Acredita no Primeiro Passo, observados os termos estabelecidos em ato conjunto dos respectivos Ministérios supervisores de cada programa.

CAPÍTULO II
DO APRIMORAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTO E DA INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE CRÉDITO E FINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MICROEMPREendedORES INDIVIDUAIS E MICROEMPRESAS - PROCRED 360

Art. 14. A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), vinculado ao Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [11 de 54]

2472225



CÂMARA DOS DEPUTADOS

11

de Pequeno Porte, cujo objeto é o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios." (NR)

"Art. 3º As instituições financeiras participantes do Pronampe poderão formalizar e prorrogar operações de crédito em seu âmbito nos períodos e nas condições estabelecidos em ato do Ministro de Estado do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, observados o prazo total máximo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento das operações e os seguintes parâmetros:

.....

IV - carência de até 12 (doze) meses para o início do pagamento das parcelas do financiamento, nos termos do regulamento.

.....

§ 4º O ato do Ministro de Estado do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte de que trata o *caput* deste artigo definirá também a taxa de juros aplicável à linha de crédito concedida no âmbito do Pronampe, observado o máximo previsto no inciso I do *caput* deste artigo.

§ 5º Nos casos em que a empresa contratante tenha sido reconhecida pelo Poder Executivo federal com o Selo Emprega + Mulher ou tenha como sócia majoritária ou sócia-administradora uma mulher, aplicam-se os seguintes parâmetros:



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [12 de 54]

2472225



CÂMARA DOS DEPUTADOS

12

....." (NR)

"Art. 5º

§ 5º Os créditos honrados eventualmente não recuperados poderão ser cedidos ou leiloados pelas instituições financeiras participantes do Pronampe, no prazo de até 60 (sessenta) meses, contado da data da amortização da última parcela passível de vencimento, observadas as condições estabelecidas no estatuto do Fundo.

§ 9º No caso de inadimplência de operações de crédito do Pronampe, após serem honradas pelo FGO, os agentes financeiros deverão adotar estratégia de renegociação semelhante à usualmente utilizada para créditos próprios, inclusive com a possibilidade de concessão de descontos, observadas as condições estabelecidas no estatuto do Fundo." (NR)

"Art. 6º

§ 2º O valor não utilizado para garantia das operações contratadas nos períodos a que se refere o *caput* do art. 3º desta Lei, assim como os valores recuperados, inclusive no caso de inadimplência, poderão ser utilizados no fundo destinado à concessão de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, à permanência e à conclusão escolar de estudantes

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [13 de 54]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

13

matriculados no ensino médio público ou devolvidos à União, a partir de 1º de janeiro de 2025, nos termos em que dispuser o Poder Executivo federal, para serem integralmente utilizados para pagamento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

....." (NR)

"Art. 6º-C Os valores referentes à participação adicional da União no FGO para a cobertura das operações contratadas até 31 de dezembro de 2023, no âmbito do Pronampe, com beneficiários que tiveram perdas materiais decorrentes dos eventos climáticos extremos ocorridos em setembro de 2023, que estejam situados em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul que tiveram estado de calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo federal não utilizados até 31 de dezembro de 2023 serão destinados à garantia de novas operações no âmbito do Pronampe.

Parágrafo único. Os valores de que trata o caput deste artigo não comprometidos com garantias concedidas poderão ser utilizados para a concessão de novas garantias no âmbito do Pronampe."

"CAPÍTULO VI-A
DO PROGRAMA DE CRÉDITO E FINANCIAMENTO DE DÍVIDAS
DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E MICROEMPRESAS
- PROCRED 360

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [14 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

14

Art. 12-A. Fica instituído o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360, vinculado ao Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, cujo objeto é o desenvolvimento e o fortalecimento das microempresas, em especial dos Microempreendedores Individuais (MEIs) e dos taxistas autônomos.

§ 1º O Procred 360 é destinado às pessoas a que se referem o inciso I do *caput* do art. 3º e o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, considerada a receita bruta auferida no exercício imediatamente anterior ao da contratação, bem como aos taxistas autônomos.

§ 2º Para a cobertura das operações contratadas no âmbito do Procred 360, o FGO utilizará recursos não utilizados para a garantia das operações a que se refere o art. 10 da Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023, na forma do regulamento, não se aplicando, nesse caso, o disposto no § 2º do art. 10 da referida Lei.

§ 3º As instituições participantes do Procred 360 operarão com recursos próprios e poderão contar com garantia a ser prestada pelo FGO Procred 360, de até 100% (cem por cento) do valor de cada operação garantida, com cobertura pelo Fundo da inadimplência limitada ao valor máximo segregado pelo administrador do FGO para a garantia

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [15 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

15

da carteira da instituição participante do Procred 360, vedado ultrapassar 60% (sessenta por cento) da carteira à qual esteja vinculada, observado o disposto no estatuto do Fundo.

§ 4º O estatuto do FGO poderá:

I - estabelecer as demais condições para as operações de crédito no âmbito do Procred 360, incluído o prazo máximo para pagamento das operações;

II - permitir o pagamento dos juros durante o período de carência; e

III - estabelecer as contrapartidas para as instituições financeiras interessadas em aderir ao Procred 360 e requerer a garantia do FGO.

§ 5º Ato do Ministro de Estado do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte definirá a taxa de juros aplicável à linha de crédito concedida no âmbito do Procred 360, observado o máximo previsto no inciso I do *caput* do art. 3º desta Lei.

§ 6º Aplicam-se ao Procred 360 as demais disposições aplicáveis ao Pronampe.”

“Art. 13. Fica o Poder Executivo federal autorizado a adotar o Pronampe como política oficial de crédito de caráter permanente com tratamento diferenciado e favorecido, nas mesmas condições estabelecidas nesta Lei, com o objetivo de consolidar os pequenos negócios como agentes de

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [16 de 54]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****16**

sustentação, de transformação e de desenvolvimento da economia nacional." (NR)

CAPÍTULO III
DO APRIMORAMENTO DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE ACESSO A CRÉDITO
NA MODALIDADE DE GARANTIA (PEAC-FGI)

Art. 15. A Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º O Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia (Peac-FGI) é destinado a microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno e médio porte, associações, fundações de direito privado e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, que tenham sede ou estabelecimento no País e que tenham auferido no ano-calendário imediatamente anterior ao da contratação da operação receita bruta inferior ou igual a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e, nos termos de regulamentação específica, a beneficiários do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), em microcrédito concedido por instituições financeiras ou pelas entidades autorizadas a que se refere o art. 3º da Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018.

.....
 § 2º

I - prazo de carência de, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses;

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [17 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

17

II - prazo total da operação de, no mínimo, 12 (doze) meses e, no máximo, 84 (oitenta e quatro) meses;

....." (NR)
"Art. 6º

§ 5º Para as garantias concedidas no âmbito do Peac-FGI, a comissão pecuniária a que se refere o § 3º do art. 9º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, será cobrada de forma progressiva e limitada aos seguintes percentuais da comissão pecuniária vigente para o FGI Tradicional:

I - no ano de 2024, 20% (vinte por cento);

II - no ano de 2025, 40% (quarenta por cento);

III - no ano de 2026, 60% (sessenta por cento);

IV - no ano de 2027, 80% (oitenta por cento);

V - a partir de 2028, 100% (cem por cento).

..." (NR)
"Art. 8º

§ 5º Os créditos honrados e não recuperados, contratados no mesmo ano, serão leiloados pelos agentes financeiros, em nome do Peac-FGI e do Peac-FGI Crédito Solidário RS, no



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [18 de 54]

2472225



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Data do Documento: 02/09/2024

prazo de até 60 (sessenta) meses, contado da data prevista para a última parcela de amortização dentre todas as operações de crédito da carteira do agente financeiro com garantia do Peac-FGI ou do Peac-FGI Crédito Solidário RS contratadas no mesmo ano, observadas as condições estabelecidas no regulamento de operações do Peac-FGI.

....." (NR)

CAPÍTULO IV
DOS INCENTIVOS AO MERCADO DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Art. 16. A Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º

§ 1º A EMGEA tem por objetivos:

I - adquirir e gerir bens e direitos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, das entidades da administração pública indireta de todos os entes federativos, bem como de fundos públicos ou privados em que a União aporte recursos, podendo, em contrapartida, assumir obrigações deles; e

II - fomentar o crescimento do mercado imobiliário nacional, provendo maior liquidez aos ativos com base em crédito imobiliário.

§ 1º-A A EMGEA poderá criar ou participar de estruturas organizacionais, na forma de fundos de investimentos, de sociedades de propósitos específicos ou de parcerias público-privadas, desde

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [19 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

19

que elas tenham como finalidade o desenvolvimento social de interesse público, conforme previsto nos respectivos instrumentos de criação.

§ 1º-B De forma a cumprir o objetivo de que trata o inciso II do § 1º deste artigo, a EMGEA poderá:

I - adquirir créditos imobiliários concedidos por instituições financeiras, públicas ou privadas, para incorporação em carteira ou para posterior venda ao mercado;

II - adquirir, no mercado financeiro, títulos e valores mobiliários lastreados em crédito imobiliário; e

III - ofertar instrumentos financeiros que permitam a proteção de instituições financeiras, públicas ou privadas, a exposições de remuneração e prazos oriundos de concessão de crédito imobiliário.

§ 1º-C A EMGEA poderá atuar como securitizadora, securitizando os créditos imobiliários adquiridos conforme o inciso I do § 1º-B deste artigo em títulos e valores mobiliários, que poderão ter remuneração, prazos e montantes diferentes dos créditos imobiliários originais.

.....
§ 3º O estatuto da EMGEA será aprovado por sua assembleia geral.

....." (NR)



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [20 de 54]

2472225



CÂMARA DOS DEPUTADOS

20

"Art. 9º A transferência das operações de crédito imobiliário e seus acessórios, em especial as hipotecas a elas vinculadas, ocorrerá por instrumento particular, com força de escritura pública." (NR)

Art. 17. A Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) deverá adotar práticas robustas de governança corporativa, conforme as melhores práticas de mercado, incluindo, mas não se limitando a:

I - contar com Comitê de Auditoria composto de membros com experiência comprovada em auditoria, em contabilidade e em controles internos, com as seguintes atribuições:

a) revisar e monitorar a integridade das demonstrações financeiras da EMGEA, de forma a garantir sua conformidade com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis;

b) supervisionar as atividades da auditoria interna e coordená-las com auditores externos, inclusive a revisão de planos de auditoria, relatórios e resultados;

c) avaliar a eficácia dos controles internos e recomendar melhorias conforme necessário;

d) garantir a conformidade de todos os processos e as políticas da EMGEA com as leis e os regulamentos aplicáveis;

II - contar com Comitê de Risco com o objetivo de identificar, de avaliar, de monitorar e de mitigar os riscos associados às suas operações, especialmente em relação à

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [21 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

21

aquisição e à securitização de créditos imobiliários, com as seguintes responsabilidades, entre outras:

a) desenvolver política de gerenciamento de riscos que inclua identificação de riscos estratégicos, financeiros, operacionais, de mercado e de *compliance*;

b) avaliar a exposição da EMGEA a riscos de crédito, de liquidez, de mercado e de reputação e propor medidas corretivas, quando necessário;

c) monitorar regularmente a eficácia das estratégias de mitigação de riscos implementadas e ajustá-las conforme necessário; e

d) relatar periodicamente ao Conselho de Administração os riscos identificados e as ações de mitigação em andamento;

III - publicar os seguintes relatórios de atividades anuais:

a) demonstrações financeiras: relatórios financeiros auditados com detalhamento da situação financeira da EMGEA, incluídos balanço patrimonial, demonstração de resultados e fluxo de caixa;

b) relatório de gestão e operações: descrição detalhada das operações realizadas no ano, incluídos aquisição e venda de créditos imobiliários, resultados das atividades de securitização e análise do desempenho dos investimentos realizados;

c) relatório de auditoria e riscos: resumo das atividades do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos, com destaque para os principais riscos identificados, as ações de mitigação implementadas e as recomendações para melhorias;



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [22 de 54]

2472225



CÂMARA DOS DEPUTADOS

22

IV - contar com política de transparência com o objetivo de assegurar a divulgação regular de informações relevantes, como:

a) divulgação de resultados e de operações, com publicação periódica de resultados financeiros e operacionais e relatórios de auditoria; e

b) transparência em contratos e em parcerias, com divulgação das suas condições gerais, incluídos valores e nomes dos beneficiários, de contratos, de parcerias e de operações com securitização.

Art. 18. A EMGEA deverá estabelecer, até o último dia de cada ano, objetivos estratégicos mensuráveis e específicos para o exercício financeiro subsequente, incluindo, mas não se limitando a:

I - objetivos de desempenho financeiro e operacional:

a) metas de Retorno sobre Ativos (ROA): metas específicas de retorno sobre ativos para cada exercício financeiro;

b) metas de inadimplência: metas de inadimplência de créditos adquiridos e securitizados; e

c) metas de eficiência operacional: indicadores de eficiência, como custo operacional por ativo gerido ou índice de despesas administrativas em relação ao total de ativos;

II - objetivos de expansão e liquidez do mercado imobiliário: meta de aumento de liquidez, consistente em meta anual para o aumento da liquidez no mercado imobiliário por meio da aquisição e da venda de créditos imobiliários.



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [23 de 54]

2472225



CÂMARA DOS DEPUTADOS

23

Parágrafo único. A EMGEA deverá publicar, até o final do primeiro trimestre de cada ano, relatório de desempenho detalhado com a avaliação do cumprimento dos objetivos estabelecidos para o exercício anterior, as ações corretivas adotadas e, se necessário, a correção dos objetivos para o exercício corrente.

CAPÍTULO V

PROGRAMA DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTO E SOCIEDADES COOPERATIVAS – DESENROLA PEQUENOS NEGÓCIOS

Seção I Disposições Preliminares

Art. 19. Fica instituído o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas – Desenrola Pequenos Negócios, destinado aos microempreendedores individuais, às microempresas, às empresas de pequeno porte e às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com o objetivo de incentivar a renegociação de dívidas de empresas com faturamento bruto anual igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Seção II Dos Incentivos aos Agentes Financeiros

Subseção I Do Crédito Presumido

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [24 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

24

Art. 20. As instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as cooperativas de crédito e as administradoras de consórcio, que renegociarem, até 31 de dezembro de 2024, dívidas de empresas com faturamento igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), apurado pelos agentes financeiros, poderão ter direito à apuração de crédito presumido na forma prevista nesta Lei, em montante total limitado ao menor dos seguintes valores:

I - o saldo contábil bruto das operações de crédito para renegociação de dívidas; ou

II - o saldo contábil dos créditos decorrentes de diferenças temporárias.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos créditos decorrentes de diferenças temporárias referentes a provisões para créditos de liquidação duvidosa e a provisões passivas relacionadas a ações fiscais e previdenciárias.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo:

I - as despesas ou as perdas apropriadas contabilmente ainda não dedutíveis na apuração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) cujo aproveitamento futuro seja autorizado pela legislação tributária caracterizam-se como diferenças temporárias; e

II - os créditos decorrentes das diferenças temporárias devem ser apurados por meio da aplicação das alíquotas do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças entre as

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [25 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

25

despesas ou as perdas decorrentes das atividades das instituições a que se refere o *caput* deste artigo, reconhecidas de acordo com a legislação contábil societária, e as despesas ou as perdas autorizadas como dedução para determinação da base de cálculo desses tributos, na forma estabelecida na legislação.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se somente às dívidas inadimplidas até a data de publicação da Medida Provisória nº 1.213, de 22 de abril de 2024, nos termos estabelecidos no regulamento editado por ato do Ministro de Estado da Fazenda.

Subseção II
Da Apuração do Crédito Presumido

Art. 21. A apuração do crédito presumido poderá ser realizada a partir do ano-calendário de 2025 até o ano-calendário de 2029 pelos agentes financeiros a que se refere o *caput* do art. 20 desta Lei que apresentarem, de forma cumulativa:

I - créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de registros existentes no ano-calendário anterior; e

II - prejuízo fiscal apurado no ano-calendário anterior.

Art. 22. O valor do crédito presumido de que trata o art. 21 desta Lei será apurado com base na fórmula constante do Anexo I da Lei nº 14.257, de 1º de dezembro de 2021.



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [26 de 54]

2472225



CÂMARA DOS DEPUTADOS

26

§ 1º O crédito decorrente de diferença temporária que tiver originado o crédito presumido apurado na forma prevista no *caput* deste artigo não poderá ser aproveitado em outros períodos de apuração.

§ 2º O crédito presumido de que trata o *caput* deste artigo fica limitado ao menor dos seguintes valores:

I - o saldo dos créditos decorrentes de diferenças temporárias existentes no ano-calendário anterior; ou

II - o valor do prejuízo fiscal apurado no ano-calendário anterior.

§ 3º Os agentes financeiros a que se refere o *caput* do art. 20 desta Lei que tenham participado do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE), do Programa de Estímulo ao Crédito (PEC) ou do Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes - Desenrola Brasil deduzirão o valor calculado na forma prevista, respectivamente, no art. 3º da Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020, no art. 3º da Lei nº 14.257, de 1º de dezembro de 2021, e no art. 18 da Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023, do valor estabelecido no inciso II do *caput* do art. 20 desta Lei.

Art. 23. Na hipótese de falência ou de liquidação extrajudicial do agente financeiro a que se refere o *caput* do art. 20 desta Lei, o valor do crédito presumido corresponderá ao saldo total dos créditos decorrentes de diferenças temporárias existente na data da decretação da falência ou da liquidação extrajudicial, observado o disposto nos arts. 20, 21 e 22 desta Lei.

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [27 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

27

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se somente às pessoas jurídicas cuja falência ou liquidação extrajudicial tenha sido decretada após a data de entrada em vigor da Medida Provisória nº 1.213, de 22 de abril de 2024.

Art. 24. Os saldos contábeis a que se referem os arts. 20, 21, 22 e 23 desta Lei serão fornecidos pelo Banco Central do Brasil à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, quando solicitados, com base nos dados disponíveis em seus sistemas de informação, para fins de apuração dos créditos presumidos.

Art. 25. O disposto no art. 21 desta Lei fica sujeito à previsão nas respectivas leis orçamentárias anuais.

Subseção III Do Ressarcimento do Crédito Presumido

Art. 26. O crédito presumido de que trata esta Lei poderá ser objeto de pedido de ressarcimento pelo agente financeiro a que se refere o *caput* do art. 20 desta Lei.

§ 1º O ressarcimento em espécie será precedido da dedução de ofício de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional pelos agentes financeiros beneficiários.

§ 2º O disposto no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, não se aplica ao crédito presumido de que trata esta Lei.

Art. 27. A partir da dedução de ofício dos débitos para com a Fazenda Nacional ou do ressarcimento a que se refere o art. 26 desta Lei, os agentes financeiros

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [28 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

beneficiários observarão o disposto no art. 6º da Lei nº 14.257, de 1º de dezembro de 2021.

Art. 28. Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor deduzido de ofício dos débitos para com a Fazenda Nacional ou ressarcido às instituições de que trata o art. 20 desta Lei que solicitarem o ressarcimento de crédito presumido de que trata o art. 26 desta Lei nas hipóteses em que a dedução ou o ressarcimento for obtido com falsidade no pedido por elas apresentado, sem prejuízo da devolução do valor deduzido ou ressarcido indevidamente e das sanções cíveis e penais cabíveis pela falsidade apresentada.

Parágrafo único. Os créditos de multa e de valor deduzido ou ressarcido indevidamente de que trata o *caput* deste artigo serão inscritos em dívida ativa pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional após a constituição definitiva de crédito, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Art. 29. A dedução de ofício poderá ser objeto de revisão pela autoridade administrativa, a pedido, quando o sujeito passivo alegar inexistência do débito deduzido.

Art. 30. A Fazenda Nacional poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados de acordo com o disposto nos arts. 20, 21, 22 e 23 pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do pedido de ressarcimento de que trata o art. 26 desta Lei.

Art. 31. As instituições de que trata o art. 20 desta Lei manterão os controles contábeis e a documentação necessários para identificar:

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [29 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

29

I - os saldos dos créditos decorrentes de diferenças temporárias de que trata esta Lei; e

II - os créditos concedidos no âmbito do Programa a que se refere o art. 19 desta Lei.

Art. 32. O Banco Central do Brasil deverá, em relação às instituições e às operações de crédito referidas no art. 20 desta Lei:

I - fiscalizar o cumprimento pelas instituições das condições estabelecidas para as operações de crédito;

II - acompanhar e divulgar mensalmente os dados e as estatísticas relativos às operações de crédito; e

III - prestar subsídios ao Ministério da Fazenda para avaliação dos resultados obtidos, mediante encaminhamento de dados, de informações e de estatísticas relativos às operações de crédito.

CAPÍTULO VI
DO PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO DE CAPITAL PRIVADO EXTERNO E
PROTEÇÃO CAMBIAL - PROGRAMA ECO INVEST BRASIL

Art. 33. Fica instituído o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil, no âmbito do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), instituído pela Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, com os seguintes objetivos:

I - fomentar e incentivar investimentos em projetos que promovam a transformação ecológica, sobretudo nos eixos da transição para práticas e tecnologias sustentáveis, do adensamento tecnológico, da bioeconomia, da economia



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [30 de 54]

2472225



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Data do Documento: 02/09/2024

circular, da transição energética e da infraestrutura e adaptação à mudança do clima, entre outros;

II - atrair investimentos externos ao País;

III - viabilizar operações no mercado de capitais com vistas à captação de recursos no exterior por empresas, investidores e instituições financeiras sediados no País, para fins de financiamento de projetos que atendam ao disposto no inciso I deste *caput*; e

IV - apoiar o desenvolvimento, a liquidez e a eficiência do mercado de proteção (*hedge*) de longo prazo em moeda estrangeira no País.

§ 1º O Programa Eco Invest Brasil oferecerá Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial, no âmbito do FNMC, que contará, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, com as seguintes sublinhas para empresas ou investidores nacionais e estrangeiros, entre outras:

I - de financiamento parcial (*blended finance*);

II - de liquidez;

III - destinada à oferta de derivativos cambiais ou outros ativos financeiros; e

IV - destinada à estruturação de projetos.

§ 2º A Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial, de que trata o § 1º deste artigo, terá contabilidade e governança próprias e contará com recursos segregados e apartados dos demais recursos do FNMC.

§ 3º Excepcionalmente ao disposto no *caput* do art. 7º da Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, a Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial, de

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [31 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

31

Data do Documento: 02/09/2024

que trata o § 1º deste artigo, poderá ser diretamente acessada e operada por instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, desde que assumam o risco de crédito das operações.

§ 4º Ato do Ministro de Estado da Fazenda estabelecerá os critérios para:

I - a elegibilidade dos investimentos ao Programa Eco Invest Brasil; e

II - a demonstração da efetiva captação ou atração de recursos externos por parte das instituições financeiras que acessarem os recursos do Programa Eco Invest Brasil.

Art. 34. As instituições financeiras que acessarem a Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial poderão utilizá-la, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, para oferecer ou viabilizar a oferta de:

I - operações de crédito em montante parcial dos recursos demandados pelo projeto de investimento apoiado (*blended finance*);

II - operações de crédito para casos relacionados a eventos de volatilidade cambial que possam comprometer a liquidez da empresa ou do investidor;

III - instrumentos derivativos cambiais, incluídos opções, *forwards*, futuros e *swaps*, com o objetivo de mitigar, parcial ou integralmente, o risco cambial do investidor (*hedge cambial*); e

IV - operações de crédito para financiar estudos e projetos direcionados à exportação de produtos e serviços, à disponibilização de infraestrutura de suporte à exportação de



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [32 de 54]

2472225



CÂMARA DOS DEPUTADOS

32

produtos e serviços ou à oferta de infraestrutura e serviços para a atração de turismo sustentável internacional ao País.

Parágrafo único. No caso das operações de que trata o inciso I do *caput* deste artigo, a empresa, o investidor ou a instituição financeira deverá, preferencialmente, realizar operação de captação de recursos no mercado externo, correspondentes à parcela restante do montante de capitais de terceiros necessária à execução do projeto de investimento.

Art. 35. Para fins de implementação do Programa Eco Invest Brasil, fica a União autorizada a:

I - repassar às instituições financeiras, por meio do FNMC, os recursos para a Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial e demais instrumentos oferecidos pelo Programa;

II - celebrar acordos de cooperação, operações de crédito e outros instrumentos afins com organismos multilaterais, observado o disposto no inciso V do *caput* do art. 52 da Constituição Federal, para, entre outros fins, destinar os recursos ao FNMC com vistas a apoiar os objetivos do Programa; e

III - abrir conta bancária, no País ou no exterior, em moeda estrangeira, exclusivamente nas instituições financeiras oficiais federais.

Art. 36. A Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial será administrada pelo Comitê Executivo do Programa Eco Invest Brasil, vinculado ao Ministério da Fazenda, que o coordenará.

§ 1º As competências e a composição do Comitê Executivo serão estabelecidas em ato do Ministro de Estado da

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [33 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

33

Fazenda, que poderá prever a participação de outros órgãos do Poder Executivo federal.

§ 2º O Comitê Executivo poderá propor mecanismos, a serem estabelecidos em ato do Ministério da Fazenda, para incentivar a competição entre os agentes financeiros com vistas a atingir os objetivos do Programa Eco Invest Brasil.

§ 3º Para fins do disposto no § 3º do art. 33 desta Lei, para terem acesso às linhas e aos recursos do Programa Eco Invest Brasil, instituições financeiras, públicas ou privadas, poderão ser habilitadas como agentes financeiros da Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial, desde que os riscos da atuação sejam suportados por esses agentes financeiros.

§ 4º Caberá ao Comitê Executivo homologar a habilitação das instituições financeiras como agentes financeiros da Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial, com detalhamento do volume e da alocação dos recursos para cada instituição habilitada.

§ 5º O Comitê Executivo submeterá ao Comitê Gestor do FNMC relatório anual consolidado com seus atos e atividades e com a síntese dos relatórios de que trata o art. 37 desta Lei.

Art. 37. Cada agente financeiro apresentará ao Comitê Executivo do Programa Eco Invest Brasil relatório circunstanciado sobre as operações realizadas, com parecer de auditoria independente, que conterá informe de alocação dos recursos disponibilizados no âmbito do Programa, demonstrativo de repasse das condições financeiras obtidas aos projetos elegíveis e levantamento do total de recursos

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [34 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

34

captados em moeda estrangeira com uso dos instrumentos de proteção em comparação ao valor utilizado da Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial.

Art. 38. Ato do Ministro de Estado da Fazenda estabelecerá normas regulamentadoras para o Programa Eco Invest Brasil e as operações a ele associadas, inclusive quanto:

I - às condições, aos critérios e ao processo de seleção e habilitação de instituições financeiras como agentes financeiros da Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial;

II - aos volumes e aos limites de alocação dos recursos;

III - à forma e à periodicidade da prestação de contas, da publicização de informações sobre a utilização dos recursos e dos relatórios de avaliação de impacto do Programa com vistas a seu aperfeiçoamento; e

IV - a outras definições, critérios e aspectos operacionais relevantes para o funcionamento e a operacionalização da Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no *caput* deste artigo, o Banco do Brasil S.A. poderá ser contratado, mediante dispensa de licitação, para dar apoio operacional ao Programa Eco Invest Brasil.

Art. 39. O Banco Central do Brasil, com os objetivos de mitigar o risco cambial e de aumentar a eficiência do mercado de proteção (*hedge cambial*) de longo prazo em moeda estrangeira no País, fica autorizado a

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [35 de 54]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

35

adquirir derivativos cambiais ou outros ativos financeiros de organismos financeiros multilaterais e repassá-los, por meio de instrumento contratual pertinente, para instituições financeiras autorizadas a operar em câmbio pelo Banco Central do Brasil, mediante requerimento de garantias de crédito.

§ 1º Aplica-se às operações de que trata o *caput* deste artigo o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 1º e no art. 1º-A da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008.

§ 2º O Banco Central do Brasil disciplinará o disposto neste artigo e poderá dispor, inclusive, sobre remuneração, limites, prazos, requisitos para a escolha de contrapartes e outras condições para a celebração das operações.

§ 3º As operações de que trata o *caput* deste artigo, bem como as ofertas diretas de swaps e outros derivativos financeiros pelo Banco Central do Brasil, poderão ser realizadas independentemente do prazo das respectivas operações.

Art. 40. O Conselho Monetário Nacional, sem prejuízo de suas demais competências, estabelecerá normas regulamentadoras da Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial e demais operações a serem oferecidas no âmbito do Programa Eco Invest Brasil, inclusive quanto:

I - aos encargos financeiros e aos prazos;

II - às comissões devidas pelo tomador de recursos da Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial, a título de administração e risco das operações;

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [36 de 54]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

36

III - aos custos, aos descontos, às remunerações e aos demais critérios necessários para a operacionalização dos recursos da Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial, inclusive no caso de aplicação irregular ou em finalidades distintas dos objetivos do Programa; e

IV - às penalidades, aos impedimentos e às demais medidas aplicáveis às instituições financeiras ou ao tomador final, conforme o caso, em caso de aplicação irregular dos recursos provenientes da Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial ou em finalidades distintas dos objetivos do Programa.

Art. 41. O Banco Central do Brasil acompanhará e fiscalizará, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, os atos das instituições financeiras no acesso e na operação da Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial.

Parágrafo único. Quando, no exercício de suas competências, entidades e órgãos da administração pública federal verificarem a ocorrência de aplicação irregular dos recursos provenientes da Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial ou em finalidades distintas dos objetivos do Programa Eco Invest Brasil, deverão comunicar a irregularidade ao Banco Central do Brasil, que informará a ocorrência à instituição financeira que tiver concedido o financiamento, para fins de cumprimento do disposto nas normas do Conselho Monetário Nacional de que trata o art. 40 desta Lei.

CAPÍTULO VII



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [37 de 54]

2472225



CÂMARA DOS DEPUTADOS

37

DA CRIAÇÃO DE LINHA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA FINANCIAMENTO DA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS À RENOVAÇÃO DA FROTA UTILIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÁXI

Art. 42. Fica criada linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi.

§ 1º Poderão ter direito à linha de crédito de que trata o *caput* deste artigo as pessoas físicas, titulares de autorização, permissão ou concessão do poder público para exercer, comprovadamente, em veículo de sua propriedade, a atividade de condutor autônomo de passageiros, na categoria táxi, devidamente registrado nos órgãos competentes que regulam a atividade de taxista.

§ 2º A linha de crédito será operacionalizada por meio do FGO, de que trata a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, administrado pelo Banco do Brasil S.A., além da alienação fiduciária do veículo financiado.

§ 3º Poderão ser financiados com a linha de crédito de que trata o *caput* deste artigo os veículos de passageiros ou de uso misto, de fabricação nacional, novos, movidos a combustível de origem fóssil ou renovável, inclusive os veículos híbridos e elétricos, destinados à comprovada utilização na prestação de serviços inerentes à atividade de taxista, que se enquadrem nas condições estabelecidas na legislação vigente, podendo também ser financiado o seguro inicial dos bens e os itens para carregamento da bateria dos veículos movidos por energia elétrica.

§ 4º A habilitação ao crédito dar-se-á mediante apresentação de documentação hábil que comprove o exercício



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [38 de 54]

2472225



CÂMARA DOS DEPUTADOS

38

da atividade de taxista por parte do interessado no financiamento, respeitada a política de crédito de cada agente financeiro.

§ 5º Poderão operacionalizar a linha de crédito de que trata o *caput* deste artigo e requerer a garantia do FGO, de que trata a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, o Banco do Brasil S.A., a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Banco da Amazônia S.A., os bancos estaduais, as agências de fomento estaduais, as cooperativas de crédito, os bancos cooperativos, as instituições integrantes do sistema de pagamentos brasileiro, as plataformas tecnológicas de serviços financeiros (*fintechs*), as organizações da sociedade civil de interesse público de crédito e as demais instituições financeiras públicas e privadas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, atendida a disciplina do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil a elas aplicável.

§ 6º Os limites de financiamento, os prazos e as demais condições negociais serão regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

CAPÍTULO VIII DA DILAÇÃO DE PRAZOS PARA RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS NO ÂMBITO DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS E OUTROS

Art. 43. A Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º-B Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 31 de dezembro de 2025, nos termos dos arts. 1º e 1º-A desta Lei, de



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [39 de 54]

2472225



CÂMARA DOS DEPUTADOS

39

Data do Documento: 02/09/2024

débitos de responsabilidade de miniprodutores rurais e de pequenos produtores rurais, conforme definição constante da Proposição 041/2011 aprovada pela Resolução Condel/Sudene nº 43, de 10 de novembro de 2011, e de agricultores familiares que atendem aos requisitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, conforme regulamento do fundo e disponibilidade orçamentária e financeira." (NR)

"Art. 2º-B Fica autorizada a repactuação, até 31 de dezembro de 2025, nos termos dos arts. 2º e 2º-A desta Lei, de débitos de responsabilidade de miniprodutores rurais e de pequenos produtores rurais, conforme definição constante da Proposição 041/2011 aprovada pela Resolução Condel/Sudene nº 43, de 10 de novembro de 2011, e de agricultores familiares que atendem aos requisitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, conforme regulamento do fundo e disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo:

I - a amortização da dívida a ser repactuada será em prestações anuais, iguais e sucessivas, fixado o vencimento da primeira parcela para 2024 e o vencimento da última parcela para 30 de novembro de 2033, estabelecido novo cronograma de amortização, sem a necessidade de estudo de capacidade de pagamento;

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [40 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Data do Documento: 02/09/2024

II - a carência será até 2025, independentemente da data de formalização da renegociação.

§ 2º A critério e por solicitação do devedor, fica autorizada a adequação das operações renegociadas com base neste artigo, vencidas e vincendas, às condições estabelecidas no § 1º deste artigo." (NR)

"Art. 3º-C Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 31 de dezembro de 2025, nos termos dos arts. 3º e 3º-B desta Lei, de débitos de responsabilidade de miniprodutores rurais e de pequenos produtores rurais, conforme definição constante da Proposição 041/2011 aprovada pela Resolução Condel/Sudene nº 43, de 10 de novembro de 2011, e de agricultores familiares que atendem aos requisitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, conforme regulamento do fundo e disponibilidade orçamentária e financeira." (NR)

"Art. 4º Fica autorizada a concessão de descontos para a liquidação, até 31 de dezembro de 2025, de dívidas originárias de operações de crédito rural inscritas em dívida ativa da União ou encaminhadas para inscrição até 31 de janeiro de 2024 relativas a inadimplência ocorrida até 30 de novembro de 2023, devendo incidir os referidos descontos sobre o valor consolidado, por inscrição em dívida ativa da União, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [41 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

41

.....
 § 5º Os descontos para liquidação previstos no § 1º deste artigo aplicam-se às dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra) e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritas em dívida ativa da União ou encaminhadas para inscrição até 31 de janeiro de 2024 e com inadimplência ocorrida até 30 de novembro de 2023, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

....." (NR)

"Art. 10-A. Para os fins de que tratam os arts. 1º-B, 2º-B, 3º-C e 4º desta Lei, ficam suspensos:

I - o encaminhamento para cobrança judicial, as execuções e as cobranças judiciais em curso, até 31 de dezembro de 2025; e

....." (NR)

"Art. 12-A. Para os fins do disposto nos arts. 1º-B, 2º-B e 3º-C desta Lei, os honorários advocatícios e as despesas com custas processuais são de responsabilidade de cada parte, e a falta de seu pagamento não obsta a liquidação ou a repactuação da dívida, conforme o caso."

"Art. 13-A. Até 31 de dezembro de 2025, ficam a Codevasf e o DNOCS autorizados a adotar os procedimentos previstos no art. 1º desta Lei para a liquidação das dívidas vencidas de responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas relativas a vendas

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [42 de 54]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

42

de lotes para titulação e ao uso da infraestrutura de irrigação de uso comum nos perímetros públicos de irrigação, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

Parágrafo único. A liquidação e a renegociação de dívidas vencidas disciplinadas neste artigo aplicam-se a todos os imóveis rurais ou urbanos localizados nos perímetros públicos de irrigação administrados pela Codevasf e DNOCS.”

Art. 44. Os arts. 20 e 36 da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 20. Fica a Advocacia-Geral da União autorizada a conceder descontos para a liquidação, até 31 de dezembro de 2025, de dívidas originárias de operações de crédito rural, cujos ativos tenham sido transferidos para o Tesouro Nacional e os respectivos débitos, não inscritos na dívida ativa da União, estejam sendo executados pela Procuradoria-Geral da União, devendo incidir os referidos descontos sobre o valor consolidado por ação de execução judicial, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

.....
§ 4º O prazo de prescrição das dívidas de crédito rural de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2025.” (NR)

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [43 de 54]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

43

"Art. 36. É permitida a renegociação de dívidas de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas até 31 de dezembro de 2021, lastreadas com recursos controlados do crédito rural, inclusive aquelas prorrogadas por autorização do CMN, contratadas por produtores rurais e por suas cooperativas de produção agropecuária em Municípios da área de atuação da Sudene e do Estado do Espírito Santo, observadas as seguintes condições, conforme disponibilidade orçamentária e financeira:

.....

II - o reembolso deverá ser efetuado em prestações iguais e sucessivas, fixado o vencimento da primeira parcela para 2024 e o vencimento da última parcela para 2033, mantida a periodicidade da operação renegociada, sem a necessidade de estudo de capacidade de pagamento;

.....

V - o prazo de adesão será de até 180 (cento e oitenta dias), contado da data do regulamento de que trata o § 7º deste artigo;

....." (NR)

Art. 45. Os arts. 3º, 6º e 11 da Lei nº 14.165, de 10 de junho de 2021, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º

§ 1º

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [44 de 54]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

44

II - carência de 2 (dois) anos, contados da data de sua formalização;

....." (NR)

"Art. 6º O requerimento para a realização das operações previstas nos arts. 2º e 3º desta Lei deverá ser apresentado ao respectivo banco operador até 31 de dezembro de 2025.

....." (NR)

"Art. 11.

.....
 § 3º No caso de empresas cujas ações também integrem as carteiras dos fundos, é facultado realizar a recompra desses títulos nas mesmas condições estabelecidas nos arts. 2º e 3º desta Lei, no que couber, para a quitação e para a renegociação das dívidas relativas às debêntures, conforme regulamento do fundo e disponibilidade orçamentária e financeira." (NR)

Art. 46. O art. 15-E da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte § 15:

"Art. 15-E.

.....
 § 15. Fica autorizado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a realizar acordos de renegociação extraordinária de operações de créditos de microprodutores, pequenos e médios produtores rurais na zona de abrangência da Sudene e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) inadimplidas sob sua gestão,

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [45 de 54]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

45

até o prazo máximo de 31 de dezembro de 2025, nas mesmas condições previstas neste artigo, conforme disponibilidade orçamentária e financeira." (NR)

Art. 47. Os arts. 3º, 4º e 6º da Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Para as renegociações extraordinárias de que trata o art. 15-E da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, realizadas em até 3 (três) anos após a entrada em vigor da nova redação deste *caput* e sua regulamentação, aplicam-se as disposições deste artigo, conforme regulamento do fundo e disponibilidade orçamentária e financeira.

.....
§ 2º

.....
III - as operações contratadas exclusivamente com microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte que, nas demonstrações financeiras dos fundos constitucionais, tenham sido integralmente provisionadas ou totalmente lançadas em prejuízo.

....." (NR)

"Art. 4º Os bancos administradores dos fundos constitucionais de financiamento ficam autorizados a realizar, uma única vez, até 3 (três) anos após a entrada em vigor da nova redação deste *caput* e sua regulamentação, por solicitação dos

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [46 de 54]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Data do Documento: 02/09/2024

beneficiários, substituição de encargos das operações de crédito rural e não rural contratadas até 31 de dezembro de 2018 pelos encargos correntemente utilizados para contratação de nova operação, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e os novos encargos passarão a ter validade a partir da data de sua formalização por meio de aditivo ao contrato, conforme regulamento do fundo e disponibilidade orçamentária e financeira."(NR)

"Art. 6º Ficam autorizadas, até 3 (três) anos após a entrada em vigor da nova redação deste *caput* e sua regulamentação, a liquidação ou a repactuação, nas condições deste artigo, de operações de crédito rural vencidas e vincendas destinadas à atividade cacaueira, cuja contratação original tenha ocorrido há, no mínimo, 7 (sete) anos com recursos dos fundos constitucionais de financiamento ou com recursos mistos desses fundos com outras fontes, com recursos de outras fontes incluídos os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as alongadas no âmbito da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, as destinadas à aquisição dos Certificados do Tesouro Nacional (CTN) e as realizadas com fundamento no art. 7º da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, independentemente do valor originalmente contratado, observado o disposto nos

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [47 de 54]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

47

arts. 15-E, 15-F, 15-G e 15-H da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.”

..... (NR)

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48. O art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º

I -

.....
f) pessoas físicas e empreendimentos de pessoas físicas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), previsto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, nos termos e nos limites estabelecidos em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e no estatuto do fundo;

.....
§ 6º-A O fundo de que trata o inciso III do *caput* deste artigo terá também como finalidade destinar recursos financeiros para a concessão de incentivo financeiro-educacional de que trata a Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024.

§ 6º-B Para cumprimento do disposto no § 6º-A, o fundo de que trata o inciso III do *caput* deste artigo integralizará cotas no Fundo de

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [48 de 54]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Data do Documento: 02/09/2024

Incentivo à Permanência no Ensino Médio (FIPEM), no montante de até R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), observado no Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) o montante de recursos financeiros disponíveis ainda não vinculados às garantias já contratadas.

....." (NR)

Art. 49. O inciso I do *caput* do art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea *d*:

"Art. 1º

I -

.....
d) pessoas físicas e empreendimentos de pessoas físicas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), previsto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; e

....." (NR)

Art. 50. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.213, de 22 de abril de 2024.

Art. 51. Compete ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional regulamentar, em até 60 (sessenta) dias contados da data de publicação desta Lei, o disposto no inciso II do § 1º do art. 3º, no *caput* do art. 6º e no § 3º do art. 11 da Lei nº 14.165, de 10 de junho de 2021.

Art. 52. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [49 de 54]

2472225



Data do Documento: 02/09/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

49

ARTHUR LIRA
Presidente

2472225



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2472225>

Avulso do PL 1725/2024 [50 de 54]

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 132/2024/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
 Senador RODRIGO PACHECO
 Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 1.725, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360; institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas – Desenrola Pequenos Negócios; cria linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi; altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.735, de 11 de setembro de 2003, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.606, de 9 de janeiro de 2018, 14.042, de 19 de agosto de 2020, 14.165, de 10 de junho de 2021, e 14.166, de 10 de junho de 2021; e dá outras providências”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA
 Presidente

2471909



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471909>

Avulso do PL 1725/2024 [51 de 54]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - art52_cpt_inc5
- Decreto-Lei nº 147, de 3 de Fevereiro de 1967 - DEL-147-1967-02-03 - 147/67
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1967;147>
 - art10_cpt_inc5
- Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; Estatuto da Micro e Pequena Empresa; Lei do Simples Nacional; Lei do Supersimples - 123/06
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2006;123>
 - art3_cpt_inc1
 - art3_cpt_inc2
 - art18-1
- Lei nº 7.827, de 27 de Setembro de 1989 - Lei dos Fundos Constitucionais (1989) - 7827/89
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1989;7827>
 - art15-5
 - art15-6
 - art15-7
 - art15-8
- Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (1993) - 8742/93
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993;8742>
- Lei nº 9.430, de 27 de Dezembro de 1996 - Lei do Ajuste Tributário (1996) - 9430/96
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9430>
 - art74
- Lei nº 10.177, de 12 de Janeiro de 2001 - LEI-10177-2001-01-12 - 10177/01
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2001;10177>
- Lei nº 10.735, de 11 de Setembro de 2003 - LEI-10735-2003-09-11 - 10735/03
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003;10735>
 - art1_cpt_inc1
- Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar - 11326/06
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11326>
- Lei nº 11.775, de 17 de Setembro de 2008 - LEI-11775-2008-09-17 - 11775/08
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2008;11775>
 - art7
- Lei nº 11.882, de 23 de Dezembro de 2008 - LEI-11882-2008-12-23 - 11882/08
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2008;11882>
 - art1_par2
 - art1_par3
 - art1_par4
 - art1-1
- Lei nº 12.087, de 11 de Novembro de 2009 - LEI-12087-2009-11-11 - 12087/09

Avulso do PL 1725/2024 [52 de 54]



<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009;12087>

- art7

- art9_par3

- Lei nº 12.114, de 9 de Dezembro de 2009 - LEI-12114-2009-12-09 - 12114/09

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009;12114>

- art7_cpt

- Lei nº 13.340, de 28 de Setembro de 2016 - LEI-13340-2016-09-28 - 13340/16

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2016;13340>

- Lei nº 13.606, de 9 de Janeiro de 2018 - LEI-13606-2018-01-09 - 13606/18

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018;13606>

- art20

- art36

- Lei nº 13.636, de 20 de Março de 2018 - LEI-13636-2018-03-20 - 13636/18

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018;13636>

- art1_par3

- art3

- Lei nº 13.999, de 18 de Maio de 2020 - LEI-13999-2020-05-18 - 13999/20

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2020;13999>

- Lei nº 14.042, de 19 de Agosto de 2020 - LEI-14042-2020-08-19 - 14042/20

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2020;14042>

- Lei nº 14.165 de 10/06/2021 - LEI-14165-2021-06-10 - 14165/21

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14165>

- art3

- art3_par1_inc2

- art6

- art6_cpt

- art11

- art11_par3

- Lei nº 14.166, de 10 de Junho de 2021 - LEI-14166-2021-06-10 - 14166/21

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14166>

- art3

- art4

- art6

- Lei nº 14.257, de 1º de Dezembro de 2021 - LEI-14257-2021-12-01 - 14257/21

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14257>

- art3

- art6

- Lei nº 14.690, de 3 de Outubro de 2023 - LEI-14690-2023-10-03 - 14690/23

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14690>

- art10

- art10_cpt

- art18

- Lei nº 14.818, de 16 de Janeiro de 2024 - Programa Pé de Meia - 14818/24

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024;14818>

- Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de Agosto de 2001 - MPV-2196-3-2001-08-24 - 2196-3/01



<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2001;2196-3>

- Medida Provisória nº 992, de 16 de Julho de 2020 - MPV-992-2020-07-16 - 992/20

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2020;992>

- art3

- Medida Provisória nº 1.213, de 22 de Abril de 2024 - MPV-1213-2024-04-22 - 1213/24

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2024;1213>

Avulso do PL 1725/2024 [54 de 54]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3159, DE 2024

Altera a Lei nº 12.777, de 28 de dezembro de 2012, para dispor sobre regras aplicáveis às vantagens pessoais nominalmente identificadas dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Legislação citada
- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=2464378&filename=PL-3159-2024



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3159/2024 [1 de 6]

Altera a Lei nº 12.777, de 28 de dezembro de 2012, para dispor sobre regras aplicáveis às vantagens pessoais nominalmente identificadas dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.777, de 28 de dezembro de 2012, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 7º-A e 7º-B:

"Art. 7º-A As vantagens pessoais nominalmente identificadas incorporadas aos vencimentos, aos proventos e às pensões relativas aos servidores do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, incluídas as incorporações correspondentes ao período entre a edição da Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998, e a da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de setembro de 2001, ficam convalidadas e não podem ser reduzidas, absorvidas ou compensadas por reajustes, revisões ou acréscimos remuneratórios decorrentes de alterações nos planos de cargos e salários, inclusive pelos reajustes concedidos nos termos dos incisos I, II e III do caput do art. 1º da Lei nº 14.528, de 9 de janeiro de 2023, preservados os atos administrativos e os efeitos financeiros das incorporações para todos os efeitos."

"Art. 7º-B Ficam convalidados os reajustes concedidos às vantagens pessoais nominalmente identificadas dos servidores ativos e inativos e dos



pensionistas pelas Leis nºs 13.323, de 28 de julho de 2016, e 14.528, de 9 de janeiro de 2023, ainda que não implementados, mantidos seus efeitos financeiros para todos os fins.

§ 1º Para os fins do art. 62-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, os reajustes de que trata o *caput* deste artigo tiveram conteúdo de revisão geral, devendo ser preservados os atos administrativos praticados.

§ 2º Os efeitos financeiros dos atos administrativos praticados com fundamento nos reajustes concedidos pelas normas a que se refere o *caput* deste artigo integram o valor da vantagem prevista no *caput* do art. 62-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para todos os efeitos, e são insuscetíveis de redução, de compensação ou de absorção.”

Art. 2º Os reajustes previstos nos incisos I, II e III do *caput* do art. 1º da Lei nº 14.528, de 9 de janeiro de 2023, sobre as vantagens pessoais nominalmente identificadas, que ainda não tenham sido concedidos ou implementados, referidos no *caput* do art. 7º-B da Lei nº 12.777, de 28 de dezembro de 2012, serão aplicados a partir da entrada em vigor desta Lei, sem produção de efeitos financeiros retroativos.

Art. 3º Nos casos em que tenha havido absorções das vantagens ou dos reajustes de que tratam os arts. 7º-A e 7º-B da Lei nº 12.777, de 28 de dezembro de 2012, seus valores serão restabelecidos aos recebidos antes das absorções, a partir da



entrada em vigor desta Lei, sem produção de efeitos financeiros retroativos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de 2024.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 133/2024/SGM-P

Brasília, *30 de agosto* de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 3.159, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 12.777, de 28 de dezembro de 2012, para dispor sobre regras aplicáveis às vantagens pessoais nominalmente identificadas dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União (1990) - 8112/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8112>
 - art62-1
 - art62-1_cpt
- Lei nº 9.624, de 2 de Abril de 1998 - LEI-9624-1998-04-02 - 9624/98
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9624>
- Lei nº 12.777, de 28 de Dezembro de 2012 - LEI-12777-2012-12-28 - 12777/12
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12777>
 - art7-1
 - art7-2
 - art7-2_cpt
- Lei nº 13.323, de 28 de Julho de 2016 - LEI-13323-2016-07-28 - 13323/16
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2016;13323>
- Lei nº 14.528 de 09/01/2023 - LEI-14528-2023-01-09 - 14528/23
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14528>
 - art1_cpt_inc1
 - art1_cpt_inc2
 - art1_cpt_inc3
- Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de Setembro de 2001 - MPV-2225-45-2001-09-04 - 2225-45/01
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2001;2225-45>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 2024

(nº 164/2012, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para definir os casos em que os valores de parcerias ou de contratações firmadas pelo poder público não são considerados no cômputo dos limites de despesa com pessoal.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=984052&filename=PLP-164-2012



[Página da matéria](#)

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Data do Documento: 02/09/2024

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para definir os casos em que os valores de parcerias ou de contratações firmadas pelo poder público não são considerados no cômputo dos limites de despesa com pessoal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei Complementar altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para definir os casos em que os valores de parcerias ou de contratações firmadas pelo poder público não são considerados no cômputo dos limites de despesa com pessoal.

Art. 2º O § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

"Art. 19.

§ 1º

.....

VII - com "Outras Despesas de Pessoal":

a) quando caracterizem fomento público de atividades do terceiro setor por meio de subvenções sociais;

b) nos casos de contratação de empresas, de organizações sociais, de organizações da sociedade civil, de cooperativas ou de consórcios públicos, quando fique caracterizada prestação de serviços.

....." (NR)

2471905



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471905>

Avulso do PLP 141/2024 [2 de 5]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

2471905



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471905>

Avulso do PLP 141/2024 [3 de 5]



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Data do Documento: 02/09/2024

Of. nº 131/2024/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei Complementar nº 164, de 2012, da Câmara dos Deputados, que "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para definir os casos em que os valores de parcerias ou de contratações firmadas pelo poder público não são considerados no cômputo dos limites de despesa com pessoal".

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA
Presidente

2471953



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2471953>

Avulso do PLP 141/2024 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (2000)

- 101/00

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>

- art19_par1

Avulso do PLP 141/2024 [5 de 5]



Mensagem do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 42, DE 2024

(nº 933/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “d”, da Constituição, combinado com art. 4º, caput, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o nome do Senhor GABRIEL MURICCA GALÍPOLO, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, na vaga decorrente do término do mandato de Roberto de Oliveira Campos Neto em 31 de dezembro de 2024.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 42/2024 [1 de 17]

MENSAGEM Nº 933

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea “d”, da Constituição, combinado com art. 4º, *caput*, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor GABRIEL MURICCA GALÍPOLO, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, na vaga decorrente do término do mandato de Roberto de Oliveira Campos Neto em 31 de dezembro de 2024.

Brasília, 29 de agosto de 2024.

Avulso da MSF 42/2024 [2 de 17]



02/09/2024, 17:05

SEI/PR - 6046246 - OFÍCIO

19995.103123/2023-79



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1004/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GABRIEL MURICCA GALÍPOLO, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, na vaga decorrente do término do mandato de Roberto de Oliveira Campos Neto, em 31 de dezembro de 2024.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República, em 02/09/2024, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6046246** e o código CRC **F97275FC** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 19995.103123/2023-79

SEI nº 6046246

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_ongem=arvore_visualizar&id_documento=bu31658&... Avulso da MSF 42/2024 [3 de 17] 1/2



02/09/2024, 17:05

SEI/PR - 6046246 - OFÍCIO

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

[Avulso da MSF 42/2024 \[4 de 17\] /2](https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=6u3f65&...)



Gabriel Muricca Galípolo

Executivo sênior em administração de instituição financeira e coordenação e estruturação de projetos de infraestrutura. Professor da PUC-SP e do MBA da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e London School of Economics and Political Science.

Experiência Profissional

2023/ 2024 Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil

2023 Secretário Executivo do Ministério da Fazenda

2022 Pesquisador Sênior do CEBRI – Centro Brasileiro de Relações Internacionais

2022 Conselheiro da FIESP – Federação da Indústria do Estado de São Paulo

2017 2021 Banco Fator

CEO

- **Responsável junto ao Banco Central por:**

Contas de depósito, Carteira de Investimentos, Operações de Swap, Derivativos, Contábil, Compensação no Sistema Financeiro Nacional, Segurança Cibernética e Gerenciamento de Capital.

- **Responsável junto ao Conselho de Administração e shareholders pelas diretorias e empresas controladas:**

Fator Corretora; Asset Fator; Fator Seguradora; Investment Banking; Private Banking; Corporate Banking; Distribuição; Tesouraria e Administração de Recursos e Backoffice.

Fusões & Aquisições: assessoria econômico-financeira nas operações de fusões, aquisições e alienações, reestruturações financeiras e societárias. Em 2018 o controle acionário da CESP - Companhia Energética de São Paulo foi vendido com coordenação e assessoria direta do Banco.

Infraestrutura: Coordenação e estruturação de inúmeros estudos e projetos junto ao BNDES de empresas como COMPESA, MSGÁS, CORSAN, UFRJ E CEDAE.

Equity Capital Markets: assessoria para obtenção de recursos através do Mercado de Capitais com estruturação, distribuição e liquidação das operações.

Debt Capital Markets: captação de recursos, de curto ou longo prazo, no mercado de capitais de dívida, através da análise das necessidades operacionais e da estrutura de capital de cada cliente.

Crédito Corporativo: concessão de crédito para médias e grandes empresas brasileiras, com diversificadas estruturas de financiamento para apoiar o plano de crescimento do cliente.



Tesouraria: acompanhamento da aderência da estrutura de funding dos Ativos; negociação e Precificação de Títulos Privados (Debêntures e Recebíveis); derivativos e swap de taxas de juros e de inflação; operações de Renda Variável; operações de Títulos Públicos (indexados à Selic, a índices de preços e prefixados); operação de caixa e certificados de Depósito Bancário (CDB).

2009 2022 Galípolo Consultoria

Sócio Diretor

Coordenou e estruturou projetos e estudos de viabilidade econômico-financeira representando mais de R\$ 200 bilhões de investimento em setores como mobilidade urbana, rodovias, saneamento, habitação e saúde. Dentre os projetos coordenados foi estruturado a PPP de Saneamento de São Lourenço do Estado de São Paulo, Metrô de Salvador - Bahia, PPP da Linha 6 Laranja do Metrô de São Paulo e PPP Habitacional do centro da cidade de São Paulo.

2007 2008 Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Economia e Planejamento

Diretor da Unidade de Estruturação de Projetos de Concessão e PPPs responsável por estruturar projetos como 2º Lote do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo e a primeira PPP de Saneamento do Estado de São Paulo, a PPP de Taiaçupeba.

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

Chefe da Assessoria Econômica da Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo, participou do projeto de implementação da Parceria Público-Privada da Linha 4 Amarela do Metrô de São Paulo e da Linha 8 Diamante da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos.

Formação

2005 2008 Mestre em Economia Política - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

2000 2004 Graduado em Economia - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Publicações

Jornal Valor Econômico

Revista Carta Capital

Jornal Folha de São Paulo



Documento assinado digitalmente
GABRIEL MURICCA GALIPOLO
Data: 28/08/2024 17:46:40-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Línguas

Inglês – Fluente

Espanhol - Fluente



DECLARAÇÃO

Eu, **GABRIEL MURICCA GALÍPOLO**, abaixo assinado, brasileiro, divorciado, Economista, natural de **informações pessoais**, nascido em **informações pessoais**, filho de **informações pessoais** portador da Carteira Nacional de Habilitação nº **informações pessoais**, expedida em **informações pessoais**, pelo **informações pessoais**, e do CPF nº **informações pessoais**, residente e domiciliado na **informações pessoais** na cidade de **informações pessoais** conforme exigido pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, especificamente no inciso I, alínea "b", item 1, e na forma do art. 52, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, **DECLARO** que não posso parentes que exercem ou exerceram atividades próprias à economia.

Firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que, no caso de comprovação de sua falsidade, responderei pelos danos que causar, sem prejuízo das sanções penais a que estiver sujeito.

Brasília/DF, 28/08/2024

Assinatura



DECLARAÇÃO

Eu, **GABRIEL MURICCA GALÍPOLO**, abaixo assinado, brasileiro, divorciado, Economista, natural de **informações pessoais**, nascido em **informações pessoais**, filho de **informações pessoais**, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº **informações pessoais**, expedida em **informações pessoais**, pelo **informações pessoais**, e do CPF nº **informações pessoais**, residente e domiciliado na **informações pessoais**, na cidade de **informações pessoais**, conforme exigido pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, especificamente no inciso I, alínea "b", item 2, e na forma do art. 52, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, DECLARO:

- 1) Fui Sócio-Diretor da Galípolo Consultoria Ltda, inscrita no CNPJ nº 11.266.663/0001-79, no período de 2009 até dezembro de 2022.
- 2) Fui Diretor-Presidente do Banco Fator S/A, inscrito no CNPJ nº 33.644.196/0001-06, no período de 03/04/2017 até 26/04/2021.

Firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que, no caso de comprovação de sua falsidade, responderei pelos danos que causar, sem prejuízo das sanções penais a que estiver sujeito.

Brasília/DF, 28/08/2024

Assinatura

Avulso da MSF 42/2024 [8 de 17]



DECLARAÇÃO

Eu, **GABRIEL MURICCA GALÍPOLO**, abaixo assinado, brasileiro, divorciado, Economista, natural de **informações pessoais**, nascido em **informações pessoais**, filho de **informações pessoais**, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº **informações pessoais**, expedida em **informações pessoais**, pelo **informações pessoais**, e do CPF nº **informações pessoais**, residente e domiciliado na **informações pessoais**, na cidade de **informações pessoais**, conforme exigido pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, especificamente no inciso I, alínea "b", item 3, e na forma do art. 52, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, DECLARO que possuo regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Brasília/DF, 28/08/2024

Assinatura

Avulso da MSF 42/2024 [9 de 17]





**MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: GABRIEL MURICCA GALIPOLO
CPF: 302.827.438-80**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 21:02:24 do dia 19/03/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/09/2024.

Código de controle da certidão: **9448.12CC.1A0C.D6F3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 277082444692024

NOME: GABRIEL MURICCA GALIPOLO

ENDEREÇO: SAUN QUADRA 5 LOTE B TORRES I, II E III ANDAR 16 TORRE NORTE S/N

CIDADE: ASA NORTE

CPF: 302.827.438-80

FINALIDADE: JUNTO AO GDF

____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima. Fica ressaltado o direito da Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 26 de novembro de 2024.*

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 28/08/2024 às 15:59:28 e deve ser validada no endereço <https://www.receita.fazenda.df.gov.br>.

Avulso da MSF 42/2024 [11 de 17]



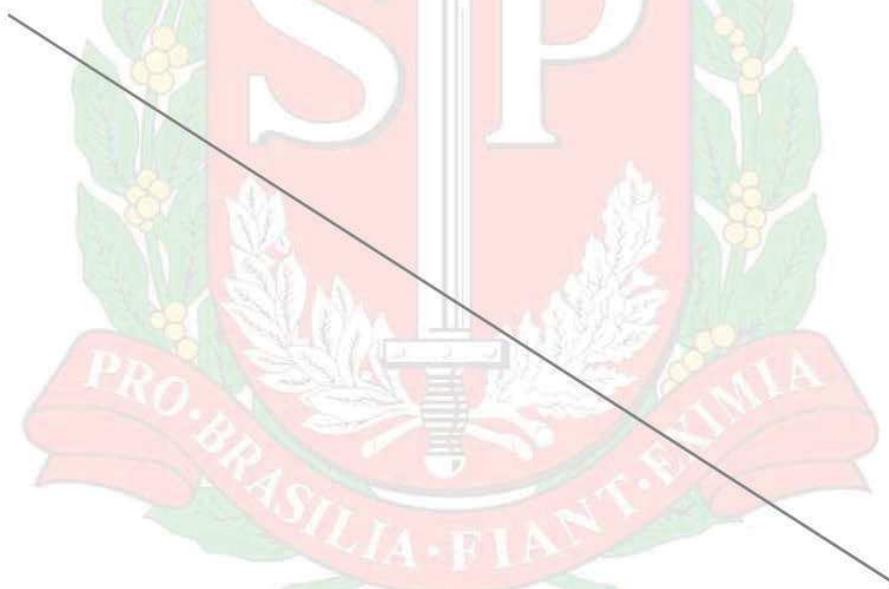


Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CPF: 302.827.438-80

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa física acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do interessado. Tratando-se de CERTIDÃO emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados se existe débito para pessoa jurídica da qual o interessado é sócio.



Certidão nº 24081119872-10

Data e hora da emissão 28/08/2024 16:02:12

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br





**PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA**
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0751676 - 2024

CPF/CNPJ Raiz: 302.827.438-80

Contribuinte: GABRIEL MURICCA GALIPOLO

Liberação: 04/07/2024

Validade: 31/12/2024

Tributos Abrangidos: Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 3.261.430-6- Inicio atv :17/10/2003 (R PROF ARTHUR DO PRADO DANTAS, 00042 - CEP: 01522-040 - Cancelado em: 28/11/2003)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 16:03:59 horas do dia 28/08/2024 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: B24107A9

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>
Avulso da MSF 42/2024 [13 de 17]

DECLARAÇÃO

Eu, **GABRIEL MURICCA GALÍPOLO**, abaixo assinado, brasileiro, divorciado, Economista, natural de **informações pessoais**, nascido em **informações pessoais**, filho de **informações pessoais**, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº **informações pessoais**, expedida em **informações pessoais**, pelo **informações pessoais**, e do CPF nº **informações pessoais**, residente e domiciliado na **residente e domiciliado na** **informações pessoais**, na cidade de **informações pessoais** conforme exigido pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, especificamente no inciso I, alínea "b", item 4, e na forma do art. 52, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, **DECLARO que não existem ações judiciais nas quais eu figure como autor ou réu.**

Brasília/DF, 28/08/2024

Assinatura

Avulso da MSF 42/2024 [14 de 17]



DECLARAÇÃO

Eu, **GABRIEL MURICCA GALÍPOLO**, abaixo assinado, brasileiro, divorciado, Economista, natural de **informações pessoais** nascido em **informações pessoais** filho de **informações pessoais** portador da Carteira Nacional de Habilitação nº **informações pessoais**, expedida em **informações pessoais**, pelo **informações pessoais**, e do CPF nº **informações pessoais**, residente e domiciliado na **informações pessoais** na cidade de **informações pessoais** conforme exigido pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, especificamente no inciso I, alínea "b", item 5, e na forma do art. 52, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, **DECLARO** que

- 1) (i) tomei posse como Conselheiro de Administração do Banco do Brasil em 28 de abril de 2023.
- 2) (i) fui Conselheiro de Administração do Banco Fator S/A, inscrito no CNPJ nº 33.644.196/0001-06, no período de **08/08/2018** até **26/04/2021**.
- 3) (ii) não atuei em juízos e tribunais.

Brasília/DF, 28/08/2024

Assinatura

Avulso da MSF 42/2024 [15 de 17]



DECLARAÇÃO

Nos termos do art. 383, inciso I, alínea c) do Regimento Interno do Senado Federal, venho pela presente apresentar a argumentação escrita, de forma sucinta, demonstrando a experiência profissional, formação acadêmica e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade de Presidente do Banco Central do Brasil.

Conforme detalhado no meu *curriculum vitae*:

I – Atuação Profissional

1. Entre 2007 e 2008, atuei junto ao Governo do Estado de São Paulo, primeiramente como Chefe da Assessoria Econômica da Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo e, em seguida, como Diretor da Unidade de Estruturação de Projetos de Concessão e PPPs da Secretaria Econômica e Planejamento do Estado de São Paulo.
2. Entre 2009 e 2022, fui Sócio-Diretor da Galípolo Consultoria, responsável pela coordenação e estruturação de projetos e estudos de viabilidade econômico-financeira, representando mais de R\$ 200 bilhões de investimentos em diversos setores de infraestrutura.
3. Entre 2017 e 2021, fui CEO do Banco Fator, sendo responsável:
 - a) junto ao Banco Central do Brasil, por contas de depósito, Carteiras de Investimentos, Operações de Swap, Derivativos, Contábil, Compensação no Sistema Financeiro Nacional, Segurança Cibernética e Gerenciamento de Capital;
 - b) pelas diretorias das empresas coligadas: Fator Corretora, Asset Fator, Fator Seguradora, Investment Banking, Private Banking, Corporate Banking, Distribuição, Tesouraria e Administração de Recursos e Backoffice;
 - c) por liderar e coordenar projetos de Fusões e Aquisições, Infraestrutura, Equity Capital Markets, Debt Capital Markets, Crédito Corporativo e Tesouraria.
4. Em 2023, fui Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, e tive, como principais realizações, a participação na construção do novo arcabouço fiscal e nas discussões iniciais da Reforma Tributária.
5. Desde julho de 2023, sou Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil.



II – Formação Acadêmica

1. Formado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/ SP.
2. Mestre em Economia Política pela PUC/SP.
3. Professor no Curso de Graduação em Ciências Econômicas da PUC/SP.
4. Professor de MBA de PPPs e Concessões da Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo – FESP/SP.
5. Pesquisador Sênior do Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI.
6. Autor de inúmeros artigos de publicação nacional e internacional.
7. Coautor dos livros “Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo” – São Paulo, Editora Contracorrente, 2017, “A escassez na abundância capitalista” – São Paulo, Contracorrente 2019 e “Dinheiro: o poder da abstração real” – São Paulo, Contracorrente, 2021.

III – Entidades de Classe

1. Todas as certidões e comprovantes emitidos em meu nome, por todos os órgãos competentes, encontram-se regulares e sem apontamentos.
2. Diante de tudo quanto acima exposto, entendo demonstradas formação acadêmica e técnica, experiência profissional de excelência e a afinidade intelectual e moral para o exercício das atividades correlatas à função de Presidente do Banco Central do Brasil, para o fim de atender as atribuições definidas no Regimento Interno.

Brasília- DF, 28 de agosto de 2024

Gabriel Muricca Galípolo

Avulso da MSF 42/2024 [17 de 17]



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 3404, DE 2024

Concede ao município de Fortaleza, no estado do Ceará, o título de Capital Nacional do Pão.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3404/2024 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **EDUARDO GIRÃO**

SF/24320.64697-44

PROJETO DE LEI N° , DE 2024

Concede ao município de Fortaleza, no estado do Ceará, o título de Capital Nacional do Pão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica concedido ao município de Fortaleza, no estado do Ceará, o título de Capital Nacional do Pão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Pretendemos conferir à cidade de Fortaleza, no estado do Ceará, o merecido título de Capital Nacional do Pão. Reconhecida pela sua rica tradição em panificação e pela proeminência de suas fábricas, Fortaleza se destaca como um polo de referência nacional na produção de pães e derivados. Grandes indústrias do setor alimentício, como J. Macêdo e M. Dias Branco, têm suas sedes estabelecidas na capital cearense, alavancando a cidade a uma posição de destaque no cenário econômico e gastronômico do Brasil.



Assinado eletronicamente por Sen. Eduardo Girão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2739750632>

Avulso do PL 3404/2024 [2 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **EDUARDO GIRÃO**

SF/24320.64697-44

A relevância das indústrias de panificação em Fortaleza também se reflete na cadeia produtiva, que engloba desde a fabricação de farinha de trigo até o produto final na prateleira do consumidor. A cidade abriga uma infraestrutura robusta, composta por modernos moinhos e instalações industriais de ponta que garantem a qualidade e a variedade dos produtos.

Além disso, Fortaleza é conhecida pela sua tradição na produção de pães únicos, como o pão de coco, uma iguaria que se tornou um símbolo da panificação cearense. Este tipo de pão, que tem suas raízes no Ceará, destaca-se pelo sabor característico e pela combinação de ingredientes que refletem a riqueza da culinária local. O pão de coco é amplamente consumido e apreciado tanto pelos moradores quanto pelos visitantes, sendo um exemplo perfeito de como a cultura e a tradição cearense influenciam a gastronomia.

A cidade possui uma cultura rica de consumo de pães e produtos de panificação, que se manifesta tanto na vida cotidiana dos fortalezenses quanto em eventos e festivais dedicados à panificação. Apreciados em todos os lares e padarias da cidade, os pães de Fortaleza carregam a essência da tradição cearense, oferecendo sabores únicos e experiências gastronômicas que atraem turistas e visitantes de todas as partes. Esse aspecto cultural reforça ainda mais a identidade de Fortaleza como a Capital Nacional do Pão.

A concessão do título de Capital Nacional do Pão a Fortaleza também valoriza o esforço contínuo das indústrias locais em promover a sustentabilidade e a responsabilidade social. As empresas lá sediadas investem em práticas sustentáveis, promovendo o uso consciente dos recursos naturais e o apoio a projetos que beneficiam a população cearense.



vm2024-08831

Assinado eletronicamente por Sen. Eduardo Girão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2739750632>

Avulso do PL 3404/2024 [3 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **EDUARDO GIRÃO**

SF/24320.64697-44

Pelas razões expostas, o município de Fortaleza, no estado do Ceará, reúne todos os elementos necessários para ser consagrado como a Capital Nacional do Pão. A relevância econômica, a infraestrutura robusta, a rica tradição cultural e o compromisso com a sustentabilidade tornam Fortaleza um exemplo a ser seguido no setor de panificação. Rogamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **EDUARDO GIRÃO**



vm2024-08831

Assinado eletronicamente por Sen. Eduardo Girão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2739750632>

Avulso do PL 3404/2024 [4 de 4]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 3411, DE 2024

Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa.

AUTORIA: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3411/2024 [1 de 6]



PROJETO DE LEI N° , DE 2024

Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei cria a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa, com o objetivo de prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde da população idosa, favorecendo o envelhecimento saudável, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS.

Parágrafo único. Todas as ações realizadas no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa observarão as disposições das Leis nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, e nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa:

I – assistência individualizada e coletiva à saúde das pessoas idosas que leve em consideração seu nível de autonomia para as atividades diárias e suas necessidades de adaptação;

II – articulação entre os órgãos integrantes da rede de atenção à saúde para a promoção de estratégias e ações com o fim de se garantir atendimento de saúde integral e especializado à pessoa idosa;

III – abordagem preventiva, terapêutica e reabilitadora em relação à saúde física e mental da pessoa idosa.

Art. 3º A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa inclui, entre outras, as seguintes ações e serviços:



Assinado eletronicamente por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1403560622>

Avulso do PL 3411/2024 [2 de 6]



I – avaliação multidimensional que identifique necessidades, demandas, vulnerabilidades, recursos e potencialidades que compõem o contexto pessoal, familiar e comunitário da pessoa idosa;

II – capacitação continuada dos profissionais e dos cuidadores familiares envolvidos nas ações voltadas à prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da pessoa idosa;

III – promoção de campanhas educativas e de conscientização sobre a saúde da pessoa idosa e o envelhecimento saudável;

IV – fomento a pesquisas sobre a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da pessoa idosa, com foco em experiências exitosas no âmbito nacional e internacional;

V – realização de exames preventivos e de rastreamento para detecção precoce de doenças que afetam com mais frequência as pessoas idosas;

VI – implementação de programas que integrem especialidades médicas, de enfermagem, fisioterapêuticas, psicológicas, de assistência social, entre outras, necessárias ao cuidado integral das pessoas idosas;

VII – promoção de abordagens transversais entre as políticas de saúde e as de lazer, esporte e cultura voltadas para pessoas idosas;

VIII – promoção do convívio familiar e comunitário, inclusive mediante criação de espaços de convivência e de atividades que fomentam o bem-estar social e mental das pessoas idosas;

IX – promoção de parcerias entre o poder público e organizações dedicadas à prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde das pessoas idosas.

Art. 4º O poder público criará as ferramentas necessárias ao desenvolvimento e monitoramento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1403560622>

Avulso do PL 3411/2024 [3 de 6]



JUSTIFICAÇÃO

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população idosa no Brasil atingiu a marca de 15,6% em 2022 – por volta de 32,1 milhões de pessoas –, o que representa um aumento de 56% em relação a 2010. Nota-se, portanto, uma tendência de envelhecimento da população brasileira.

Para essa significativa parcela da população, devem ser garantidos direitos que concretizam sua dignidade humana. Especificamente em relação ao direito à saúde, destacamos que, como previsto em orientações técnicas do Ministério da Saúde, as pessoas idosas geralmente possuem especificidades significativas que tornam inadequada a aplicação a essa população de compreensões e condutas utilizadas para o atendimento da população adulta em geral.

Envelhecer não é sinônimo de dependência ou incapacidade, no entanto, o processo de envelhecimento, em regra, implica a imunossenescênciа e uma perda progressiva da força, do equilíbrio e da reserva homeostática, que é a capacidade do organismo de se defender de agressões internas e externas. Nesse sentido, a pessoa idosa possui características singulares no que tange a sua reação a doenças e agravos de saúde, traduzidas pela maior vulnerabilidade a eventos adversos.

A Organização Mundial da Saúde promove a Década do Envelhecimento Saudável de 2021 a 2030, sobre os pilares da saúde, da participação e da segurança, o que reforça que a pessoa idosa não deve ser compreendida como um fardo, mas sim como parte valiosa das famílias, das comunidades e da sociedade como um todo, apta a dar grandes contribuições e aproveitar essa fase da vida.

Diante disso, medidas para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da pessoa idosa devem pautar-se nas necessidades específicas dessa população, somadas a outras perspectivas, como o lazer, a cultura e o convívio familiar e comunitário. É certo que existem diplomas que já trazem disposições importantes relacionadas à saúde da pessoa idosa, como a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, e a Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006, que aprovou a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Não obstante isso, consideramos



Assinado eletronicamente por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1403560622>

Avulso do PL 3411/2024 [4 de 6]



importante prever em lei uma política específica de atenção integral à saúde da pessoa idosa, uma política que estabeleça marcos para posteriores regulamentações acerca do tema. Por isso, apresentamos esta proposição, que visa instituir a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa.

São essas as razões em nome das quais pedimos aos nobres e às nobres Pares seu apoio a este Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES



Assinado eletronicamente por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1403560622>

Avulso do PL 3411/2024 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.842, de 4 de Janeiro de 1994 - Lei da Política Nacional do Idoso (1994) - 8842/94
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1994;8842>
- Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 - Estatuto da Pessoa Idosa (2003) - 10741/03
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003;10741>

Avulso do PL 3411/2024 [6 de 6]



Projeto de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 30, DE 2024

Dá-se a denominação da “Procuradoria Especial da Mulher”, de “Procuradoria Especial da Mulher Senadora Maria do Carmo Alves”.

AUTORIA: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PRS 30/2024 [1 de 4]



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° , DE 2024

Dá-se a denominação da “Procuradoria Especial da Mulher”, de “Procuradoria Especial da Mulher Senadora Maria do Carmo Alves”.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º A Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal, passa a denominar-se “Procuradoria Especial da Mulher Senadora Maria do Carmo Alves”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A senadora Maria do Carmo Alves foi a única mulher com 3 mandatos consecutivos na história do Senado brasileiro, em 1998, 2006 e 2014, somando 24 anos ininterruptos como senadora.

Quando chegou ao Senado, era a primeira senadora a representar o estado de Sergipe e uma das duas primeiras da região Nordeste. Natural de Cedro de São João, ela se formou em direito em Aracaju e trabalhou com administração de empresas.

Em 2019, a senadora Maria do Carmo participou da fundação da bancada feminina, como uma das signatárias do projeto de resolução que estabeleceu o grupo no Regimento Interno do Senado (PRS 36/2021).

Em seus dois últimos anos de mandato, Maria do Carmo foi a decana do Senado. Ela não concorreu à reeleição em 2022, preferindo se aposentar da vida pública. No seu último discurso como senadora, recordou sua atuação social e sua dedicação à inclusão das mulheres na pauta pública.



Assinado eletronicamente por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2527941391>

Avulso do PRS 30/2024 [2 de 4]



A maior parte dos mandatos da senadora foi dedicada a causas sociais, como os serviços de saúde, a assistência social e o atendimento médico e policial às mulheres. Também insistiu na defesa do desenvolvimento econômico do Nordeste.

Como relatora, trabalhou para aprovar leis como:

- **Lei 9.965, de 2000**, que restringiu a venda de esteroides anabolizantes;
- **Lei 10.244, de 2001**, que revogou a proibição de que mulheres fizessem hora-extra no trabalho;
- **Lei 12.398, de 2011**, que garante aos avós o direito de visita aos netos;
- **Lei 13.931, de 2019**, determinando que profissionais de saúde registrem em prontuário indícios de violência contra a mulher atendida.

A senadora também foi a autora da Lei 14.326, de 2016, que assegurou assistência integral à saúde das mulheres presas durante a gestação e o puerpério.

O projeto original, PLS 75/2012, também inovava ao proibir o uso de algemas durante o trabalho de parto. Essa medida foi incluída em outra lei antes da aprovação do texto de Maria do Carmo.

Sala das Sessões,

Senador LAÉRCIO OLIVEIRA



Assinado eletronicamente por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2527941391>

Avulso do PRS 30/2024 [3 de 4]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.965, de 27 de Abril de 2000 - Lei de Restrição à Venda de Anabolizantes - 9965/00
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2000;9965>
- Lei nº 10.244, de 27 de Junho de 2001 - LEI-10244-2001-06-27 - 10244/01
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2001;10244>
- Lei nº 12.398, de 28 de Março de 2011 - LEI-12398-2011-03-28 - 12398/11
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2011;12398>
- urn:lex:br:federal:lei:2016;14326
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2016;14326>
- Lei nº 13.931, de 10 de Dezembro de 2019 - LEI-13931-2019-12-10 - 13931/19
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2019;13931>
- urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970>



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 615, DE 2024

Requer voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria do Carmo Alves.

AUTORIA: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 615/2024 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

SF/24947.35308-53 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da Senadora Maria do Carmo Alves, bem como a apresentação de condolências.

JUSTIFICAÇÃO

É com profundo pesar que comunico a esta Casa o falecimento em 31 de agosto da primeira mulher eleita para o Senado pelo Estado de Sergipe e primeira mulher a cumprir três mandatos consecutivos como senadora, Maria do Carmo Alves.

Nascida em Cedro de São João, no dia 23 de agosto de 1941, dona Maria, como é conhecida carinhosamente em Sergipe, é filha de João Batista do Nascimento e de Marinete Alves do Nascimento. Formou-se em direito pela Universidade Federal de Sergipe - UFS em 1966. Casou com o engenheiro civil e também notório político sergipano, prefeito, governador e ministro João Alves Filho, falecido em 2020.

Sua vida foi permeada pela política. Nas eleições de outubro de 1998, D. Maria do Carmo elegeu-se ao Senado, onde permaneceu até 2022. Foi Secretária de Assistência Social, atuando fortemente em defesa das mulheres e das comunidades carentes.



Teve expressiva atuação no estado com o programa “Pró-Mulher”, uma unidade móvel de saúde que viajava pelo interior oferecendo consultas preventivas às mulheres. Com o tempo, o projeto se expandiu para oferecer serviços de saúde à toda a família e se tornou o “Pró-Mulher...Pró-Família, mais saúde na vida”.

Também foi responsável pela construção de conjuntos habitacionais em Aracaju e pela substituição de casas de taipa no interior do estado por novas habitações, promovendo moradia digna à população vulnerável.

Sua atividade legislativa ainda reverbera: na semana passada, aprovamos um projeto de sua autoria que foi à sanção e que institui o programa Adote um Museu.

Como símbolo de mulher sergipana engajada durante toda a sua vida com a política, reproduzo aqui uma mensagem deixada pela Senadora em entrevista à TV Senado às mulheres: “é preciso a gente ter coragem (...) se candidatem, estudem, vamos para frente”.

Lamentamos profundamente sua passagem e esperamos que seus filhos Maria Cristina, Ana Maria e João Neto e netos recebam nossas mais sinceras condolências por esta perda irreparável para o estado de Sergipe e para o país.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2024.

**Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)**
Líder da bancada do Estado de Sergipe



Apresentado o Requerimento nº 615, de 2024, do Senador Alessandro Vieira,
solicitando o envio de voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria do Carmo Alves.

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 616, DE 2024

Requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 76/2020 com o Projeto de Lei 5.178/2020.

AUTORIA: Senador Chico Rodrigues (PSB/RR)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 616/2024 [1 de 2]



**RQS
00616/2024**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Chico Rodrigues

SF/24920.20506-13 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do PL 76/2020 (e demais matérias que tramitam em conjunto) com o PL 5178/2020, por tratarem da mesma matéria.

JUSTIFICAÇÃO

O PL 76/2020, de minha autoria, cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara. No mesmo sentido, o PL 5178/2020, de autoria do Senador Paulo Paim, objetiva, de forma mais abrangente, a regulamentação da profissão de cuidador social de pessoa.

Por se tratarem de proposições com o objetivo de regular a mesma matéria, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos a tramitação conjunta.

Sala das Sessões, de .

**Senador Chico Rodrigues
(PSB - RR)**

Avulso do RQS 616/2024 [2 de 2]



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Bene Camacho* (S)
PDT - Weverton*
PDT - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PP - Castellar Neto* (S)
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Moraes**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
PL - Rosana Martinelli** (S)

Rio Grande do Sul

PP - Luís Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - André Amaral** (S)

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Flávio Azevedo** (S)

Santa Catarina

PL - Beto Martins* (S)
PP - Esperidião Amin*
PL - Jorge Seif**

Alagoas

MDB - Renan Calheiros*
PODEMOS - Rodrigo Cunha*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PODEMOS - Orovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagatolli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28

PSD-15 / PT-9 / PSB-4

Angelo Coronel.	PSD / BA
Augusta Brito.	PT / CE
Bene Camacho.	PSD / MA
Beto Faro.	PT / PA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Daniella Ribeiro.	PSD / PB
Fabiano Contarato.	PT / ES
Flávio Arns.	PSB / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Irajá.	PSD / TO
Jaques Wagner.	PT / BA
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Rogério Carvalho.	PT / SE
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Teresa Leitão.	PT / PE
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Democracia - 17

MDB-10 / UNIÃO-7

Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
André Amaral.	UNIÃO / PB
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB

Bloco Parlamentar Vanguarda - 15

PL-14 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Beto Martins.	PL / SC
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Azevedo.	PL / RN
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ

Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcos Rogério.	PL / RO
Romário.	PL / RJ
Rosana Martinelli.	PL / MT
Wilder Morais.	PL / GO

Bloco Parlamentar Aliança - 11

PP-7 / REPUBLICANOS-4

Castellar Neto.	PP / MG
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves.	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hirán.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mécias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Independência - 10

PODEMOS-6 / PSDB-1 / PDT-3

Ana Paula Lobato.	PDT / MA
Leila Barros.	PDT / DF
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Rodrigo Cunha.	PODEMOS / AL
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Weverton.	PDT / MA
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	28
Bloco Parlamentar Democracia.	17
Bloco Parlamentar Vanguarda.	15
Bloco Parlamentar Aliança.	11
Bloco Parlamentar Independência.	10
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)	Flávio Azevedo** (PL-RN)	Omar Aziz** (PSD-AM)
André Amaral** (UNIÃO-PB)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Paulo Paim* (PT-RS)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Bene Camacho* (PSD-MA)	Irajá* (PSD-TO)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Beto Faro** (PT-PA)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Beto Martins* (PL-SC)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL)
Castellar Neto* (PP-MG)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Romário** (PL-RJ)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jorge Seif** (PL-SC)	Rosana Martinelli** (PL-MT)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Leila Barros* (PDT-DF)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Magno Malta** (PL-ES)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Wilder Morais** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrilli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º Dr. Hiran - (PP-RR)

4º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB) - 28 Líder Otto Alencar - PSD (5,65) Líder do PSD - 15 Otto Alencar (5,65) Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (19) Lucas Barreto (35) Líder do PT - 9 Beto Faro (41) Vice-Líderes do PT Teresa Leitão (33,54) Augusta Brito (38,46,66) Líder do PSB - 4 Jorge Kajuru (6,26)	Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO) - 17 Vice-Líderes Davi Alcolumbre (14,58) Professora Dorinha Seabra (15,23,59) Líder do MDB - 10 Eduardo Braga (4) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (29) Confúcio Moura (21,28) Giordano (30) Líder do UNIÃO - 7 Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (15,23,59) Davi Alcolumbre (14,58) Alan Rick (16)	Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 15 Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (34) Líder do PL - 14 Carlos Portinho (13) Vice-Líderes do PL Jorge Seif (31) Izalci Lucas (47) Jaime Bagattoli (50) Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (12,60)
Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 11 Líder Laércio Oliveira - PP (44) Vice-Líder Damares Alves (45) Líder do PP - 7 Tereza Cristina (8) Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (7) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (20)	Bloco Parlamentar Independência (PODEMOS/PSDB/PDT) - 10 Líder Styvenson Valentim - PODEMOS (43,49) Líder do PODEMOS - 6 Rodrigo Cunha (40) Vice-Líderes do PODEMOS Styvenson Valentim (43,49) Marcos do Val (42) Líder do PSDB - 1 Plínio Valério (48) Líder do PDT - 3 Ana Paula Lobato (51)	Maioria Líder Renan Calheiros - MDB (10)
Minoria Líder Ciro Nogueira - PP (1,9)	Governo Líder Jaques Wagner - PT (2) Vice-Líderes Confúcio Moura (21,28) Daniella Ribeiro (27) Jorge Kajuru (6,26) Professora Dorinha Seabra (15,23,59) Randolfe Rodrigues (22) Weverton (24) Zenaide Maia (25)	Oposição Líder Marcos Rogério - PL (63) Vice-Líderes Eduardo Girão (12,60) Magno Malta (56) Eduardo Gomes (57)
Bancada Feminina Líder Leila Barros - PDT (52) Vice-Líderes Teresa Leitão (33,54) Soraya Thronicke (53)		

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
4. Em 01.02.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
5. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).



6. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
7. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
8. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
9. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
10. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
12. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
13. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
14. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
15. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
16. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
17. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
18. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
19. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
20. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
21. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
23. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
24. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
25. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
26. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
27. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
28. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
29. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
30. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB).
31. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 12/2023-GLPL).
32. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
33. Em 18.05.2023 a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
34. Em 29.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 122/2023 - BLVANG).
35. Em 05.07.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. nº 48/2023-GLPSD).
36. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
37. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
38. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito foi destituída da função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
39. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima foi destituída da função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
40. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
41. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
42. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
43. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
44. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLID/BLALIAN).
45. Em 06.03.2024, a Senadora Damares Alves foi designada 1ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLID/BLALIAN).
46. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito foi destituída da função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
47. Em 02.04.2024, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 12/2024-GLPL).
48. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
49. Em 09.04.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado Líder do Bloco Parlamentar Independência (Of. 60/2024-GLPODEMOS).
50. Em 22.04.2024, o Senador Jaime Bagatelli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 20/2024-GLP).
51. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
52. Em 23.05.2024, a Senadora Leila Barros foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
53. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
54. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
55. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes foi destituído da função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
56. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
57. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
58. Em 18.06.2024, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
59. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
60. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
61. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho foi destituído da função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
62. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho foi destituído da função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
63. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
64. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama foi destituída da função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
65. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 50/2024-GLDPSB).
66. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.
Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO



3) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PSB-CE)⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA)⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

Prazo final: 01/07/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (2)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2,3)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (2)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (2)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (2)	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2)	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luís Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).
3. Em 14.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Nelsinho Trad membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão (Of. nº 34/2024-BLRESDEM).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | **Secretário-Adjunto:** Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAME DE PROJETOS DE REFORMA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁴⁾

Instalação: 28/11/2023

Prazo final: 07/04/2024

Prazo final prorrogado: 22/05/2024

Prazo final prorrogado: 20/08/2024

Prazo final prorrogado: 09/12/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(1,3)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	5. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(1,6,7,8)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	6. Senador Irajá (PSD-TG) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	7. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,3)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	8. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,2,5)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.
- Em 30.08.2023, a Presidência do Senado Federal destituiu o Senador Laércio Oliveira, a pedido, como membro suplente desta comissão.
- Em 28.11.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Izalci Lucas membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, para compor a comissão.
- Em 28.11.2023, os Senadores Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães e Efraim Filho foram designados Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, da comissão (Of. nº 001/2023-CTIADMTR).
- Em 28.02.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Hamilton Mourão para compor, como membro suplente, a comissão.
- Em 08.04.2024, a Presidência do Senado Federal designa a Senadora Janaína Farias para compor a comissão, como membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito.
- Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
- Em 05.08.2024, a Presidência do Senado Federal designa a Senadora Augusta de Brito para compor a comissão, como membro suplente, em substituição à Senadora Janaína Farias.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | **Secretário-Adjunto:** Donald Portela

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: coceti@senado.leg.br



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Finalidade: examinar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022, bem como eventuais novos projetos que disciplinem a matéria.

Requerimento nº 722, de 2023

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾

Instalação: 16/08/2023

Prazo final: 14/12/2023

Prazo final prorrogado: 23/05/2024

Prazo final prorrogado: 17/07/2024

Prazo final prorrogado: 15/09/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (1)	1. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (1)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (1)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1)	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,3)
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) (1,4)	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (1)
Senador Weverton (PDT-MA) (1)	5. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (1)
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (1)	6. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (1)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (1)	7. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (1)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)	8. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (1)	9. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (1)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (1)	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (1)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	11. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)	12. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)	13. Senador Mécias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)

Notas:

- Em 15.08.2023, os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Alan Rick, Cid Gomes, Angelo Coronel, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Mécias de Jesus, membros suplentes, para compor a comissão.
- Em 17.08.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Carlos Viana e Astronauta Marcos Pontes, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 001/2023-SACTIA). O Presidente designa como Relator o Senador Eduardo Gomes.
- Em 17.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Alessandro Vieira para compor, como membro suplente, a Comissão Temporária sobre a Inteligência Artificial no Brasil, na vaga ocupada pelo Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a Comissão.
- Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).

Secretário(a): Leomar Diniz

E-mail: ctia@senado.leg.br



**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA EM COMEMORAÇÃO
AOS 200 ANOS DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR**

Finalidade: planejar e coordenar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as atividades de comemoração dos 200 (duzentos) anos da Confederação do Equador.

Requerimento nº 752, de 2023.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾

Instalação: 12/12/2023

Prazo final: 02/03/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(4,5,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾	3.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽¹⁾	4.
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) ^(1,3)	5.

Notas:

1. Em 06.12.2023, a Presidência designa os Senadores Teresa Leitão, Humberto Costa, Fernando Dueire, Jussara Lima e Efraim Filho membros titulares e a Senadora Ana Paula Lobato, membro suplente, para compor a comissão.
2. Em 12.12.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Teresa Leitão e Jussara Lima, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CTI200CONFEQ).
3. Em 21.06.2024, a Presidência designa o Senador André Amaral membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão.
4. Em 19.06.2024, a Presidência designa a Senadora Janaína Farias membro suplente para compor a comissão.
5. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
6. Em 20.08.2024, a Presidência designa a Senadora Augusta Brito membro suplente para compor a comissão.

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | **Secretário-Adjunto:** Breno de Lima Andrade

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cti200confeq@senado.leg.br



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (1)	1. 2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
	1. 2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI DO PROCESSO ESTRUTURAL NO BRASIL

Finalidade: apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, anteprojeto de Lei do Processo Estrutural no Brasil.

ATO DO PRESIDENTE Nº 3, DE 2024

Número de membros: 15

PRESIDENTE: Augusto Aras ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Marcelo Navarro Ribeiro Dantas ⁽¹⁾

RELATOR: Edilson Vitorelli ⁽¹⁾

Leitura: 12/04/2024

Instalação: 13/06/2024

Prazo final: 10/12/2024

MEMBROS

Augusto Aras (2,3)

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas (2,3)

Luiz Alberto Gurgel de Faria (2,3)

Alberto Bastos Balazeiro (2,3)

Edilson Vitorelli (2,3)

Aluílio Mendes (2,3)

Lilian Maciel (2,3)

Sérgio Cruz Arenhart (2,3)

Suzana Henriques da Costa (2,3)

Andrea de Quadros Dantas (2,3)

Sérgio Armanelli Gibson (2,3)

Antônio Nabor Areias Bulhões (2,3)

Marcus Vinícius Furtado Coêlho (2,3)

Benedito Cerezzo Pereira Filho (2,3)

Antonio Gidi (2,3)

José Bernardo de Assis Júnior (3)

Juliana Cordeiro de Faria (3)

Márcio Carvalho Faria (3)

Roberto P. Campos Gouveia Filho (3)

Newton Pereira Ramos Neto (4)

Ademar Borges de Sousa Filho (4)

Matheus Casimiro Gomes Serafim (4)

Notas:

1. Em 12.04.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Augusto Aras, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas e Edilson Vitorelli a Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (ATO nº 3/2024).
2. Em 12.04.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Augusto Aras, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Edilson Vitorelli, Nancy Andriighi, Luiz Alberto Gurgel de Faria, Aluílio Mendes, Sérgio Cruz Arenhart, Antônio Nabor Areias Bulhões, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, Benedito Cerezzo Pereira Filho, Antonio Gidi, José Bernardo de Assis Júnior, Juliana Cordeiro de Faria, Márcio Carvalho Faria e Roberto P. Campos Gouveia Filho membros desta comissão (ATO nº 3/2024).
3. Em 11.06.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Augusto Aras, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Luiz Alberto Gurgel de Faria, Alberto Bastos Balazeiro, Edilson Vitorelli, Aluílio Mendes, Lilian Maciel, Sérgio Cruz Arenhart, Suzana Henriques da Costa, Andrea de Quadros Dantas, Sérgio Armanelli Gibson, Antônio Nabor Areias Bulhões, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, Benedito Cerezzo Pereira Filho, Antonio Gidi, José Bernardo de Assis Júnior, Juliana Cordeiro de Faria, Márcio Carvalho Faria e Roberto P. Campos Gouveia Filho, membros desta comissão (ATO nº 9/2024).
4. Em 19.06.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Newton Pereira Ramos Neto, Ademar Borges de Sousa Filho e Matheus Casimiro Gomes Serafim, membros desta comissão (ATO nº 10/2024).

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjuntos: Antonio das Dores P. Silva Neto; Henrique C. Evangelista

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cjprestr@senado.leg.br



**9) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS
AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL**

Finalidade: acompanhar, por tempo indeterminado, as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade ocasionada pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul e apresentar medidas legislativas para auxiliar na superação da situação.

ATO nº 5, de 2024

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ireneu Orth (PP-RS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽²⁾

Instalação: 07/05/2024

MEMBROS

Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,8)

Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾

Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁴⁾

Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽³⁾

Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 06.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senadores Paulo Paim, Hamilton Mourão e Ireneu Orth membros desta comissão (ATO nº 5/2024).
2. Em 07.05.2024, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim e Ireneu Orth, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado, e o Presidente designa como Relator o Senador Hamilton Mourão (Of. nº 001/2024-CTERS).
3. Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Astronauta Marcos Pontes membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 21/2024-BLVANG).
4. Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Alessandro Vieira membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 26/2024-BLDEM).
5. Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Esperidião Amin membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (OF. nº 23/2024-GABLID/BLALIAN).
6. Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Jorge Kajuru membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (OF. nº 26/2024-BLRESDEM).
7. Em 07.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa a Senadora Leila Barros membro desta comissão, pelo Bloco Parlamentar Independência (OF. nº 2/2024-BLIDEP).
8. Em 07.08.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Luis Carlos Heinze membro desta comissão, em substituição ao Senador Ireneu Orth, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (OF. nº 44/2024-GABLID/BLALIAN).

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjuntos: Fernanda Lima; Antonio das Dores P. Silva Neto

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cters@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, dirigentes e empresas de apostas.

Requerimento nº 158, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁰⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁰⁾

RELATOR: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹¹⁾

Leitura: 13/03/2024

Instalação: 10/04/2024

Prazo final: 07/10/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Giordano (MDB-SP) ⁽¹⁾
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽⁴⁾	2. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) ^(4,13)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁹⁾	3. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(3,8)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽³⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽¹²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾	
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁷⁾	1. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁷⁾

Notas:

- Em 09.04.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular e o Senador Giordano, membro suplente, pela liderança do MDB, para compor a comissão (Of. nº 15/2024-GLMDB).
- Em 09.04.2024, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares e o Senador Carlos Portinho, membro suplente, pela liderança do PL, para compor a comissão (Of. nº 05/2024-GLPL).
- Em 09.04.2024, os Senadores Otto Alencar e Angelo Coronel foram designados membros titulares e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 04/2024-GLPSD).
- Em 09.04.2024, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Efraim Filho, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2024).
- Em 09.04.2024, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PT, para compor a comissão (Of. nº 11/2024-GLDPT).
- Em 09.04.2024, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pela liderança do PSB, para compor a comissão (Of. nº 18/2024-GLDPSB).
- Em 09.04.2024, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular e o Senador Cleitinho, membro suplente, pela liderança do Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 05/2024-GLPP).
- Em 09.04.2024, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa à suplência, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 06/2024-GLPSD).
- Em 10.04.2024, os Senadores Styvenson Valentim e Rodrigo Cunha foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pela liderança do PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 65/2024-GLPODEMOS).
- Em 10.04.2024, a comissão reunida elegeu os Senadores Jorge Kajuru e Eduardo Girão, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2024-CPIAE).



11. Em 10.04.2024, o Senador Romário foi designado Relator deste colegiado (Of. nº 01/2024-CPIAE).
12. Em 21.05.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo PT, para compor a comissão (Of. nº 017/2024-GLDPT).
13. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | **Secretário-Adjunto:** Gabriel Udelsmann

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cpiae@senado.leg.br



2)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (2,59)	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (2)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2)	2. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) (2,5,13,48)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2)	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2,5,13)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,5,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (2,26,29)	5. Senador Giordano (MDB-SP) (2,5,11,12,13,33,35,39,41)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (2)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2)	7. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (2,44,56,60)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (2,56)	8. Senador Weverton (PDT-MA) (2,13)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (2)	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (2,13)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2,16)	10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (2,13)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4,9,10,21)
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4,25,31)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,9)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (4,15,19,30)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (4,57)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4,38,40,42,53,54)	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4,50,51)	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,10)	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (7)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (18,20)	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (18,37)

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾

Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) (1,17,23,24,27,28,46)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1,22,32)
Senador Flávio Azevedo (PL-RN) (1,47)	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)
Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1,34,36,55,58)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) (1,43,45,49,52)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	4. Senador Romário (PL-RJ) (1)

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)

Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1,14)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi



- Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.
4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.
7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 144](#))
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 114](#))
10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/03/2023, p. 39](#))
11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM). ([DSF de 13/04/2023, p. 121](#))
12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM). ([DSF de 26/04/2023, p. 117](#))
13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN). ([DSF de 06/06/2023, p. 35](#))
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 101/2023-BLDEM).
17. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))
18. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
19. Em 08.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 82/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 101](#))
20. Em 14.09.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 100/2023-BLRESDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 78](#))
21. Em 03.10.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 106/2023-BLRESDEM). ([DSF de 04/10/2023, p. 161](#))
22. Em 17.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagatelli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 153/2023-BLVANG). ([DSF de 18/10/2023, p. 147](#))
23. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
24. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 170/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 200](#))
25. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofs. nºs 120 e 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 138](#))
26. Em 22.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 174/2023-BLDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 137](#))
27. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 178/2023-BLVANG). ([DSF de 23/11/2023, p. 136](#))
28. Em 23.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 179/2023-BLVANG). ([DSF de 24/11/2023, p. 71](#))
29. Em 23.11.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 175/2023-BLDEM). ([DSF de 24/11/2023, p. 70](#))
30. Em 24.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 122/2023-BLRESDEM). ([DSF de 25/11/2023, p. 21](#))
31. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
32. Em 28.11.2023, o Senador Jaime Bagatelli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 180/2023-BLVANG). ([DSF de 29/11/2023, p. 182](#))
33. Em 29.02.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 10/2024-BLDEM).
34. Em 12.03.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2024-BLVANG).
35. Em 13.03.2024, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2024-BLDEM).
36. Em 14.03.2024, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2024-BLVANG).



37. Em 18.03.2024, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 11/2024-BLRESDEM).
38. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDEM).
39. Em 24.04.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 25/2024-BLDEM).
40. Em 07.05.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Janaína Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 28/2024-BLRESDEM).
41. Em 14.05.2024, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 36/2024-BLDEM).
42. Em 15.05.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 33/2024-BLRESDEM).
43. Em 11.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 30/2024-BLVANG).
44. Em 11.06.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos Do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Independência (Of. nº 5/2024 BLINDEP).
45. Em 11.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
46. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
47. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
48. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
49. Em 03.07.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 35/2024-BLVANG).
50. Em 04.07.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 49/2024-BLRESDEM).
51. Em 09.07.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-BLRESDEM).
52. Em 11.07.2024, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 36/2024-BLVANG).
53. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
54. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 54/2024-BLRESDEM).
55. Em 19.08.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 42/2024-BLVANG).
56. Em 20.08.2024, o Senador Castellar Neto foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa a compor a comissão como membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Independência (Of. nº 9/2024-BLINDEP).
57. Em 20.08.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 60/2024-BLRESDEM).
58. Em 20.08.2024, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 45/2024-BLVANG).
59. Em 21.08.2024, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 92/2024-BLDEM).
60. Em 29.08.2024, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Independência, em substituição ao Senador Castellar Neto, que deixa de compor a comissão (Of. nº 10/2024-BLINDEP).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3,6)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,6)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3,6)
Senador Giordano (MDB-SP) (3)	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (3,6)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (3)	6. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)	7. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (3)	8. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (10,14,15,16,17,18)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (2)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2,8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Romário (PL-RJ) (1)	1. Senador Flávio Azevedo (PL-RN) (1,19)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1)	2. Senador Magno Malta (PL-ES) (1)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (1)	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,9)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1,9,11,12)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,9)	2. (5,9,13)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1,9)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1,9)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 125](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG). ([DSF de 10/03/2023, p. 91](#))
- Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 10](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/03/2023, p. 39](#))



9. Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM). ([DSF de 01/06/2023, p. 104](#))
11. Em 15.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 40/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 197](#))
12. Em 15.08.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Aliança, na Comissão (Of. nº 137/2023-BLVANG). ([DSF de 16/08/2023, p. 201](#))
13. Em 30.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Partido União Brasil (Of. nº 44/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 165](#))
14. Em 13.09.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 139/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 95](#))
15. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
16. Em 10.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLDEM). ([DSF de 11/11/2023, p. 9](#))
17. Em 05.12.2023, o Senador Eduardo Braga deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM). ([DSF de 06/12/2023, p. 92](#))
18. Em 13.06.2024, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 62/2024-BLDEM).
19. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁴⁾

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) ^(5,7)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾	2. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
1.	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽³⁾	1.

Notas:

- Em 11.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
- Em 11.08.2023, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular e o Senador Flávio Arns, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
- Em 11.08.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
- Em 30.08.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Mara Gabrilli e Damares Alves, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 161/2023-SACAS). ([DSF de 31/08/2023, p. 166](#))
- Em 31.08.2023, os Senadores Alan Rick e Efraim Filho foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 162/2023-SACAS). ([DSF de 01/09/2023, p. 54](#))
- Em 18.06.2024, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2024-SACAS).
- Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,5,79,91,92)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (2)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5,27,29,30,37,50,55,57,76,79,92)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (2,27,29,50,55,66,75)	3. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (2,5,8,30,37,66,75,76,79)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Giordano (MDB-SP) (2,5,8,13,32,34,44,47)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (2)	5. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2,5,8,30,41,57,79)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,38,40)	6. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (2,5,8,18,76,79)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2)	7. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) (2,5,8,38,40,76,79,81)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2,15,19)	8. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2,7,8,79)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	9. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (2,8,12,16,19,87)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (2)	10. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (2,8,28,30,39,41)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (17,18)	11. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (17,18,30,39,41,51,52,53,79,91,92)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (3,35,42)	1. Senador Bene Camacho (PSD-MA) (3,85)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (3)	2. Senador Irajá (PSD-TO) (3,9,20,22)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3,48,49)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (3,23,35,42,46)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (3,36,42,84)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (3)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (3,24,31)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (3)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (3,64,67)	6. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (3,56,65,68,70,71)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,69,72)	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,77,78)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (3,58,59,63,73,74,83,86)	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (3,5)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3,60,61,62,82)	9. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (3,82)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)	1. Senador Flávio Azevedo (PL-RN) (1,80)
Senador Beto Martins (PL-SC) (1,88,93,95)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1,14,43,45)
Senador Magno Malta (PL-ES) (1)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1,14)	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1,10,11)	1. Senador Castellar Neto (PP-MG) (1,21,26,33,54,89,90,94)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,10,11)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Moro, Márcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolph Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 21/09/2023, p. 126](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara



- Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.
 5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
 6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
 7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).
 8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 252](#); [DSF de 11/05/2023, p. 252](#))
 9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLRESDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 253](#))
 10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN). ([DSF de 08/06/2023, p. 10](#))
 11. Em 19.06.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 31/2023-BLALIAN). ([DSF de 20/06/2023, p. 51](#))
 12. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 102/2023-BLDEM). ([DSF de 23/06/2023, p. 12](#))
 13. Em 26.06.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 103/2023-BLDEM). ([DSF de 27/06/2023, p. 51](#))
 14. Em 06.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 126/2023-BLVANG). ([DSF de 07/07/2023, p. 48](#))
 15. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 109/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 49](#))
 16. Em 06.07.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 51](#))
 17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
 18. Em 02.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular e os Senadores Izalci Lucas e Mauro Carvalho Junior, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 118/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 112](#))
 19. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 124/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 102](#))
 20. Em 08.08.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 81/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 100](#))
 21. Em 15.08.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 39/2023-GABLID-BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 196](#))
 22. Em 17.08.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 88/2023-BLRESDEM). ([DSF de 18/08/2023, p. 61](#))
 23. Em 30.08.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2023-BLRESDEM). ([DSF de 31/08/2023, p. 163](#))
 24. Em 12.09.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 99/2023-BLRESDEM). ([DSF de 13/09/2023, p. 217](#))
 25. Em 13.09.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 119/2023-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 14/09/2023, p. 93](#))
 26. Em 13.09.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 48/2023-GABLID-BLALIAN). ([DSF de 14/09/2023, p. 94](#))
 27. Em 13.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 143/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 97](#))
 28. Em 13.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 142/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 96](#))
 29. Em 14.09.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 144/2023-BLDEM). ([DSF de 15/09/2023, p. 77](#))
 30. Em 27.09.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho, Mauro Carvalho Junior, Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 155/2023-BLDEM). ([DSF de 27/09/2023, p. 95](#))
 31. Em 27.09.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 104/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/09/2023, p. 179](#))
 32. Em 28.09.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 157/2023-BLDEM). ([DSF de 29/09/2023, p. 54](#))
 33. Em 29.09.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 52/2023-BLALIAN). ([DSF de 30/09/2023, p. 16](#))
 34. Em 03.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 158/2023-BLDEM). ([DSF de 04/10/2023, p. 162](#))
 35. Em 04.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 107/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 108](#))
 36. Em 04.10.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 108/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 109](#))



37. Em 04.10.2023, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados segundo e terceiro suplentes, respectivamente, em substituição aos Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 162/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 114](#))
38. Em 04.10.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que passa à suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2023-GLMDB). ([DSF de 05/10/2023, p. 107](#))
39. Em 04.10.2023, os Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 161/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 113](#))
40. Em 05.10.2023, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 163/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 78](#))
41. Em 05.10.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho e Mauro Carvalho Junior foram designados 5º, 10º e 11º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 147/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 77](#))
42. Em 09.10.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Omar Aziz designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 109/2023-BLRESDEM). ([DSF de 10/10/2023, p. 39](#))
43. Em 09.10.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG). ([DSF de 10/10/2023, p. 40](#))
44. Em 10.10.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 165/2023-BLDEM). ([DSF de 11/10/2023, p. 178](#))
45. Em 11.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 152/2023-BLVANG). ([DSF de 12/10/2023, p. 13](#))
46. Em 17.10.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 111/2023-BLRESDEM). ([DSF de 18/10/2023, p. 146](#))
47. Em 18.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 166/2023-BLDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 101](#))
48. Em 18.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2023-BLRESDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 99](#))
49. Em 18.10.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 113/2023-BLRESDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 100](#))
50. Em 31.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 167/2023-BLDEM). ([DSF de 01/11/2023, p. 81](#))
51. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
52. Em 07.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 169/2023-BLDEM). ([DSF de 08/11/2023, p. 199](#))
53. Em 13.11.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 170/2023-BLDEM). ([DSF de 14/11/2023, p. 70](#))
54. Em 20.11.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 59/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 21/11/2023, p. 43](#))
55. Em 21.11.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLDEM). ([DSF de 22/11/2023, p. 136; DSF de 28/11/2023, p. 22](#))
56. Em 27.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 150/2023-GSFCONTA).
57. Em 06.12.2023, o Senador Alan Rick foi designado 2º membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa à 5ª suplência, para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 183/2023-BLDEM). ([DSF de 07/12/2023, p. 101](#))
58. Em 13.12.2023, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, 1ª suplente da chapa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 131/2023-RESDEM). ([DSF de 14/12/2023, p. 147](#))
59. Em 15.12.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, em substituição ao Senador Camilo Santana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 135/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/12/2023, p. 37](#))
60. Em 05.02.2024, o Senador Flávio Dino foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 03/2024-BLRESDEM).
61. Vago em 21.02.2024, em razão da renúncia do titular.
62. Em 27.02.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 06/2024-BLRESDEM).
63. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDEM).
64. Em 16.04.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 20/2024-BLRESDEM).
65. Em 16.04.2024, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2024-BLRESDEM).
66. Em 17.04.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2024-BLDEM).
67. Em 22.04.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 21/2024-BLRESDEM).
68. Em 22.04.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 21/2024-BLRESDEM).
69. Em 07.05.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 27/2024-BLRESDEM).
70. Em 07.05.2024, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa à titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 27/2024-BLRESDEM).
71. Em 10.05.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 30/2024-BLRESDEM).



72. Em 10.05.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 30/2024-BLRESDEM).
73. Em 21.05.2024, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição à Senadora Janaína Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 36/2024-BLRESDEM).
74. Em 28.05.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 37/2024-BLRESDEM).
75. Em 29.05.2024, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 45/2024-BLDEM).
76. Em 03.06.2024, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Marcelo Castro e Izalci Lucas foram designados, respectivamente, segundo, terceiro, sexto e sétimo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 46/2024-BLDEM).
77. Em 05.06.2024, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 40/2024-BLRESDEM).
78. Em 12.06.2024, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 43/2024-BLRESDEM).
79. Em 19.06.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado sexto suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que passa a ocupar a primeira suplência; o Senador Jayme Campos, segundo suplente, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que passa a ocupar a décima primeira suplência; o Senador Cid Gomes, terceiro suplente, em substituição ao Senador Alan Rick, que passa a ocupar a oitava suplência; e o Senador Izalci Lucas, quinto suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a ocupar a sétima suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 69/2024-BLDEM).
80. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
81. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
82. Em 09.07.2024, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 51/2024-BLRESDEM).
83. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
84. Em 05.08.2024, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 55/2024-BLRESDEM).
85. Em 05.08.2024, o Senador Bene Camacho foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passou a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 55/2024-BLRESDEM).
86. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLRESDEM).
87. Em 07.08.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Independência (Of. nº 7/2024-BLINDEP).
88. Em 08.08.2024, o Senador Beto Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 041/2024-BLVANG).
89. Em 12.08.2024, o Senador Castellar Neto foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 50/2024-GABLID/BLALIAN).
90. Em 12.08.2024, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Castellar Neto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 51/2024-GABLID/BLALIAN).
91. Em 14.08.2024, a Senadora Professora Dorinha foi designada 1º suplente, em permuta com o Senador Marcelo Castro, que passa a compor a comissão como 11º suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 91/2024-BLDEM).
92. Em 14.08.2024, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º suplente, a Senadora Professora Dorinha Seabra, 2º suplente e o Senador Jayme Campos, 11º suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 92/2024-BLDEM).
93. Em 19.08.2024, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Beto Martins, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2024-BLVANG).
94. Em 21.08.2024, o Senador Castellar Neto foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 52/2024-GABLID/BLALIAN).
95. Em 28.08.2024, o Senador Beto Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 47/2024-BLVANG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) ^(3,27)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,6)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,6,7,8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	7. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(15,31)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	8. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽³³⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽³⁾	9.
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽³⁾	10.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,13)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽²⁸⁾	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(2,23,29,30)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(2,24,34)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	9.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) ^(1,11,16,19,20,25)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,11)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)	2. Senador Beto Martins (PL-SC) ^(1,11,35)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(1,11,32,35)	3. Senador Flávio Azevedo (PL-RN) ^(1,11,26)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	4. Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽¹²⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(17,18,21,22)	5. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(17,18)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(1,5,10)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,5,10)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,10)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,10)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 66](#))
6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLID/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogério Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG). ([DSF de 05/04/2023, p. 106](#))
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).
15. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
16. Em 11.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 129/2023-BLVANG). ([DSF de 12/07/2023, p. 109](#))
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
18. Em 24.10.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular e o Senador Marcos Rogério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 154/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 193](#))
19. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
20. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 171/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 201](#))
21. Em 29.11.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 183/2023-BLVANG). ([DSF de 30/11/2023, p. 402](#))
22. Em 26.02.2024, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 005/2024-BLVANG).
23. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDEM).
24. Em 28.05.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 38/2024-BLRESDEM).
25. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
26. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
27. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
28. Em 25.06.2024, o Senador Randolph Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor a comissão (Of. nº 48/2024-BLRESDEM).
29. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
30. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLRESDEM).
31. Em 06.08.2024, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 88/2024-BLDEM).
32. Em 08.08.2024, o Senador Beto Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2024-BLVANG).
33. Em 13.08.2024, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Independência, para compor a comissão (Of. nº 8/2024-BLINDEP).
34. Em 20.08.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogério carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 56/2024-BLRESDEM).
35. Em 20.08.2024, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Beto Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 44/2024-BLVANG).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽³⁾

Instalação: 11/06/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾	2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(1,4,5)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 21.05.2024, os Senadores Cid Gomes e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia; e os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim, membros titulares e os Senadores Lucas Barreto e Janaína Farias, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a subcomissão (Of. nº 180/2024-CE).
2. Em 22.05.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a subcomissão (Of. nº 191/2024-CE).
3. Em 11.06.2024, a subcomissão reunida elegeu os Senadores Cid Gomes e Zenaide Maia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 223/2024-CE).
4. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
5. Em 19.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a subcomissão (Of. nº 305/2024/CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS**

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

VICE-PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)⁽³⁾

Instalação: 03/07/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (1)	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (1)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (1,4,5)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (1)
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1)	
Bloco Parlamentar Independência (PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (1)	1. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
1.	

Notas:

1. Em 25.06.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Jussara Lima e Janaína Farias, membros titulares, e os Senadores Cid Gomes e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e os Senadores Soraya Thronicke e Zequinha Marinho designados, respectivamente, membros titular e suplente, pelo Bloco Parlamentar Independência, para compor a comissão (Of. nº 257/2024-CE).
2. Em 03.07.2024, a subcomissão reuniu elegeu a Senadora Janaína Farias Presidente deste colegiado (Of. nº 270/2024-CE).
3. Em 10.07.2024, a subcomissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 273/2024-CE).
4. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
5. Em 19.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a subcomissão (Of. nº 304/2024/CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Finalidade: debater e avaliar, no prazo de cento e oitenta dias, o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

(Requerimento 5, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE)⁽²⁾

Instalação: 29/03/2023

Prazo final: 08/10/2023

Prazo prorrogado: 16/09/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾	1.
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1.
VAGO ^(1,3,4)	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).
 2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).
 3. Em 04.06.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a subcomissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 100/2024-CE).
 4. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
- *. Em 12.12.2023 a Comissão de Educação e Cultura aprovou o Requerimento nº 141/2023-CE, da Senadora Teresa Leitão, para prorrogação do prazo de funcionamento desta Subcomissão até 31 de setembro de 2024 (Of. nº 509/2023-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

E-mail: ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁸⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹³⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽³⁾	6. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) ^(14,26)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7)	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(2,15)	5. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ^(2,15,23)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ^(6,20)	6. Senador Irajá (PSD-TG) ^(19,24)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,11)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,11)
Senador Flávio Azevedo (PL-RN) ^(1,11,25)	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,11,16)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(1,11)	3. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(11,16,18,21)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,12,22,27)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,12,17)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,12)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC). ([DSF de 10/03/2023, p. 83](#))
- Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/03/2023, p. 56](#))
- Em 09.03.2023, o Sendor Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDEM). ([DSF de 10/03/2023, p. 88](#))
- Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDEM). ([DSF de 10/03/2023, p. 87](#))
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC). ([DSF de 23/03/2023, p. 110](#))
- Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#); [DSF de 01/04/2023, p. 14](#))



12. Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLID-BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
13. Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM). ([DSF de 14/04/2023, p. 55](#))
14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM). ([DSF de 26/04/2023, p. 118](#); [DSF de 26/04/2023, p. 118](#))
15. Em 14.08.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDEM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#))
16. Em 24.10.2023, os Senadores Marcos Rogério e Romário foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 155/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 194](#))
17. Em 02.02.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Esperidião Amin, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2024-GABLID/BLALIAN).
18. Em 07.02.2024, o Senador Romário deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 04/2024-BLVANG).
19. Em 05.03.2024, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB ao PSD, para compor a comissão (Of. nº 07/2024-BLRESDEM).
20. Em 14.03.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 08/2024-BLRESDEM).
21. Em 09.04.2024, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 17/2024-BLVANG).
22. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
23. Em 15.05.2024, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2024-BLRESDEM).
24. Em 29.05.2024, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 39/2024-BLRESDEM).
25. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
26. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).
27. Em 07.08.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ireneu Orth, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 44/2024-BLALIAN).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (3)	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (3)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3)	3. Senador Giordano (MDB-SP) (3,6,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (3,12)	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)	6.
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (3)	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2)	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2,8,15)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2,16,17,18)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	5. VAGO (2,10)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2)	7. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Magno Malta (PL-ES) (1)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (11)
Senador Romário (PL-RJ) (1)	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (5)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,13,14)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 66](#))
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLRESDEM). ([DSF de 24/03/2023, p. 75](#))
- Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM). ([DSF de 01/06/2023, p. 103](#))
- Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023- BLRESDEM). ([DSF de 20/06/2023, p. 54](#))
- Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG). ([DSF de 03/08/2023, p. 113](#))



12. Em 29.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 133/2023-BLDEM). ([DSF de 30/08/2023, p. 168](#))
13. Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 164](#))
14. Em 02.02.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 001/2024-GABLID/BLALIAN).
15. Em 05.02.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 03/2024-BLRESDEM).
16. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDEM).
17. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
18. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLRESDEM).

Secretário(a): Christiano De Oliveira Emery

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,6)
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ^(3,6)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,6)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) ^(3,6,25)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(3,14,16)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14,16)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(3,8)	6. VAGO ^(3,8,23)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,19,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)
Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) ^(1,11,15,17,18,21,22,24)	2. Senador Wilder Morais (PL-GO) ^(1,11)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,5,11)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ^(5,10,11,13)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,12)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,12)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE). ([DSF de 09/03/2023, p. 49](#))
- Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 67](#))
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
- Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senado Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE). ([DSF de 17/03/2023, p. 90](#))
- Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM). ([DSF de 17/03/2023, p. 92](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))



11. Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
12. Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Meicias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
13. Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG). ([DSF de 20/05/2023, p. 15](#))
14. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 50](#))
15. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))
16. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 103](#))
17. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
18. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 174/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 204](#))
19. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
20. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
21. Em 28.02.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 008/2024-BLVANG).
22. Em 29.02.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 09/2024-BLVANG).
23. Em 06.06.2024, a Senadora Leila Barros deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 54/2024-BLDEM).
24. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
25. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽²⁾

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(1,3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾
Blocos Parlamentares Vanguarda (PL, NOVO) e Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 25.04.2024, o Senador Fernando Dueire foi designado membro titular e o Senador Izalci Lucas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia; o Senador Nelsinho Trad, membro titular e o Senador Chico Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Esperidião Amin, membro titular e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro suplente, pelos Blocos Parlamentares Vanguarda e Aliança, para compor a subcomissão (Of. nº 4/2024-CRE).
- Em 14.05.2024, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Esperidião Amin Presidente deste colegiado (Of. nº 06/2024-CRE).
- Em 17.05.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a subcomissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Ofs. nºs 7/2024-CRE e 38/2024-BLDEM).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (2)	1. Senador André Amaral (UNIÃO-PB) (2,26)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (2)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2,5,10)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,5,6,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2,5,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (2)	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,10)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (2)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (2,10,14)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2)	7. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (2,10)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	8. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (2,10)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2,24)	9. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (2,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (4)	1. Senador Irajá (PSD-TO) (4)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,11,13)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4,16,17,19,20)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,8,20,21)	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)
Senador Beto Faro (PT-PA) (4)	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (4)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4)	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) (1,12,15,25)	1. Senador Jaime Bagatoli (PL-RO) (1)
Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1,18,23)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Castellar Neto (PP-MG) (1,28)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1,22,27)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1)	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)
Notas:	
1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagatoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)	
2. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 126)	
3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegera o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.	
4. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 120)	
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). (DSF de 11/03/2023, p. 10)	
6. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). (DSF de 16/03/2023, p. 141)	
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). (DSF de 21/03/2023, p. 73)	
8. Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLRESDEM). (DSF de 24/03/2023, p. 73)	



9. Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI). ([DSF de 28/03/2023, p. 40](#))
10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Orio visto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
12. Em 05.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 123/2023-BLVANG). ([DSF de 06/07/2023, p. 265](#))
13. Em 15.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 87/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/08/2023, p. 199](#))
14. Em 21.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Orio visto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 145/2023-BLDEM). ([DSF de 22/09/2023, p. 8](#))
15. Em 10.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 176/2023-BLVANG). ([DSF de 11/11/2023, p. 10](#))
16. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
17. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
18. Em 29.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 182/2023-BLVANG). ([DSF de 30/11/2023, p. 401](#))
19. Em 13.12.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzeth, 1ª suplente da chapa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 132/2023-RESDEM). ([DSF de 14/12/2023, p. 148](#))
20. Em 21.12.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, e a Senadora Margareth Buzetti, membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 138/2023-BLRESDEM). ([DSF de 22/12/2023, p. 13](#))
21. Em 02.02.2024, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 02/2024-BLRESDEM).
22. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
23. Em 09.05.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 22/2024-BLVANG).
24. Em 22.05.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 42/2024-BLDEM).
25. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
26. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
27. Em 07.08.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ireneu Orth, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 44/2024-BLALIAN).
28. Em 12.08.2024, o Senador Castellar Neto foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 51/2024-GABLIID/BLALIAN).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2,5)
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) (2,16)	2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (2,5)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2)	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (2,5,10)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (2)	6. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4,11,12,13)
Senador Beto Faro (PT-PA) (4)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4,14,17,18)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)	6. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Senador Flávio Azevedo (PL-RN) (1,15)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	3. Senador Wilder Morais (PL-GO) (1,8)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)
Senador Mécias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogério Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mécias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reuniu-se elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR). ([DSF de 10/03/2023, p. 84](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
- Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLRESDEM). ([DSF de 15/03/2023, p. 161](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 17.08.2023, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2023-BLVANG). ([DSF de 18/08/2023, p. 59](#))
- Em 31.08.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 95/2023-BLRESDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 55](#))
- Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 135/2023-BLDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 56](#))
- Em 30.10.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 115/2023-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2023, p. 35](#))
- Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))



13. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
14. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDEM).
15. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
16. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
17. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
18. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLRESDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(4,13,16)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	1. Senador Giordano (MDB-SP) (3,5)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,12)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,5)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (3,23,26)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (3)	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,5,15,22,27)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,14)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (3)	6. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (11,12,15,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2,24,25)	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,18)
Senador Bene Camacho (PSD-MA) (2,32)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2)
Senador Beto Faro (PT-PA) (2)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2,28,31,33)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1,35)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,7,9)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1,19)	3. Senador Flávio Azevedo (PL-RN) (1,20,21,30)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1,29,34)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luís Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA). ([DSF de 09/03/2023, p. 48](#))
- Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG). ([DSF de 23/03/2023, p. 116](#))
- Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLRESDEM). ([DSF de 24/03/2023, p. 72](#))
- Em 16.05.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG). ([DSF de 17/05/2023, p. 213](#))
- Em 05.07.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaime Bagattoli Vice-Presidente deste colegiado (Of. 36/2023-CRA). ([DSF de 06/07/2023, p. 261](#))
- Em 05.07.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 263](#))
- Em 19.08.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM). ([DSF de 02/08/2023, p. 85](#))
- Vago em 19.08.2023, em virtude da Senadora Soraya Thronicke deixar de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM). ([DSF de 02/08/2023, p. 85](#))



14. Em 1º.08.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLDEM). ([DSF de 02/08/2023, p. 86](#))
15. Em 02.08.2023, os Senadores Mauro Carvalho Junior e Efraim Filho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 117/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 111](#))
16. Em 09.08.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Alan Rick Presidente deste colegiado (Of. 38/2023-CRA). ([DSF de 10/08/2023, p. 68](#))
17. Em 15.08.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 128/2023-BLDEM). ([DSF de 16/08/2023, p. 200](#))
18. Em 15.08.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/08/2023, p. 198](#))
19. Em 29.08.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2023-BLVANG). ([DSF de 30/08/2023, p. 165](#))
20. Em 28.09.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 147/2023-BLVANG). ([DSF de 29/09/2023, p. 53](#))
21. Em 04.10.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG). ([DSF de 05/10/2023, p. 110](#))
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 14.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 172/2023-BLDEM). ([DSF de 15/11/2023, p. 242](#))
24. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
25. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
26. Em 05.12.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM). ([DSF de 06/12/2023, p. 93](#))
27. Em 20.12.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 186/2023-BLDEM). ([DSF de 21/12/2023, p. 179](#))
28. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDEM).
29. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
30. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
31. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
32. Em 05.08.2024, o Senador Bene Camacho foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 53/2024-BLRESDEM).
33. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLRESDEM).
34. Em 07.08.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ireneu Orth, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 44/2024-BLALIAN).
35. Em 13.08.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2024-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,20)	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (3)
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) (3,18)	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (3)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (3)	3. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (3)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (3)	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (5)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)	5. VAGO (10,13)
VAGO (3,15)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (8)
Senador Beto Faro (PT-PA) (2)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2,14,21,22)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	6. VAGO (2,9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	2. Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) (1,17)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (1,11,12,16)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (7)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 130](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT). ([DSF de 10/03/2023, p. 85](#))
- Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM). ([DSF de 18/03/2023, p. 26](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 18](#))
- Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLRESDEM). ([DSF de 04/05/2023, p. 145](#))
- Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLRESDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 73](#))
- Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
- Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 132/2023-BLVANG). ([DSF de 02/12/2023, p. 88](#))
- Em 25.10.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 157/2023-BLVANG). ([DSF de 26/10/2023, p. 125](#))
- Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
- Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDEM).



15. Em 22.05.2024, o Senador Izalci Lucas deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2024-BLDEM).
16. Em 22.05.2024, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 26/2024-BLVANG).
17. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
18. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
19. Em 16.07.2024, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. 071/2024-SACCT).
20. Em 16.07.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Rodrigo Cunha, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Independência (Of. nº 94/2024-GLPODEMOS).
21. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
22. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLRESDEM).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (2)	1. VAGO (5,16)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (5)	2. VAGO (5,17)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (5)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (7)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (6)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (6)
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (6)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (6)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6,13,14)	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6,13,14)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6,9)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (13)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (11)
Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) (4,18)	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (12)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (8)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (8)

Notas:

- Em 13.06.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG). ([DSF de 14/06/2023, p. 263](#))
- Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 260](#))
- Em 14.06.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.
- Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 81](#))
- Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLUD/BLALIAN). ([DSF de 15/06/2023, p. 71](#))
- Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 77](#))
- Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 81](#); [DSF de 15/06/2023, p. 81](#))
- Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 74](#))
- Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLVANG). ([DSF de 15/06/2023, p. 79](#); [DSF de 15/06/2023, p. 79](#))
- Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 58](#))
- Em 19.06.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-BLVANG). ([DSF de 20/06/2023, p. 52](#))
- Em 20.06.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 115/2023-BLVANG). ([DSF de 21/06/2023, p. 366](#))
- Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
- Em 14.08.2023, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDEM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#))
- Em 20.09.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 07/2023-CDD). ([DSF de 21/09/2023, p. 166](#))
- Em 06.06.2024, o Senador Oriovisto Guimarães deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2024-BLINDEP).
- Em 07.06.2024, o Senador Alan Rick deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 55/2024-BLDEM).
- Em 11.07.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 37/2024-BLVANG).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 3303-3491

E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (3,23,24)	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3,14)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (3,14,22,25)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (3)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,14,20,21)
Senador Giordano (MDB-SP) (3)	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (7,14)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (3)	5. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (6,14)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (9,14,19,22,25)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2,29,30)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,5)
Senador Bene Camacho (PSD-MA) (2,34)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2,5,15,18)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senador Beto Faro (PT-PA) (2,26)	4. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2,26)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (2)	6. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (13)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Flavio Azevedo (PL-RN) (1,33)	1. Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) (1,16,27,28,32)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1,17)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)	1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) (1,11,12,31,35)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1,10)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolph Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/03/2023, p. 54](#))
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))
- Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 114](#))
- Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN). ([DSF de 27/04/2023, p. 86](#))
- Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN). ([DSF de 28/04/2023, p. 87](#))
- Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 09/05/2023, p. 22](#))
- Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLRESDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 212](#))



14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 25.08.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2023-BLVANG). ([DSF de 26/08/2023, p. 46](#))
17. Em 29.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2023-BLVANG). ([DSF de 30/08/2023, p. 166](#))
18. Em 30.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 93/2023-BLRESDEM). ([DSF de 31/08/2023, p. 162](#))
19. Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 136/2023-BLDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 57](#))
20. Em 20.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 144/2023-BLDEM). ([DSF de 21/09/2023, p. 168](#))
21. Em 21.09.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 150/2023-BLDEM). ([DSF de 22/09/2023, p. 9](#))
22. Em 04.10.2023, os Senadores Zequinha Marinho e Plínio Valério foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 159/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 111](#))
23. Em 04.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 160/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 112](#))
24. Em 06.10.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 164/2023-BLDEM). ([DSF de 07/10/2023, p. 33](#))
25. Em 06.10.2023, os Senadores Plínio Valério e Zequinha Marinho foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 165/2023-BLDEM). ([DSF de 07/10/2023, p. 34](#))
26. Em 25.10.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 114/2023-BLRESDEM). ([DSF de 26/10/2023, p. 124](#))
27. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
28. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 203](#))
29. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
30. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
31. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
32. Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
33. Em 20.06.2024, o Senador Flávio Azevedo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 33/2024-BLVANG).
34. Em 05.08.2024, o Senador Bene Camacho foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 53/2024-BLRESDEM).
35. Em 07.08.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ireneu Orth, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 44/2024-BLALIAN).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁴⁾

Instalação: 13/03/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽¹⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽¹⁾	4. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 30.11.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Margareth Buzetti, Tereza Cristina e Jayme Campos foram designados membros titulares, e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 200/2023-CMA).
2. Em 07.03.2024, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 04/2024-CMA).
3. Em 12.03.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 05/2024-CMA).
4. Em 13.03.2024, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes e a Senadora Tereza Cristina Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 13.03.2024, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 13/2024-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS BRASILEIROS

Finalidade: discutir e analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, o mercado de ativos ambientais brasileiros no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

(Requerimento 53, de 2023 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾

Instalação: 13/03/2024

Prazo final: 11/06/2024

Prazo prorrogado: 22/07/2024

Prazo prorrogado: 30/09/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁾	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 06.03.2024, os Senadores Jorge Kajuru, Sérgio Petecão, Plínio Valério, Carlos Viana e Jorge Seif foram designados membros titulares e as Senadoras Damares Alves e Tereza Cristina, membros suplentes, para compor este colegiado (Of. nº 03/2024-CMA).
2. Em 13.03.2024, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Jorge Kajuru Presidente deste colegiado (Of. nº 01/2024 - CMAATIVOS).
3. Em 13.03.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 14/2024-CMA).
4. Em 09.05.2024, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 87/2024-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) ^(3,6,22)	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽³⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	6. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ^(15,20)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	2. Senador Bene Camacho (PSD-MA) ^(2,24)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,21)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,16,17)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(2,18,23,25)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(13,19,26)
Notas:	
1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)	
2. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 120)	
3. Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 07/2023-BLDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 126)	
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.	
5. Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDEM). (DSF de 09/03/2023, p. 52)	
6. Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM). (DSF de 16/03/2023, p. 141)	
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). (DSF de 21/03/2023, p. 73)	
8. Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDEM). (DSF de 23/03/2023, p. 113)	
9. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG). (DSF de 23/03/2023, p. 116)	
10. Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM). (DSF de 23/03/2023, p. 112)	
11. Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG). (DSF de 29/03/2023, p. 105)	



12. Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG). ([DSF de 29/03/2023, p. 106](#))
13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP). ([DSF de 13/04/2023, p. 119](#))
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM). ([DSF de 13/04/2023, p. 120](#))
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM). ([DSF de 03/06/2023, p. 34](#))
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
17. Em 05.02.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 03/2024-BLRESDEM).
18. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDEM).
19. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
20. Em 25.04.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 79/2024-GLPODEMOS).
21. Em 20.06.2024, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2024-BLRESDEM).
22. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).
23. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
24. Em 05.08.2024, o Senador Bene Camacho foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 53/2024-BLRESDEM).
25. Em 05.08.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 54/2024-BLRESDEM).
26. Em 07.08.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ireneu Orth, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 44/2024-BLALIAN).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (3,10,11)	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (7)
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) (7,29)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (7)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (7)	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (8,26)
Senador Giordano (MDB-SP) (8)	4. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8)	5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (8)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8)	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (16,22,28)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (1)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (1)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (1)	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (1,23,24)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (1)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	4. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (4,13,18)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4,13,18)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,13,19)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	6. Senador Beto Faro (PT-PA) (20)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (6,30)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2,17)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) (12,17,21,25,27)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (15)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (9,14)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (9)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (9)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (9)

Notas:

- Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 256](#))
- Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG). ([DSF de 14/06/2023, p. 264](#))
- Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 261](#))
- Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 258](#))
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG). ([DSF de 15/06/2023, p. 78](#))
- Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 74](#))
- Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 77](#))
- Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 15/06/2023, p. 71](#))
- Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 57](#))
- Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 58](#))
- Em 19.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 18/2023-BLVANG). ([DSF de 20/06/2023, p. 53](#))
- Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Paulo Paim e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).



14. Em 05.07.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 33/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 06/07/2023, p. 260](#))
15. Em 05.07.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 124/2023-BLVANG). ([DSF de 06/07/2023, p. 266](#))
16. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
17. Em 10.08.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 136/2023-BLVANG). ([DSF de 10/08/2023, p. 69](#))
18. Em 14.08.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDEM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#); [DSF de 30/08/2023, p. 164](#))
19. Em 29.08.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 92/2023-BLRESDEM). ([DSF de 30/08/2023, p. 164](#))
20. Em 12.09.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 98/2023-BLRESDEM). ([DSF de 13/09/2023, p. 216](#))
21. Em 24.10.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 158/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 196](#))
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
24. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
25. Em 07.02.2023, o Senador Romário deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 03/2024-BLVANG).
26. Em 29.02.2024, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 09/2024-BLDEM).
27. Em 20.03.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2024-BLVANG).
28. Em 25.04.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 24/2024-BLDEM).
29. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).
30. Em 05.08.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 039/2024-BLVANG).

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 3303-2554

E-mail: ccdd@senado.leg.br



**15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO
DIGITAL NO BRASIL**

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 3303-2554

E-mail: cddd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 3303-2554

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador André Amaral (UNIÃO-PB) (6,12,20)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (4)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (7,15)	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (6)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (7)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (7)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (9)	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (1)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,11)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (3,11)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (1)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) (2)	1. Senadora Rosana Martinelli (PL-MT) (10,13,17,18,19)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (10)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (8)	1. Senador Castellar Neto (PP-MG) (8,14,16,21)

Notas:

- Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e o Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrilli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 256](#))
- Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG). ([DSF de 14/06/2023, p. 262](#))
- Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 258](#))
- Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 259](#))
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 74](#))
- Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 77](#))
- Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 15/06/2023, p. 71](#))
- Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 58](#))
- Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG). ([DSF de 17/06/2023, p. 17](#))
- Em 26.06.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passa à suplência, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
- Em 30.06.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 105/2023-BLDEM). ([DSF de 01/07/2023, p. 10](#))
- Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))
- Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 164](#))
- Em 26.09.2023, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 152/2023-BLDEM). ([DSF de 27/09/2023, p. 94](#))
- Em 03.10.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 54/2023-BLALIAN). ([DSF de 04/10/2023, p. 160](#))
- Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
- Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 202](#))
- Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).



20. Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 66/2024-BLDEM).

21. Em 12.08.2024, o Senador Castellar Neto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 50/2024-GABLID/BLALIAN).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	12ª Eleição Geral: 18/09/2019
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	13ª Eleição Geral: 21/03/2023
7ª Eleição Geral: 14/07/2009	

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

1ª Designação: 20/12/2013
2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



8) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE:Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



15) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE:



18) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



19) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



20) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



21) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



**29) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Número de membros: 0 titulares

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

